



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

ISLÂNIA LIMA DA ROCHA

BASES HISTÓRICAS DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:
A CONFIGURAÇÃO DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO PROCESSO DE
PRESERVAÇÃO DA ORDEM CAPITALISTA

MACEIÓ-AL
2022

ISLÂNIA LIMA DA ROCHA

**BASES HISTÓRICAS DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO: A CONFIGURAÇÃO DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO
PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM CAPITALISTA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edlene Pimentel Santos

MACEIÓ-AL
2022

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

R672b Rocha, Islânia Lima da.
Bases históricas do conservadorismo no serviço social brasileiro: a configuração do pensamento conservador no processo de preservação da ordem capitalista / Islânia Lima da Rocha. – 2022.
192 f.

Orientadora: Edlene Pimentel Santos
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 186-192.

1. Conservadorismo. 2. Serviço social. 3. Manutenção da ordem capitalista. 4. Neoconservadorismo pós-moderno. I. Título.

CDU: 36

À todas as mulheres-mães que fazem ciência no Brasil,
que enfrentam no seu cotidiano de pesquisadoras o
conservadorismo entranhado na universidade e nas
relações acadêmicas, cujas expressões machistas tendem a
invisibilizá-las e excluí-las, negando-lhes condições de
permanência e limitando as suas possibilidades de
produzir conhecimento.

À Luciana Cantalice (*in memoriam*) — mãe, professora,
pesquisadora e militante —, que enfrentou todos esses
desafios e se forjou uma intelectual de extrema
importância para o Serviço Social e suas entidades
políticas, cuja presença física nos faz e fará imensa falta,
mas sua produção teórica, seu espírito de luta e sua leveza
estarão sempre conosco. Luciana, presente!

AGRADECIMENTOS

Todo meu pensamento se volta para a mulher mais forte que já conheci na vida: minha mãe! Ela, que partiu há quase 30 anos, foi semente. E nós, seus frutos, concretizamos a cada dia seu sonho de nos ver crescer e tornarmo-nos pessoas melhores por meio dos estudos. Uma mulher com pouca instrução escolar, mas doutora na arte de lutar pelos filhos e por um mundo melhor. Defensora da ciência e da educação, sabia que este era o único meio de nos tornarmos “gente”. Estamos conseguindo, mãe! Maria de Fátima, presente!

Às minhas irmãs e irmãos! Imensos, rochas, força e acolhimento. Sem vocês eu não teria conseguido! Por vocês, eu consegui. Dina, Nael, Léo, Laninha, Meire e Sérgio, vocês vão, eu vou também! Amo vocês!

Ao meu pai, seu Izaac, entusiasta dos nossos estudos, sempre orgulhoso de nossas conquistas! Tão acolhedor e com um olhar tão carinhoso, sempre me recebia ao voltar para casa e sempre me abençoava ao retornar à “vida real”.

Às minhas sobrinhas e sobrinhos, Poly, Dandara, Milenna, Ramsés e Saulo, que foram sempre o motivo de minha alegria e de meu orgulho, pois vejo nelas e neles os traços da nossa ancestralidade!

Ao meu amor e companheiro de vida, Cledson, que sempre muito otimista combatia diariamente meu pessimismo, muito certo de que este dia chegaria! Se encarregou dos cuidados noturnos com as crianças para que eu pudesse estudar e se desdobrou nas últimas semanas para que me sobrasse tempo para concluir a pesquisa no prazo.

Às minhas amigas, irmãs, companheiras de risadas e dilemas! Elas como sempre foram incríveis! Seguraram a minha mão, me incentivaram. Foram suporte emocional e referência profissional. Não tenho palavras para agradecê-las! Alcina, Thaysa, Nina, Jeo e Dêssa — amo vocês! Aos seus companheiros, e meus queridos amigos, Djalma, Murillo e Ronaldo, sou extremamente grata por toda a leveza que sempre trouxeram aos nossos encontros, além das gargalhadas certas que eram sempre o resultado das nossas conversas. Incluo aqui também uma parceira que foi fundamental. Lu, muita gratidão por todos os dias me ajudar a seguir, por acreditar, por ouvir, por confiar e por me fazer rir e seguir! Você foi maravilhosa!!!

À minha terapeuta, Rívia, que me acompanha há 4 anos, por me fazer acreditar, olhar para mim com mais empatia e por saber que morava em mim uma futura doutora!

À Cícera, que alegre nossos dias, nos cuida sem medida — e mesmo sem nenhum conhecimento teórico acerca do feminismo, mostrou uma sororidade sem igual — e a quem devo a tranquilidade para concluir esta pesquisa.

Aos colegas de turma, por todo incentivo e partilha! Tenho muito orgulho da nossa turma e do que enfrentamos nesses anos, tenho orgulho dos pesquisadores que vocês são! Vivi, Tati, Jaque, Uelber, Fernando, Mayra, Aline, Gladson e Mônica, um abraço apertado e cheio de saudade! Aos demais colegas das outras turmas, minha gratidão pelo companheirismo nos momentos difíceis. Desejo força a vocês, em especial às queridas Maricelly e Franqueline.

À professora Gilmaísa, que me aceitou como orientanda e foi incrível durante os dois anos em que estivemos juntas e se alegrou imensamente com a notícia da minha gravidez gemelar no meio do doutorado, me acolhendo de uma forma muito humana e me estimulando a continuar.

À professora Edlene, que aceitou esse desafio e o cumpriu com maestria! Foi imensamente empática, solidária e cuidadosa no seu processo de “desorientar”, como ela mesma costuma dizer. Sempre muito atenciosa e preocupada com todos os desafios cotidianos que eu precisava administrar, não arredou o pé: sugeriu, corrigiu, entendeu meus limites teóricos, respeitou minhas escolhas e contribuiu de forma significativa!

À banca examinadora, composta pelas professoras Norma e Mônica, bem como pelos professores Gianna e Albani. Cada observação, cada sugestão e destaque foi fundamental. À professora Luciana Cantalice, que nos deixou de forma tão precoce, agradeço não somente pelas sugestões da qualificação, mas também por ter acreditado na minha contribuição para a regional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Ao PPGSS e a FSSO, seu corpo docente e técnico, agradeço toda a contribuição teórica e administrativa. Aos meus alunos e alunas que entenderam meu cansaço e sempre participaram das aulas sabendo que era o melhor que eu podia dar naquele momento.

E, por fim, e por serem os mais importantes dessa lista, à Isadora e Valentim, que resignificaram a minha vida! Que me fizeram mãe, que me provocam a ser melhor em tudo o que faço todos os dias, que me abriram mundos que eu jamais pensei habitar, que me fizeram acreditar que eu conseguiria mesmo quando eu chorava de exaustão! Porque ninguém nunca olhou para mim com tanto amor, com tanta paixão e admiração! Foi por mim, mas foi principalmente por eles!

Obrigada!!!

*“A sociedade acostumou com a violência
Tá no DNA como asfixia
A paz foi derrotada na democracia,
Quem diria?
Aqui a narrativa é irracionalista...”*

(Uelber Barbosa – Rasta Bass, Hospício, 2021)

RESUMO

A presente tese de doutorado discute as bases fundantes que fizeram do conservadorismo um traço estrutural da sociedade capitalista e sua relação com o serviço social no processo de preservação da ordem burguesa. O objetivo do estudo é entender as relações sociais e econômicas que deram base para a constituição do conservadorismo e sua inserção nos aspectos ideológicos e culturais da reprodução da sociedade de classes, impactando numa ofensiva conservadora no serviço social que se intensifica dado o recente cenário político e ideológico do Brasil. A revisão bibliográfica foi a metodologia utilizada no processo da pesquisa, fundamentada no método de Marx a partir de uma análise histórica, crítica e dialética, tomando como recurso metodológico a análise imanente dos textos utilizados. O conservadorismo é entendido aqui enquanto resultado da decadência ideológica da burguesia, quando do abandono da sua perspectiva revolucionária e da absorção de uma postura antiproletária. Este pensamento evidencia um irracionalismo que marca uma oposição e uma recusa do materialismo, tornando-se um arcabouço ideológico para sustentar a dominação burguesa. Trazendo a discussão para a realidade brasileira, evidencia-se que o processo da formação sócio-histórica do país foi um locus privilegiado para a estruturação do pensamento conservador no Brasil e para a constituição dos seus valores morais dominantes. Constata-se, a partir desta pesquisa, que o avanço do conservadorismo no Brasil mantém relação intrínseca com as estruturas de poder estabelecidas no país, quando do seu processo de formação sócio-histórica, e que perduram até a atualidade, perpetuando relações sociais e materiais que condicionam a reprodução da ordem capitalista. Esta Tese evidencia que o avanço das múltiplas expressões do conservadorismo no serviço social, enquanto uma profissão historicamente determinada, aponta para um tencionamento do debate teórico-crítico no seu interior, refletindo na apresentação de tendências neoconservadoras pós-modernas que vão causar inflexões nos seus âmbitos ideológico e político, uma vez que afeta a formação profissional e o exercício profissional, implicando na regressão da cultura profissional, comprometendo a implementação do seu projeto profissional e esvaziando a perspectiva histórico-crítica.

Palavras-chave: Conservadorismo. Serviço Social. Reprodução da ordem burguesa.
Neoconservadorismo pós-moderno.

ABSTRACT

This doctoral thesis discusses the foundations that made conservatism a structural feature of capitalist society and its relationship with social work in the process of preserving the bourgeois order. The objective of the study is to understand the social and economic relations that formed the basis for the constitution of conservatism and its insertion in the ideological and cultural aspects of the reproduction of class society, impacting a conservative offensive in social work that intensifies given the recent political and ideological scenario in Brazil. The bibliographic review was the methodology used in the research process, based on Marx's method from a historical, critical and dialectical analysis, taking as a methodological resource the immanent analysis of the texts used. Conservatism is understood here as a result of the ideological decay of the bourgeoisie, when it abandoned its revolutionary perspective and absorbed an anti-proletarian stance. This thought shows an irrationalism that marks an opposition and a refusal of materialism, becoming an ideological framework to sustain bourgeois domination. Bringing the discussion to the Brazilian reality, it is evident that the process of the country's socio-historical formation was a privileged locus for the structuring of conservative thinking in Brazil and for the constitution of its dominant moral values. It appears from this research that the advance of conservatism in Brazil maintains an intrinsic relationship with the power structures established in the country, during its socio-historical formation process, and which last until the present time, perpetuating social and material relations that condition the reproduction of the capitalist order. This thesis shows that the advance of the multiple expressions of conservatism in social work, as a historically determined profession, points to a tension in the theoretical-critical debate within it, reflecting in the presentation of postmodern neoconservative trends that will cause inflections in its scopes ideological and political, since it affects professional training and professional practice, implying the regression of professional culture, compromising the implementation of their professional project and emptying the historical-critical perspective.

Keywords: Conservatism. Social Work. Reproduction of the bourgeois order. Postmodern neoconservatism.

RESUMEN

Esta tesis doctoral discute los fundamentos que hicieron del conservadurismo un rasgo estructural de la sociedad capitalista y su relación con el trabajo social en el proceso de preservación del orden burgués. El objetivo del estudio es comprender las relaciones sociales y económicas que fundamentaron la constitución del conservadurismo y su inserción en los aspectos ideológicos y culturales de la reproducción de la sociedad de clases, incidiendo en una ofensiva conservadora en el trabajo social que se intensifica ante el reciente escenario político y político ideología de Brasil. La revisión bibliográfica fue la metodología utilizada en el proceso de investigación, tomando como base el método de Marx desde un análisis histórico, crítico y dialéctico, tomando como recurso metodológico el análisis inmanente de los textos utilizados. El conservadurismo se entiende aquí como resultado de la decadencia ideológica de la burguesía, cuando abandonó su perspectiva revolucionaria y absorbió una postura antiproletaria. Este pensamiento muestra un irracionalismo que marca una oposición y un rechazo del materialismo, convirtiéndose en un marco ideológico para sustentar la dominación burguesa. Llevando la discusión a la realidad brasileña, es evidente que el proceso de formación sociohistórica del país fue un lugar privilegiado para la estructuración del pensamiento conservador en Brasil y para la constitución de sus valores morales dominantes. De esta investigación se desprende que el avance del conservadurismo en Brasil mantiene una relación intrínseca con las estructuras de poder establecidas en el país, durante su proceso de formación sociohistórica, y que perduran hasta la actualidad, perpetuando las relaciones sociales y materiales que condicionan la reproducción del orden capitalista. Esta Tesis muestra que el avance de las múltiples expresiones del conservadurismo en el trabajo social, como profesión históricamente determinada, apunta a una tensión en el debate teórico-crítico en su seno, reflejándose en la presentación de tendencias neoconservadoras posmodernas que provocarán inflexiones en sus alcances ideológico y político, ya que afecta la formación profesional y el ejercicio profesional, implicando el retroceso de la cultura profesional, comprometiendo la realización de su proyecto profesional y vaciando la perspectiva histórico-crítica.

Palabras clave: Conservadurismo. Trabajo social. Reproducción del orden burgués.
Neoconservadurismo posmoderno.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A ESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E SEUS MECANISMOS HISTÓRICOS DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM: A EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO, A COLONIZAÇÃO, O ESTADO E AS CRISES COMO FACES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL	22
2.1 As origens da expropriação do povo do campo e a expansão colonial	24
2.2 A funcionalidade do Estado no processo de reprodução das relações sociais.....	33
2.3 A natureza das crises capitalistas e sua função social na reprodução ampliada do capital.....	45
3 O SIGNIFICADO SOCIAL DO CONSERVADORISMO E SUA ESCALADA NO CONTEXTO DE CRISE: CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DO SUBSTRATO IDEOLÓGICO CONSERVADOR NO BRASIL.....	58
3.1 O pensamento conservador enquanto ideologia da crise: gênese e fundamentos ideológicos do conservadorismo clássico.....	59
3.2 A colonização do Brasil: sua formação sócio-histórica como solo ontológico para o desenvolvimento do conservadorismo no país.....	81
3.3 Emergência do pensamento conservador no Brasil: constituição e ascensão dos valores morais dominantes no país.....	89
4 O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL.....	106
4.1 Gênese do Serviço Social latino-americano e brasileiro e os elementos do conservadorismo na profissão.....	107
4.2 A Reconceituação na América Latina e as históricas expressões do conservadorismo no Brasil.....	119
4.3 A influência das tendências teórico-metodológicas no Movimento de Renovação profissional no Brasil e a crítica ao conservadorismo	125
5 A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO E O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: APONTAMENTOS PARA A CRÍTICA À OFENSIVA CONSERVADORA NO BRASIL	138
5.1 Decadência ideológica da burguesia e a preservação do pensamento conservador na sociedade burguesa tardia.....	139
5.2 Conservadorismo moderno no Brasil: o recrudescimento do conservadorismo no atual contexto da crise estrutural do capital	150
5.3 Serviço Social e expressões do conservadorismo no Brasil: ameaças contemporâneas à perspectiva histórico-crítica e ao projeto profissional.....	165
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	186

1 INTRODUÇÃO

*“Nenhuma análise científica é possível sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social”.*¹

Georg Lukács

Nos últimos anos a ciência tem sofrido diversos ataques vindos da classe dominante, a qual cultiva as relações sociais e materiais que garantem o predomínio de todo o poder de decisão nas suas mãos, sem ameaças ou com resistências insuficientemente potentes para provocar alterações nas estruturas estabelecidas. O pensamento dessa classe é influenciado pelo seu projeto societário, pelo pragmatismo do cotidiano, pelo senso comum, por preconceitos de todas as ordens e por informações propositalmente falseadas do real, cujo pressuposto é manipular a concepção de mundo da classe trabalhadora, construindo uma consciência retrógrada e ideologicamente favorável à preservação dos interesses burgueses.

Nesse sentido, se destaca o avanço de tendências ideológicas, culturais e políticas respaldadas pelo conservadorismo e firmadas no pensamento social em todos os períodos históricos. Recentemente essas tendências auferiram mais espaço e vazão, a partir da visibilidade que lideranças políticas e/ou religiosas adquiriram com a democratização do acesso às mídias sociais. Seus discursos contribuíram significativamente para a construção de uma cultura do ódio à classe trabalhadora, às mulheres, aos negros, aos povos indígenas, aos LGBTQIA+² e outras minorias sociais. Resultam disso o aprofundamento das desigualdades sociais, a impossibilidade de acesso aos meios fundamentais de produção e aos bens produzidos, bem como da construção de uma unidade de classe.

Nas palavras citadas acima, Lukács afirma que para o desenvolvimento de uma análise do real, do ponto de vista científico, necessita-se ir aos seus fundamentos. Deste modo, para se entender os acontecimentos históricos e sociais de uma determinada sociedade é necessário estudá-los na sua complexidade, apreendendo o movimento do real a partir dos fenômenos sociais, os quais são os elementos centrais da composição de tal realidade. E isto somente é possível se o estudo e, questão for subsidiado por fundamentos filosóficos e metodológicos influenciados pelo materialismo histórico e dialético de Marx. A referência a esta perspectiva teórica se dá em virtude do reconhecido padrão de cientificidade de seu método para analisar o

¹ Trecho retirado do livro *A destruição da razão* de Georg Lukács (2020, p. 21).

² Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, *queer*, intersexo e assexual dentre outros.

real como de fato é, rejeitando com isso qualquer teoria do conhecimento cujo fundamento parta do subjetivismo ou do idealismo.

Desse modo, é possível estudar e entender a atual fase das relações sociais e materiais estabelecidas na sociedade contemporânea, captando seu movimento histórico para visualizar seus impactos na humanidade em um futuro próximo, e especialmente na classe trabalhadora, caso esta mesma classe não faça o enfrentamento necessário para a transformação do real. Em tempos nos quais tem sido necessário defender o óbvio, pesquisar e produzir conhecimento com base na análise do real, tendo a história como fundamento para explicar o presente, é uma tarefa necessária, cotidiana e urgente para enfrentar esta ofensiva e subsidiar a construção de outro tipo de pensamento e de relações entre os seres humanos.

Situados esses elementos acerca do processo de pesquisa, faz-se necessário evidenciar que o estudo desenvolvido nas páginas que se seguem resulta de questionamentos, leituras e debates acerca do conservadorismo no Serviço Social, decorrentes do exercício da docência, da supervisão de estágio, das orientações de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da participação nas entidades representativas do Serviço Social, nos encontros científicos da categoria e naqueles de atualização profissional. Não se trata de uma análise sobre o aparecimento do conservadorismo na profissão, posto que ele é componente da sua essência, está na sua natureza e, por isso, lhe é uma condição inalterável; mas sobre os fundamentos históricos e teóricos das representações ideológicas conservadoras e como elas foram se reatualizando no interior da profissão até a contemporaneidade, considerando que são as condições históricas concretas que definem seus impactos e a construção de estratégias de enfrentamento pela ala progressista do Serviço Social.

A partir dos aspectos levantados, algumas questões nortearam o estudo em questão, quais sejam: 1. A partir de uma análise sócio-histórica das diversas manifestações do conservadorismo, de que maneira esta tendência ideológica contribui para a reprodução da sociedade de classes? 2. Quais as implicações do conservadorismo no interior da profissão para o desvelamento do real e a intervenção na realidade social? 3. Quais as influências do processo conjuntural atual para a reposição intelectual do conservadorismo no Serviço Social?

A trajetória escolhida partiu das bases históricas e teóricas que possibilitassem entender as raízes do conservadorismo moderno, as quais serviram de alicerce para a constituição da profissão, bem como para o fortalecimento de um pensamento social que serve de suporte ideológico e cultural para a manutenção das estruturas de poder que sustentam esta sociedade de classes. Ressalta-se que, ao longo dos anos, o conservadorismo buscou novas versões de si adequadas às condições econômicas e sociais de cada tempo, para viabilizar as condições

ideológicas de controle da classe que sustenta materialmente esta sociedade. Neste sentido, foi possível entender como o pensamento conservador se repõe, recompõe e fortalece, considerando as transformações societárias, principalmente os ambientes estruturados a partir das crises econômicas — sejam elas menos ou mais severas —, a ponto de ameaçar a estrutura global.

O estudo ora apresentado foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica de cunho teórico e histórico, visando ultrapassar os limites de uma análise exploratória e formal dos textos estudados sob uma abordagem imanente³, entendendo que é substancial explorar todas as suas dimensões. Com isso, tornou-se possível a apreensão dos aspectos mais essenciais de cada produção teórica utilizada, visto que foram exploradas as suas potencialidades científicas através da decomposição dos textos para, em seguida, realizar sua consequente interpretação. Importante salientar que a pesquisa se realizou sob o viés da perspectiva marxiana, considerando que somente com uma análise ontológico-materialista é possível transcender os limites da aparência dos fatos para o entendimento do real em sua essência, a qual é histórica e também um produto social.

Nesses termos, cada temática foi estudada e produzida considerando a sua cronologia histórica e social, não desassociadas das determinações fundamentais e das implicações que os fatos históricos e as tendências filosóficas tinham uns sobre os outros. Daí a necessidade de se entender os fundamentos históricos e sociais que deram e continuam dando suporte para a reposição do conservadorismo na vida social, nas relações estabelecidas e reproduzidas entre humanos, na origem e na atualidade do Serviço Social, como estratégias para a preservação da ordem capitalista.

Portanto, o objetivo desta pesquisa consistiu em apreender as bases estruturantes que possibilitam o avanço do conservadorismo no Serviço Social, perpassando os elementos históricos e sociais que condicionam a presença do pensamento conservador enquanto ideologia dominante na sociedade burguesa, cujo fundamento é a preservação da ordem estabelecida. Entender os elementos que condicionam a reposição do conservadorismo no Serviço Social possibilita identificar suas implicações para a profissão, as quais provocam retrocessos teóricos,

³ Trata-se de um procedimento investigativo em que o texto em si é tomado como objeto do estudo, sendo ele decomposto em todas as suas dimensões para em seguida ser reconstruído. O procedimento da investigação imanente de um texto requer ainda que se estabeleça a sua relação com as determinações históricas. Esta metodologia, segundo Lessa (s.d., p. 7-8), leva “[...] a construção de uma teoria interpretativa do texto (ou do aspecto, categoria ou conceito em questão) que possibilite retirar do texto elementos teóricos para a orientação da práxis social a qual se destina o objeto investigado”. Costa (2009, p. 32) ressalta a importância da análise imanente afirmando que se trata de um “poderoso instrumento de investigação teórica” que evidencia o que o pesquisador pensa sobre determinado tema e como apreende a realidade, “configurando o embate dos homens entre si, que impulsiona o processo de conhecimento”.

políticos e práticos e comprometem a implementação de um projeto profissional realmente comprometido com a classe trabalhadora.

Sistematizada neste trabalho, nossa pesquisa tratará o tema proposto em quatro seções, considerando o desafio de analisar histórica e teoricamente o objeto de estudo, aprofundando a produção teórica já existente, sem pretensão de exaurir a discussão acerca das temáticas, as quais requerem sempre aproximações sucessivas para garantir o nível de cientificidade. Vale destacar o respaldo que produções teóricas reconhecidas no meio acadêmico como verdadeiros clássicos deram para esta pesquisa, posto que possibilitaram ir aos fundamentos da temática, a saber: Marx, Engels, Lenin, Lukács e Mészáros. Outras produções radicadas e que foram essenciais à apreensão dos elementos estruturantes da reprodução da ordem capitalista estão entre as obras de Mandel, Laski, Prado Jr., Netto, Mazzeo, Coutinho, Santos Neto, Paniago, Pimentel e Gianna. Os principais autores que respaldaram teoricamente o debate acerca da gênese do conservadorismo foram Burke, Nisbet e Souza. Já o subsídio teórico para a análise da história do Serviço Social e os descaminhos promovidos pela presença e reprodução do conservadorismo no Brasil e na profissão foram pautados nos escritos de Castro, Guerra, Iamamoto, Lema, Bonfim, Yazbek, Barroco e Cantalice. Diversas outras produções teóricas fundamentadas pela teoria marxiana foram estudadas e citadas ao longo do texto, não sendo menos importantes que as demais. Estas referências, somadas àquelas acima mencionadas, possibilitaram o primeiro contato ou o aprofundamento de temáticas, a revisão de literatura, a absorção de ideias e conceitos, a articulação entre acontecimentos históricos, a influência de tendências ideológicas na vida social. Enfim, possibilitaram que o objeto em estudo fosse desvelado, mas não esgotado.

Assim, seguindo o programa de estudo proposto, tomou-se como ponto de partida a reflexão acerca da expansão capitalista enquanto estratégia para a consolidação do modo de produção e o aumento da acumulação de capital, ampliando ou intensificando os mecanismos de violência contra a classe trabalhadora — como a exploração, a expropriação, escravização, coerção, subordinação e desumanização — para promover a preservação das estruturas de poder estabelecidas na sociedade.

A análise da constituição do modo de produção capitalista, desde a exaustão do feudalismo até sua fase de expansão mercantil, vai delinear a passagem da acumulação primitiva de capital até sua etapa de autorreposição, ambas pautadas na exploração da força de trabalho, diferenciando-se no que diz respeito à utilização de trabalho escravo pela segunda. O desenvolvimento do capitalismo, portanto, não consegue se firmar senão pela expropriação do

trabalhador dos meios fundamentais de produção, efetivando a subsunção formal do trabalho ao capital.

O modo de produção capitalista não promove espaço para a realização do trabalhador sem as amarras da dependência das relações de produção, sem a necessidade de constituir e manter a propriedade privada de outrem, sem que ele seja expropriado das suas terras, dos meios de produção e do produto do seu trabalho. E com a colonização não foi diferente, pois colocou-se nesse processo como uma das estratégias de acumulação de riquezas mais devastadoras para os recursos naturais e mais violentas e opressoras para a força de trabalho, sendo um impositivo a utilização do trabalho forçado.

Através da trajetória histórico-crítica recuperada neste estudo foi possível tornar evidente o papel central do Estado enquanto guardião dos interesses da classe dominante desde o seu surgimento, sendo capaz de sofisticar a si e a seus mecanismos de dominação política e econômica ao longo da transição de um modo de produção ao outro. Ele se constituiu antes do capitalismo com a função de auxiliar na reprodução das sociedades de classe, sob as bases da propriedade privada, passando a atuar de forma mais incisiva no âmbito do modo de produção capitalista. Estrategicamente, o capitalismo monopolista apropria-se do Estado impondo-lhe suas necessidades, as quais, para serem atendidas, vão carecer de que ele exerça um papel de consenso e coesão.

Consideradas as transformações pelas quais passou a sociedade burguesa nas últimas décadas, requisitou-se do Estado o seu redimensionamento, em função das necessidades econômicas, sociais e políticas no estágio monopolista, passando a atuar sobre as condições externas da produção. Assim, inaugura-se uma nova modalidade de Estado, incidindo na produção econômica de forma sistemática. No âmbito do capitalismo monopolista o Estado aparece como protagonista que garante consensos, legitimando-se socialmente através das garantias sociais, por meio da regulamentação das políticas e dos serviços sociais. Torna-se assim mais complexo, assumindo a figura de consenso entre as classes, mas mantendo os elementos políticos da sua gênese, provocando o arrefecimento das lutas por via do seu papel coesionador. Portanto, ao absorver as reivindicações da classe trabalhadora, o Estado empreende reformas que vão garantir, direta e indiretamente, a preservação e o controle daquela classe, cujo destino está direcionado à contínua ampliação da sua exploração. Este quadro requer do proletariado, enquanto sujeito revolucionário, encarar a sua tarefa histórica fazendo da sua “[...] *atividade sensivelmente humana*” uma “atividade ‘prático-crítica’” (LABICA, 1990, p. 30).

Transpondo esse papel do Estado para os períodos de crise do capital, torna-se possível perceber o acirramento das estratégias de contenção da classe trabalhadora, evitando com isso as ameaças ao sistema e, por consequência, à burguesia. Mészáros (2011) afirma que o capital possui uma dinâmica incessante de busca por expansão e acumulação, processo no qual não pode prescindir do controle absoluto sobre o trabalho, que promove em sua base um antagonismo estrutural que o torna incontrolável e, portanto, irreformável. Assim, a estrutura do capital é extremamente propícia à instauração de crises, sejam elas periódicas, e portanto passíveis de serem solucionadas no interior do próprio sistema — visto que atingem apenas uma de suas dimensões e cujas soluções promovem sempre possibilidades favoráveis à sua reprodução ampliada — ou portadoras de uma configuração mais abrangente, no sentido de possuírem um caráter universal, como a atual crise estrutural do capital, somente passível de solução com a configuração de uma outra forma de sociedade.

O estudo acerca da natureza das crises e a função social a elas correspondente no processo de reprodução da ordem capitalista não deixa margem para não se apreender que o capital busca conter suas contradições essencialmente por meio da política, sendo ela uma via inestimável para a reprodução da classe trabalhadora. Entretanto, desconsidera que ela própria, por compor a sua base de regulação social, encontra-se também em crise, de modo que seu papel de coesão social vai precisar de ajustes pautados na relação de forças determinada pelos países imperialistas. Assim, instauram-se medidas de coesão ainda mais conservadoras, e por vezes autoritárias, condicionando um ambiente social viável à emersão de posturas autocráticas por parte da classe econômica e politicamente dominante, fortalecendo o pensamento conservador e a reprodução desta sociedade.

Para dar prosseguimento ao plano de estudos, a segunda seção abordará ontologicamente o conservadorismo enquanto ideologia da classe dominante, para com isso apreender o seu significado social, visando entendê-lo enquanto sistema de saber e também sua proposta política. Serão apresentados os fundamentos e influências ideológicas que possibilitaram a gênese dessa corrente de pensamento e sua ascensão em períodos de crise, bem como sua estruturação como pensamento dominante no Brasil, considerando aspectos predominantes no processo de formação sócio-histórica do país — essencialmente a violência decorrente da colonização e do escravismo. Considerando o objeto de estudo da pesquisa, que de modo geral se configura no estudo do conservadorismo no Serviço Social, considera-se fundamental apreender as bases teóricas, políticas e sociais desta ideologia para aproximarmos do seu real impacto na profissão, de forma direta e por meio das transformações na sociedade.

Neste estudo pretende-se evidenciar que o conservadorismo é uma “estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente” e, portanto, adequa-se às necessidades concretas que a realidade social impõe a partir de relações sociais estabelecidas em determinada sociedade (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 11). Os autores esclarecem que o conservadorismo se diferencia do tradicionalismo porque transcende o âmbito subjetivo do indivíduo. Nesse sentido, mantém conexão direta com a dinâmica historicamente posta, requisitando reflexão e coerência para garantir a sua superioridade e dominação como substrato ideológico de uma sociedade, através de argumentos que se opõem a outras formas de pensamento, visando o desenvolvimento da sociedade em seus moldes.

A discussão da gênese ontológica do conservadorismo e seu significado social foi realizada a partir do estudo da obra clássica de Edmund Burke, *Reflexões sobre a revolução na França*, publicada em 1790, que carrega consigo a tônica da “substância filosófica” do conservadorismo (NISBET, 1987, p. 15). Burke foi um parlamentar britânico e ferrenho defensor da aristocracia, do constitucionalismo monárquico e das instituições e tradições do antigo regime. Através de seus escritos ele realizou uma crítica moral ao processo revolucionário francês pelos descaminhos que estava provocando nas relações sociais instituídas, inclusive ameaçando a ocorrência de insurreições em outros países. Daí uma característica fundamental do conservadorismo ser a postura antirrevolucionária e a apologia à religião como o caminho possível para a condução da sociedade, pela manutenção do direito divino atribuído à classe dominante e dos princípios que regulavam a classe trabalhadora, evitando possíveis levantes populares.

A obra de Burke se encarrega de fundar o moderno conservadorismo político a partir de sua interpretação do processo revolucionário francês. Sem necessariamente usar do apelo emocional para chamar a atenção de seus leitores, o autor acaba por persuadir o público a entender, com base no seu ponto de vista histórico, que o levante francês resultou mais em regressos do que em desenvolvimento. Segundo Souza,

As *Reflexões*, nesse sentido, não apresentam apenas a síntese dos interesses contrarrevolucionários de uma aristocracia golpeada. Constituem-se também em um manual antirrevolucionário, na medida em que constrói um quadro de referência ideológica e política elaborado como antítese da revolução insurrecional, aquela que funda uma nova sociabilidade por intermédio do ‘assalto ao céu’. Em seu lugar, prescreve um ideal e uma prática ‘revolucionária’ de mudanças políticas e econômicas ‘pelo alto’, conduzidas pelos setores mais elevados das classes dominantes (SOUZA, 2016, p. 130, grifos da autora).

Assim, Burke ficou conhecido entre os conservadores como o “profeta do conservadorismo” moderno (NISBET, 1987, p. 14). Também chamada de conservadorismo clássico, esta tendência é uma modalidade do pensamento conservador associada a períodos adversos da história, nos quais ela ascende, se estrutura, se consolida e se reatualiza de acordo com as particularidades do momento histórico.

Outros autores também foram utilizados nesta análise com vistas a fundamentar e avigorar as ideias de Burke — a exemplo de Nisbet (1987), sociólogo que se autointitula conservador —, e para trazer a análise da gênese do conservadorismo a partir de uma perspectiva histórico-crítica, como é o caso de Souza (2016) e outros pesquisadores da tradição marxista que aprofundaram seus estudos acerca do conservadorismo respaldados pela teoria crítico-dialética. Para entender o fundamento teórico do conservadorismo moderno de Burke foi substancial trazer Lukács e sua discussão acerca do irracionalismo, entendido enquanto escola filosófica que fortalece a postura reacionária da burguesia, dando aos intelectuais conservadores subsídios para reproduzir seus pensamentos e confrontá-los com qualquer perspectiva teórica que se utilize da razão para explicar o mundo e as relações entre os humanos.

Em *A destruição da razão* (2020), Lukács desenvolve uma análise teórica fundamentada acerca da História da Filosofia Contemporânea a partir de criteriosa investigação das obras de grandes filósofos, a qual resulta em um texto de denúncia acerca do caráter reacionário presente no pensamento filosófico da Alemanha dos séculos XIX e XX. Trata-se de um estudo de valor inestimável que vai apontar, dentre tantas outras questões, a construção do pensamento alemão considerando a sua tardia transição ao capitalismo e todas as consequências de uma burguesia ainda ineficiente na administração das relações econômicas e sociais daquela sociedade. O autor traz não apenas a discussão sobre o irracionalismo, destacando ainda o aparecimento de tendências modernas desta corrente, em virtude dos novos contornos que o pensamento filosófico da época ia absorvendo à medida que as relações de produção e a luta de classes também se reestruturavam. Com isso, é possível entender o caminho escolhido por Burke na sua apreciação tão carregada de valores morais e religiosos, a ponto de negar a razão e os avanços da ciência para entender o real.

Trazendo a discussão do conservadorismo para o Brasil, foi necessário realizar uma análise histórica das bases estruturantes da formação desse pensamento no país, a qual se deu por via do seu processo de colonização, cujas marcas ideológicas, sociais, políticas e morais se fazem presentes até a atualidade. O Brasil se estrutura enquanto país a partir da extração de suas riquezas naturais, da pilhagem, da escravidão dos povos originários e dos negros roubados do continente africano. Aqui os colonizadores europeus se estabelecem com o único propósito de

fortalecer o seu comércio e expandir suas riquezas, impondo seu modo de vida e concepções de mundo. A partir disso, constituem-se valores morais carregados de preconceitos que se intensificam à medida em que o pensamento conservador vai ganhando espaço entre a própria classe trabalhadora. A moralidade brasileira vai impactar na construção de um sentimento de subordinação no país, em especial entre os trabalhadores, dificultando, inclusive, sua organização política. Além disso, possibilita constantes ameaças à democracia em virtude do avanço de posturas radicais, autoritárias e autocráticas. São identificadas também posturas supremacistas que intensificam o racismo, a intolerância religiosa e a xenofobia, além de outras formas de preconceito que subjagam e matam, principalmente mulheres — em especial mulheres negras e periféricas, e jovens negros, sendo estes as principais vítimas da violência no Brasil.

As considerações aqui desenvolvidas servem de base para a apreensão da formação sócio-histórica do Brasil e da atualidade política e econômica do país, essencial para o desenvolver de qualquer objeto de estudo vinculado à realidade nacional. Daí a necessidade de tomar como referencial teórico não somente os escritos de Marx — que deram o entendimento desde os fundamentos da acumulação primitiva e da colonização, com base ontológica —, mas também a utilização de autores nacionais e academicamente reconhecidos na análise da história do Brasil para desmistificarmos as relações de subordinação econômica e cultural que o país traz consigo.

Com isto, pretende-se apresentar ao leitor e pesquisador da temática não somente um panorama histórico e ideológico do conservadorismo, mas também suas configurações e reatualizações para viabilizar as estruturas que garantem a reprodução social e o antagonismo à classe trabalhadora. Inevitavelmente, o Serviço Social é atingido com as sequelas do movimento de naturalização do conservadorismo, não apenas pela sua presença histórica na profissão, mas principalmente por sua infinita capacidade de se repor, ameaçando o projeto profissional e todo o avanço teórico-crítico alcançado pela categoria.

Assim, seguindo o fluxo da análise histórica e teórica da temática em questão, na terceira seção da sistematização de nossa pesquisa repousa a reflexão acerca do Serviço Social e sua relação intrínseca com o conservadorismo, sendo necessário delimitar o estudo a partir da emergência e evolução da profissão na América Latina e no Brasil. Tal medida foi necessária considerando que ambos possuem processos históricos semelhantes, viabilizando uma discussão mais linear da trajetória de estruturação do Serviço Social enquanto profissão até as transformações pelas quais passou de meados para os fins do século XX, a exemplo do Movimento de Reconceituação e da Renovação profissional. Foi possível demarcar a presença

do conservadorismo no Serviço Social desde sua origem, a forte relação desta tendência com os princípios da Igreja Católica — instituição atrelada à gênese, à formação e ao exercício profissional até o processo de laicização —, as suas diversas expressões durante a Reconceituação e a Renovação, bem como sua ofensiva na contemporaneidade, impondo retrocessos teóricos, políticos, éticos e técnicos à profissão.

O debate vai apontar para o aparecimento e a forte influência de tendências neoliberais, neoconservadoras e pós-modernas no Serviço Social, uma presença nociva à profissão, às suas conquistas teóricas e ao seu projeto profissional. Daí a necessidade de aprofundar os estudos acerca desta temática que, além de atemporal, é extremamente necessária diante da conjuntura ideopolítica, que força a cada dia a naturalização do conservadorismo como visão de mundo.

Na quarta e última seção serão apresentadas as peculiaridades do conservadorismo brasileiro na atualidade, considerando o seu recrudescimento no contexto da crise estrutural do capital e seus reflexos no Serviço Social. A análise das expressões do conservadorismo na profissão já demonstrou o quão necessária é a investigação sobre a história da sociedade de classes e de si própria, associada à um referencial teórico crítico e dialético — elementos basilares para a apreensão da realidade e construção de um posicionamento verdadeiramente crítico e revolucionário. Entretanto, este referencial crítico sobre o qual se pauta o Serviço Social sofre ameaças cotidianas pela ofensiva conservadora e suas múltiplas formas de se impor.

O chamado conservadorismo contemporâneo traz como fundamento a preservação da estrutura da sociedade estabelecida, desassociando-se da sua marca, que era a manutenção das estruturas tradicionais. Com isso, vincula-se às ideias neoliberais, de cunho reformista, que vão promover o desmonte dos direitos sociais sob a defesa da necessidade de reformas. Assim, a contrarreforma do Estado, o neoliberalismo e o desmonte dos serviços públicos são medidas que enfraquecem um projeto político de esquerda e abrem possibilidades para o fortalecimento das influências conservadoras na sociedade, multiplicando a presença de grupos extremistas com posturas radicais, pregando a violência, a repressão e a tutela e exacerbando preconceitos e discriminações de todas as ordens.

Além disso, ressoa no Serviço Social uma intensificação dos ideais pós-modernos, cuja influência na profissão desde o período da intenção de ruptura, em decorrência da aproximação enviesada à teoria social de Marx, acaba direcionando um referencial teórico deslocado da apreensão da realidade, concebida como uma totalidade concretada. O pensamento pós-moderno despreza a relação entre aparência e essência e se pauta no empirismo como fundamento para explicar o real. A pós-modernidade traz consigo o neoconservadorismo, de

modo que, juntos, vão exacerbar um caráter antidemocrático, com limitadas intervenções estatais apenas ao nível de conter os conflitos entre as classes, além de uma postura austera com os trabalhadores e da retirada dos seus direitos, sob influência dos preceitos neoliberais. Assim, essa carga de retrocessos — seja na produção de conhecimento ou na intervenção na realidade —, impõe ao Serviço Social a necessidade de fazer frente a esta ofensiva, pensando e construindo caminhos que tencionem a influência do conservadorismo em todas as suas dimensões.

Por fim, espera-se com este estudo contribuir com o debate do conservadorismo no Serviço Social, de modo a pensar estratégias de enfrentamento a esta ofensiva que tem sido tão nociva a uma formação profissional crítica e comprometida com o projeto societário da classe trabalhadora. À medida que se aprofunda um estudo sobre uma temática como esta, mais se percebe como os mecanismos de dominação burguesa se estruturam e quais os impactos presentes e futuros para o processo de construção de outra sociedade, sobre novas bases e relações sociais, caso não se avance no seu enfrentamento. É especialmente para contribuir com a luta da classe trabalhadora, da qual o Serviço Social faz parte, que esta pesquisa se faz relevante, apontando a necessidade de fortalecer o debate crítico, em especial por meio das ideias de Marx, as quais mobilizam uma consciência política e a potencialidade revolucionária que possui a classe que sustenta materialmente esta sociedade.

2 A ESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E SEUS MECANISMOS HISTÓRICOS DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM: A EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO, A COLONIZAÇÃO, O ESTADO E AS CRISES COMO FACES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Esta seção traz um esboço do processo histórico, econômico e social da expropriação do trabalho no contexto da emergência e consolidação do modo de produção capitalista, que vai se utilizar da colonização como forma de ampliar a acumulação de capital no âmbito da expansão do mercantilismo. Discute ainda como o Estado se estrutura e configura seu poder de coerção para garantir que a classe econômica e politicamente dominante assim se preserve diante dos conflitos impostos pela luta de classes. Finaliza com uma análise acerca da natureza das crises capitalistas, trazendo as particularidades entre a crise cíclica e a crise estrutural do capital, seus impactos no cotidiano da vida social e seu papel no processo de reprodução do capital, de maneira a possibilitar uma estrutura social e ideológica que facilita o fortalecimento das tendências do conservadorismo nas relações entre os indivíduos.

A discussão perpassa o estabelecimento do trabalho assalariado como decorrência da apropriação privada dos meios de produção pela classe dominante, condicionando o trabalhador a vender “livremente” a sua força de trabalho para garantir sua reprodução. Este cenário desencadeia o empobrecimento da classe trabalhadora e, conseqüentemente, sua dependência às relações de produção estabelecidas pelas próprias necessidades da reprodução do capital. Para viabilizar o processo de expansão capitalista pelo mundo, a classe burguesa toma como estratégia a colonização de novas terras, nas quais se constituíam relações de extração dos recursos naturais até o seu esgotamento, exploração do solo por meio da agricultura de monocultura e atualização da escravidão do trabalho que se voltava à produção de mercadoria para o enriquecimento do mercado europeu. Essa cultura da usurpação de tudo o que envolve o processo de trabalho, na ordem direta da produção de riquezas em detrimento da ampliação da pobreza e da miséria, se consolida durante a acumulação primitiva e vai adquirindo requintes na atualidade do capitalismo maduro.

Nesse ínterim, é possível afirmar a existência de uma relação indissociável entre as funções econômicas e políticas apropriadas pelo Estado burguês para garantir a preservação e o controle da classe trabalhadora, principalmente no âmbito do modo de produção capitalista, considerada sua natureza de acumulação de riquezas, voltada à sua autorreprodução expansiva, sendo um movimento imanente da própria dinâmica do capital. Desde a sua origem até os dias atuais, o Estado sempre desenvolveu com firmeza a sua função social, no que diz respeito a

viabilizar todas as condições para a exploração das classes subjugadas por aquelas que possuem o poder — que têm em suas mãos os meios de produção, a propriedade privada, o domínio ideológico e cultural da sociedade. É um explícito e legítimo defensor dos interesses da classe dominante em todos os momentos históricos, desde a sua constituição até a atualidade. Suas atribuições se intensificam no modo de produção capitalista, agora em pleno exercício da relação capital e trabalho, principalmente em sua fase monopolista, evidenciando a sua dimensão ideológica, pois garante que seja assegurada a maximização dos lucros, aliada à preservação e controle sistemático da força de trabalho, ocupada e excedente, visando contribuir para o enfrentamento das crises experimentadas pelo capital.

Assim como o Estado, o capital foi se transformando ao longo dos tempos, e mesmo possuindo uma natureza inalterável e incontrolável, precisou absorver algumas mudanças necessárias à preservação de seu domínio sobre os trabalhadores, reconhecidos como seu antagonista estrutural. Suas determinações essenciais coadunam para a expansão e acumulação sem limites, de modo que o capital subordina as necessidades humanas à sua busca incessante por lucro. Esta relação de antagonismo com o trabalho vai denotar que a sua estrutura é permeada por contradições que possibilitam o ambiente ideal para a constituição de crises de densidade e duração diferentes — podendo, por vezes, trazer um movimento de recuperação e ascensão econômica ou mesmo colocando em risco a sua continuidade, bem como a da humanidade. As crises cíclicas ou periódicas e a atual crise estrutural do capital desencadeiam sempre processos de acirramento do controle da classe trabalhadora e a intensificação de sua reprodução, para o que se utilizam de mecanismos ideológicos e políticos, principalmente através das ações de coerção do Estado burguês.

Esses e outros elementos vão se colocar como mecanismos históricos de preservação da ordem capitalista, fortalecendo a estrutura do sistema sociometabólico do capital, em consonância com o trabalho e o Estado. O capital, portanto, é afetado pela crise estrutural de tal forma que passa a tentar combater a ameaça da sua continuidade, enquanto sistema reprodutivo social, através da intensificação da dominação sobre o trabalho. Entretanto, mantém-se como um perigo para a humanidade, pois sua natureza destrutiva e favorável às crises não vê outro caminho que não a intensificação do processo de desumanização.

Nesses termos, esta análise permite investigar e entender a estrutura social, política, econômica e ideocultural que foi responsável pela consolidação de uma sociedade pautada na contradição entre as classes, que se acirra à medida que se intensificam as estratégias da expansão destrutiva do sistema do capital e da consolidação do modo de produção capitalista.

Este ambiente se torna favorável à estruturação de tendências ideológicas conservadoras que vão colaborar com a reprodução da ordem capitalista.

2.1 As origens da expropriação do povo do campo e a expansão colonial

Para que se possa entender a dinâmica histórica, as relações materiais e sociais que construíram o solo de possibilidades para a expansão e consolidação do capitalismo, bem como seus mecanismos de contenção e reprodução da classe trabalhadora, foi fundamental recorrer às formulações teóricas de Marx, estando nelas os fundamentos teóricos e históricos necessários para a apreensão da temática. Assim, o ponto de partida para a apreensão da expropriação da base fundiária e da colonização na teoria marxiana é a análise da acumulação primitiva, que precede a acumulação capitalista e todos os seus mecanismos de apropriação privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho, dos quais se institui “a pobreza da grande massa” e “a riqueza dos poucos”. Este processo não se dá por outra via que não a da violência, pois “[...] na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (MARX, 1984, p. 262).

Marx afirma isso pois a acumulação primitiva se estabelece a partir da separação do produtor dos meios de produção, sendo àquele transformado em trabalhador assalariado, cuja condição de “liberdade” lhe impõe como única forma de subsistência a venda da sua força de trabalho. Tal momento se dá com a retirada de todos os meios que garantiam sua sobrevivência, quando da condição de escravo, servo e até mesmo camponês autônomo. O produtor se torna então livre, pois não mais possui e nem é mais posse dos meios de produção. “E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”. Este processo, explica Marx, “[...] aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1984, p. 262). E “O ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. A continuação consistiu numa mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista” (MARX, 1984, p. 263).

Marx toma a Inglaterra como referência para explicar tais acontecimentos, pois lá o capitalismo estava em um período mais desenvolvido, possuindo determinações que impactavam nos âmbitos político, econômico, industrial, além dos reflexos da reforma protestante e do absolutismo, caracterizando-se como a “forma clássica” do desenvolvimento

burguês, cujas principais tendências estruturais já estavam em execução⁴. Assim, esclarece que o modo de produção capitalista vai se gestar a partir da decadência do feudalismo, cuja dissolução se dá a partir de um processo revolucionário, no final do século XV e início do século XVI (MARX, 1984).

O contexto histórico que serviu de propulsor foi a violenta expulsão dos camponeses de suas terras, transformando lavouras em pastagens e gerando uma grande massa de trabalhadores expropriados dos meios necessários à sua reprodução. Para manter a riqueza das nações requeria-se “[...] uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital”. O empobrecimento dos trabalhadores se intensifica com a Reforma Protestante, episódio em que se deu o “[...] roubo colossal dos bens da Igreja [...]”, além da “[...] supressão dos conventos etc. [que] lançou seus moradores na proletarização”. Segundo Marx (1984, p. 266), “[...] na época da Reforma, a Igreja Católica era a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa”, e sua queda leva também ao derruimento das “relações de propriedade” inerentes à feudalidade. Neste momento ocorre “o reconhecimento oficial do pauperismo⁵”, através da 1ª Lei dos pobres, cuja assistência era prestada por meio do recrutamento e do trabalho forçado.

A perspectiva da propriedade privada vai se solidificando a partir da usurpação das terras e posses do Estado⁶ e da Igreja “em escala colossal”, em conjunto com a extração desenfreada da “mais-valia fundiária” e a instalação dos capitalistas no poder. A intenção dos “capitalistas burgueses” ao favorecer esta expropriação era, “entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como pássaros, provenientes do campo etc.” (MARX, 1984, p. 268). Assim, a terra comunal dava espaço à “propriedade privada dos grandes proprietários fundiários”, os quais passaram a contar com o mecanismo da expropriação institucionalizada — isto é, para o que antes era possível por meio da violência direta, agora

⁴ Este quadro dava ao capitalismo inglês a condição de modelo universal, pois, naquele momento histórico, suas relações de produção já haviam alcançado o mais elevado padrão de desenvolvimento das forças produtivas na Inglaterra, colocando o país como centro gravitacional da economia burguesa.

⁵ De acordo com Netto (2001, p. 42), trata-se do “fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...]”.

⁶ A concepção de Estado que foi utilizada nesta pesquisa toma como referência essencialmente os escritos de Marx e Engels, os quais o concebem como um órgão de dominação da sociedade, que atua como um instrumento de coerção e controle da classe trabalhadora para possibilitar a reprodução do capital e das relações sociais burguesas. Substancialmente, o Estado se estrutura a partir de um poder político para garantir que os conflitos resultantes das lutas de classes não sejam empecilhos para a continuidade desta sociedade, sendo a sua base material o antagonismo irreconciliável entre as classes fundamentais.

criam-se decretos que permitem o cercamento das terras comunais para transformá-las em propriedades privadas, aquilo que Marx chama de “decretos de expropriação do povo” (MARX, 1984, p. 269).

Com os cercamentos, o trabalhador da agricultura viu-se impelido a vender sua força de trabalho a outrem por um salário, o qual nem sempre garantia a sua sobrevivência, necessitando ainda da “assistência oficial aos pobres”. “Toda a série de pilhagens, horrores e tormentos do povo, que acompanham a violenta expropriação do povo, do último terço do século XV até o fim do século XVIII [...]”, demonstrou o paradoxo entre o aumento da riqueza das nações e ampliação da pobreza do povo. No século XIX, as estratégias de expropriação das terras adquiriram o mais alto grau de violência, pois consolidou-se o que vinha sendo feito no decorrer dos séculos anteriores: o completo banimento dos trabalhadores do campo, visto que estes “[...] já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo que lavram” (MARX, 1984, p. 270-271). A transformação das lavouras em pastagens se concretizou cotidianamente e o povo foi sendo roubado em proporções tão intensas que não dispunha nem de espaço para viver, muito menos de respeito, sendo, além de expropriado, também executado.

Segundo Marx (1984), “[...] o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal” foram medidas que possibilitaram a “transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna”, evidenciando que a acumulação primitiva se constituiu a partir de um processo extremamente sangrento e violento. Marx (1984, p. 274-275) diz também que os métodos utilizados neste período “[...] conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros”.

A indústria urbana, por sua vez, ainda não estava totalmente preparada para a absorção desse trabalhador livre, levando-os a condição de “esmoleiros, assaltantes, vagabundos”, pois não conseguiam se adaptar à nova realidade nem se inserir no mercado de trabalho.

Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos ‘voluntários’ e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam. (MARX, 1984, p. 275, grifos do autor).

Tal lei se aplicava a idosos, homens, mulheres, crianças e adolescentes, com as penas oscilavam entre o açoite, o encarceramento, a mutilação, a escravidão e o enforcamento,

chegando até mesmo à execução. Os reincidentes eram marcados a ferro e devolvidos às suas cidades de origens. Em alguns casos ainda era possível adquirir uma licença para mendigar, mas o perdão pelo ato nunca fora uma possibilidade. Assim, “[...] o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas [...] por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, 1984, p. 277). Para Marx (1984), a força ideológica aí presente instaura “[...] uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado”, em que a valorização do capital mantém identidade com a exploração da força de trabalho, a qual naturaliza esta relação, inclusive pelo medo do desemprego. Visualiza-se assim a estratégia de regulação utilizada pela cultura dominante nessa sociedade, cuja prioridade evidentemente é manter intocadas as estruturas de poder. Diz o autor,

A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (MARX, 1984, p. 277).

Essa dependência que o trabalhador mantém com as relações de produção capitalistas decorre do próprio processo produtivo, que incute a ideia da lei natural, a qual vai se perpetuando, possibilitando a extração de mais-valia nos níveis desejados e ampliando a jornada de trabalho. Por assim dizer, esse mecanismo regula os salários através de um estatuto, mantendo a dependência ao sistema estabelecido, pois cada vez mais os trabalhadores estão subsumidos ao jugo do capital, sofrendo com salários baixos e insuficientes para a sua reprodução, além de conviverem com as ameaças do desemprego.

Um importante aspecto deste momento histórico foi a organização de resistência da classe trabalhadora através das *Trades' Unions*⁷, que foram criminalizadas em determinados momentos históricos, dada a ameaça à ordem, sendo mesmo passíveis de cumprimento de pena os trabalhadores em situação de coalisão. Dessa forma, não somente a burguesia capitalista, mas também o Estado criou as condições para a acumulação do capital a partir da expropriação dos povos de suas terras, de onde tiravam o sustento e nas quais se reconheciam enquanto classe.

⁷ As *Trades' Unions* foram as primeiras manifestações de organização sindical operária. De acordo com Mazzeo (1988, p. 66-67), tratou-se de uma “[...] vertente do sindicalismo de acentuada tendência corporativista, que se preocupa, apenas, com as negociações salariais e com a garantia dos espaços de emprego para os trabalhadores em suas categorias específicas, limitando sua atuação nas fábricas e desconsiderando o movimento sindical como um todo”.

Marx (1984) chama atenção para a constituição de outro sujeito nesse processo violento que se dá com a passagem do feudalismo ao capitalismo, “Pois a expropriação do povo do campo cria, diretamente, apenas grandes proprietários fundiários” (MARX, 1984, p. 280). Os capitalistas vão se originando a partir da condição de arrendatários, os quais alugavam terras dos senhores fundiários, empregavam trabalhadores assalariados e dividiam os lucros com os primeiros. Entretanto, com o advento da revolução agrícola esses arrendatários enriqueceram bruscamente, pois além da usurpação das terras comunais houve uma “revolução nas relações de propriedade fundiária” a qual “foi acompanhada por métodos melhorados de cultura, maior cooperação, concentração dos meios de produção etc.” (MARX, 1984, p. 282). Este enriquecimento se deu na mesma proporção do empobrecimento desenfreado dos camponeses, visto que “[...] os assalariados agrícolas não apenas foram obrigados a trabalhar mais intensamente, mas também o campo de produção, sobre o qual trabalhavam para si mesmos, se contraía mais e mais” (MARX, 1984, p. 282).

Os arrendatários vão se tornando capitalistas à medida que vão lucrando com a apropriação dos meios de produção. Se intensifica aí a extração da mais-valia, ao passo que até mesmo os meios de subsistência e a matéria-prima tornam-se mercadorias que contribuem para a criação de um “mercado interno”. Com isso, o material utilizado no trabalho dos camponeses agora passa a ter “uma nova alma social” (MARX, 1984, p. 282-283) regida pelo metabolismo do capital, o qual vai estabelecendo suas próprias leis a partir da superação dos limites dos modos de produção anteriores, de forma a traçar novas relações de troca que possibilitem maior acumulação de riquezas.

Assim, a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. E somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita. (MARX, 1984, p. 284).

Não sendo diferente do processo em curso, a transformação do arrendatário em capitalista se dá mediante a violência, a qual possibilita a criação de um mercado interno que vai se fortalecendo com a nova manufatura, gestando em seguida a grande indústria, regida sob o capital industrial, que absorve por completo esse mercado. Tal processo se constituiu a partir da total ruptura com formas anteriores de produção vinculadas ao campesinato. Os métodos utilizados foram cruciais para a acumulação primitiva alcançar sua completude, principalmente porque, para atingir a produção capitalista desejada pela burguesia, também foi necessário

contar com o aparato do Estado, sendo ele controlado de vez pela classe econômica, política e ideologicamente dominante.

Assim, um dos momentos da produção capitalista que entra em cena ainda por meio da relação entre economia e violência, visto que esta é “[...] a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova”, foi o sistema colonial, que possibilitou o amadurecimento do comércio e da navegação. Segundo Marx (1984, p. 286), este sistema, além do “poder do Estado [...]”, também utilizou da “[...] violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição”.

Tal sistema se instituiu com base na escravização e na pilhagem, o que fez com que se desenvolvesse o comércio com grande “concentração de capital” paralelo às altas taxas de pobreza. De acordo com Marx (1984), “[...] as manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado”, deixando, simultaneamente, um rastro de devastação por onde passavam. O autor cita o caso da Holanda como o primeiro país a desenvolver inteiramente este sistema, de modo que “[...] em 1648 detinham o apogeu de sua grandeza comercial [...]” e, ao mesmo tempo, seu povo era o “[...] mais sobrecarregado de trabalho, mais empobrecido e mais brutalmente oprimido que os povos do resto da Europa em conjunto” (MARX, 1984, p. 287-288). Isso evidenciava que o objetivo primordial deste modelo era a extração da mais-valia, independente dos danos causados aos trabalhadores, às cidades, à natureza e às leis e convenções estabelecidas.

Ao tratar sobre *A teoria moderna da colonização*, Marx (1984, p. 295) traz também os aspectos “[...] das verdadeiras colônias, terra virgem que é colonizada por imigrantes livres”. Sua análise se debruça sobre um período histórico no qual os Estados Unidos ainda eram colônia da Europa e especifica um processo de expropriação de riquezas e do trabalhador com vistas à acumulação de capital. Este sistema se materializa a partir da transformação da propriedade social em propriedade privada capitalista, retirando do trabalhador os meios de trabalho e a possibilidade de sua autorreprodução, transformando-o em assalariado e portanto dependente da venda da sua força de trabalho para sobreviver (MARX, 1984).

Ainda em sua fase original, a estrutura produtiva das colônias chocava-se com a evolução do regime capitalista implantado com a acumulação primitiva. Diz Marx (1984, p. 295) que o modo de produção pré-capitalista no qual as colônias viviam confrontava-se com o “mundo já pronto do capital”, pois este deparava-se com “[...] a barreira do produtor, que como possuidor de suas condições de trabalho enriquece a si mesmo por seu trabalho, em vez de

enriquecer ao capitalista”. Segundo Huberman (1982, p. 140), “A chave para compreender o atrito surgido entre a metrópole e as colônias está no fato de que enquanto a metrópole julgava que as colônias existiam para ela, estas julgavam existir para si mesmas”.

Evidencia-se aí uma “antítese” entre os dois “sistemas econômicos”, e, pela própria natureza do modo de produção capitalista, ele vai buscar superar o seu oponente através da violência.

Para esse fim ele demonstra que o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação da maquinaria em larga escala etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente transformação de seus meios de produção em capital. No interesse da assim chamada riqueza nacional ele procura artifícios para produzir a pobreza do povo (MARX, 1984, p. 296).

A questão central é que no âmbito da colônia as relações de produção estabelecidas não caracterizavam o produtor como capitalista ou que ele acumulava capital, pois faltava-lhe o basilar para este modo de produção: que os “meios de produção e de subsistência” se coloquem “[...] como meios de exploração e de dominação do trabalhador [...]”. Era necessário então fabricar trabalhadores assalariados e expropriá-los das suas condições de trabalho, de outro modo “[...] a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis” (MARX, 1984, p. 296).

Viu-se: a expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a base do modo de produção capitalista. A essência de uma colônia livre consiste, pelo contrário, em que a maior parte do solo ainda é propriedade do povo e cada povoador, portanto, pode transformar parte dele em sua propriedade privada e em meio de produção individual, sem impedir os povoadores que chegam depois de executarem essa mesma operação. Esse é o segredo tanto do florescimento das colônias quanto de seu câncer – sua resistência à radicação do capital. (MARX, 1984, p. 297).

Posto isso, as colônias não conseguiriam resistir por muito tempo à ofensiva da expansão capitalista, pois a cada dia ficava mais evidente a contradição entre eles; além disso, o mercado interno exigia sua parte. De acordo com Marx (1984), sem as relações capitalistas plenamente efetivadas no interior das colônias, elementos como “a lei da oferta e da procura”, “a superpopulação relativa”, “a dependência social” do trabalhador ao capitalista, são substituídos pela “constante transformação dos trabalhadores assalariados em produtores independentes [...]” e isto, para o capitalismo em ascensão, “[...] repercute de forma completamente prejudicial sobre as condições do mercado de trabalho” (MARX, 1984, p. 298).

Dessa maneira, o caminho escolhido para fazer derruir este sistema “anticapitalista” foi “[...] o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária [...]”, e com isso “[...] transformar-se num camponês independente”. Nisto se institui o que o autor chama de “colonização sistemática”, pois transforma os trabalhadores em assalariados e dependentes do capitalista, já que precisariam trabalhar e produzir-lhe capital suficiente para conseguir pagar a taxa estabelecida pela sua independência (MARX, 1984, p. 300-301).

Entretanto, Marx (1984) afirma que este método não alcançou o objetivo proposto, sendo um verdadeiro “fiasco”, pois o que se viu — além de um desvio na rota de emigração com destino aos Estados Unidos, que não estava apto em todo o seu território a receber a grande demanda de trabalhadores — foi “[...] o progresso da produção capitalista na Europa, acompanhado de crescente pressão do governo”. Encaminhou-se, segundo o autor, para uma “rápida centralização do capital”, pois se desenvolveu uma desestrutura econômica na “grande República”, retirando dela o *status* de “terra prometida” (MARX, 1984, p. 301).

De acordo com Marx (1981, p. 125), o advento da colonização, tomado na perspectiva da implantação do capitalismo, proporcionou “[...] uma nova fase de desenvolvimento histórico” gerada pela “ampliação dos mercados para um mercado mundial”. Com isso,

A manufatura e o movimento da produção, em geral, receberam enorme impulso através da ampliação do comércio oriunda da descoberta da América e da rota marítima das Índias orientais. Os novos produtos então importados, especialmente as massas de ouro e prata que entraram em circulação e mudaram completamente a posição relativa das classes, desfechando pesado golpe na propriedade territorial feudal e nos trabalhadores [...] (MARX, 1981, p. 125).

Percebe-se um contínuo impulso ao progresso, próprio da constituição do modo de produção capitalista, sendo agora fortalecido pela navegação e pelo comércio, que neste contexto crescem mais que a manufatura. Outro detalhe apontado por Marx (1981, p. 126) aponta é que “[...] através da colonização das terras recentemente descobertas a luta comercial das nações entre si recebeu novo combustível e, conseqüentemente, maior amplitude e animosidade”, resultando na ampliação da acumulação de capital.

As colônias vão absorvendo a produção e o mercado mundial vai sendo cada vez mais compartilhado entre as nações. “A mais poderosa das nações marítimas, a Inglaterra, mantinha a preponderância no comércio e na manufatura. Aqui, já encontramos a concentração num só país” (MARX, 1981, p. 128). Resulta-se deste processo também a proteção aos monopólios de

manufatura, pois eram eles que garantiam a manutenção dos mercados em equilíbrio. Esta proteção foi viabilizada pelo Estado, mas era o comércio que detinha o maior protecionismo, tendo em vista a sua importância política e para o desenvolvimento do mercado mundial. “Foi pelo comércio que o Estado se tornou grande, e conseguiu sua cota na expansão dos negócios e territórios. O mercantilismo era o regime dos mercadores” (HUBERMAN, 1982, p. 141).

Marx (1981) diz que “[...] o século XVIII foi o século do comércio”, o que justifica tamanha atenção da burguesia, principalmente no contexto do colonialismo, devido a toda riqueza acumulada, fruto da expansão comercial (MARX, 1981, p. 128). “Eis uma afirmação clara de que as colônias existiam apenas para ajudar a metrópole em sua luta pela riqueza e pelo poderio nacional”, não sendo uma particularidade que ocorria apenas “na Inglaterra, mas na França, na Espanha, em toda metrópole da era mercantilista” (HUBERMAN, 1982, p. 140).

Posto isso, o que se percebe do processo de colonização, considerando principalmente a Inglaterra enquanto “[...] a nação dominante em poder colonial e comercial-marítimo” (MARX, 1981, p. 127), é que ele se estruturou a partir de invasões em terras potencialmente ricas de recursos naturais que despertavam o interesse comercial de nações usurpadoras, para garantir o objetivo iniciado com a acumulação primitiva, consolidar um novo modo de produção pautado na exploração do trabalho para acumulação de capital.

A colonização foi um empreendedorismo organizado pelo capital mercantil, e não pela nobreza e pela aristocracia decadente. Aliado ao Estado absolutista, o capital comercial tornou-se a força modelar do empreendimento colonizador. E este alavancou a economia europeia, fazendo superar as barreiras naturais que impediam o desenvolvimento de suas forças produtivas (SANTOS NETO, 2015, p. 56).

Desse modo, a colonização europeia de países periféricos evidenciou não somente o progresso e a expansão do mercado mundial, mas também deixou um rastro de violência e expropriação, enriquecendo as grandes nações, empobrecendo e tornando dependentes os países colonizados — tudo em nome do desenvolvimento do capitalismo e da reprodução contínua e ampliada do capital. Além disso, é possível identificar o papel singular detido pelo Estado no referido processo, sempre resguardando os interesses dominantes e sendo funcional ao sistema colonial para desenvolver o comércio e proteger seus mecanismos de expansão. Com isso, ele amplia seu poder e se coloca como um elemento crucial na transição do feudalismo para o capitalismo. Efetiva-se enquanto um instrumento que põe em atividade o modo de produção capitalista, intensificando, inclusive, suas estratégias de regulação da classe trabalhadora e, com o transcorrer do tempo, adequando sua funcionalidade para atender às

necessidades dos monopólios, estruturando as características mais basilares da transição do capitalismo concorrencial ao monopolista.

Uma análise da origem e da função do Estado fundamentada na tradição marxista permite enxergar o marcante caráter de classe que ele possui desde sua instituição. Isto quer dizer que nem sempre existiu, mas que desde o momento em que o desenvolvimento social demanda a estruturação de uma instituição com um poder político para garantir a reprodução de uma determinada ordem socioeconômica, esta postura já o qualifica como um “[...] órgão de dominação de classe” (LENIN, 2007, p. 25). Assim, no transcorrer da história o Estado assumiu uma diversidade de formas sem perder a sua essência, tornando-se um instrumento de opressão e controle de uma classe sobre a outra, na intenção da preservação dos interesses dominantes. É o que será abordado no item seguinte, considerando este papel histórico exercido pelo Estado ao longo da história da sociedade de classes, preservando o pensamento conservador também necessário à reprodução do capital.

2.2 A funcionalidade do Estado no processo de reprodução das relações sociais

A análise aqui desenvolvida acerca do Estado enquanto uma categoria central no processo de reprodução social e, portanto, de preservação do pensamento dominante, fundamentou-se essencialmente nos escritos de Engels, Lenin, Laski, Marx e Mandel, com destaque para a demarcação histórica e social da sua origem e do papel funcional que vem desempenhando ao longo dos tempos. Desde a sua gênese, o Estado ocupa um lugar fundamental na sociedade de classes, imprimindo a função de defesa dos interesses da classe dominante, através de uma postura marcadamente coercitiva e punitiva, revestido, muitas vezes, da cariz de mediador de conflitos.

Em sua análise sobre *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1975), Friedrich Engels conseguiu estabelecer a relação intrínseca entre a gênese do Estado e a divisão de classes. Para tal, o autor fez um resgate de diferentes sociedades em distintos períodos históricos, destacando as transformações sociais e econômicas ocorridas nas antigas gens como o solo ontológico da estruturação dessa esfera política que é o Estado. Segundo o autor, a constituição do Estado remete à desagregação das antigas “uniões gentílicas”, que se estruturaram em um tipo de sociedade com organização simples e sem exploração entre as classes. Lá se adotava um tipo de regime comunitário demarcado pela colaboração interna na produção dos bens necessários à sobrevivência, pois se convivia com a escassez do desenvolvimento das forças produtivas; a propriedade era também comunitária e a divisão do

trabalho resumia-se à sexual, com atividades que remetiam ao uso de força e coragem aos homens e atividades relativas aos cuidados e à organização da casa às mulheres (ENGELS, 1975).

Entretanto, há um expansivo crescimento no processo de produção que vai gerar o desenvolvimento do comércio, a exemplo do surgimento da pecuária e da agricultura, que possibilita “[...] a primeira grande divisão social do trabalho” (ENGELS, 1975, p. 178-179). Por meio desta ocorre a ampliação da produtividade do trabalho, tendo como consequência a escravidão. Assim se institui nesta sociedade a divisão de classes, a qual suscita uma espécie de poder para manter a ordem por meio do controle dos conflitos de interesse entre exploradores e explorados. Nesse ínterim, finda o regime gentílico, pois se complexificam as relações humanas, ao passo em que surgem as classes e institui-se o Estado. Desse modo, o poder estatal se origina da contradição criada entre os interesses particulares e comunitários, estabelecendo-se enquanto uma forma artificial de comunidade que tem por função criar as condições necessárias para a reprodução da contradição fundamental das sociedades de classe: a exploração de um indivíduo por outro.

De acordo com Lenin (2007), “O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes *não podem* objetivamente ser conciliados”, colocando por terra a concepção vulgarizada do Estado enquanto conciliador das classes colidentes (LENIN, 2007, p. 25, grifo do autor). Trata-se, portanto, de “[...] um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento”, de um “poder” que vai atenuar os conflitos e “mantê-lo[s] dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado”. Para conter tais antagonismos o Estado utiliza-se da “instituição de uma *força pública*” (ENGELS, 1975, p. 191-192, grifo do autor) personificada na polícia e no exército — ambos representando o aparelho coercitivo de controle das lutas de classes.

Para Lenin (2007), o Estado representa “[...] um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *submissão* de uma classe por outra”, e que usa desse papel para amortecer “a coalizão das classes” (LENIN, 2007, p. 25, grifos do autor). As palavras de Engels (1975) reforçam a constatação de Lenin:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados;

o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 1975, p. 193).

Seguindo esta concepção de origem do Estado, Laski (1973) analisa a diversidade de formas assumidas por este ao longo dos tempos, atrelado a doutrina do liberalismo. Esta vinculação favoreceu o domínio político obtido pela classe média, a qual ascende a essa posição ao se utilizar do Estado como instrumento para manter a ordem pública. O autor pontua que, quando o “espírito capitalista” estava se instaurando na sociedade, no final do século XV, o Estado foi capturado pelos capitalistas, ao tempo em que buscavam transformar a sociedade, adequando-a aos “hábitos e costumes” que o modo de produção capitalista exigia. Assim, o capitalista “[...] empenhou-se em capturar o Estado porque, dêsse modo, terá em suas mãos, finalmente, o supremo poder coercitivo da sociedade e poderá usá-lo, conscientemente, para os seus próprios fins” (LASKI, 1973, p. 18). Isso posto, Laski (1973) conceitua o Estado como “[...] um conjunto de homens que, num determinado tempo, exercem o poder coercitivo da sociedade de um modo particular”, indicando que esse órgão se coloca à sociedade de acordo com as demandas histórico-sociais e, quando associado a uma doutrina social cujo propósito é a busca pela riqueza e a posse de propriedade, a maneira de exercer esse poder fica cada vez mais vinculada ao “espírito econômico” (LASKI, 1973, p. 59).

Desde a sua origem, o Estado é um instrumento de reprodução dos ideais da classe dominante; ao conter, reprimir e reproduzir a classe explorada, ele lhe imprime a condição de eterna escrava da produção do excedente, sem posses ou acesso à riqueza material que ela mesma produz. As ações do Estado atribuem-lhe a alcunha de burguês, pois além de ser um defensor dos privilégios da classe burguesa, é também um empecilho ao pleno desenvolvimento da classe trabalhadora.

Na análise de Coutinho (2008, p. 51, grifos do autor), Marx, Engels e Lenin

[...] insistem na natureza de classe do fenômeno estatal: por um lado, o Estado teria sua *gênese* na divisão da sociedade em classes, existindo somente quando e enquanto existir essa divisão; e, por outro, a sua *função* seria precisamente a de conservar essa divisão, assegurando que os interesses particulares de uma classe possam se impor como o interesse universal da sociedade.

Entendemos com isso que a instauração do poder do Estado tornou-se necessária à representação dos interesses das “classes possuidoras” — motivo pelo qual fora se afastando todo e qualquer impedimento da concretização deste ato — provindas das antigas sociedades. À medida que se desenvolvia o comércio, se “[...] aprofundavam o antagonismo de classe entre

capital e o trabalho”. No âmbito do poder do Estado moderno, a consequência disso é que este “[...] foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe”, e mesmo com todas as tentativas de suprimi-lo a partir das lutas de classes, ele “[...] revela-se com traços cada vez mais nítidos o [seu] caráter puramente repressivo” (MARX, 1999, p. 85-86).

No *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels (1998) dizem que as lutas de classes sempre estiveram presentes em todas as sociedades, visto que o antagonismo entre elas é uma realidade comum. Há sempre “opressor e oprimido” e o embate entre eles culmina em “[...] uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa”. Exemplo disso foi a estruturação da sociedade burguesa, que se ergueu sobre a sociedade feudal, intensificou os antagonismos desta com a segregação de mais classes, com “[...] novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 1998, p. 9). Mas o que é característico dessa sociedade burguesa é o confronto direto entre duas classes — a burguesa e a proletária —, as quais protagonizam um longo processo de luta, no qual a primeira está sempre impondo sua ideologia e seu modo de vida, enquanto a segunda busca superar essa correlação de forças e construir uma sociedade das massas.

A sociedade burguesa se constituiu com o desenvolvimento do comércio, que por sua vez intensificou o crescimento da indústria com a superação da manufatura, a introdução da maquinaria e a divisão do trabalho capitalista. A acumulação de riquezas daí proveniente culminou na formação da burguesia moderna, que, com tamanho poder em mãos, conquistou a sua “autoridade política”. Assim sendo, “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12). Para os autores, “[...] o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil”, e, atrelado aos interesses da classe dominante, “[...] nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para a garantia mútua da sua particularidade e dos seus interesses” (MARX; ENGELS, 2009, p. 111-112).

Noutra ocasião estes autores afirmam que a burguesia possui “[...] um papel extremamente revolucionário”, pela transformação que operou para estabelecer-se como classe dominante, convertendo as relações entre os humanos em relações comerciais, de troca. Para se tornar detentora do poder, a burguesia derrubou a aristocracia e a soberania da Igreja, estabeleceu a exploração “impudente” e transformou profissionais liberais em assalariados; enfim, “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente os instrumentos de

produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12-13).

É esse constante revolucionar que caracteriza a sociedade burguesa, que dá forma a um mercado expansivo, a produção compartilhada por muitas nações, ao “[...] aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção”, que dissemina a sua ideologia fazendo com que mais nações adotem o seu modo de produção e de vida de forma progressiva. “Resumindo, cria um mundo à sua imagem”, e nesse mundo a burguesia reina imperante, centralizando em seu poder os meios de produção e, nas mãos de uma minoria, a propriedade privada. “A consequência necessária disto foi a centralização política” (MARX; ENGELS, 1998, p. 15-16). Para Marx e Engels (1998), a burguesia controla a tudo e a todos utilizando-se do poder político do Estado, bem como de seus mecanismos de opressão, além de outras categorias que se originam deste processo — como o Direito e algumas tendências ideológicas, que se entrelaçam para garantir o desenvolvimento social no sentido da reprodução da sociedade burguesa.

Segundo Tonet e Nascimento (2009, p. 26), baseados na análise marxiana acerca do Estado, a presença deste possibilita a intensificação da exploração entre as classes, da opressão e submissão entre elas, visto que “[...] ele é uma categoria cuja existência está, inextricavelmente, articulada com a sociedade de classes”. Em seguida os autores complementam:

É porque a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas que se faz necessária a existência do poder político. Deste modo, uma sociedade onde inexistam classes sociais não necessitará de poder político, mas apenas da potência que possibilite a sua autoadministração. A isso Marx chama de ‘administração das contas’ em contraposição à ‘administração dos homens’, típica das sociedades de classes (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 26).

Dessa forma, é impossível para o Estado, nascido das relações de produção, voltar-se contra elas e alterá-las significativamente, pois sua existência deriva da existência de antagonismos estruturais impostos pela propriedade privada e as classes sociais. Assim como “a ideologia, a religião, a ciência”, o Estado é um meio utilizado pelo capital para reproduzir a sua ordem, mas ele por si só não consegue modificar sua essência, somente a revolução proletária alcançará este feito. Para os autores, o Estado é “[...] expressão da alienação, da barbárie humana [...]”, e mesmo que fosse regido pelos trabalhadores não deixaria de expressar os ditames do capital, pois “Sua natureza [...] é sempre de uma força de dominação do homem sobre o homem, em consequência, uma expressão da desumanização” (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 27-28).

Nesse sentido, enquanto perdurar a sociedade do capital, o Estado permanecerá mantendo suas funções ou refuncionalizando-as de modo a adequar-se às transformações societárias, contribuindo fundamentalmente na reprodução e disseminação da lógica burguesa na sociedade. Esta afirmação é possível pois sua essência permanece inalterada desde a origem até os tempos atuais, mesmo com a passagem de um modo de produção a outro, mesmo com a instauração e a superação de regimes ditatoriais, mesmo com o avanço nas lutas e conquistas dos trabalhadores, dentre outros marcos históricos. Ele assume, no transcorrer da história, uma multiplicidade de formas que se adequam às demandas postas pela luta de classes, pelos interesses em disputa, sempre exercendo a representação do controle sobre a classe trabalhadora.

Para explicar melhor as funções estatais e como se adequam ao movimento histórico da sociedade, vislumbrando a reprodução da ordem dominante, Mandel (1982) desenvolve uma análise considerando principalmente o contexto histórico do capitalismo concorrencial e sua passagem ao monopolista, cujas mudanças sociais provocam a ampliação daquelas funções, mas, como dito anteriormente, preservando sua essência. De acordo com o referido autor, o Estado resulta da divisão social do trabalho, constituindo-se a partir da “[...] autonomia de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção” (MANDEL, 1982, p. 333). Estas atividades superestruturais podem ser entendidas como aquelas que viabilizam a “produção e a reprodução da estrutura social”, isto é, garantem as condições essenciais para a manutenção das “[...] relações de produção fundamentais”, já que estes processos não se restringem ao âmbito da economia (MANDEL, 1982, p. 333).

O Estado, ainda de acordo com Mandel, possui algumas funções para além da já consolidada função política, as quais classificam-se da seguinte maneira:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominantes, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é ‘dos males o menor’, ou a ‘vontade suprema’, ou porque nem percebem a exploração) (MANDEL, 1982, p. 333-334).

O que Mandel está explicitando é que o Estado — com as funções de repressão, integração e promoção das condições gerais da produção — possibilita que a classe dominante

atue não somente no âmbito da superestrutura, mas também e principalmente na esfera da produção. Na sociedade burguesa, no período do capitalismo concorrencial, o Estado adquire uma característica peculiar a esta sociabilidade: a autonomização de seu poder, decorrente do “[...] isolamento das esferas pública e privada da sociedade, que é consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos” (MANDEL, 1982, p. 336). Nesses moldes, o Estado vai criar as condições para a consolidação e, ao mesmo tempo, a expansão do modo de produção capitalista através de suas funções econômicas — ou seja, vai criar “[...] leis, moeda, mercado, Exército e barreiras alfandegárias a nível nacional” (MANDEL, 1982, p. 336-337), assegurando a “[...] ‘preservação da existência social do capital’” (ALTVATER apud MANDEL, 1982, p. 337).

Conforme ressaltado por Laski (1973) linhas atrás, no contexto de consolidação do modo de produção capitalista o Estado vai ter suas autoridade e habilidade de coerção totalmente voltadas ao funcionamento da sociedade, seguindo os interesses dominantes. Na época, o poder da Igreja sobre ele e a sociedade já tinha peso secundário, pois os direitos dos proprietários não mais subordinavam-se ao Direito divino. Neste caso, “[...] a preservação da ordem era a tal ponto o bem político supremo que o Estado desatenderia a qualquer apelo de interferência que pudesse comprometer a causa da ordem” (LASKI, 1973, p. 38-39). Com isso, ele tem suas funções direcionadas à dimensão econômica, pois a necessidade de reprodução do capital se sobressai, tornando-se cada vez mais evidente os fins para os quais o Estado deveria servir.

Laski (1973) apresenta a mesma percepção de Mandel acerca da intensificação das funções econômicas do Estado e afirma que ele necessitou forjar os “[...] novos princípios jurídicos para satisfazer às necessidades de uma nova sociedade” (LASKI, 1973, p. 39), sociedade esta que era alimentada por uma doutrina cujo objetivo era conservar as relações sociais estabelecidas. Inclusive, segundo o autor, o “[...] desenvolvimento de normas para a proteção da propriedade privada” (LASKI, 1973, p.41) acabou ocupando muita atenção do Estado nesse período, de modo que este tornou-se o “guardião do bem-estar social” (LASKI, 1973, p. 43).

No transcurso do capitalismo concorrencial para o monopolista, considerando nesse ínterim a sua fase imperialista, ocorre uma alteração nas relações entre Estado e burguesia, bem como nas funções por ele desempenhadas. Afirma Mandel (1982):

O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capitais e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob controle das potências imperialistas.

Isso produziu um aumento substancial nas despesas com armamentos e o desenvolvimento do militarismo, o que, por sua vez, levou a um crescimento ainda maior do aparato estatal, envolvendo um desvio maior de rendimentos sociais para o Estado. As despesas com armamentos têm, é claro, função dupla: a de defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra os rivais imperialistas (e povos coloniais) e a de proporcionar uma fonte de mais acumulação de capital (MANDEL, 1982, p.337-338).

Observa-se no referido cenário “[...] o aumento da influência política do movimento da classe operária, refletido de forma notável na aquisição gradual do sufrágio universal e em seu uso pela democracia social clássica”, provocando no Estado a necessidade da intensificação da sua função integradora (MANDEL, 1982, p. 338). Segundo Engels (1975, p. 195), “O sufrágio universal é, assim, o índice do amadurecimento da classe operária”, porém, ilusoriamente, a lógica da igualdade formal se ampliou com a condição do direito ao voto, e o trabalhador percebia menos ainda que o seu poder político continuava tão desigual quanto seu poder econômico em comparação com a burguesia. Para o referido autor, considerando o modelo de sociedade que conduz o Estado burguês, não é possível aos operários ir além dessa conquista (ENGELS, 1975). Ao mesmo tempo, algumas ameaças à ordem estabelecida provocaram o repasse da “dominação política do capital” do parlamento para o Estado, o qual passou a utilizar com frequência sua “ação autônoma”, com “[...] a finalidade de preservar o poder econômico da burguesia por meio de sua expropriação *política* enquanto classe [...]”, o fazendo “[...] sob a forma de ditaduras militares, bonapartismo⁸ e fascismo” (MANDEL, 1982, p. 338, grifo do autor).

Laski (1973) traz apontamentos fundamentais para a compreensão de como tais ameaças à preservação do poder econômico nas mãos da classe dominante, feitas pelo regime liberal — o qual veio a triunfar no século XIX, foram reprimidas pelo Estado e seu poder disciplinador da classe trabalhadora. Segundo o autor, uma das maneiras foi a implantação de um Estado totalitário por meio do regime fascista, que, “[...] em sua essência, é a destruição de ideias e instituições liberais, no interesse daqueles que detêm os instrumentos do poder econômico” (LASKI, 1973, p. 178). Nessa direção, sua finalidade é “[...] destruir as defesas da classe trabalhadora [...]”, isto é, extinguir todas as suas formas de organização e representação política, para o que contam sempre com a contrapartida do exército e do empresariado, garantindo a permanência dos meios de produção sob dominação burguesa. “O fascismo, em resumo, aparece como a técnica institucional do capitalismo em sua fase de contração”, cujo objetivo

⁸ Diz respeito à forma de governo ditatorial burguês em que “[...] prevalece a figura de uma pessoa ou instituição, com poderes políticos centralizados que, pretensamente, representa todo o povo de uma nação” (MAZZEO, 1988, p. 63-64). O termo foi cunhado por Marx em *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* para designar esta forma de governo.

maior é resgatar o movimento de obtenção de lucros de outrora (LASKI, 1973, p. 178). E nesse processo são impostas à classe trabalhadora restrições de todas as ordens, possibilitando ao Estado ampliar o seu controle sobre o “[...] direito, a educação, a família [...]” a partir de doutrinas conservadoras que pregavam a defesa de privilégios e se orientavam por valores morais (LASKI, 1973, p. 177).

De acordo com o autor, a natureza desse Estado estruturava-se para proporcionar as condições mais adequadas para que os capitalistas mantivessem o processo de acumulação tendencialmente expansivo sempre em funcionamento. Para tanto, tomava-se todas as medidas de controle, administração e repressão que fossem necessárias para esta obtenção de riquezas.

Porque partia do princípio de que o lucro era o motivo social essencial, foi compelido a adaptar as relações humanas ao serviço daquele. Isso implicou a necessidade de um Estado de classes cujo supremo poder coercitivo foi usado para impor a todas as categorias sociais as condições em que a obtenção de lucros era possível. Mais do que isso. Porque é da natureza do homem procurar uma base ética para as ideias que o guiam na vida, a moralidade e a religião também foram amoldadas de maneira a servirem o Estado liberal (LASKI, 1973, p. 187-188).

Numa análise mais contemporânea do Estado, Mandel (1982) destaca a “[...] ampliação da legislação social”, que se caracterizou como uma concessão ao proletariado, visto que a luta de classe ameaçava o domínio do capital. Além disso, “[...] correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista”, assegurando “a reconstituição física da força de trabalho”, que vivia sob ameaça da intensificação e da exploração (MANDEL, 1982, p. 338). Em decorrência desse processo tem-se a ilusão quanto ao estabelecimento de um possível “Estado social”, baseada “[...] na falsa crença de uma distribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho” (MANDEL, 1982, p. 339). As consequências da redistribuição da renda nacional seriam um risco para o capital, bem como provocariam a ampliação do desemprego, espelhando um reformismo que só desencadearia impactos negativos para a classe trabalhadora e o aumento da taxa de lucro e de investimentos para a burguesia.

Além da função econômica desempenhada no capitalismo tardio⁹, o Estado desenvolve outras igualmente vitais para a manutenção desse modo de produção — dentre elas a administração das crises, próprias do capitalismo. De ordem política ou econômica, as crises são contidas pelo Estado através da promoção das “condições gerais de produção” ou mesmo via valorização de capital excedente. Tal processo é feito por meio do “[...] arsenal de políticas

⁹ Corresponde a um desdobramento da época imperialista do capitalismo, marcado pela decadência no sistema econômico (MANDEL, 1982).

governamentais anticíclicas cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32” (MANDEL, 1982, p. 340). Esta estratégia se efetiva mediante o “ataque sistemático à consciência do trabalhador”, ou seja, o Estado vai atacar a partir do desenvolvimento de recursos ideológicos que manipulam o trabalhador, integrando-o a ordem vigente (MANDEL, 1982, p. 340).

Segundo o Mandel,

A pressão geral no sentido de um controle maior de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo, quer diretamente exercido pelo capital ou indiretamente pelo Estado capitalista tardio, é uma consequência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo tardio (1982, p. 341).

Vale salientar que a função econômica do Estado se expandiu de tal forma em busca da valorização do capital que ele passa a ter certo controle sobre os rendimentos sociais, desencadeando sua “redistribuição”. Em outras palavras, o capital vai se nacionalizando ao passo que a burguesia amplia a sua preocupação com uma nova queda, e para isso cria estratégias para aumentar a taxa de lucros e a mais-valia. Entretanto, isso resulta na ampliação da distância financeira entre as classes burguesa e trabalhadora, na ampliação dos impostos, ou seja, “[...] o resultado é uma crise financeira endêmica do Estado capitalista tardio” (MANDEL, 1982, p. 343). De acordo com o autor,

O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação *simultânea* da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade ‘pluralista’. A função objetiva da ideologia ‘economicista’ é, sem dúvida, tentar dismantelar a luta de *classe* do proletariado. Mas a necessidade objetiva dessa ideologia corresponde exatamente à compulsão cada vez maior do Estado em intervir na economia capitalista tardia, e ao perigo de que essa intervenção eduque a classe operária em relação a todas as formas econômicas e sociais da sociedade cuja riqueza produz – potencialmente uma ameaça terrível ao capitalismo tardio (MANDEL, 1982, p. 341, grifo do autor).

Nesse sentido, o Estado vai redefinindo suas funções de modo a evidenciar os interesses da classe burguesa mais que em qualquer outra época e é na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista que esses interesses passam a integrar outras áreas que não somente a da política. Assim, o capital passa a desenvolver mecanismos de controle e influência no Estado — os quais vão desde aspectos burocráticos constituídos no parlamento até “formas de influência privada”, que, por sua vez, “reflete[m] os interesses de classe da burguesia no

sentido de promoção e consolidação das condições gerais de valorização do capital”. O capital passa a exercer um “poder político” sobre o Estado, de maneira que este se consolida como instrumento de dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora (MANDEL, 1982, p. 344-345).

Para tanto, a burguesia determina a estrutura do Estado: por um lado, condiciona “[...] a promoção aos cargos executivos do aparato estatal [...]” a partir da “[...] conformidade às normas gerais da conduta burguesa” (MANDEL, 1982, p. 346). Desse modo, é ilusório pensar que aquele que não se afina à ideologia dominante poderá, nesta sociedade, ocupar o alto escalão do aparato estatal. Mandel (1982, p. 346) lembra que “[...] a função do Estado burguês de proteger institucionalmente e legitimar juridicamente a propriedade privada é algo que impregna necessariamente a estrutura típica de crenças e comportamento da grande maioria da população em tempos ‘normais’”, fazendo com que até mesmo “[...] quadros dirigentes dos partidos de massa da classe operária e dos sindicatos” sejam absorvidos pela ideologia da classe dominante, explicitando que o Estado não tem a função de “árbitro *entre* as classes” e de seus interesses (MANDEL, 1982, p. 346-347, grifo do autor). Por outro lado, inviabiliza que a classe operária faça uso de “qualquer exercício direto do poder” ao estabelecer, além da “desigualdade de propriedade” — própria do capitalismo — a “alienação” e a “fragmentação do trabalho, que condiciona constantemente a consciência dos trabalhadores condenados a ela”. Isto reflete a natureza conservadora do Estado, o qual só é passível de conceber pequenas reformas no seu interior, visando a preservação da ordem social e política do capitalismo (MANDEL, 1982, p. 347-348).

O caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho do Estado burguês, que faz dele um instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas, expressa-se da forma mais clara quando essas relações de produção são diretamente ameaçadas por crises pré-revolucionárias e revolucionárias. Nessas situações, o proletariado se desvencilha *periodicamente* da dominação em geral maciça da ideologia burguesa. O proletariado então, de maneira característica e instintiva, faz da transformação radical das relações de produção existentes o objetivo das ações de massa em larga escala, ou mesmo a questão principal de campanhas eleitorais. Nessas conjunturas, o livre desenvolvimento de suas lutas políticas pode constituir-se em ameaça direta ao modo de produção capitalista (MANDEL, 1982, p. 348-349, grifo do autor).

Para enfrentar situações como essas o Estado propõe reformas e, em última instância, se utiliza de mecanismos de repressão que podem “[...] desenvolver formas extremas de ditaduras violentas” decorrentes da instauração de “Estados fascistas ou regimes semifascistas”. Segundo Mandel, “[...] é a partir das tendências visíveis no desenvolvimento econômico e social do estágio presente do capitalismo monopolista que se deve tirar conclusões sobre a evolução

política do Estado capitalista tardio”, e esta evolução vai intensificar as restrições à organização da classe trabalhadora (1982, p. 349). Entretanto, o autor salienta que o próprio capitalismo vai apresentar problemas que vão possibilitar ao movimento da classe operária a organização e a oposição à “[...] subordinação de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo ao controle direto do capital monopolista e de seu Estado”, que vai evidenciando, cada vez mais, sua natureza de classe. O poder do operário, portanto, somente se fará concreto quando exercido de forma coletiva, o que requer a ruptura com o sistema político, econômico e ideológico vigente. Nas palavras de Mandel (1982), isso significa “[...] a conquista do poder político e a demolição do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados”, ou seja, a questão que se impõe através do Estado burguês não é econômica, mas sim política (MANDEL, 1982, p. 350).

Nas *Glosas críticas*, Marx (2010) explicita que historicamente o Estado desempenha as funções de administração e assistência, atreladas ao fato de ser ele “[...] o ordenamento da sociedade”, de modo que diante de algum problema social acionará medidas administrativas para conter o avanço e as consequências dele decorrentes, “Exatamente porque a administração é a atividade organizadora da sociedade”. Entretanto, nesta administração repousa uma contradição fundamental e na qual se sustenta o Estado: os meios utilizados para atuar nos conflitos de interesse entre as classes vão demonstrar que “[...] a impotência é a lei natural da administração” (MARX, 2010, p. 59-60), pois o Estado é um órgão de dominação de classe, conforme defende Engels (1975), e por isso não vai solucioná-los, muito menos afirmar-se como o fundamento dos males sociais.

Nesses termos, o Estado moderno estrutura suas bases de sustentação na degradação da sociedade — ele carece da exploração, da escravização e do antagonismo, conforme já afirmava Marx (2010), pois “A existência do Estado e a existência da escravidão¹⁰ são inseparáveis”. Dessa forma, “Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada [...]”; eliminando-a, por sua vez, “[...] deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela” (MARX, 2010, p. 60). Como não vai se autodestruir, seu movimento é o da consolidação de seu poder político, utilizando-se do aparato ideológico — e, portanto, conservador — para preservar as estruturas da sociedade de classes e contribuir na acumulação de capital.

¹⁰ Escravidão aqui refere-se a existência da exploração e a impossibilidade de liberdade plena para a classe que produz a riqueza em uma sociedade de classes. O Estado é, portanto, o garantidor da reprodução dessas condições.

Em todas as suas fases o Estado buscou preservar sua base material, fincada no antagonismo entre as classes, cujo pressuposto é a propriedade privada, permanecendo como um instrumento do capital para dominar o trabalho. A burguesia, definida por Laski (1973, p.141) como “senhora única do Estado”, por sua vez, captura-o para torná-lo guardião de seus interesses, associando as funções deste às doutrinas que coadunam para a permanente acumulação e expansão do capital. O Estado articula um papel extremante repressor com a classe trabalhadora a uma postura liberal com a economia, evidentemente executando funções de complementariedade para garantir o desenvolvimento do sistema do capital, pois seus interesses, mesmo em contexto de crise, precisam ser defendidos — inclusive subordinando os interesses públicos à busca pela recuperação das taxas de lucro, no contexto contemporâneo.

Trata-se, portanto, de um órgão estruturado por uma ideologia conservadora que subsidia historicamente a dominação política e econômica de uma classe, ao mesmo tempo que impõe limites para a superação da desigualdade entre as classes. Segundo Mészáros:

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. (MÉSZÁROS, 2011, p. 124-125, grifos do autor).

Numa visão mais contemporânea, é possível reconhecer que o Estado absorve uma agenda neoliberal e a faz cumprir através de medidas cada vez mais autoritárias contra a classe trabalhadora, pois o momento requer um esforço da sua parte na recuperação do capital em crise. No item a seguir será possível analisar como as crises (cíclicas e estrutural) afetaram a maneira de controlar o metabolismo social e, considerando a atual crise estrutural do capital, como a necessidade de reprodução do capital possibilita uma ofensiva do pensamento conservador que age em todas as dimensões da vida social.

2.3 A natureza das crises capitalistas e sua função social na reprodução ampliada do capital

Como se sabe, o capital é uma relação social cuja razão de ser é o controle sobre o trabalho. Segundo Mészáros (2011), ele se institui como um “*comando necessário sobre o*

trabalho”, tendo como norte do seu processo de existência a incessante busca pela expansão e acumulação de riquezas (MÉSZÁROS, 2011, p. 712, grifo do autor). O autor defende este conceito afirmando que o capital se origina, desenvolve e atinge sua maturidade a partir de um processo histórico-social que o põe em constante movimento e consequente adequação ao contexto econômico e histórico no qual está inserido.

Esta necessidade concreta do capital pelo domínio sobre o trabalho provoca o desenvolvimento de um antagonismo estrutural entre eles, cuja compatibilidade é inconciliável, considerando os interesses diferentes de cada um. Neste ínterim, há uma exclusão do trabalho de qualquer tomada de decisão, bem como a gestão das decisões de forma autoritária por parte do capital, não permitindo questionamentos ao seu poder ou comandos hierarquizados. Sobre isso, afirma o autor:

Uma vez definidos à sua maneira pelo capital os objetivos da existência social, subordinando implacavelmente todas as aspirações e valores humanos à sua expansão, não pode sobrar espaço algum para a *tomada de decisão*, exceto para a que estiver rigorosamente preocupada em encontrar os *instrumentos* que melhor sirvam para atingir-se a *meta predeterminada* (MÉSZÁROS, 2011, p. 131, grifos do autor).

De acordo com Paniago (2012, p. 31), o sistema do capital alimenta seu desenvolvimento expansionista através de contradições e conflitos que permeiam a sua estrutura, e assim prossegue “[...] construindo um sistema orgânico que afirma a si próprio como um processo de reprodução ampliada do capital”. Nesses termos, é a sua dinâmica expansiva que mobiliza o sistema do capital, que propulsiona a reprodução ampliada deste, exigindo para tanto o “[...] seu controle absoluto sobre a totalidade social”. É isto o que fundamenta a importância da preservação do seu controle sobre o trabalho, visando sempre novas e intensas formas de se produzir trabalho excedente. De tal modo que,

Diante da necessidade econômica objetiva de incessante acumulação e crescimento expansivo se fundamenta a impossibilidade do capital abrir mão do (ou mesmo atenuar o) controle totalizante que exerce sobre seu antagonista estrutural, pois só assim lhe pode imprimir um grau sempre superior de produção de trabalho excedente (PANIAGO, 2012, p. 33).

Necessariamente, o capital vai adquirindo diversas formas no transcorrer da história, entretanto a sua “*condição absoluta*”, isto é, o “comando objetivado e alienado sobre o trabalho”, não sofre alteração, do contrário correria o risco de desaparecer (MÉSZÁROS, 2011, p. 710). Com base nessa constatação, o autor afirma que o sistema do capital possui uma “natureza incorrigivelmente alienada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 971), de maneira que esta

permanece inalterável mesmo com todas as adaptações históricas que o capital necessite realizar para manter o seu objetivo de expansão. Isto quer dizer que suas determinações mais essenciais se preservam, independente das transformações que venha a sofrer e dos impactos que cause na vida dos indivíduos.

Ratifica Paniago (2012, p. 33): “Em suma, o capital encontra as maneiras mais variadas de contornar as dificuldades históricas impostas ao seu livre desenvolvimento expansionista, não importando por quais metamorfoses tenha que passar, ou quais formas políticas tenha que adotar”. Assim também afirma Pimentel (2012, p. 47), “[...] é no interior desse processo que ele vai construindo sua natureza, sua forma de dominação e controle sociometabólico que passará a exercer sobre a produção social, interferindo diretamente na vida dos indivíduos”.

Nesse sentido, o sistema do capital se configura como um “[...] modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão”, sendo fundamental à sua funcionalidade uma dimensão política — para a qual conta com a intervenção do Estado — e outra dimensão destinada à reprodução material. Mészáros (2011) afirma ainda que esta expansão é sempre “*expansão do capital*”, que se sobrepõe a qualquer outra necessidade, inclusive “subordinando implacavelmente todas as aspirações e valores humanos” a ela (MÉSZÁROS, 2011, p. 131, grifo do autor). A condição para isso é fazer com que toda a sociedade absorva, ainda que de forma fetichizada, essa lógica da expansão, “[...] *orientada e dirigida pela acumulação*”, não sendo seu objetivo fundamental atender às necessidades humanas, mas sim garantir a “[...] preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado” (MÉSZÁROS, 2000, p. 11, grifos do autor).

O autor enfatiza ainda que

O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor ‘microcosmo’ constitutivo ao ‘macrocosmo’ abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é *estrutural*, o sistema do capital é - e sempre deverá permanecer assim - *irreformável e incontrolável* (MÉSZÁROS, 2000, p. 11, grifos do autor).

Esta condição imposta pelo capital conduz a um processo de desumanização dos indivíduos, pois seus interesses e necessidades concretas são desconsiderados quando da imposição do poder de dominação do sistema em questão. E mesmo precisando se adequar às novas transformações societárias, o capital não supera a necessidade de autoexpansão e destruição, e assim desumaniza ainda mais a humanidade, sem perder de vista a sua natureza

inalterável. E isto só se torna possível pela mediação do Estado, pois ele “[...] é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 122, grifo do autor).

Mészáros explica que o capital é constituído por uma “tripla fratura”, localizada na relação entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação. Daí se evidencia a intensidade da contradição inerente a este sistema, pois suas partes constitutivas “pressionam em muitos sentidos diferentes” (MÉSZÁROS, 2000, p. 11) do objetivo central do sistema do capital: expandir e acumular. O capital tem buscado saídas para seus problemas e contradições, incluindo a referida fratura, por meio de estratégias que possam conter o seu potencial destrutivo. Uma dessas estratégias é a busca pela “dimensão coesiva” através das “formações nacionais estatais”, as quais, segundo o autor, “[...] corporificam a estrutura de poder do capital, o qual provou-se adequado ao seu papel através da ascendência histórica do sistema” (MÉSZÁROS, 2000, p. 12). Entretanto, o Estado é permeado por um caráter contingente e o capital é um sistema cuja incontornabilidade está sempre se colando em evidência, dado o seu “[...] irrefreável impulso expansionista”, cujos direcionamentos apontam cotidianamente para uma ameaça catastrófica à continuidade da humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 13).

Na percepção de Mészáros:

A irrestringibilidade dos princípios constitutivos do capital determina os limites de seu sistema de controle metabólico historicamente singular, tanto em termos negativos como positivos. Positivamente, o sistema do capital pode continuar avançando enquanto suas estruturas produtivas internamente incontornáveis encontrarem recursos e saídas para a expansão e a acumulação. E, negativamente, instala-se uma crise quando a ordem estabelecida de reprodução socioeconômica colide com obstáculos criados por sua própria articulação dualista, de modo que a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação já não pode mais ser conciliada, muito menos usada como maquinário poderoso do processo vital de expansão e acumulação (MÉSZÁROS, 2011, p. 122, grifo do autor).

Torna-se possível perceber os limites absolutos¹¹ e cada vez mais evidentes do capital, por isso suas disfunções vão provocar a busca por ajuda que permita tentativas de controle do metabolismo social, isto é, algo diferente que seja implementado para conter “[...] a

¹¹ Diferente dos limites absolutos, Mészáros (2011, p. 175) explica que “Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital”. Neste caso, as crises periódicas vão se caracterizar pelos impactos causados aos limites mais imediatos do capital, pois são passíveis de solução, desdobrando-se, inclusive, em “[...] um novo ciclo de acumulação capitalista” (PANIAGO, 2012, p. 53).

normalidade da extração e apropriação econômica do sobretrabalho pelo capital” (MÉSZÁROS, 2000, p. 12). Entretanto, esta ajuda

[...] provou ser insuficiente para o objetivo de garantir a permanente estabilidade e a inquestionável vitalidade do sistema. Exatamente ao contrário. Pois as intervenções estatais do século XX puderam somente intensificar a ‘hibridização’ do capital como um sistema social reprodutivo, acumulando, desse modo, problemas para o futuro (MÉSZÁROS, 2000, p. 14-15).

Contudo, elas possuem um caráter temporário, pois as determinações desse sistema se sobressaem e apontam para a sua incontrolabilidade, evidenciando, conseqüentemente, a relação intrínseca com as crises. Como ressalta o autor, “[...] não há nada especial em associar-se capital a crise”, tendo em vista que “[...] crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). Isso posto, as crises possibilitam ao capital superar barreiras que se colocam diante de sua necessidade de autoexpansão, considerando sempre os menores riscos para si, bem como utilizando-se de seus mecanismos de autodefesa, e os maiores danos para a classe trabalhadora — danos adensados a depender da severidade da crise e de sua tendência ao aprofundamento.

Em tempos históricos de crise capitalista, o sistema logo trata de enfrentar as conseqüências desta tentando, a princípio, ocultá-las para evitar que o processo de expansão do capital seja afetado. Mecanismos de coerção e também ideológicos para manipular a classe trabalhadora são os principais instrumentos que o sistema utiliza por meio do Estado, de modo a minimizar a aparência das contradições e disfarçar os problemas sociais que se intensificam diante da dificuldade ou impossibilidade de serem solucionados. Tais crises carregam especificidades e diferenças a depender do aprofundamento das disfunções do sistema que afetarão os complexos sociais e imporão riscos à continuidade da estrutura global.

Mészáros evidencia a presença de outras crises que não chegam a ameaçar a estrutura global, pois seu alcance e sua intensidade vão implicar em mudanças no sistema, mas sua severidade não impacta totalmente na preservação da sua sobrevivência, visto que é “[...] parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema”. A estas crises atribui-se a denominação de periódicas ou cíclicas, pois são superáveis, podendo, inclusive, ser “[...] transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão” (MÉSZÁROS, 2011, p. 797). A especificidade deste tipo de crise está associada a períodos de intensificação das contradições do sistema do capital, mas sem impedir o funcionamento do seu mecanismo de

autoexpansão, de modo a afetar uma das “[...] três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização”, sem, no entanto, “[...] colocar em questão os *limites últimos* da estrutura global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798, grifos do autor).

A título de exemplo, o autor cita a crise de 1929-1933, afirmando que tal acontecimento foi marcado por um “[...] nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798), ao tempo em que permitia a sobrevivência do capital, pois era possível recuperá-lo e reconstruí-lo a ponto de torná-lo ainda mais forte e com uma capacidade de expansão ainda maior. Tratou-se, portanto, de uma crise capitalista que afetou a sua dimensão econômica, cujos elementos fundamentais são uma combinação de superprodução e superacumulação, afetando de forma intensa a vida da humanidade para garantir a sua sobrevivência e reprodução, causando miséria e desemprego. Incisiva o suficiente para rebaixar as condições de vida dos trabalhadores, mas não o suficiente para ameaçar o seu processo de expansão e acumulação.

Mészáros (2011) diz que

[...] quanto maior a complexidade de uma estrutura fundamental e das relações entre ela e outras com as quais é articulada, mais variadas e flexíveis serão suas possibilidades objetivas de ajuste e suas chances de sobrevivência até mesmo em condições extremamente severas de crise. Em outras palavras, contradições parciais e ‘disfunções’, ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos *limites últimos* ou *estruturais* do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 797, grifos do autor).

Por outro lado, o autor explica que a atual crise se caracteriza como estrutural porque “[...] afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p.796-797, grifo do autor). Com isso, a crise estrutural suscita — dada a severidade dos seus impactos — a sua “transcendência” ou mesmo “sua substituição por algum complexo alternativo”, tendo em vista que as contradições intrínsecas são sempre repostas, fazendo com que a estrutura global esteja continuamente em seus limites últimos, pois as disfunções desse sistema vão evidenciar o poder de destrutividade do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 797).

Este tipo de crise traz uma “novidade *histórica*”, conforme afirma o autor (MÉSZÁROS, 2011), que se especifica por quatro aspectos: o seu caráter universal, pois atinge todas as dimensões do sistema; a amplitude da sua extensão, pois atinge todos os países; sua temporalidade, no sentido de não possuir tempo para se findar; e, por fim, possui um modo

rastejante de evolução. “Isso significa que ela afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com seus subcomplexos com os quais está interligado” (PIMENTEL, 2016b, p. 303). Em geral, a crise estrutural do capital se caracteriza pelo impacto em suas múltiplas dimensões, não em apenas um de seus aspectos, de modo a colocar em xeque a existência do próprio sistema, uma vez que dificulta a livre e intensa busca por expansão. Segundo Paniago (2012, p. 50) “O não atendimento dessa determinação interna do capital, nos desdobramentos do fim da fase de ascendência histórica, acarretou o aparecimento de uma crise estrutural (sistêmica) que nos acompanha desde os anos 70”.

Mészáros afirma que a crise estrutural do capital não se trata apenas de uma crise de cunho socioeconômico, visto que “[...] reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas”. Nesse sentido, o autor aponta o estabelecimento de estratégias políticas de consenso, considerando que a instabilidade das condições socioeconômicas vai requisitar bem mais do que o Estado moderno pode oferecer, no que diz respeito às garantias para a livre busca do capital por expansão. Assim, suas contradições vão reverberar em todas as esferas da vida social de forma acentuada e com uma intensidade nunca antes vista na história da sociedade, evidenciando que “[...] a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação em geral*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 800, grifo do autor). Portanto, seus impactos são sempre mais intensos na vida dos seres humanos, daqueles pertencentes à classe trabalhadora, pois o atendimento das suas necessidades é negligenciado — bem como o são a destruição contínua e severa do meio ambiente, decorrentes da lógica de desenvolvimento adotada pelo capital.

Dito isto, o autor reforça que

O sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e sua justificação históricas desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão. Desse modo, ao manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*, põe em perspectiva o absurdo desse sistema de dominação (MÉSZÁROS, 2011, p.801, grifos do autor).

Ademais, faz parte da lógica do capital não dirimir conflitos, pois é o seu sistema sociometabólico que produz continuamente contradições, atingindo seus interesses de reprodução, acumulação e dominação. Desse modo, as propostas de enfrentamento às contradições postas por ele e vindas do âmbito do trabalho não são capazes de resolvê-las — dado que são insolúveis dentro do próprio sistema —, o que requereria uma “[...] importante reviravolta”, conforme afirma o autor, “[...] que afetasse não apenas as próprias condições

imediatas de trabalho, mas também todas as facetas da vida social, inclusive as mais íntimas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 802).

Já o capital, segundo Mézszáros (2011), se manifesta de forma oposta ao trabalho, visto que

[...] pode produzir somente as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do indivíduo social autônomo, de modo a negá-las imediatamente. Também as nega materialmente quando ocorrem crises econômicas, bem como política e culturalmente quando é do interesse de sua própria e contínua sobrevivência como estrutura final de dominação (MÉSZÁROS, 2011, p. 802).

A vida humana só interessa ao capital enquanto ainda for necessária à sua reprodução ampliada. No dado momento em que não for mais uma condição, o sistema não se eximirá de intensificar a sua destruição. Dado o caráter de incontrolabilidade do capital, as ações desenvolvidas sob sua égide podem levar às condições de destruição das bases da existência humana em tal magnitude que a própria vida humana pode ser destruída. Com isso, a desumanização compõe parte do processo de autorreprodução do capital, como forma “[...] de salvaguardar sua própria dominação como senhor absoluto do próprio sócio-metabolismo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 803). De acordo com Pimentel (2016b), o sistema não se importa com as consequências das medidas que implementa, uma vez que “[...] a sobrevivência humana não tem a menor importância” para ele, deixando assim seu rastro de destruição, fome, miséria e morte humana e da natureza. Assim o faz “[...] pois, para que o capital possa garantir sua lógica autoexpansionista, a natureza e os seres humanos não passam de meros fatores de produção” (PIMENTEL, 2016b, p. 297).

Isto significa que o capital não medirá intervenções nas relações sociais para manter sua busca pelas bases para manutenção do lucro e da expansão do processo de acumulação, e, conseqüentemente, o seu sistema de dominação. Em tempos de crise estrutural, por exemplo, implementa-se estratégias para a expansão da economia que propõem alterações na estrutura de valores que sustentam a sociedade burguesa — como é o caso da ampliação da luta das mulheres pela sua liberdade¹², ao mesmo tempo em que se reforçam as estruturas de subordinação social,

¹² Sobre isso, o autor acrescenta ainda que ocorre um processo de desumanização nessa luta das mulheres para romper com as opressões do sistema patriarcal, pois o capital consegue articular uma contribuição nesta busca ao mesmo tempo em que impõe suas contradições para manter a subordinação desses sujeitos, tão necessária à continuidade do seu sistema de dominação. Diz Mézszáros (2011, p. 802-803): “Em um sentido – para seus próprios propósitos – o capital ajuda a liberar as mulheres para melhor poder explorá-las como membros de uma força de trabalho muito mais variada e convenientemente ‘flexível’. Ao mesmo tempo, precisa manter a sua subordinação social em outro plano – para a reprodução sem problemas da força de trabalho e para a perpetuação da estrutura familiar predominante – a fim de salvaguardar a sua própria dominação como senhor absoluto do próprio sócio-metabolismo.

através do resgate dos valores patriarcais para manter a família nos moldes do capitalismo, outra medida necessária para a “sobrevivência continuada do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 803). A crise estrutural, portanto, constitui um ambiente social sempre favorável ao reforço ou à readaptação de uma tendência de pensamento que condiciona mais amarras ideológicas e culturais caracteristicamente voltadas para a manutenção das relações sociais historicamente estabelecidas, da estrutura de poder, de opressão e de contradição entre as classes que alicerçam esta sociedade.

Segundo Mézáros, a severidade da crise estrutural do capital aponta todos os dias para a busca por estratégias de contenção do avanço da destrutividade do sistema, entretanto, as intervenções se dão no âmbito dos “efeitos”, nunca em suas “causas”, promovendo a intensificação dos antagonismos existentes, pois para o capital importa mais preservar as “[...] relações de poder estabelecidas [que] tendem a se reproduzir em todas as suas transformações superficiais” do que construir uma “[...] alternativa estrutural” para enfrentar “os fundamentos causais das [suas] contradições” (MÉSZÁROS, 2011, p. 808-809). Com isso, prevalecem estratégias de deslocamento dessas contradições que, mesmo com alguns sucessos temporários¹³, no fim sempre aprofundam a atual crise do capital.

Ao encerrar a fase expansionista e atingir sua máxima ascendência, o capital se depara com seus limites absolutos de forma a não mais conseguir realizar ajustes, como fazia no processo de crises periódicas, pois sua natureza antagônica o impossibilita de garantir equilíbrio e estabilidade, através de medidas tomadas para manter a ordem socioeconômica, tampouco de manter estáveis suas relações políticas.

Nesse sentido, homens e mulheres se defrontam com as consequências desumanizadoras do capital advindas das suas próprias contradições e com a crise progressiva desse sistema de dominação. A crise estrutural do capital, com suas contradições, também afeta diretamente as instituições políticas e o campo da política propriamente dito, resultando numa crise estrutural da política. (PIMENTEL, 2016b, p. 299).

Diante da ineficiência das tentativas de contenção das contradições do capital por meio de ajustes, os quais vão sempre incidir sobre os efeitos da crise, conforme visto anteriormente,

¹³ De acordo com Paniago (2012, p. 57), “Eventuais sucessos conjunturais em nada aliviam o peso da crise estrutural na definição das perspectivas futuras do sistema do capital. As tentativas com algum efeito prático em resolver uma das contradições mais explosivas do sistema, como o desemprego, no longo prazo, apenas agravam a sua dimensão”. Desse modo, os fracassos dessas medidas, às quais Mézáros (2011) vai chamar de “remédios”, funcionam por algum tempo, aliviando o peso que tais contradições impõem. Porém, como os antagonismos do capital são insuperáveis, logo as conquistas alcançadas são abortadas e acabam por intensificar a crise, indicando que não há caminho possível para superar essas contradições que não estabelecer uma forma alternativa de sociedade.

o sistema vê como estratégia de correção de seus defeitos estruturais uma intermediação política. Isto é, toma-se a via da política como remédio para a crise, desconsiderando os limites que a própria política, mediada pela ação estatal, já vem há muito apresentando. É uma estratégia ineficiente porque não adentra as verdadeiras causas da crise, pois esta possui “[...] raízes mais profundas que vão além de meras promessas de um discurso político” (PIMENTEL, 2016b, p. 300). De acordo com Mészáros, estas causas

[...] indicam alguma força aparentemente incontrolável de inércia que parece ser capaz de transformar, com frequência deprimente, mesmo as ‘boas intenções’ de manifestos políticos prometedores em *pedras para pavimentar a estrada para o inferno*, nas palavras imortais de Dante. Por outras palavras, o desafio é enfrentar as *causas e determinações estruturais* subjacentes as quais, pela força da inércia, tendem a descarrilar muitos programas políticos concebidos para a intervenção correctiva. A descarrilá-los até mesmo quando na origem os autores de tais programas admitem que o estado de coisas existente é insustentável (MÉSZÁROS, 2006, p. 1, grifos do autor).

Outra estratégia de controle por meio de intervenções políticas que ampliam ainda mais a desumanização da classe trabalhadora, podendo levar à destruição da humanidade, se efetiva a partir de medidas coercitivas de nações imperialistas para imposição da sua racionalidade, de modo a preservar seu poder de decisão sobre todos os outros países no mundo. Mészáros (2006) faz referência às ameaças nucleares, as quais se tratam de “[...] práticas potencialmente letais de fazer política, do imperialismo hegemónico (sic) global”. O autor faz alusão a ações de intimidação por parte dos Estados Unidos da América (EUA) através do “possível uso de armas nucleares”, as quais chama de “chantagem nuclear”, que nada mais são que medidas autoritárias e indefensáveis em nome da preservação da ordem e dos seus benefícios (MÉSZÁROS, 2006, p. 1-2).

Com isso, os EUA implementam ações que colocam em xeque a existência da humanidade, resguardando-se na falácia da defesa da liberdade e da democracia, e por isso “[...] arrogaram-se o direito moral de actuar como lhes agrada [...] todas as vezes que os seus afirmados ‘interesses estratégicos’ assim o ditarem”. Dia após dia, fica mais evidente que as instituições políticas já não conseguem conter o avanço de práticas autocráticas e arbitrarias das grandes potências imperialistas por meio da chamada “[...] intervenção democrática no processo real de tomada de decisão” (MÉSZÁROS, 2006, p. 2). Donde o pensamento neoconservador tem ganhado amplitude e aliados, ao passo em que práticas manipulatórias e de violação de leis e acordos internacionais têm sido atos corriqueiros, subvertendo-os em detrimento dos interesses econômicos das grandes nações.

A crise estrutural do capital, portanto, não pode ser resolvida com a intervenção das instituições políticas, dado que as suas causas são muito mais profundas, envolvem todas as dimensões do sistema sócio metabólico e afetam muitos complexos sociais. Medidas de cunho político podem contribuir para a superação de uma crise periódica, pois, mesmo que severa, sua amplitude não abarca a totalidade de elementos que garantem a continuidade da existência humana. É sempre possível uma saída para este tipo de crise dentro do próprio sistema, inclusive proporcionando-lhe vultuosos ganhos econômicos.

No caso de uma crise estrutural, a própria política é atingida com as consequências das disfunções fundamentais do sistema, além disso, “[...] não podemos atribuir os problemas crónicos (sic) dos nossos intercâmbios sociais a mais ou menos facilmente corrigíveis contingências políticas”; Mészáros (2006) destaca ainda que é uma tarefa imperativa “[...] investigar as causas sociais e as determinações estruturais nas raízes das perturbadoras tendências negativas na política e na lei; de forma a se poder explicar a sua teimosa persistência e o seu agravamento actual”, visto que a intensificação das contradições do capital tem surtido impactos devastadores para a sobrevivência humana — sendo também urgente, inclusive, tentar ao menos “[...] remediar, de uma forma socialmente sustentável, os muitos sofrimentos óbvios das classes sociais estruturalmente subordinadas” (MÉSZÁROS, 2006, p. 8).

Portanto, conforme conclui Pimentel (2016b),

Não se pode entender a crise *política* dos dias atuais sem o enquadramento social mais amplo do qual a política é parte integrante. Significa dizer que para se apreender a natureza da crise que persiste e o aprofundamento da política no mundo de hoje, há que voltar a atenção para a crise do capital que se prolonga desde 1970, caracterizada como uma crise estrutural universal (PIMENTEL, 2016b, p. 303, grifo da autora).

Dessa maneira, é singular entender a distinção entre uma crise cíclica e a atual crise estrutural, principalmente quanto aos aspectos que definem a relação entre intensidade e caráter universal da crise em questão, o que evitaria falsas interpretações e, conseqüentemente, a implementação de estratégias equivocadas que podem abrir espaço para ações drásticas na sociedade. A exemplo disso, Mészáros (2006, p. 9) diz que uma interpretação equivocada da intensidade de uma crise, em termos da sua severidade ou não, “[...] como Estaline e os seus conselheiros fizeram a meio da ‘Grande Crise Económica (sic) Mundial de 1929-1933’ [...]”, ocasionou na escolha de “[...] estratégias erradas e na verdade voluntaristas, como declarar a social-democracia como sendo a ‘principal inimiga’ no início dos anos 30, o que apenas poderia reforçar, como de facto tragicamente aconteceu, as forças de Hitler” [...]. O contrário, segundo o autor, gera ainda graves problemas — isto é, enfrentar uma crise como conjuntural porque

não apresenta explosões, supondo uma provável estabilidade no “capitalismo organizado” e a “integração da classe trabalhadora”. Este tipo de interpretação “altamente promovida pelos interesses ideológicos dominantes” (MÉSZÁROS, 2006, p. 9) ecoa como espaço justificável de implementação de abordagens reformistas nas instituições de representação dos trabalhadores ou mesmo gerando uma postura não combativa nos movimentos de esquerda.

É válido anotar que a função atribuída à política na contenção da crise não considera a própria crise da política, tendo em vista que ela compõe a totalidade das relações reguladoras da sociedade, sendo, portanto, parte integrante da crise fundamental. Por isso, Mézszáros (2006) afirma que a crise estrutural do capital se manifesta também na política, pois ocupa uma posição vital no processo de reprodução do capital. De acordo com o autor,

Isto deve-se ao facto de o estado moderno ser a *estrutura de comando político totalizadora do capital*, exigida (enquanto a ordem reprodutiva agora estabelecida sobreviver) de forma a introduzir algum tipo de *coesão* (ou uma unidade de funcionamento eficaz) – mesmo numa bastante problemática e periodicamente avariada – dentro da multiplicidade de *constituintes centrifugos* (o ‘microcosmos’ produtivo e distributivo) do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2006, p. 11, grifos do autor).

Tal coesão se dá não sem instabilidades, as quais decorrem da relação de forças entre os grandes e poderosos países imperialistas, e também por isso ela se movimenta de modo a se romper e se recompor, constituindo uma relação de “auto-renovação” — uma dinâmica problemática que ocorre “[...] entre as forças dominantes de países específicos, e *internacionalmente*, exigindo reajustamentos periódicos de acordo com as relações de forças cambiantes entre a multiplicidade de estados na ordem global do capital” (MÉSZÁROS, 2006, p. 11, grifo do autor). Nesse sentido, a política cumpre um papel de extrema relevância para o Estado moderno por tomar a frente na condução dessa ação de coesão, necessária à reprodução do sistema. Entretanto, com a crise estrutural da política, é necessário constituir uma nova coesão acompanhando as relações de força que também passam por alterações, de acordo com o contexto de crise vivenciado.

Se a ambiência propiciada pela sociedade capitalista em si já propicia a elevação do pensamento conservador, em situação de crise do capital percebe-se a intensificação desse avanço do conservadorismo, pois mais do que nunca é necessária a intervenção do Estado no sentido da coesão social. O autor explica que,

Por esta razão, a fim de manter o controlo (sic) autoritário sobre o sistema do capital como um todo, sob as condições de uma crise estrutural em aprofundamento inseparável da globalização capitalista no nosso tempo, as inconfundíveis tendências

autoritárias têm de se intensificar não só no plano internacional, mas também dentro dos países imperialistas dominantes, de forma a subjugar toda a provável resistência. (MÉSZÁROS, 2006, p. 13).

Portanto, a crise estrutural do capital provoca a crise da política, mas não abre possibilidade para sua recuperação, a qual vai encontrar cada vez mais dificuldade de exercer seu papel de agente coesionador, para reduzir as tensões e contradições causadas pelas disfunções do sistema. Na sociedade capitalista, o “[...] estado moderno [passa a] ser a *estrutura de comando político totalizadora do capital*”, e conta fortemente com a política para restabelecer as relações de coesão que vão propiciar a preservação do capitalismo e do capital enquanto sistema reprodutivo (MÉSZÁROS, 2006, p. 11, grifo do autor). Nesse processo a sociedade capitalista vai se constituindo em um espaço amplamente favorável à reprodução de ações de regulação social e de disseminação de uma ideologia de reforço aos interesses burgueses. Para tanto, conta com um arsenal cultural e ideológico que possibilita a abertura de ações conservadoras e autocráticas, como os períodos de regime ditatorial. Decorrem daí o aparecimento de tendências autoritárias, a presença de aspectos morais para analisar a vida do ser humano, ideologias conservadoras, enfim — o pensamento que conduz à preservação das bases fundantes desta sociedade, que são as mesmas que vão garantir sua sobrevivência.

A seguir, o conservadorismo será abordado enquanto tradição de pensamento cuja origem remete a um momento de crise decorrente do contexto histórico de estruturação da Revolução Francesa do século XVIII, e que se espalha para o restante do mundo, servindo de suporte ideológico e cultural para a reprodução da sociedade capitalista. Este conteúdo é fundamental para a apreensão dos elementos históricos e sociais que condicionaram a emergência do conservadorismo no Brasil a partir do processo da sua formação sócio-histórica, sendo palco para a expansão do capitalismo em meio à extração de matéria prima para o fortalecimento do comércio europeu e da intensificação da exploração do trabalho escravo. A colonização do Brasil deixa uma herança cultural de valores morais e políticos que preservam a desigualdade social, o racismo e o machismo, dentre outras formas de preconceitos, além do desprezo pela vida e pela cultura dos povos originários e dos negros que construíram este país à base de violência e morte.

3 O SIGNIFICADO SOCIAL DO CONSERVADORISMO E SUA ESCALADA NO CONTEXTO DE CRISE: CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DO SUBSTRATO IDEOLÓGICO CONSERVADOR NO BRASIL

O pensamento conservador é uma expressão cultural própria da configuração da sociedade burguesa, sendo uma doutrina da classe dominante cujo objetivo era preservar o Antigo Regime, que se encontrava em ameaça devido ao Levante insurrecional francês do século XVIII. Nesse sentido, serão apresentados aqui os fundamentos do conservadorismo, entendido enquanto uma ideologia que se estrutura no contexto de crise, a partir de uma crítica moral aos rumos tomados pela França durante o processo revolucionário. Daí ganha corpo de tendência ideológica que se reproduz ao longo da história, encontrando espaço para se repor e fortalecer em períodos históricos de crise, devido à ameaça para a continuidade do sistema, nos quais encontra amplitude para fazer frente a ciência e a camada mais progressista da sociedade.

Com tendências claramente reacionárias e antidemocráticas, o conservadorismo se estrutura como uma tradição de pensamento que repousa sua origem a partir dos escritos de Edmund Burke — especialmente das *Reflexões sobre a Revolução na França* (2014) —, parlamentar britânico entusiasta do constitucionalismo monárquico e que fez florescer esta tendência de pensamento a partir de um discurso antirrevolucionário direcionado à Revolução Francesa. Burke foi defensor ferrenho das instituições e tradições do antigo regime, do clero e da aristocracia, inclusive de seus direitos políticos e propriedades, os quais deveriam ser inviolados, ficando bastante evidente o caráter antirrepublicano e antidemocrático dentre os elementos que defendia. Expressamente contrarrevolucionário, Burke se opunha aos ideais de justiça social, ao passo em que naturalizava a desigualdade social, defendendo-a como necessária para a preservação da ordem.

Esse tom de superioridade da classe dominante, defesa e preservação de relações sociais tradicionais, do direito cristão como pressuposto para acesso ao poder e tomada de decisões, bem como a exploração da classe trabalhadora para gerar acumulação de riquezas, é a mesma tendência de pensamento que chega ao Brasil por meio do processo de colonização. Esta é a temática da segunda subseção, que traz a análise da formação sócio-histórica do Brasil enquanto solo ontológico para o desenvolvimento do pensamento conservador no país, devido à carga cultural que este processo carrega.

Entender a trama da colonização nas Américas tomada a partir da especificidade brasileira possibilita apreender como o capitalismo se utilizou dessa estratégia para se expandir pelo mundo, ao passo em que intensificou o comércio europeu com as riquezas extraídas do

“Novo Mundo”, estabelecendo uma fonte abundante de reprodução de capital. Este foi um momento ímpar na expansão das condições de existência do capitalismo em seu nascedouro, pois, considerando o caráter predatório da exploração a que estavam submetidas algumas colônias, a quantidade vultuosa de riquezas usurpadas serviu de impulso à revolução industrial, pressuposto para a reprodução do capital através da exploração do trabalho.

Foram estas relações sociais e econômicas que desencadearam a reprodução de uma tendência de pensamento conservador no Brasil, marco de sua construção cultural e ideológica com reflexos até a contemporaneidade. Assim, para encerrar esta seção discute-se como se estruturou o pensamento conservador no Brasil a partir da formação sócio-histórica do país, desenvolvida pela via da colonização e da implantação do trabalho escravo como uma forma de produção de caráter mercantil. Destaca-se a tardia transição ao capitalismo devido a refuncionalização de relações sociais e econômicas arcaicas, as quais possibilitaram conservar alguns elementos culturais que vão dar o tom da particularidade da moral brasileira. É por meio da análise do passado colonial e escravista que se entende como o pensamento conservador chega ao Brasil, considerando a “herança histórica” que “[...] permanece presente no cotidiano e nos interesses das classes dominantes e dominadas, influenciando, sobretudo, suas escolhas políticas, ideias, valores, costumes e relações sociais” (SOUZA, 2016, p. 215).

Este caminho foi escolhido a partir do entendimento de como são fundamentais o estudo e a apreensão de elementos do passado que se estruturaram nas relações sociais capitalistas, determinando fortemente o cenário presente — incluindo aí a formação da moralidade brasileira, bem como a realidade contemporânea do país na sua expressiva condição de dependência e desigualdade social estrutural —, sendo a ideologia conservadora um elemento determinante para a manutenção deste quadro. Destaca-se que o conservadorismo no Brasil apresenta algumas diferenças do conservadorismo clássico burkeano, em virtude das condições sócio-históricas que propiciaram sua estruturação enquanto pensamento das classes dominantes no país, as quais não tinham interesse na preservação de um passado vultoso, mas também não desejavam uma ruptura com as relações de exploração e subordinação mantidas com as camadas populares.

3.1 O pensamento conservador enquanto ideologia da crise: gênese e fundamentos ideológicos do conservadorismo clássico

A análise desenvolvida nesta pesquisa acerca do conservadorismo adota a sua apreensão como uma ideologia antirrevolucionária, estruturada no período da Revolução

Francesa (1789-1799) a partir dos escritos de Edmund Burke¹⁴, aristocrata inglês que produziu um verdadeiro ensaio histórico de cunho reacionário, cujo conteúdo é permeado por uma crítica moral à insurreição francesa. Tal conservadorismo, constituído como uma das modalidades do pensamento conservador, traz no cerne a validação dos interesses aristocráticos como absolutos e naturais, ao mesmo tempo em que nega a revolução e seus pilares, renunciando também aos ideais de democracia e justiça social, os quais devastariam as relações sociais já estabelecidas.

Merece importância a abertura deste debate, ainda que de forma resumida, situando historicamente o processo revolucionário ocorrido na França, que assim como a Revolução Inglesa de 1640, recebe a alcunha de revolução burguesa, mesmo que esta classe possua um “comportamento pouco revolucionário” (FLORENZANO, 1981, p. 7) e também não tenha sido a precursora e nem quem levou a revolução à vitória.

A Revolução Francesa, de forma simplificada e baseada nos escritos de Soboul (1981), ocorrida no final do século XVIII, possui origem na “[...] contradição entre as relações da produção e o caráter das forças produtivas” decorrentes do atraso político e econômico que o modo feudal de produção, atrasado e opressor, estabelecia. Diferente das revoluções ocorridas no século anterior, o levante francês envolveu todo o povo da França, principalmente os camponeses e os burgueses, para ao fim promover o “[...] coroamento de uma longa evolução econômica e social que fez da burguesia a senhora do mundo” (SOBOUL, 1981, p. 10).

A Revolução Francesa carrega algumas peculiaridades que a distinguem das demais revoluções burguesas e lhe conferem a importância histórica que detém, principalmente pelo seu caráter democrático. E Hobsbawm (1996, p. 9, grifo do autor) explica isto de forma muito didática, ressaltando que a insurreição francesa, “[...] diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, [foi] uma revolução *social* de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável”. Além disso, o autor atribui a ela o fato de ter sido o único desses movimentos a ser ecumênico, isto é, “Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram” (HOBSBAWM, 1996, p. 9). Foi o Levante francês que deu o tom da política e da ideologia para o mundo.

Mobilizada por forças sociais ascendentes insatisfeitas com os privilégios da aristocracia e com a alta carga de tributos, a insurreição francesa toma corpo de movimento revolucionário a partir de uma agitação social e política inconformada com os desmandos do

¹⁴ Edmund Burke (1730-1797) foi um parlamentar britânico que ficou conhecido pela efervescente defesa do constitucionalismo monárquico, tendo defendido os interesses políticos e econômicos dos aristocratas seguindo os modos de pensar e agir conservadores. Fez parte do partido liberal e foi pioneiro do Irracionalismo (SOUZA, 2016).

clero e da nobreza, os quais representavam política e juridicamente o primeiro e o segundo Estado, respectivamente. O Terceiro Estado, composto pelo campesinato e pela burguesia, porém representado por esta última, viu retirada de si a possibilidade de pensar soluções para a situação do país na instituída Assembleia Nacional Constituinte. A revolta do povo culmina na conhecida Queda da Bastilha, em 1789, uma representação de sua tomada de poder, levando o Antigo Regime ao colapso e estruturando um novo regime republicano. De acordo com Hobsbawm (1996, p. 18),

A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter ‘líderes’ do tipo que as revoluções do século XX nos têm apresentado [...]. Entretanto, um surpreendente consenso de ideias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva.

Este papel conquistado pela burguesia lhe deu as condições de encaminhar medidas de consenso, como a queda do regime aristocrático e o fim do feudalismo. Além disso, contribuiu para a instituição da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que, segundo Hobsbawm, “[...] é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios da nobreza, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária” (1996, p. 19).

A insurreição francesa foi marcada pelo protagonismo político de dois grandes grupos: os jacobinos e os girondinos, sendo aqueles mais representativos dos interesses do povo, mais radicais nas suas posições, e estes os mais moderados e, portanto, conservadores, com os quais se aliou a alta burguesia. O colapso do movimento revolucionário francês se deu com o Golpe de 18 de Brumário, em 1799, organizado por Napoleão Bonaparte, decorrente de um período de instituição de medidas reformistas e de um “refluxo revolucionário” (FLORENZANO, 1981, p. 63). O referido general foi o líder que conseguiu “[...] concluir a revolução burguesa e iniciar o regime burguês” (HOBSBAWM, 1996, p. 51).

Tratou-se, portanto, de uma revolução burguesa que promoveu verdadeira “transformação qualitativa” na sociedade francesa, pois colocou “[...] a destruição dos meios feudais de produção”, “suprimiu nos campos o regime antigo da propriedade” e “acelerou a ruína da organização tradicional da agricultura” (SOBOUL, 1981, p.11-12). O caráter democrático fez nascer da Revolução Francesa muitas ideias libertárias que serviram de inspiração para outros países, sendo este um dos pontos que a tornavam uma ameaça na concepção de Burke, fazendo-o defender o regime aristocrático na intenção de preservar valores

e instituições tradicionais ao realizar críticas ferrenhas ao levante francês, conforme será exposto no decorrer do texto.

Burke vai inaugurar o moderno conservadorismo político a partir da sua obra *Reflexões sobre a Revolução na França*¹⁵ (2014), escrita nos primórdios do levante e lançada em 1790, trazendo um grito pela manutenção das tradições e instituições do período monárquico, com intensa defesa dos interesses políticos e econômicos da aristocracia, a partir do respeito irrestrito ao direito à propriedade, aos valores cristãos, aos direitos políticos e à conservação da ordem estabelecida.

Os escritos de Burke (2014) deram vazão às vozes dos últimos defensores da aristocracia, pois o teor de suas palavras, além de valorizar e naturalizar as tradições, criticava contundentemente as ações dos insurgentes na França por terem estes, na sua opinião, arruinado o país¹⁶, bem como pela concreta possibilidade de influenciarem outros dissidentes pela Europa, principalmente na Inglaterra. Reverberava esse temor ao criticar a Assembleia Nacional da França por conquistar apoiadores londrinos, os quais atuariam “[...] como um comitê destinado a propagar, na Inglaterra, os princípios da Assembleia Nacional”, sendo uma forma de valorizar os feitos da Revolução por outros territórios, gerando ameaças às estruturas sociais consolidadas. Assim, afirma Burke (2014, p. 28): “Esta é uma das revoluções que deu esplendor à obscuridade e distinção ao mérito desconhecido”.

É possível identificar em todo o texto de Burke (2014) passagens que evidenciam as afrontas, em sua opinião, aos costumes e tradições do antigo regime. Ele defende que apenas a nobreza teria capacidade para tomar decisões políticas, e por isso os novos representantes, agora “[...] revestidos de uma espécie de capacidade pública”, não disporiam de tal habilidade, visto que nunca tiveram acesso ao poder, portanto não saberiam governar, colocando em risco os interesses da sociedade francesa. Critica a concepção de liberdade admitida na nova Constituição francesa, diferente da “[...] liberdade viril, moral, e bem regrada” (BURKE, 2014, p. 28-29) em vigor na sociedade inglesa, pois para ele ainda não estava evidente

¹⁵ Esta obra nasceu de uma correspondência com o jovem parisiense Charles-Jean-François Depont, magistrado no Parlamento parisiense e entusiasta da insurreição francesa, que solicitou a Burke sua opinião acerca da Revolução Francesa na certeza de que não seria oposta à sua, tendo em vista que a defesa da liberdade, como um dos princípios defendidos no levante, seria algo desejado por todos. Entretanto, Burke explicita repúdio e preocupação com os acontecimentos recentes em território francês pois era defensor do constitucionalismo monárquico, mantido pelas instituições e tradições do antigo regime (BURKE, 2014).

¹⁶ De acordo com Nisbet (1987, p. 45-46), “[...] muito do drama social da Revolução Francesa consistiu nos impactos (sic) sobre uma sociedade intermédia, dos direitos recém-declarados dos indivíduos e, igualmente importante, dos direitos recém-declarados do poder do estado revolucionário. O resultado foi, evidentemente, o pôr em questão os direitos históricos de grupos como a Igreja, a família, as associações e as classes sociais”.

[...] como esta liberdade se harmoniza com o governo, com o poder público, com a disciplina e a obediência dos exércitos, com o recolhimento e a boa distribuição dos impostos, com a moralidade e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e a ordem, com os usos civis e sociais (BURKE, 2014, p. 30).

Burke (2014) deixa fulgente em seu discurso a necessidade de preservação das relações sociais instituídas, principalmente aquelas associadas ao poder e ao controle político e econômico de uma nação, separando os indivíduos tidos como aptos daqueles tidos como moralmente inaptos. Com isso, não reconhece o proletariado como sujeito capaz de se organizar politicamente e reestruturar a sociedade a partir dos seus ideais, muito menos que teria aptidão para assumir a Assembleia francesa.

O autor das Reflexões afirma que os membros que compunham o Terceiro Estado seriam “[...] homens feitos para serem instrumentos e não para exercer um controle”¹⁷, visto que sempre foram indivíduos que serviram aos considerados superiores, de modo que deles “[...] não se poderia esperar mais conhecimento ou cuidado aos interesses de um grande Estado, nem muita consideração pela estabilidade de alguma instituição” (BURKE, 2014, p. 64), conseqüentemente sua capacidade de lidar com o poder poderia ser desastrosa. Com esta postura, Edmund Burke (2014) demonstra evidente preconceito contra as classes populares, não reconhecendo nelas nenhuma capacidade que não a de produzir a riqueza material que sustenta a estrutura de sociedade por ele defendida. Por isso, afirma que: “Quando a autoridade suprema é confiada a um corpo assim constituído, não se deve estranhar as consequências resultantes da alocação da autoridade suprema nas mãos de homens não habituados a respeitar a si mesmos”, pois estes “não têm nenhuma reputação a arriscar, e dos quais não se poderia esperar que conduzam com moderação ou exerçam com discrição um poder que eles próprios, mais do que quaisquer outros, deviam ficar surpresos de ver em mãos” (BURKE, 2014, p. 63).

Naturalmente, esta visão de Burke se deu no momento em que a burguesia ainda mantinha seu caráter revolucionário, o qual vai se estreitar tempos depois, a partir da sua aliança com as forças reacionárias e a intolerância aos interesses e necessidades do proletariado. Esse processo se dá à medida que a burguesia vai ampliando o seu domínio econômico, também expresso como “[...] poder político de classe, generalizando suas ideias como as ideias dominantes” (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 355).

¹⁷ Além de comerciantes, “[...] a composição geral [do Terceiro Estado] era de obscuros advogados provincianos, funcionários de pequenas jurisdições locais, procuradores rurais, notários e todo o séquito de caudilhos dos litígios municipais, fomentadores e condutores da mesquinha guerra de insultos das aldeias” (BURKE, 2014, p. 62). Tais indivíduos, em sua maioria pequenos burgueses e membros da classe trabalhadora, “seriam desprovidos das qualidades morais mínimas para um estadista” (SOUZA, 2016, p. 125).

Assim, quando se consolidou como classe dominante, a burguesia tratou logo de abandonar as ideias progressistas que a levaram ao poder, passando a instituir relações sociais e econômicas que serviriam para a manutenção do seu *status quo*. Conforme nos esclarece Matos (2015):

[...] neste giro, as propostas do capitalismo perderam seu caráter progressista, aquelas que entendiam a razão como ilimitado poder para conhecer o mundo e os processos sociais, passando, agora, a defender que à razão não cabe esse caráter de compreensão da totalidade social [...] Assim, após a ascensão da burguesia como classe e como movimento do mesmo processo do surgimento do proletariado – e reconhecimento desta classe como classe para si – a burguesia torna-se classe conservadora voltada à justificação de sua legitimação (MATOS, 2015, p. 84).

Assim, diante da pressão do movimento operário e socialista, a burguesia “[...] abre mão da cultura progressista [...] deixando de representar os interesses do conjunto da sociedade [...] e é levada à defesa de seus estritos interesses particularistas” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 46). Essa reviravolta foi funcional para estabelecer uma relação entre o pensamento conservador e o pensamento burguês. A partir de então tem-se o abandono do historicismo e da totalidade, negando qualquer viés revolucionário. Nas palavras da autora:

Se, originalmente, o pensamento conservador é, como vimos, *restaurador e antiburguês*, na reviravolta referida por Lukács este caráter se transforma: o que tende a se desenvolver no seu interior, mais que aqueles dois traços, é o seu eixo *contrarrevolucionário*. Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à *revolução burguesa* (em Burke, particularmente, expressava um repúdio ao *paradigma francês da revolução burguesa*); nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a *qualquer revolução* - ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como *contrarrevolucionário* (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 49, grifos da autora).

Desse modo, o que se estabeleceu a partir dessas transformações foi uma mudança substantiva na função social do pensamento conservador, que, de forma conjunta com ideário burguês, se fortaleceu na luta contra a “ameaça revolucionário-socialista” da época. Conforme Leila Escorsim Netto “[...] o próprio componente anticapitalista se converte numa conceptualização de caráter científico”; elaborando um conjunto de conhecimentos científicos que favoreceu uma efetiva gestão da lógica capitalista, permitindo “[...] controlar e regular suas crises” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 52).

Sant’ana e Silva (2020, p. 355) chamam essa junção de “arranjo teórico-doutrinário” que faz reavivar características do pensamento conservador que denotam o seu afastamento da

razão¹⁸: “Isto é, uma determinada matriz de pensamento e ação que se afasta, abstrai e mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, procurando substituir a realidade objetiva por abstrações moralizantes” (SOUZA, 2016, p. 133). Para a burguesia, tal processo vai resultar no seu afastamento dos ideais revolucionários e na sua oposição às demandas da classe trabalhadora, intensificando as disparidades de todas as ordens entre tais classes. Paralelamente, o proletariado vai se assumindo “[...] como sujeito portador de um projeto societário para além do capital” e, conseqüentemente, passa a receber todo “[...] o arsenal antirrevolucionário do conservadorismo clássico”, antes destinado à burguesia (SOUZA, 2016, p. 136).

A aliança formalizada pela burguesia com setores mais reacionários a faz distanciar progressivamente o seu projeto de sociedade dos “[...] interesses histórico-universais do proletariado” (SOUZA, 2016, p. 138), tornando este o alvo dos ataques morais dos conservadores. Historicamente esse processo ocorreu a partir das Revoluções de 1848¹⁹, momento no qual destacou-se o recrudescimento do pensamento conservador aliado aos ideais liberais, visando à preservação das relações sociais capitalistas consolidadas e a estabilidade na economia a partir de reformas que contemplam apenas a burguesia, reverberando para a classe trabalhadora ações truculentas e repressoras.

Ainda sob a perspectiva de uma burguesia revolucionária, Burke intensifica sua crítica sobre ela e a condução que vinha dando ao levante francês. Explicitamente antidemocrático, o autor combate a ideia de escolha dos representantes de um país por meio de eleições, proposta que constava na Constituinte francesa. Para ele, a hereditariedade é a forma legítima de ascensão de um indivíduo ao lugar máximo de poder em uma sociedade. Assim, um governante não deveria ascender ou ser destituído de forma eletiva, mas apenas por meio de sucessão, sendo este um direito natural e também garantido por lei. Diz ele: “Esta política parece-me ser o resultado de uma profunda reflexão, ou então o feliz resultado de uma conduta que seguiu a natureza, que é sabedoria sem reflexão, pois está acima dela” (BURKE, 2014, p. 55). Assim, o autor naturaliza as relações sociais historicamente determinadas, considerando legítima e necessária a desigualdade social para o bom funcionamento da sociedade. Acerca disso, diz ainda:

¹⁸ “Esse afastamento e essa ‘destruição da razão’ (LUKÁCS, 1972), tal como concebida pela modernidade, permitem situar Edmund Burke como um dos pioneiros do irracionalismo” (SOUZA, 2016, p. 132).

¹⁹ Período também conhecido como Primavera dos Povos de 1848. “Foi, no sentido literal, o insurgimento dos trabalhadores pobres nas cidades – especialmente nas capitais – da Europa Ocidental e Central” (HOBSBAWM, 2004, p. 420).

Creia-me, Senhor, aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão (BURKE, 2014, p. 70).

A partir desses aspectos, Burke (2014) vai denotando o seu caráter antirrepublicano e antidemocrático. Fica também evidenciado que era contrário à ideia de revolução insurrecional, visto que esta colocaria em risco as tradições e instituições “naturalmente” constituídas. Desse modo, a ideia de revolução defendida pelo autor não vai além da melhoria ou reatualização das estruturas de uma sociedade, determinadas historicamente. Na sua percepção, “[...] a Revolução foi feita para preservar nossas *antigas* e indiscutíveis leis, liberdades e aquela *antiga* Constituição de governo, nossa única garantia da lei e da liberdade” (BURKE, 2014, p. 53, grifos do autor).

Em sua análise, o autor assegura a existência de uma liberdade altamente “conciliável com a lei” na sociedade britânica, sendo passível inclusive de auxiliá-la. Nota-se, porém, que se trata de uma liberdade extremamente tutelada pelo Estado, pela nobreza, pelas leis e pelos costumes da monarquia, cujo povo “livre” reconheceria todo esforço destinado à construção da sua felicidade, tornando-se cada dia mais produtivo e subordinado: “[...] nisso consiste a verdadeira igualdade moral da humanidade” (BURKE, 2014, p. 58). Assim, a França, segundo Burke (2014), desperdiçou as possibilidades de construir uma sociedade mais próspera ao desprezar suas tradições, as quais poderiam ter passado por uma “reforma” no processo revolucionário, como realizado em outras nações. Nesse preciso sentido:

Todos os outros povos alicerçaram a liberdade civil em costumes mais severos e um sistema de moralidade mais austero e viril. Ao soltar as rédeas da autoridade régia, a França duplicou a licenciosidade de uma feroz dissolução nas maneiras e de uma insolente irreligião nas opiniões e práticas, estendendo a todas as classes da sociedade, como se transmitisse algum privilégio ou revelasse algum benefício recôndito, todas as desventuradas corrupções que costumeiramente acometiam a riqueza e o poder. Esse é um dos novos princípios da igualdade na França (BURKE, 2014, p. 59).

A crítica moral de Burke à insurreição francesa perpassa ainda o âmbito religioso, especificamente no que diz respeito ao caráter de laicidade impresso pelo movimento em suas ações na condução do país, conforme pode ser observado no trecho acima. Notadamente protestante e defensor desta vertente como “referencial religioso”²⁰ (SOUZA, 2016, p. 116,

²⁰ “Sem condenar violentamente seja a crença grega, seja a armênia, seja ainda, uma vez que as chamadas já amainaram, a crença romana, preferimos a crença protestante, não por pensarmos que ela contenha menos da religião cristã, mas porque, a nosso juízo, possui mais. Somos protestantes não por indiferença, mas por zelo” (BURKE, 2014, p. 109-110).

nota 75), o autor afirma “[...] que a religião é a base da sociedade e a fonte de todo bem e de todo consolo” (BURKE, 2014, p. 109), por isso expõe ao longo de seu texto toda uma narrativa apelativa para acusação dos revolucionários de abandono das tradições e instituições. Além disso, faz referência aos ataques à Igreja e suas posses, pois entende que os insurgentes possuíam uma visão que dissociava a gestão política e econômica de uma sociedade da intervenção de religiões, além de caracterizá-los por um ateísmo que colocava em risco a estrutura da sociedade.

De acordo com Souza (2016, p. 116),

A imagem da revolução como processo substanciado pelo fanatismo laico e dogmático, inimigo da pacífica continuidade e das mudanças ocasionais da sociedade, presente no discurso conservador atual, tem sua origem nas *Reflexões*. Os defensores dessa corrente, na contemporaneidade, procuram, tal como Burke, acusar aqueles que lutam por avanços civilizatórios de serem ‘inimigos da sociedade’, de suas instituições e tradições — algo típico das ideologias conservadoras de uma maneira geral.

Todas as tendências ideológicas e políticas que se verificam ao longo das páginas das *Reflexões* denotam aspectos do pensamento conservador que influenciaram Burke (2014), especialmente quanto à defesa da preservação das relações sociais capitalistas estabelecidas. Nesse sentido, o autor traz críticas contundentes à condução do Estado — conforme já fora explicitado neste texto —, não apenas do ponto de vista da inaptidão dos escolhidos para comandá-lo, mas também do modo como estes tratam e garantem a segurança de sua propriedade. Burke diz que “[...] a característica essencial da propriedade, resultante dos princípios combinados de sua aquisição e conservação, consiste em ser *desigual*”, sendo, portanto, “[...] necessário protegê-la da possibilidade de qualquer perigo, uma vez que excita a inveja e estimula a rapacidade” (BURKE, 2014, p. 72, grifo do autor). Nesse raciocínio, uma vez dissipada uma grande propriedade em diversas partes para vários indivíduos, sua proteção ficaria inviável, ao mesmo tempo em que se perderia o direito a transmissão desse bem por meio da herança familiar, concebida como garantia natural. O conservador não vê mal algum na transmissão da riqueza hereditária via nascimento, muito menos na concentração e acumulação de riquezas nas mãos de uns poucos; para ele, o problema está na “violência” promovida pelos insurgentes na busca pela liberdade política e igualdade econômica.

Burke (2014) faz uma análise a respeito dos Direitos do Homem a partir da forma como são concebidos na nova estrutura política francesa, especialmente da relação com o governo, no sentido da conquista do cargo e sua temporalidade. Uma de suas principais críticas é sobre o abandono da organização governamental por meio da sucessão, isto é, da aptidão de uma

determinada classe para o exercício do poder. Diz ele: “Estão sempre em oposição aos governos, não tanto em questões de abuso, mas em matéria de competência e título”, deixando evidente a sua contrariedade à concepção trazida pelos Direitos do Homem traziam acerca do acesso ao poder para qualquer indivíduo, cabendo à comunidade sua escolha. Burke (2014) argumenta que viver em sociedade exige do ser humano a adequação às suas convenções, de modo que instituir direitos que não os originais é interpor-se a algo que se constituiu para a sua satisfação e sobrevivência. Pois, “Se a sociedade civil é feita para o benefício do homem, todas as vantagens para a qual ela é feita tornam-se seu direito” (BURKE, 2014, p. 79).

Entretanto, o autor deixa escapar que esses “direitos originais” são excludentes e desiguais. Segundo Burke (2014, p. 79), “[...] todos os homens têm direitos iguais, mas não às mesmas coisas” e, conseqüentemente, nem nas mesmas proporções, pois para o indivíduo ter acesso ao que é produzido em sociedade primeiro é preciso considerar “a combinação de suas habilidade e força”, leia-se: todos os seres humanos têm parte no que é produzido pelo coletivo dos trabalhadores na proporção que contribuem com a estrutura econômica da sociedade.

Todavia, ele não tem direito a um dividendo igual no produto do capital conjunto e, no que concerne à participação no poder, autoridade e comando que cada indivíduo deve ter nos assuntos do Estado, devo refutar que isso esteja entre os direitos originais diretos do homem na sociedade civil, pois tenho em consideração o homem social, e nenhum outro. É algo a ser estabelecido por convenção (BURKE, 2014, p. 79).

Essa convenção citada por Burke (2014) se realiza na sociedade de classes como medida de controle dos trabalhadores e de imposição das necessidades da classe dominante. De acordo com o autor, os Direitos do Homem são incompatíveis com as convenções estabelecidas nessa sociedade, a não ser àqueles que garantam a satisfação de suas necessidades humanas, diga-se, a sua reprodução. Esta é viabilizada por meio das ações do Governo, que é apontado por Burke (2014) como “[...] uma invenção da sabedoria humana” para atender as “*necessidades humanas*”. Para tanto, “[...] deve-se contar a necessidade de que se exerça, na sociedade civil, um suficiente constrangimento às suas paixões”, e não só isso — é fundamental que “[...] as inclinações humanas sejam frequentemente obstadas, suas vontades controladas e suas paixões dominadas” (BURKE, 2014, p. 80, grifo do autor). Com isso, o autor justifica sua contraposição à proposta do Levante de dar ao povo o poder de governar seu Estado, pois seria uma tarefa para alguém com “[...] *um poder exterior a nós mesmos*”, capaz de subjugar as paixões e vontades humanas, mas que detenha “[...] um conhecimento profundo da natureza e das necessidades humanas, assim como das coisas que facilitam ou dificultam a obtenção dos

variados fins que devem ser buscados pelos mecanismos das instituições civis” (BURKE, 2014, p. 80-81, grifos do autor).

Os Direitos do Homem são, para Burke (2014), abstratos em excesso diante da objetividade que a condução da vida pede, principalmente quando se trata do governar, uma vez que, segundo ele, não é possível ensinar a “ciência do governo” como algo prático e na certeza do êxito, pois o resultado pode ser vergonhoso (BURKE, 2014, p. 81). Assim, a possibilidade de real aplicabilidade desses direitos, no entendimento do conservador, não foi pensada pelos filósofos que os propuseram. Como estes direitos não seguem, “as leis da natureza” vão sofrer um desvio de sua rota original na “vida prática”. O autor explica ainda que: “A natureza do homem é intrincada; os objetivos da sociedade são da maior complexidade possível; e, conseqüentemente, nenhum arranjo ou direção simples de poder será adequado seja à natureza humana, seja à qualidade de seus negócios” (BURKE, 2014, p. 81-82). Sendo assim:

Os direitos que esses teóricos pretendem obter são todos extremos, e moral e politicamente falsos na mesma proporção em que são metafisicamente verdadeiros. Os direitos dos homens estão em uma espécie de *meio-caminho*, impossível de serem definidos, mas que se pode, todavia, discernir. Os direitos dos homens nos governos são suas vantagens, as quais costumam estar em equilíbrio entre diferentes bens, algumas vezes em compromissos entre o bem e o mal, e, por vezes ainda, entre o mal e o mal. A razão política é um princípio calculador; soma, subtrai, multiplica e divide – moral e não metafísica ou materialmente – quantidades morais verdadeiras (BURKE, 2014, p. 82, grifo do autor).

Observa-se em Burke (2014) um caráter moralizante visível na concepção dos Direitos do Homem, com críticas à associação entre tais direitos e o poder do povo, cabendo a este apenas a condescendência com o governo em nome de seus direitos concedidos de acordo com a sua posição na sociedade. Um desses direitos é a liberdade, uma liberdade “racional” que, evidentemente, está prevista nos moldes dos princípios instituídos pelo Estado — liberdade de ser quem si é, isto é, classe trabalhadora, detentora apenas da sua força de trabalho para sobreviver, subordinada à estrutura desigual da sociedade. Além disso, Burke (2014) vê na prudência um direito para o povo, sendo uma virtude que reforça o papel de uma massa facilmente controlada. Diz ele: “Os homens não têm nenhum direito ao que não é razoável e ao que não é para o seu benefício” (BURKE, 2014, p. 82).

É pertinente trazer um apontamento sobre a utilização do termo “razoável” por Burke, pois acaba por soar contraditório, visto que o autor faz uma análise acerca da Revolução a partir de uma crítica moral, também pleiteia de forma contundente o respeito às instituições e tradições para a manutenção da ordem societal da época, critica veementemente filósofos e escritores, além de defender dogmas e a sabedoria tradicional como estratégia para entender o

mundo. Estas e outras características do texto de Burke (2014) atribuem-lhe o título de Irracionalista, pois, de acordo com Souza (2016, p. 121), “Ao identificar a racionalidade e o fazer teórico com a formulação desacreditada de princípios abstratos apriorísticos, descolados das ‘circunstâncias’ mais imediatas, Burke (2014) adere à ‘destruição da razão’”. Ainda de acordo com Souza, “Com essa operação reificada, o conservador elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento” (SOUZA, 2016, p. 121-122). Com essa postura Burke recebe a alcunha de irracionalista; entretanto, seu empirismo se desgasta com o passar do tempo, requisitando ser aprofundado a partir do irracionalismo moderno. Lukács (2020) explica esta tendência de pensamento da filosofia reacionária, bem como sua atualização para atender uma demanda fundamental da burguesia: a preservação de seu poder.

O Irracionalismo se tornou, segundo Lukács (2020), uma corrente filosófica dominante no interior da burguesia, fazendo parte da Filosofia reacionária como uma das estratégias de respostas aos problemas históricos que ameaçavam a ordem burguesa. Neste preciso sentido, a filosofia irracionalista se estrutura, se expande e se transforma ao longo dos tempos a partir dos problemas postos pelo desenvolvimento das forças produtivas e das contradições geradas ou reproduzidas pela ordem do capital. Tais problemas são a força motriz que impulsiona a Filosofia a pensar, a compreendê-los e apresentar resoluções, as quais retornam à vida social para a sua continuidade. O ponto de partida ideológico da Filosofia em geral é a vida social, os desdobramentos das lutas de classe, isto é, a análise da sua objetividade, numa relação histórica, social e concreta. Este é um fator crucial para analisar, a partir de uma perspectiva marxista, se a filosofia apresenta uma tendência reacionária.

Posto isto, Lukács (2020, p.10) afirma que “[...] não existe visão de mundo ‘inocente’”, principalmente para uma filosofia que, reacionária ou não, vai expor sempre uma posição quanto à razão — de defendê-la ou negá-la —, além de contribuir com o desenvolvimento social seja para o progresso²¹, seja influenciando retrocessos históricos. “Até porque”, assegura o autor,

[...] a própria razão não é algo que paira acima do desenvolvimento social de modo apartidário e neutro; pelo contrário, ela reflete sempre a racionalidade (ou irracionalidade) concreta de uma dada situação social, de uma dada direção do

²¹ A concepção de progresso aqui utilizada, segundo Lukács (2020), vai para além da usada no período do Iluminismo, isto porque durante o processo da Revolução Francesa se produz “a mais desenvolvida forma de dialética idealista” a qual constrói um conceito de progresso baseado na análise do desenvolvimento histórico. Este conceito vai, mais adiante, se tornar objeto de “hostilidade” da burguesia, quando da perda da sua condição de revolucionária (LUKÁCS, 2020, p. 12).

desenvolvimento histórico e, ao lhe dar clareza conceitual, promove ou retarda esse desenvolvimento. (LUKÁCS, 2020, p. 11).

Com isso, Lukács (2020) expõe que o movimento do real, o fazer da história através da atuação dos seres humanos nas suas relações sociais, movimenta também as formulações filosóficas a partir de determinada concepção de razão (ou “desrazão”). Tais formulações interferem diretamente no desenvolvimento da vida social. Entretanto, “Essa determinação social dos conteúdos e das formas da razão não implica um relativismo histórico”. O autor explica que “Em todas as condições sócio-históricas desses conteúdos e dessas formas, o caráter progressista de cada situação ou tendência de desenvolvimento é algo objetivo e com consequências que ocorrem, independentemente da consciência humana” (LUKÁCS, 2020, p. 11). Assim, a crítica marxista à filosofia reacionária se torna fundamental, pois vai desmascará-la principalmente no que corresponde à tomada de posição em face da luta de classes e ao progresso, posto que ela reafirma a postura da ideologia²² burguesa com suas incoerências e contradições internas.

Este destaque se faz necessário, pois, segundo Lukács (2020), o irracionalismo moderno, que tem por natureza esse caráter reacionário, “[...] surgiu e operou em permanente luta contra o materialismo e contra o método dialético”. Ao mesmo tempo, registrou seu traço de “oposição ao conceito histórico-dialético idealista de progresso”, coadunando com o período da Revolução Francesa. O autor evidencia que os eventos ocorridos no processo do levante francês, especialmente após a Comuna de Paris, possibilitaram que o irracionalismo se desenvolvesse fazendo o enfrentamento, “na condição de adversário”, ao materialismo histórico e dialético, se opondo ao “conceito filosófico de progresso”, ainda bastante atrelado à dialética idealista burguesa (LUKÁCS, 2020, p. 12). Ele destaca o rebaixamento dos argumentos utilizados pelos filósofos irracionalistas quando do enfrentamento do pensamento de seus adversários, evidenciando “[...] a distorção, a calúnia e a demagogia no lugar da polêmica científica honesta”. “O rebaixamento de nível da filosofia é, portanto, um traço essencial do desenvolvimento do irracionalismo” (LUKÁCS, 2020, p.13), sendo ainda uma característica que vai se tornar cada vez mais predominante no irracionalismo e nos seus filósofos representantes.

²² Importante demarcar o conceito de Ideologia que orienta esta pesquisa, o qual está baseado na concepção lukácsiana sobre ela. Trata-se de uma concepção de mundo construída a partir da sua “[...] função na reprodução social, enquanto ato humano efetivamente existente e operante sobre os conflitos do cotidiano, que pode se expressar na forma de ideia ou mesmo de atividade prática” (COSTA, 2006, p. 3). Nessa perspectiva, a ideologia toma o cotidiano como “espaço de ação” e “espaço de política”, pois serve para a construção de consciência e para operacionalizar uma prática. “Enfim, Lukács concebe como ideologia aquele ato consciente que exerce função nos conflitos humanos” (COSTA, 2006, p. 11-12).

Segundo Lukács (2020), tal constatação se faz possível analisando todas as etapas do irracionalismo, visto que este não dispõe de um método para entender e responder aos problemas decorrentes da luta de classes, pois suas respostas reacionárias a eles se dão sempre a partir de como seu adversário se apresenta e da ameaça que ele impõe. Lukács (2020) afirma ainda que é possível identificar em “quase todo pensador irracionalista” posturas de “depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa ao progresso sócio-histórico, a criação de mitos [...]”. Daí se explica como Burke estrutura o seu pensamento para atender aos anseios da classe dominante, sendo notável em seu conteúdo filosófico um caráter “[...] extremamente monótono e precário” (LUKÁCS, 2020, p. 15).

Os traços mais gerais acerca da filosofia irracionalista aqui apresentados, subsidiados pela análise dos escritos de Lukács em “*A destruição da razão*”, permitem entender como as correntes irracionalistas se tornaram um fenômeno internacional, imprimindo um lugar central no corpo de estratégias da burguesia reacionária para se manter no poder. Dentre os pontos nodais dessa tendência está a sua “forte recusa do materialismo”, que se dá a partir da veemente negação da utilização de princípios científicos para compreender o real, se valendo de concepções religiosas e da criação de mitos. O pragmatismo ocupa aqui a fonte da “consciência intelectual” que o irracionalismo requer, uma vez que a sua “falta de conteúdo e superficialidade” o tornam uma “[...] espécie de bazar de concepções de mundo” (LUKÁCS, 2020, p. 26-27), as quais se adequam ao momento histórico e às demandas postas à burguesia no processo da luta de classes.

Historicamente, o irracionalismo moderno se estrutura a partir da “[...] crise econômico-social, política e ideológica na virada do século XVIII ao XIX” (LUKÁCS, 2020, p. 114). Lukács (2020) afirma que a Revolução Francesa foi o ponto nodal que provocou “os elementos fundamentais” desta, visto que ela se destacou como “[...] um acontecimento mundial em um sentido inteiramente diverso daquele que significaram as grandes revoluções precedentes”, pois provocou uma “fermentação ideológica” que causou impactos na estrutura social de muitos países (LUKÁCS, 2020, p. 114-115). Daí a preocupação de Burke em defender os interesses absolutistas atacando veementemente qualquer ideia de progresso que ameaçasse as tradições e os privilégios da classe dominante.

Assim, a escola filosófica irracionalista vai ocupando o lugar de “[...] tendência central decisiva da filosofia reacionária dos séculos XIX e XX” (LUKÁCS, 2020, p. 16). Este posto ocupado possibilita à burguesia um “[...] certo *confort* no terreno da concepção de mundo, a ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da independência pessoal, da superioridade moral e

intelectual” (LUKÁCS, 2020, p. 25). De acordo com Lukács (2020), todas as estratégias do irracionalismo para construir e disseminar uma concepção de mundo — como o uso dos princípios religiosos, a construção de mitos, o uso da intuição e do pragmatismo como forma de conhecimento do real — condicionaram também a presença da ideologia fascista em muitos lugares. A exemplo da Alemanha dos séculos XIX e XX, que se destacou como um país com forte desenvolvimento da filosofia irracionalista, sendo um “[...] terreno em que ele se desdobrou de modo mais variado e mais completo”. O autor considera que a “[...] possibilidade de uma ideologia fascista, reacionária e agressiva está contida objetivamente em toda a expressão filosófica do irracionalismo” (LUKÁCS, 2020, p. 35). Esse privilégio que o irracionalismo possibilita à burguesia está atrelado à influência que a determinação social tem sobre os filósofos, os quais estão envolvidos com a sociedade do seu tempo, e, conseqüentemente, associados a determinada classe e ao seu projeto societário. Quando o pensador é influenciado pelos interesses burgueses, naturalmente sua concepção do real será falseada, e suas formulações acerca dos problemas e suas soluções, de acordo com os desdobramentos históricos das lutas de classes, tenderão a contrapor-se às necessidades da classe trabalhadora.

Assim, é através de determinadas circunstâncias sociais e históricas que o irracionalismo pode brotar, principalmente quando o pensador é dominado por condições sociais que condicionam apenas o desenvolvimento econômico para a acumulação de riquezas. Entretanto, afirma Lukács (2020),

Quanto mais autêntico e importante é um pensador, tanto mais ele é filho de seu tempo, de seu país, de sua classe, pois cada questionamento filosófico fecundo, real — por maior que seja o esforço para colocá-lo *sub specie aeternitatis* — é sempre concreto; isso quer dizer que ele é determinado em conteúdo e forma pelas angústias e aspirações sociais, científicas, artísticas, entre outras, e contém — sempre dentro das tendências concretas aqui operantes — em si mesmo uma tendência concreta para frente ou para trás, para o novo ou para o velho. E é um problema de importância secundária se, e em que medida, o filósofo em questão tem consciência dessas conexões (LUKÁCS, 2020, p. 91).

Dada a importância das condições histórico-sociais para o desenvolvimento de correntes filosóficas, é possível afirmar que a estruturação de tendências do irracionalismo moderno se deu a partir de contradições originadas no interior do processo revolucionário, colocando-se como o arcabouço ideológico da burguesia, possibilitando que esta construísse seu posicionamento reacionário no campo político, social e ideológico. Nesse processo, ocorre o desenvolvimento das ciências da natureza em paralelo ao crescimento das forças produtivas — uma interação que impõe à burguesia a necessidade de investir, até o ponto que lhe convém, no

desenvolvimento dessas ciências, evidenciando a imprescindível relação entre a classe dominante e a economia. O fato é que a ascensão das ciências possibilita o desenvolvimento econômico, contudo, a depender das relações de produção estabelecidas em uma sociedade, elas podem se colocar como empecilho ao incremento das forças produtivas e, conseqüentemente, das ciências naturais. A filosofia na sociedade burguesa, portanto, é condicionada pelas relações de produção estabelecidas, direcionada para atender aos interesses concretos dessa classe. Segundo Lukács (2020, p. 96), esse processo fortalece o aparecimento de tendências filosóficas acientíficas, ou seja, se estrutura um “espírito anticientífico” que leva a filosofia a se opor à razão. Desse modo,

A nova situação que se esboça para a filosofia burguesa moderna, que determina os traços específicos do irracionalismo moderno, é particularmente agravada e aguçada pelo fato de que as constantes e crescentes descobertas no domínio das ciências da natureza e da história são revertidas em uma nova qualidade; também pelas inevitáveis conseqüências ideológicas desse crescimento e pela influência desse desenvolvimento sobre a questão religiosa (LUKÁCS, 2020, p. 96).

O peso da religião na construção de uma visão de mundo para explicar o seu funcionamento é histórico e concreto em todas as formações sociais. Inclusive Lukács (2020) afirma que “As crises nas mudanças estruturais entre uma formação social e outra sempre foram acompanhadas por crises religiosas” (LUKÁCS, 2020, p. 97), de modo a ocorrer a substituição de uma religião por outra a cada vez que se estabelece uma nova sociedade. Entretanto, o avanço das ciências impõe à religião a tomada de uma “posição defensiva”, pois esta já não dava conta de competir com a ciência e a filosofia na construção de uma imagem do mundo. Ainda assim, a burguesia não conseguiu despir-se totalmente da influência da religião, em parte porque o desenvolvimento das ciências ainda não havia atingido um patamar de explicação do mundo sem margens para dúvidas. Por outro lado, afirma o autor,

[...]num momento em que o desenvolvimento se aproxima de um ponto no qual se coloca na ordem do dia avançar mais um passo na explicação do terrenal do mundo, na leitura do mundo a partir do próprio mundo, de apreensão racional da dialética em seu próprio movimento, a filosofia burguesa encaminha-se cada vez mais para soluções irracionalistas (LUKÁCS, 2020, p. 99).

Isso posto, é necessário reafirmar que a filosofia e a postura dos filósofos sofrem forte influência da produção material a cada momento histórico experimentado, o que implica, a depender da tomada de posição desses pensadores no processo da luta de classes, na tendência da produção científica se aproximar ou se distanciar do materialismo. Quando, em um contexto de crise científica — a qual, de modo geral, coincide com crises sociais de grandes proporções

—, a posição política dos filósofos é influenciada pela filosofia burguesa, evidencia-se uma busca por respostas imediatas para explicar o mundo, bem como análises a partir do subjetivismo do pensador ou mesmo com a utilização da religião e seus dogmas para esta tarefa. Ocorre que, diante de uma crise ideológica e do domínio cultural detido pela burguesia, as portas para o irracionalismo se abrem, possibilitando a sua adequação às peculiaridades do contexto. Tem-se como exemplo disto o irracionalismo moderno, que passa a ocupar um lugar de destaque desde o século XVIII até o XX, marcando presença em acontecimentos históricos de grande repercussão, deixando sua influência em todas as dimensões da vida humana — seja política, econômica, ideológica e social. Marca-se assim uma estratégia de conhecimento e explicação do real que se contrapõe ao seu entendimento, que irracionaliza a história, nega a ciência, os fatos e dados obtidos por ela.

Com as afirmações de Lukács (2020) é possível fazer uma análise crítica dos escritos e da influência política e ideológica de Burke no contexto da Revolução Francesa, destacando em tais escritos a ausência da racionalidade científica e da objetividade no trato das questões contemporâneas da época. Inclusive Lukács (2020) afirma que Burke traz para a filosofia reacionária um “pseudo-historicismo romântico”, o qual impõe “[...] a demolição do desenvolvimento histórico, de processo histórico, em nome de uma concepção irracionalista – pretensamente mais profunda – da história” (LUKÁCS, 2020, p. 115). Neste caso, Burke se utiliza da história em sua análise romantizando as tradições e instituições, defendendo a preservação do modo de vida e de relações sociais hierarquizadas entre classe dominante e trabalhadores, excluindo os últimos apenas de participação e decisão na política e na economia.

O irracionalismo de Burke (2014) também se faz presente no tratamento por ele conferido aos Direitos do Homem. Assim, solidifica a visão do conservadorismo clássico acerca dos ideais de igualdade, liberdade, democracia — por representarem um risco à manutenção da sociedade nos moldes estabelecidos pelas relações sociais capitalistas —, bem como ratifica a visão preconceituosa que possui sobre a classe trabalhadora, sempre colocando-a numa posição de subordinação e obediência. Para tanto, o autor afirma que a presença da nobreza e do clero em uma sociedade faz diferença no seu pensamento e modo de vida, pela presença de princípios religiosos, cavalheirismo e outros costumes nobres, incentivando a ciência, ainda quando esta era “instrutora e não aspirasse a ser a senhora”, o comércio e as artes, cujas ausências promoveriam uma nação de indivíduos “[...] desprovidos de religião, honra e hombridade” (BURKE, 2014, p. 88). A opinião conservadora de Burke (2014) sobre as camadas populares é visível, pois sempre trata de inferiorizá-las de forma contundente, analisando-as com um olhar

moralizante de quem acredita que a desigualdade social é o caminho para o equilíbrio de uma sociedade.

Imbuído deste pensamento, Burke (2014) não limita críticas aos insurgentes, as quais se endurecem à medida que descreve suas impressões acerca do projeto de sociedade em construção, da composição e organização da Assembleia Nacional e das decisões tomadas por ela, por ele citadas como violentas e mesmo abusivas, chegando a posturas extremistas, como o exemplo da deposição do rei. É, portanto, fulgente o teor antirrevolucionário do seu pensamento. Assevera ele:

Gostaria que os senhores não estivessem se precipitando, e pelo atalho mais curto, em direção a essa situação horrível e repulsiva. Em todos os atos da Assembleia, e de todos os homens que a inspiram, já é possível divisar uma pobreza de concepção, uma grosseria e uma vulgaridade. Sua liberdade não é liberal. Sua ciência é ignorância presunçosa. Sua humanidade é selvagem e brutal (BURKE, 2014, p. 99).

Nesta passagem de Burke (2014, p. 105): “Preservamos o conjunto de nossos sentimentos ainda nativos e inteiros, incólumes à sofisticação do pedantismo e da infidelidade” repousa mais um ataque à absorção dos Direitos do Homem pelos revolucionários, afirmando que eles desprezaram “sentimentos nativos e inteiros” que os mantinham fiéis aos costumes e tradições. Estes indivíduos “Concebem, sistematicamente, que todas as coisas que proporcionam perpetuidade são nocivas e, portanto, encontram-se em guerra irremissível contra todos os sistemas estabelecidos” (BURKE, 2014, p. 107). Dentre tais sistemas o autor faz a defesa da preservação dos “velhos preconceitos”, definidos por ele como “sentimentos naturais” (BURKE, 2014, p.106), através dos quais era possível conhecer o mundo, devendo ser cultivados inclusive como uma forma de sabedoria. Diz ele:

O preconceito é de aplicação imediata em casos de emergência; dispõe previamente a mente a um curso constante de sabedoria e de virtude, não permitindo que o homem, no momento da decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso. O preconceito converte virtude de um homem no seu hábito, e não em uma série de atos isolados entre si. Graças a um preconceito justo, seu dever torna-se parte de sua natureza (BURKE, 2014, p. 106).

Nessa lógica, os preconceitos são cultivados por conterem em si a experiência do vivido e, com isso, forjam uma determinada razão que contribuiu para a condução da sociedade, pois “[...] tem a sua própria sabedoria intrínseca anterior ao intelecto” (NISBET, 1987, p. 57). Esta concepção é defendida inclusive pelos filósofos conservadores, que veem razão nas manifestações de alguns preconceitos, principalmente os de grande durabilidade em uma sociedade, pois assim encerram respeito e possuem um fundo de sabedoria.

Sobre este assunto, conclui Souza (2016, p. 129):

Ainda que seja feita a ressalva quanto ao sentido empregado pelo conservadorismo aos ‘preconceitos’ — segundo o qual estes últimos consistiriam em um referencial estabelecido pelo acúmulo das experiências — ao fundamentar as escolhas, ações e pensamentos em ‘preconceitos’, o conservadorismo abole qualquer perspectiva de debate racional sobre a formação social e econômica de uma dada sociedade.

Continuando a discussão acerca dos preconceitos, Burke (2014) faz uma articulação com a religião, evidenciando uma das características definidoras do conservadorismo: a valorização da religião como estrutura basilar na vida humana, posto que seus princípios são fundamentais para o resgate de uma sociedade e de relações sociais que se deseja manter ou reestabelecer. Diz ele: “Sabemos, para nosso orgulho, que o homem, por sua constituição, é um animal religioso; que o ateísmo é contrário não apenas à nossa razão, mas também aos nossos instintos, não podendo prevalecer por muito tempo” (BURKE, 2014, p. 110). Baseado nessa constatação, o autor defende a religião como a pedra angular da sociedade e do Estado, ao passo em que condena os insurgentes pelos ataques às igrejas e por seu desprezo pela religião nas tomadas de decisão, desconsiderando seu papel histórico para atender as demandas geradas no seio da sociedade.

Este entendimento de Burke acerca da religião repousa na percepção de que a Igreja é “[...] o primeiro de nossos preconceitos, e não um preconceito desprovido de razão, posto que envolve uma profunda e extensa sabedoria” (BURKE, 2014, p. 110-111). Tal afirmação se dá em virtude do papel da Igreja na consagração da república — isto é, coube a ela aferir os princípios morais que dignificavam os indivíduos administradores do governo, exaltando-os e também mostrando-lhes qual o seu destino em caso de desvio do dever sagrado. Ainda de acordo com o autor, a Igreja também contribuiu para a consagração do Estado, reconhecida por ele como “religião estatal”, que teria como função, dentre outras, “[...] produzir um saudável terror sobre os cidadãos livres”. Tal “terror” serviria para controlar os seres humanos que, imbuídos de poder, ansiassem por uma liberdade distinta da oferecida pelo Estado (BURKE, 2014, p. 111).

Burke considera substanciais as medidas de controle do povo, o qual deve ser persuadido para manter-se fiel e servil, pois considera “antinatural” uma liberdade que não respeita o papel social atribuído ao indivíduo, leia-se liberdade socialmente imposta pelo seu poder econômico. O autor também se posiciona desfavorável à toda consulta ao povo, já que entende a democracia como algo perigoso. Para o conservador, “Uma perfeita democracia é, portanto, a coisa mais vergonhosa do mundo. Sendo a mais vergonhosa, é também a mais

temível” (BURKE, 2014, p. 112). A democracia, assim sendo, põe em xeque a ordem social e, conseqüentemente, a manutenção de tudo aquilo que lhe é intrínseco — dominação, contradição, apropriação, entre outras características.

De acordo com Nisbet (1987, p. 79), Burke entende que a Revolução é consequência das “[...] forças democráticas, por causa do grande aumento da burocracia no governo. Uma vez que o Estado começa a substituir a sua própria autoridade (e os seus moldes característicos) sobre as inúmeras formas de sociedade, não há alternativa a uma burocracia sempre crescente”. Diante deste pensamento, Burke (2014) se põe contrário a um Estado democrático, tendo em vista que um povo com poder não pode ser punido, uma vez que todos os castigos são usados “[...] para a conservação do coletivo, e este jamais pode se tornar objeto de castigo por alguma mão humana”. Daí a necessidade de mantê-lo sob controle e distante de qualquer poder, sendo necessário que saiba apenas que deve destiná-lo às mãos certas, as quais tenham “[...] sabedoria e virtude” para assumir tal cargo, visto o seu reconhecimento como atividade sagrada, requerendo zelo e respeito (BURKE, 2014, p. 112-113).

Burke defendia, portanto, um Estado não necessariamente absolutista, mas que preservasse os princípios da monarquia constitucional, o qual se estrutura com todas as armas contra um levante popular, evitando quaisquer tentativas de subversão em decorrência de suas falhas. A consagração de um Estado desse tipo, a exemplo do inglês, serviria para evitar “[...] os males da inconstância e da versatilidade”, bem como a “[...] facilidade desordenada de mudar o Estado tão frequentemente e de tantas maneiras quantos os caprichos ou os modismos” (BURKE, 2014, p. 114). Segue o seu argumento:

A sociedade é, certamente, um contrato. [...] mas o Estado não deveria ser considerado em pé de igualdade [...]. O Estado é uma associação que participa de todas as ciências, todas as artes, todas as virtudes e todas as perfeições. Como os fins dessa associação não podem ser obtidos em muitas gerações, torna-se uma parceria não só entre os vivos, mas também entre os mortos e os que hão de nascer. Cada contrato de cada Estado particular é apenas uma cláusula no grande contrato primitivo da sociedade eterna, que liga as naturezas inferiores às superiores, conectando o mundo visível ao invisível, de acordo com um pacto fixo sancionado pelo inviolável juramento que mantém todas as naturezas morais e físicas em seus respectivos lugares. (BURKE, 2014, p. 115).

Pelas passagens acima fica progressivamente evidente como Burke (2014) vai delineando o seu pensamento atrelado a uma concepção conservadora da vida social e suas relações sociais estabelecidas. A concepção do autor acerca do real e dos últimos acontecimentos históricos da sua época é sempre permeada por uma concepção do ser das coisas atrelado ao passado, consubstanciada por relações de exploração e posses que deveriam ser

invioladas para o bom funcionamento de uma sociedade. O apego às tradições monárquicas aparece subsidiado pela crítica a qualquer possibilidade de transformação social, pois importa mais manter as bases que sustentam essa sociedade e reformar sua superfície do que ver romper-se ou superar-se toda uma estrutura que condiciona a reprodução social.

Destaca-se ainda no texto de Burke (2014) o apreço pela religião e seu papel na organização e administração da sociedade junto ao Estado²³, este visto como ente supremo, necessário e inviolável. Nota-se a força que ele empenha em construir argumentos contrarrevolucionários, denominando todo aquele indivíduo ou movimento que se rebele como um inimigo que põe em risco a preservação da sociedade e suas relações capitalistas. Tudo isso permeado por um discurso moralista sustentado nos princípios da Igreja e nas concepções de correto e verdadeiro, as quais se naturalizaram na sociedade de classes a partir da correlação de forças políticas e sociais. Suas ideias suprimem a razão e evidenciam um pensamento irracionalista.

Souza (2016) sintetiza, de forma contundente, o significado do conservadorismo inaugurado por Burke:

O conservadorismo burkeano se particulariza, assim, no espectro mais amplo das ideologias conservadoras, como uma coletânea quixotesca de princípios aristocráticos, empunhados não apenas contra a revolução insurrecional, mas também contra quaisquer ideais progressistas oriundos da modernidade. Isto é, uma determinada matriz de pensamento e ação que se afasta, abstrai e mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, procurando substituir a realidade objetiva por abstrações moralizantes (SOUZA, 2016, p. 133).

Assim, Burke (2014) estrutura uma vertente de pensamento a partir da manifestação ideológica e política contra o golpe sofrido pelas classes dominantes da monarquia francesa, repudiando de todas as maneiras e em todos os aspectos o projeto de sociedade em construção, liderado pela burguesia e por outras classes sociais que passam a receber toda sorte de julgamento moral pela ruptura com o antigo regime. Com isso, o conservadorismo clássico se institui com a peculiaridade da crítica ao processo revolucionário, sendo este caráter antirrevolucionário e contrarrevolucionário a marca dessa corrente até a contemporaneidade,

²³ “Os ingleses não consideram a sua instituição religiosa como algo conveniente, mas sim como algo essencial a seu Estado; não como algo heterogêneo e separável, que foi agregado ao Estado por mera comodidade e que se possa conservar ou eliminar de acordo com suas ideias temporárias de conveniência, mas como o fundamento da Constituição do país, com a qual e com cada parte da qual eles mantêm uma indissolúvel união. Igreja e Estado são ideias tão inseparáveis em suas mentes, que é difícil mencionar uma sem aludir à outra” (BURKE, 2014, p. 117).

evidenciando uma das suas formas de garantir a manutenção das relações sociais capitalistas. Nesses termos:

A obra de Burke é o ponto de partida de uma tradição de pensamento e ação que, com variações de menor relevância, parte do cerne da crítica burkeana ao processo revolucionário insurrecional. Depois das *Reflexões*, o conservadorismo assentou as bases para estabelecer a crítica ideológica e política à revolução e aos revolucionários. Uma crítica sobretudo de caráter moral, mas que adquire vigor e densidade quando empunhada em momentos de crise revolucionária, quando as alternativas para a reprodução social se abrem às últimas consequências (conservação ou revolução) e os projetos societários se colocam como antagonísticos e contraditórios em totalidade. (SOUZA, 2016, p. 134).

O conservadorismo fundado por Edmund Burke, de caráter abertamente reacionário, alcança a posição de ideologia dominante por defender pungentemente os interesses políticos e econômicos das classes dominantes — lugar ocupado pela burguesia desde que abandonou seus pilares revolucionários e consolidou seu poderio político-econômico, impondo às demais classes o seu projeto societário. Caracteristicamente, o conservadorismo se qualifica como uma ideologia da crise, pois é nos contextos de crises que esta ideologia volta à baila e se reatualiza, intensificando suas especificidades a partir do quadro conjuntural imposto pela realidade objetiva. O avanço ideológico e político do conservadorismo em tempos adversos aponta sempre para uma ofensiva contra a classe trabalhadora e suas conquistas históricas, condicionando retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas e estruturando um modo de pensar distanciado da razão, a partir de “abstrações moralizantes”, como bem define Souza (2016, p. 133).

Este quadro — quando associado a um país com características tão desiguais como o Brasil, cuja estrutura econômica e política, decorrente da sua formação sócio-histórica de base colonial, é de um capitalismo depende e de caráter extremamente exploratório — toma proporções ainda mais desastrosas, principalmente porque se associa a ideias liberais, convergindo na ascensão do fascismo, da nova direita com posições extremistas, de movimentos supremacistas e negacionistas e de preconceitos de todas as ordens.

Na subseção a seguir analisamos o processo de colonização nas Américas, a partir da especificidade brasileira, inserido no processo de colonização do Novo Mundo enquanto momento primordial na dilatação das condições de existência do capitalismo em seu nascedouro, visto que das colônias espanholas e portuguesa — dado o caráter predatório da exploração a que estavam submetidas — foram retiradas riquezas em quantidades vultuosas e que serviram de impulso à revolução industrial, consolidando dia após dia a reprodução do capital através da exploração do trabalho. Com isso, consolida-se uma cultura de extração,

exploração e subordinação no país, além de uma herança de valores moralizantes que vão sustentar um pensamento carregado de preconceitos que dão o tom das relações entre as classes sociais no país.

3.2 A colonização do Brasil: sua formação sócio-histórica como solo ontológico para o desenvolvimento do conservadorismo no país

O processo de desenvolvimento e reposição do modo de produção capitalista encontra na colonização um caminho para a autorreposição do capital, o que nos leva a compreender que a formação social, histórica e econômica dos países que passaram pelo processo de colonização contribuiu, cada uma em sua especificidade, com a consolidação do capitalismo. Este é só mais um caminho encontrado pelo capitalismo para efetivar a subsunção do trabalho ao capital. Os países colonizados nada mais eram do que fontes de enriquecimento para as grandes metrópoles — ou seja, eram fontes de renda que viabilizavam a acumulação de capital e sua reprodução a partir de diversas estratégias de usurpação de verdadeiras fortunas produzidas à base da extração de riquezas naturais, do assalariamento e da escravização da força de trabalho.

A expansão do capitalismo pelo mundo se utilizou do processo de colonização e da instauração de um sistema colonial cujo foco era a ampla produção de mercadorias a serem comercializadas nos grandes centros europeus, com o intuito de intensificar a reprodução do capital. A necessidade agora não era somente a acumulação de capital, mas, principalmente, “[...] a reprodução ampliada do seu processo de auto reposição”, e a descoberta do “Novo Mundo” foi fundamental para isto (MAZZEO, 1997, p. 59).

[...] a colonização e a produção em grande escala de mercadorias determinarão o surgimento do sistema colonial que, então, deve ser entendido a partir de sua *articulação estrutural* com o modo de produção capitalista, que surge concretizando-se nas formações sociais particulares americanas, as colônias (MAZZEO, 1997, p. 61, grifo do autor).

Ainda de acordo com Mazzeo (1997), o sistema colonial implantado articulou as “[...] relações complexas entre a metrópole e as colônias” em um período de expansão comercial, próprio da fase inicial do modo de produção capitalista. Com isso, vai estruturar-se a partir da “[...] expansão da economia de mercado e [d]a *utilização das colônias como centros produtores de mercadorias*”. O sistema colonial absorve então a lógica do mercantilismo²⁴, cabendo-lhe

²⁴ Segundo Santos Neto (2015, p. 56), “[...] o mercantilismo constitui uma etapa intermediária fundamental entre o processo de desagregação da economia feudal e o movimento de ascendência da economia efetivamente

“[...] o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus, articulando o desenvolvimento da concentração de capitais a partir das múltiplas atividades que o capital cria” (MAZZEO, 1988, p. 8, grifo autoral), num intenso processo de busca pela sua reprodução.

Tomando como referência os estudos de Caio Prado Jr. (1957; 1983), foi possível demarcar que a atividade colonizadora dos países europeus se iniciou no século XV a partir de um “surto marítimo”. Assim, ela “[...] não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros”, que partia em busca de satisfazer a “sua desmedida ambição” (PRADO JR., 1983, p. 11). Importante salientar ainda que “[...] descobrimento e colonização da América constituem” um dos capítulos decorrentes dessa “expansão marítima dos países da Europa”, a qual “[...] se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países” (PRADO JR., 1957, p. 15).

Desse modo, o capitalismo em fase de implantação e expansão no decorrer do século XVI vai desenvolvendo estratégias para o processo de acumulação, as quais vão desde a expropriação dos camponeses até a exploração da sua força de trabalho através do assalariamento, conforme análise realizada na subseção 2.1. Com isso, a sociedade feudal vai dando lugar à burguesa, com base em intensos conflitos, para assim desenvolver as forças produtivas, contando com o apoio do Estado, que se moderniza para garantir as condições econômicas e políticas para a realização do mercantilismo.

Trazendo o papel do Estado para o processo de colonização, Santos Neto (2015, p. 57) observa que o “complexo político” entra como um elemento extraeconômico que vai respaldar o “livre curso dos interesses comerciais”. O estabelecimento das relações mercantis sofria embargo das já constituídas relações feudais, requerendo uma intervenção política. “No caso português, o pequeno Estado absolutista chegou a assumir posição empresarial, à proporção que incorporou função privilegiada de financiamento e desenvolvimento de suas potencialidades colonizadoras” (SANTOS NETO, 2015, p. 57). Com isso, o Estado assume um papel de subordinação aos interesses mercantis, dito de outra forma, se põe como escudo das ações da burguesia na consolidação do seu poder econômico, fazendo frente à ainda existente nobreza.

Segundo o autor, “[...] nota-se que o capitalismo, em seu processo de gestação, carece do braço do Estado para impulsionar o desenvolvimento do mercado mundial e romper as amarras impostas pela fragmentação do poder feudal” (SANTOS NETO, 2015, p. 60-61).

capitalista. Indubitavelmente, o capital mercantil configura-se como aquela forma medular do capital assentado na acumulação primitiva de capital”.

Portanto, o poder absolutista foi fundamental na criação de medidas protecionistas e de incentivo ao mercado nacional, o que vai “[...] resguardar a constituição de colônias como novos mercados auxiliares ao desenvolvimento de sua economia central” (SANTOS NETO, 2015, p. 60-61). O baluarte do Estado absolutista possibilitou à burguesia as condições para ampliar o seu poderio econômico e político, utilizando de mecanismos de controle da sociedade através do exército e do poder jurídico.

Em tempo, o autor assevera que

[...] a colonização não foi a única forma da acumulação de capitais, mas somente uma das formas de aceleração do processo de apropriação de excedente. Esta era uma questão decisiva que se colocava para o desenvolvimento das relações capitalistas, pois o capital mercantilista tinha pressa em se converter em capital industrial. O complexo político coeso e disciplinado deveria aplainar o caminho para que o capital pudesse superar imediatamente sua infância e chegar à sua maturidade, era fundamental desenvolver as condições para que o capital comercial pudesse fazer seu trânsito imediato para o capital industrial (SANTOS NETO, 2015, p. 62).

Dito isto,

A expansão mercantil e a conseqüente descoberta e colonização do Novo Mundo podem ser inseridas no processo de acumulação originária de capitais, onde as colônias exercem um papel fundamental, constituindo-se em poderosas alavancas de concentração de capitais, que ampliam as já existentes. Nesse sentido, as colônias americanas representam um momento crucial que o nascente modo de produção capitalista encontra para efetuar seu processo de reposição de capitais objetivando dilatar suas condições de existência (MAZZEO, 1988, p. 6).

A colonização das Américas foi imensamente atrativa para os europeus, dado o vasto território a ser explorado, pois apresentava condições naturais bem diversas do continente dos exploradores — algo que, a princípio, poderia indicar ser um elemento dificultador pela questão do povoamento, mas que logo foi suprimido, visto que oferecia gêneros não encontrados do outro lado do oceano. Isto tornava o solo americano extremamente rentável e com potencialidades exploratórias diversas, principalmente em territórios tropicais como o Brasil, que, de norte a sul, apresentava possibilidades de exploração de terras, dos bens naturais e da força de trabalho, em sua maioria decorrente do trabalho escravo. Marcada por uma gênese capitalista, a formação sócio-histórica do Brasil perpassou naturalmente pelo processo de colonização europeia, carregando marcas das grandes nações, a exemplo de Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda.

Apresenta-se assim o processo de colonização do Brasil, um grande território de terras férteis, riquezas naturais abundantes e potencialmente rentáveis. Os colonizadores, com foco

na “expansão e sedimentação do capitalismo”, passam a explorar o país “[...] com intuito de fornecer produtos aos mercados e centros produtores europeus mais importantes” (MAZZEO, 1988, p. 6), o que já caracterizava o processo de expropriação das riquezas e dos bens produzidos em solo nacional dos trabalhadores.

A colonização brasileira vai se estruturando a partir da divisão do país em capitâneas hereditárias e das sesmarias, instituídas pela coroa portuguesa. Mazzeo (1988) salienta que, “[...] apesar de hereditárias, o sistema de capitâneas não instaurava feudos”. Oposto a isso, “[...] o regime de capitâneas consistia numa *grande empresa de tipo mercantil* onde, apesar de o Estado garantir sua posse, todo o empreendimento era feito por conta e risco do donatário” (MAZZEO, 1988, p. 6-7, grifo do autor), o qual não temia prejuízos, considerando o alto lucro obtido com a exportação das mercadorias para os grandes centros europeus.

Conforme alude Caio Prado Jr. (1957), o processo de colonização das novas terras tinha de acompanhar o seu povoamento, pois era preciso constituir as bases para viabilizar a manutenção dos povos que produziram as mercadorias necessárias à passagem de um comércio colonial para o mercantilismo. O autor afirma ainda que Portugal foi um dos países que mais se organizou para atender a tal necessidade, pois entendia que além de povoar era preciso “organizar a produção”. A alternativa pensada foi em como aproveitar ao máximo os gêneros abundantes na natureza, retirados a partir de atividades de extração.

Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações, subordinavam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura (PRADO JR., 1957, p. 18-19).

De acordo com o autor, a distribuição da terra no período da colonização foi uma das questões mais essenciais para o estabelecimento do sistema colonial e, conseqüentemente, para o alcance do objetivo da reprodução do capital. A terra era a principal riqueza da colônia, seja do ponto de vista dos recursos naturais disponíveis para extração direta, seja para a exploração da agricultura e pecuária. Como o solo brasileiro era extremamente fértil, os comerciantes colonizadores que haviam abandonado a área pela “preferência à especulação mercantil” viram-se novamente obrigados a investir na atividade agrícola tendo na “posse fundiária” uma alternativa para a acumulação de riquezas (PRADO JR., 1983, p. 14).

“A economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural” (PRADO JR., 1983, p. 18). Para tanto, a posse da terra fora então dada através das sesmarias, cujo donatário pagava em troca apenas um imposto, pois a “apropriação da terra” não se dava no

formato de doação, “[...] mas, pelo contrário, subordinava-se especificamente a certos caracteres jurídicos”. Segundo Prado Jr. (1983), o donatário da terra detinha sua posse por um período de tempo fixado em Lei, em média de 5 anos, podendo até pagar “multa pecuniária” no caso de transgressão dessa medida. Importante salientar que a distribuição da propriedade fundiária era definida pensando na produtividade da colônia, por isso os escolhidos eram aqueles que “dispunham de recursos próprios”, os quais podiam investir na terra. Dentre os preferidos estavam os grandes proprietários de escravos, criadores de gado e pessoas bem relacionadas com as autoridades da corte, além disso “[...] a posição social dos colonos exerce grande influência” (PRADO JR., 1983, p. 15-16). Este último critério foi perdendo espaço no processo de divisão das terras, tendo em vista as condições objetivas da colônia, que necessitava, aos olhos do capital, de investimento, produtividade e lucratividade, utilizando-se da exploração de mão de obra escrava. “Basta lembrar que nosso trabalho agrícola sempre se baseou no braço escravo, negro ou índio”, pois “[...] o tipo da exploração agrícola foi sempre o da grande propriedade rural” (PRADO JR., 1983, p. 18).

O grande desenvolvimento da agricultura no Brasil no período da colonização deu-se, como foi dito, em virtude da fertilidade do solo, principalmente do “[...] litoral úmido e quente do nordeste do Brasil” (GALEANO, 2013, p. 91), o qual apresentava as condições climáticas favoráveis à multiplicação do plantio de cana-de-açúcar. Segundo Mazzeo (1988), os holandeses investiram “vultuosos capitais” no cultivo de canaviais, pois o açúcar foi, durante quase três séculos, um dos mais valiosos produtos do mercado europeu.

Desse modo, podemos afirmar que os donatários que receberam do rei a concessão (essa, de fato, era a real estrutura das capitânicas) de exploração das terras do Brasil constituem-se nos primeiros burgueses a explorar as riquezas brasileiras e a investir capitais numa atividade bastante rentável, que era a cultura da cana (MAZZEO, 1988, p. 7).

A exploração agrícola realizada através do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil ao mesmo tempo que viabilizou uma grande movimentação do mercado internacional, requisitou uma ampliação na mão de obra. Fazia todo sentido, pela própria ascensão do modo de produção capitalista, intensificar a exploração da força de trabalho assalariada nas lavouras do Brasil, já que o assalariamento era um mecanismo utilizado para o controle e a ampliação da produtividade dos trabalhadores, principalmente porque “[...] engendrava a separação dos trabalhadores de suas condições objetivas e subjetivas de produção” (MAZZEO, 1997, p. 80). Entretanto, a opção adotada foi o trabalho escravo. Segundo Galeano (2013, p. 94), “[...] a colônia portuguesa na América era o principal mercado de escravos; a mão de obra indígena,

muito escassa, extinguiu-se rapidamente nos trabalhos forçados, e o açúcar exigia grandes contingentes de mão de obra”, as quais precisavam “[...] limpar e preparar a terra, plantar, colher, transportar a cana e, por fim, moê-la e purga-la” (GALEANO, 2013, p. 94).

Para Mazzeo (1988, p. 8), “[...] o sistema produtivo implantado no Continente americano – no qual o Brasil se insere – está muito longe de ser uma forma capitalista clássica”, assim como a implantada na Europa, pois agrega “[...] o trabalho escravo e uma produção baseada na agricultura monocultora e no latifúndio exportador”. O autor explica que esta foi uma medida para ampliar a absorção da mais-valia através de outras formas que não a convencional, por meio do trabalho excedente. A questão agora é que se estabeleceu um descompasso entre a ampliação da produção de mercadoria e o trabalho necessário para atender esta demanda, o que provoca o recrudescimento do trabalho forçado²⁵. Mazzeo (1997, p. 82, grifo do autor) vai dizer que “[...] o surgimento do trabalho forçado constitui-se numa *imperialidade do processo de acumulação de capital*”.

O autor supracitado se utiliza dos escritos de Engels para denominar esse processo de “segunda servidão” e de Marx para afirmar que se tratou da “subsunção formal do trabalho ao capital”. Se estabelece, portanto, uma atualização da apropriação privada da força de trabalho de outros indivíduos, descendentes dos modos de produção anteriores, com o acréscimo de um “conteúdo capitalista” e as introduzindo ao processo produtivo para ampliar a acumulação de riquezas e a consequente reprodução do capital. Assim, “[...] o capital incorpora, em sua estrutura orgânica, formas produtivas que não lhe pertencem dando a essas formas pré-capitalistas conteúdos capitalistas”, cuja produção, diferente da época da servidão feudal que atendia apenas ao feudo, “[...] agora visa ao mercado; os senhores de terras passam a acumular capitais com essa atividade” (MAZZEO, 1988, p. 9-10).

A recorrência à força de trabalho escrava em detrimento da força de trabalho assalariada é produto das determinações históricas e concretas, e não da simples intencionalidade de seus agentes sociais e das classes sociais em disputa. Não foi pela falta de vontade que não se implantou o trabalho assalariado, senão pela ausência do desenvolvimento das condições materiais específicas. Na inexistência das condições objetivas para se instaurar o trabalho assalariado nas colônias portuguesas, inglesas e espanholas, o trabalho escravo se tornou o *leitmotiv* da empresa colonizadora (SANTOS NETO, 2015, p. 82).

²⁵ Importante salientar que a experiência foi implantada inicialmente na Europa oriental para atender a demanda ocidental, com destaque para as ilhas do Mediterrâneo, cujo plantio de cana-de-açúcar requiritava a ampliação da força de trabalho. Este foi o “[...] ‘laboratório’ da escravidão do Novo Mundo. Assim, as plantagens americanas estruturaram-se como uma continuidade, ampliada e aprimorada das mediterrâneas, na medida em que encontram um clima mais apropriado em abundantes extensões territoriais” (MAZZEO, 1988, p. 10).

Em outras palavras, a introdução do trabalho escravo no Brasil se dá com vistas ao desenvolvimento das relações capitalistas mais genuínas nas colônias, pois é processado pelos colonizadores de forma consciente, objetivando atender aos interesses da metrópole. De acordo com Santos Neto, o que se vê com o recrudescimento da escravidão no período colonial é que tratava-se da única forma de trabalho possível para “[...] o desenvolvimento do capital nas regiões com reduzida disponibilidade de força de trabalho” (SANTOS NETO, 2015, p. 78). Assim, consolidava-se o sistema de *plantation* — também decorrente da experiência europeia —, cuja organização econômica condensava os latifúndios, o formato de monocultura, o trabalho forçado e a produção para o mercado externo.

Estes aspectos confrontavam as bases estabelecidas do modo de produção capitalista, principalmente quando em se tratando de trabalho assalariado e livre concorrência. Porém, Mazzeo (1988) explica que

[...] a produção escravista instalada na América e, portanto, no Brasil, não se constitui em um modo de produção distinto do capitalista mas, ao contrário, estrutura-se como um *tipo específico* de capitalismo. Um capitalismo de extração colonial e escravista que objetiva o mercado externo, grandes lucros e, fundamentalmente, que utiliza a mais-valia que expropria do escravo para investir na produção açucareira e agrária, em geral. Um escravismo capitalista que irá gerar o que Marx chamou de ‘burguesia anômala’ [...]. (MAZZEO, 1988, p. 11, grifo do autor).

Mais uma vez a violência foi o agente de transformação de uma sociedade em outra, uma vez que, conforme Marx (1984, p. 286), ela “[...] é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova”, provocando transformações na história, pois foi através dela que se instaurou o trabalho escravo capitalista nas colônias, forçando indígenas e povos africanos sequestrados dos seus ambientes a uma atividade degradante e às piores formas de retaliação quando da sua recusa. No caso dos “povos mais primitivos”, o processo de submissão ao trabalho forçado foi extremamente violento, dada a dificuldade dos colonizadores para amansar os indígenas que ofereciam forte resistência à atividade imposta (PRADO JR., 1983, p. 25). Tais povos, diferente dos africanos, apresentavam pouca resistência física ao cativeiro e às doenças dos brancos, bem como não se adaptavam ao tipo de atividade, tendo em vista a sua natureza nômade. Para tanto, foram utilizados métodos de repressão que ocasionaram um extermínio sem igual da população aborígene²⁶, de modo que foi necessária a intervenção dos jesuítas para proteger o restante da população nativa. Prado Jr. (1983) informa ainda que a

²⁶ Segundo Prado Jr., a servidão indígena se extinguiu em meados do século XVIII, entretanto “[...] a sua dizimação pela moléstia e maus tratos foi espantosa. Refere um contemporâneo que dos 40000 índios aldeados que havia na Bahia em 1563, restavam vinte anos depois apenas 3000, apesar das levas contínuas que vieram neste período reforçar-lhes o número” (1983, p. 27).

intervenção dos missionários fora complementada pela instituição de uma legislação que impedira o completo genocídio, embora não tenham conseguido a extinção da escravização dos índios.

A escravização da mão-de-obra indígena foi a primeira alternativa dos colonos para implantar o sistema de *plantation*, não só por estarem disponíveis, mas também por serem mais baratos que a importação de escravos africanos. Quanto a estes, o seu processo de servidão forçada foi iniciado pelos portugueses que ocuparam o seu continente e iniciaram o tráfico de pessoas usurpadas de suas terras para serem exploradas por outrem, em condições subumanas e degradantes de trabalho e vida. Sabe-se que “[...] a utilização do trabalho escravo do africano não emergiu no contexto da colonização brasileira, pois já existia na metrópole e foi somente intensificada com a necessidade de enriquecimento da empresa colonizadora portuguesa”. Isto possibilita entender que havia uma íntima relação entre a economia da metrópole e aquela que se estabeleceu na colônia, pondo “[...] um estreito vínculo entre expropriação de trabalho excedente propiciado pelo trabalho escravo e capital comercial” (SANTOS NETO, 2015, p. 84).

Com isso, o processo de colonização do Brasil — que culmina na sua formação social e, portanto, na instauração do modo de produção capitalista em sua fase de expansão mercantil — condiciona de todas as formas a auto reposição do capital. Conforme alude Santos Neto (2015),

No Brasil, o modo de produção estabelecido não resultou da preservação das relações de produção existentes, pois foi imposto pela coerção do colonizador, enquanto personificação do capital mercantil. O mercado foi o senhor soberano desse processo. Os interesses do capital e as leis da economia se acham acima de qualquer princípio axiológico ou preceito moral. Para alcançar o status fundamental à gênese das relações genuinamente capitalistas na metrópole, o capital precisava correr o mundo espalhando o terror e disseminando a guerra (SANTOS NETO, 2015, p. 88).

Desse modo, as relações sociais necessárias ao estabelecimento do sistema colonial e, conseqüentemente, do capital mercantil exigiram a intensificação da exploração da força de trabalho, pois somente ela seria capaz de afastar as barreiras naturais que impediam a reprodução ampliada do capital. Assim, se fez através da extração dos recursos naturais e da expropriação da riqueza produzida, necessariamente recorrendo ao trabalho escravo pelo baixo custo e pela alta produtividade. A empresa colonizadora se utilizou do roubo, da pilhagem, da escravidão. Entretanto, após o decorrer de três séculos de monopólio de riquezas e poder político, a sociedade colonial entra em crise. Culminou para isso a disputa pela hegemonia econômica entre as grandes metrópoles, bem como o acontecimento das Revoluções Francesa

e Industrial, as quais impactaram política e economicamente no regime colonial, provocando o encaminhamento da “independência política” das colônias e da absorção da “[...] produção cafeeira, que funcionará como elemento de transição para o advento do capital industrial” (SANTOS NETO, 2015, p. 98). Somente no século XIX fecha-se o ciclo colonial, inaugurando um novo momento para o capital, que sai da etapa do mercantil para o financeiro, e com isso uma nova forma de poder sobre o trabalho — o assalariamento, que supera o escravismo capitalista, mas não a exploração. No fim, mudam-se as formas, mas a reprodução do capital permanece como objetivo inesgotável.

A seguir serão pontuados alguns aspectos de estruturação do conservadorismo no Brasil no processo da sua formação sócio-histórica, a partir da análise da construção dos valores morais como mecanismos de preservação de uma estrutura de classes contraditória, em que a classe burguesa se utiliza de todo um arsenal ideológico, por vezes autoritário e autocrático, para manter-se dominante.

3.3 Emergência do pensamento conservador no Brasil: constituição e ascensão dos valores morais dominantes no país

Para se apreender as bases sócio-históricas viabilizadoras da constituição do conservadorismo no Brasil é necessário o conhecimento da trajetória teórica, histórica e ideopolítica do conservadorismo clássico, conforme apresentado na subseção 3.1, a qual possibilita visualizar os elementos genéricos que estruturaram esta modalidade de pensamento disseminando-a na sociedade para além da classe que a consolidou. A partir disso, é possível entender sua particularidade no Brasil, principalmente considerando a herança cultural do país, denotando um pensamento carregado de preconceitos erigidos a partir das relações sociais estabelecidas com o processo da formação sócio-histórica²⁷ ocorrida aqui.

Um aspecto muito importante a ser pontuado na formação sócio-histórica brasileira é a via da colonização utilizada como estratégia de civilizar o “novo mundo”, impondo traços da cultura e do pensamento dos agentes colonizadores que desconsideraram terminantemente as relações sociais e humanas já estabelecidas pelos nativos, gerando inflexões no modo de ser, viver e se relacionar do país com incidências até a atualidade. A dominação colonial exerceu

²⁷ Uma abordagem mais aprofundada acerca da formação socioeconômica e histórica do Brasil já foi realizada na subseção 3.2. Aqui serão apresentados os elementos essenciais deste processo que corroboraram para a constituição do conservadorismo no país, bem como a sua influência na construção dos valores morais dominantes.

bem mais que isto, provocou danos humanos, econômicos e ambientais por meio do saque de riquezas e do genocídio dos nativos²⁸ nos territórios invadidos. Seus impactos, ainda sentidos ao longo da história do país, são de ordem dantesca na identidade do povo colonizado, com valores incorporados, com o racismo estrutural, a discriminação, os preconceitos e estigmas de todas as ordens, presentes e fortemente visíveis na sociedade brasileira.

Lema (2018), acerca do processo de “dominação exercida sobre as populações nativas” e as inflexões causadas em seu modo de vida, afirma que:

A esse tipo de dominação se atribui o termo colonialismo, que se refere, mais precisamente, às formas de dominação e opressão de uns povos em relação a outros, impondo aos colonizados as visões de mundo do colonizador – sua língua, sua cultura, sua estética – pela via do despojo material e simbólico das condições de reprodução social (LEMA, 2018, p. 189).

É possível afirmar a partir disto que a constituição e a consolidação dos valores dominantes no país guardam íntima relação com a estrutura econômica, social, política e cultural que se estabeleceu aqui. Para Bonfim (2015), “É a partir dessas relações, considerando as necessidades e possibilidades de cada momento histórico, que vão se formando os valores, as tradições e a cultura brasileira e se constituindo a nossa moralidade” (BONFIM, 2015, p. 49-50). Desta feita, a construção e consolidação dos valores em solo brasileiro perpassa um substrato ideológico que impõe relações de superioridade e submissão entre as classes que se estabeleceram no país e que fomentou a formação da moralidade²⁹ local.

Bonfim (2015) esclarece ainda que a moralidade possui um caráter de historicidade, e isto pode ser constatado nos seus “[...] movimentos de ruptura e continuidade com elementos do passado”, por isso a necessidade de “[...] recorrermos às determinações da nossa formação econômico-social” (BONFIM, 2015, p. 49-50), inclusive para perceber como tais valores, que hoje predominam na sociedade brasileira, permanecem ao longo dos tempos e vão se adequando

²⁸ Lema (2018) informa que uma das primeiras formas de genocídio dos nativos pelos europeus colonizadores foi por meio da dissipação de doenças, que acabou dizimando parte dessa população, predominantemente composta de indígenas submetidos ao trabalho forçado. Em seguida, “[...] as exigências para manter e aumentar a produção colonial exigiram que enormes contingentes de escravos, comprados na África fossem arrastados para suprir as carências de mão de obra” (LEMA, 2018, p. 191). Decorre daí outra forma de extermínio em nome da apropriação de riquezas, pois além das péssimas condições de vida e da violência do trabalho forçado, muitos africanos acabaram morrendo ainda nos navios durante a travessia até o Brasil. A autora chama atenção para outro extermínio que guarda consequências ambientais e culturais, referindo-se à devastação promovida pelo saque indeliberado as florestas e plantações: “A inserção na economia mundial como exportadores de matérias-primas exigia a ocupação produtiva de territórios, aptos à criação de gado, plantações e extração de minérios, muitos dos quais habitados por nações e comunidades indígenas e afro-americanas que não hesitaram em exterminar” (LEMA, 2018, p. 195).

²⁹ De acordo com Bonfim (2015, p. 49, nota de rodapé 45), “[...] moralidade é entendida como senso moral, ou seja, é a medida que expressa se os indivíduos estão socializados, se eles se comportam de acordo com as normas e valores determinados socialmente”.

aos contextos históricos, adquirindo novos contornos, recebendo novas influências ideológicas e tornando-se mais fortes e visíveis.

A particularidade da constituição da moral brasileira é reflexo da apropriação das ideias do conservadorismo — tanto o clássico, já abordado neste trabalho, quanto o contemporâneo³⁰ — e como são reproduzidas no país, tendo em vista as características socioculturais e econômicas locais. De acordo com Souza (2016, p. 215), “A forma especificamente brasileira dessa apropriação, no campo da ideologia, da política e das disputas dos projetos societários, resulta em consequências sociais particulares”, as quais são observadas nas relações sociais estabelecidas, nos valores incorporados, costumes e tradições cultivados, perpassando as escolhas políticas e a inclinação aos ideais da direita, inclusive pelo seu acentuado crescimento³¹ nos últimos anos.

Souza (2016) aponta alguns elementos fundamentais para se entender a emergência e as peculiaridades do conservadorismo à brasileira, pontuando de forma lúcida que as bases sócio-históricas favorecedoras da gênese do conservadorismo clássico se distanciam completamente da realidade e do perfil das lutas de classes no Brasil no contexto da estruturação dessa modalidade de pensamento em solo nacional.

A despeito dessa distância entre as duas realidades, contudo, o autor demarca que houve a absorção de algumas características do conservadorismo clássico aqui, a exemplo do “[...] desprezo pela institucionalidade democrática; o ‘aristocratismo’ ou ‘elitismo’, que se expressa no cotidiano como pré-conceito e ódio de classe; o elogio da desigualdade social e da concentração de poder político e econômico, entre outras” (SOUZA, 2016, p. 217). A apropriação das ideias conservadoras por uma sociedade está diretamente relacionada ao processo de produção e reprodução social, e, especialmente para esta última, pode-se afirmar que os valores morais vão promover a mediação necessária à preservação das estruturas de poder.

Bonfim (2015) e Souza (2016) chamam atenção para alguns aspectos no processo da formação sócio econômica do Brasil que foram cruciais para a estruturação do “pensamento conservador à brasileira”, quais sejam: as peculiaridades da colonização, com destaque para a apropriação privada de terras e a exploração da força de trabalho, o estabelecimento de uma

³⁰ O conservadorismo contemporâneo, que será abordado na subseção 5.2, se coloca como a reatualização do conservadorismo clássico (burkeano), adaptado às nuances da dinâmica societária imposta pela atual crise estrutural do capital, a qual é marcada por tendências neoliberais defensoras de ações reformistas, mas que implementam de forma implícita contrarreformas que afetam significativamente os direitos sociais.

³¹ O avanço da direita na contemporaneidade, cenário registrado não só no Brasil, está intimamente relacionado ao recrudescimento do conservadorismo, cujos aspectos serão abordados na Seção V.

estrutura escravista na produção, de caráter mercantil, e a transição tardia das formas pré-capitalistas ao capitalismo³², “[...] com processos de revoluções ‘pelo alto’³³ que atravessam a história do nosso país e, desta forma, da conservação de elementos na nossa cultura” (BONFIM, 2015, p. 51). Importante salientar que, mesmo tendo essa origem no seu processo de formação sócio-histórica, “[...] o ‘conservadorismo à brasileira’ se constitui como uma particularidade, no interior do conservadorismo contemporâneo, que é, por sua vez, uma das expressões das ideologias conservadoras nas sociedades de classes”. Souza (2016) ressalta ainda que essas ideologias não são únicas, pois coexistem com outras, mas se sobressaem nos momentos em que é posta em xeque a sua hegemonia (SOUZA, 2016, p. 218).

Assim, o “[...] estabelecimento [tardio] de relações tipicamente capitalistas” no país vai evidenciar a refuncionalização de relações arcaicas, no que diz respeito a organização política e social, notadamente não superadas, mas reatualizadas sob nova roupagem para sua adequação ao novo contexto. Tratou-se, portanto, “[...] de uma transição capitalista sem a mediação de um processo revolucionário ‘clássico’ e sem um corte profundo e definitivo com as formas pré-capitalistas, ou extraeconômicas, de subordinação do trabalho ao capital” (SOUZA, 2016, p. 217).

Dois outros aspectos ainda podem ser adicionados a esta reflexão acerca do processo da formação sócio-histórica como elementos fundamentais para se compreender a gênese do conservadorismo à brasileira: 1. “[...] a exclusão das camadas populares no processo decisório da vida política e social”, se colocando como um fenômeno bem particular da história do Brasil, no passado e no presente, pois, embora tenham direito ao voto, a “socialização da política” nunca foi algo acessível à classe trabalhadora, sendo contida e reprimida quando ameaçava a classe dominante; 2. “o papel do Estado na sua relação com a *sociedade civil*”, inviabilizando

³² De acordo com Lema (2018, p. 192), nesse momento histórico o capitalismo ainda não tinha se constituído como modo de produção, então vivenciando a sua etapa de acumulação primitiva, o que caracteriza a presença do capital mercantil mundial no sistema de produção da colônia. Assim, “[...] o capital, enquanto relação social baseada na mercantilização da força de trabalho é cronologicamente anterior ao descobrimento e exploração do continente americano”, considerando ser somente após o descobrimento da América que ele adquire a condição de forma de produção.

³³ De acordo com Coutinho (2011b, p. 125), trata-se “[...] da típica modalidade de transformação social nos países que seguem a ‘via prussiana’. Essa modalidade implica a crença de que alguns indivíduos excepcionais, ou quando muito uma elite esclarecida, podem substituir – enquanto sujeito histórico – as massas populares, que se supõe condenadas à apatia e à ignorância. Não há dúvida de que essa ‘solução’ aparece e se difunde, muitas vezes, entre círculos ‘progressistas’; no plano objetivo, contudo, ela reforça a continuidade da ‘via prussiana’, na medida em que conserva o povo afastado das grandes decisões histórico-políticas. Trata-se, em suma, apesar das eventuais aparências em contrário, de uma solução reacionária e antipopular”. Resulta disso a dissipação de uma cultura elitista que implicou e implica significativamente na construção de uma consciência política para a classe trabalhadora. “Um dos fundamentos ideológicos mais importantes do conservadorismo, qual seja, a defesa da realização de reformas e mudanças políticas e econômicas ‘pelo alto’, dirigida por sujeitos ou estratos mais altos no interior das classes sociais dominantes, revelou-se como tendência histórica concreta nos regimes que surgiram para conduzir a modernização capitalista tardia, ou hipertermia” (SOUZA, 2016, p. 135).

as estratégias de construção de “projetos societários alternativos” ao poder ideológico dominante, impossibilitando representar uma coletividade que está sempre no limiar da busca pela sobrevivência (BONFIM, 2015, p. 52, grifo do autor). Esses aspectos tão singulares ao conservadorismo já se apresentaram linhas atrás, quando Burke demarca sua contrariedade à democracia e a qualquer outra forma de participação popular, bem como ressaltou a importância do papel repressor do Estado para cumprir sua função junto à dominação burguesa.

Daí decorrem relações sociais, preconceitos, valores e estigmas que se estruturam e se tornam ideias dominantes na sociedade de classes, forjando a particularidade da moral conservadora no Brasil. Isso possibilita destacar que as relações de produção que se estabeleceram nesse período vão dar o tom da construção dos valores e costumes locais, baseados na cultura do mando, da tutela, da troca de favores, dentre outras formas de submissão. É visível, portanto, a absorção de uma ideologia conservadora que se inscreve “[...] nas lutas de classes do Brasil desde o período colonial, incluindo o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, a homofobia e o preconceito de classe” (SOUZA, 2016, p. 217).

Com o estabelecimento do trabalho escravo como forma de produção, estrutura-se no país uma dinâmica de exploração (das terras e da força de trabalho) que vai direcionar sua organização econômica, ao mesmo tempo em que conduz os rumos do país até a contemporaneidade. Bonfim (2015, p. 52-53) afirma que essa estrutura econômica instaurada no Brasil colonial subsidiou a “emergência do capital mercantil” e a “criação de um mercado mundial”, sendo a sua porta de entrada para estabelecer relações “com o desenvolvimento do capitalismo mundial”. Este passado vai pôr as bases para a construção dos elementos centrais do pensamento conservador no Brasil, pois há aí toda uma questão cultural que decorre pela diversidade étnica, de classe, de condições materiais e ideológicas, influenciando significativamente a “organização da vida social”, bem como a “constituição da nossa cultura, dos nossos costumes, tradições e da nossa moralidade”.

Este regime de trabalho, pautado na exploração da mão de obra de indígenas ou africanos, estabelecido no Brasil colônia viabilizou a construção da sociedade capitalista, cuja base foi o desenvolvimento e fortalecimento industrial das metrópoles por meio da apropriação das riquezas naturais. Esta forma de exploração das terras por meio do saque evidenciou alguns valores — a exemplo da corrupção — perpetuados no Brasil e reatualizados de variadas formas, marcando o cotidiano das relações econômicas e sociais e transformando a imagem política do país até os dias de hoje. Para Bonfim (2015, 2015, p. 55), “Essa lógica, portanto, dificultou, ao longo da nossa história, o surgimento de valores voltados para a construção do público enquanto espaço pertencente à coletividade, expressão de uma vontade para o humano-genérico”.

Recorrendo a Caio Prado Jr. (1957) para apreender como as relações econômicas e sociais da colônia se entrecruzam com a formação do pensamento conservador no Brasil, identifica-se que o autor atribui à Portugal, agente colonizador, a alcunha de “nação empreendedora”, visto que envereda pela expansão marítima, no século XV, no intuito de expandir seu comércio. O país torna-se uma “potência colonial” a partir dessa iniciativa, pois soube conciliar suas “empresas comerciais” com a navegação (PRADO JR., 1957, p. 14). É com este traço que o colonizador em questão vai explorar as riquezas naturais brasileiras, direcionando as conquistas decorrentes dessa iniciativa para o comércio europeu.

O Brasil vai se estruturando social e economicamente a partir da extração de bens naturais do seu território, processo que caracteriza fundamentalmente a mentalidade³⁴ dos países “descobridores” ao invadirem a América. Não se pretendia povoar, constituir morada. Sua ocupação se restringia à presença temporária de homens e mulheres que garantiriam as condições para a realização das atividades mercantis, o que Prado Jr. (1957) chama de estabelecer “feitorias comerciais” (PRADO JR., 1957, p. 18). De fato, a ocupação do território brasileiro se efetivou pelos portugueses em virtude de sua escassez de recursos humanos para organizar a atividade comercial.

Seguindo as regras do desenvolvimento do capitalismo mundial, o Brasil Colônia foi estabelecendo suas relações de produção, as quais se basearam na economia agrária, fruto de um processo de distribuição de terras que abriu espaço para a estruturação de latifúndios, sustentados pela exploração da mão de obra escrava. Este povoamento possibilitou a estruturação de duas classes sociais distintas na Colônia: os senhores de engenho, aos quais competia comandar a economia e o comércio da metrópole; e outra, constituída por uma massa popular formada pelos escravos — sendo eles negros, índios e mestiços. Estes não possuíam bens materiais, apenas a sua cultura e força de trabalho, com a qual produziram toda a riqueza social do Brasil.

Três séculos foram marcados pelo processo de colonização nas Américas, implicando numa série de traços peculiares na construção da cultura da sociedade brasileira devido à “[...] junção, nesse território, de três raças completamente distintas – na língua, nas tradições, na religião, na moral etc.” (BONFIM, 2015, p. 56), porém, apenas os negros e os índios sofreram

³⁴ O visível desprezo dos europeus pelo território americano, dado o seu caráter primitivo, marcado terminantemente pela cultura do saque e genocídio dos povos originários, conduz a construção de valores “negativos” entre os povos que foram constituindo morada nestas terras. Outra dimensão desse processo é a imposição dos seus valores e costumes em detrimento da valorização cultural dos povos daqui e dos indivíduos usurpados da África para o trabalho escravo, gerando um preconceito contra seus valores que ultrapassou séculos e se faz presente até os dias atuais.

inferências violentas nos seus costumes e tradições. O que a autora pondera é que não apenas o trabalho forçado foi a marca da relação entre os brancos europeus, os negros africanos e os povos originários do continente — fundado na base da violência, da opressão e da submissão destes dois últimos povos —, mas também a estruturação de “[...] valores que emergiram, a partir dessa organização social (com a ênfase nos interesses privados da Coroa e dos senhores proprietários) contribuíram para rebaixar os níveis de generalidade humana desta sociedade” (BONFIM, 2015, p. 56). Tais indivíduos eram vistos e tratados como mercadoria, tanto por sua força de trabalho ser uma mercadoria quanto pela desumanização a que eram submetidos por serem eles próprios objetos de troca.

Ao analisar a vida social e política da colônia, Caio Prado Jr. (1957, p. 340, grifo do autor) pondera que a servidão é “[...] senão o **único** elemento real e sólido de organização que a colônia possui”, sendo, portanto, o elo que une essas três raças, pois foram as relações de trabalho e produção baseados na escravidão que estruturaram toda a vida social, política e econômica do país. Acerca disto, afirma o autor:

Três raças e culturas largamente dispares, de que duas, semibárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões originárias ainda se sufocaram, fornecerão o contingente maior; raças arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência na colonização, sem que para isto se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para elas; cuja escola única foi quase sempre o eito e a senzala (PRADO JR., 1957, p. 340).

Não decorre daí nenhuma forma de desenvolvimento da cultura dos africanos ou dos indígenas, ao contrário, estimula neles valores de corrupção, já tão comuns nesse processo de colonização e usurpação de riquezas. Prado Jr. afirma também que essas relações de trabalho nada acrescentam de “elementos morais” ao indivíduo submetido aos constrangimentos da servidão, “[...] e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nêle o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo”, pois sustentam apenas a produção material necessária ao enriquecimento da metrópole, enquanto “[...] nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia” (PRADO JR., 1957, p. 342).

Com isso, Prado Jr. (1957, p. 344) aponta a “falta de nexo moral” na sociedade colonial brasileira decorrente da estrutura econômica e relações sociais que nela se estabeleceram, denotando “a pobreza de seus vínculos sociais”. Por “nexo moral” o autor define o “[...] conjunto de forças de aglutinação, complexo de relações humanas que mantém ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto”. Era imperceptível entre as três raças que mantinham a colônia brasileira o desenvolvimento de relações que as

agregassem, visando a construção de laços morais que fundissem suas concepções comuns de mundo, religião, cultura, política etc. Na verdade, o denominador comum entre os grupos que constituíam esta sociedade foi justamente a “desagregação” de modo a manter fortalecido apenas a produção material, sustentada pelos “[...] ténues laços materiais primários, econômicos e sexuais” (PRADO JR., 1957, p. 344), reflexos da violência do trabalho servil.

Caio Prado Jr. (1957) aponta que os laços sexuais estabelecidos na sociedade brasileira colonial representam as relações de violência e subjugação às quais as mulheres, negras e indígenas eram submetidas pelos brancos europeus. Representam ainda a falência de valores morais que constituíam a família na época, dado o fato dos emigrantes não quererem estabelecer casamentos diante da “indisciplina sexual” tão comum na colônia. Inclusive os “costumes sexuais” nesta sociedade eram tão admitidos sem constrangimentos que a “disseminação da prostituição” se tornou algo comum, “[...] o mais alarmante sintoma da geral indisciplina de costumes” entre a população da colônia brasileira, sendo o principal meio de sobrevivência, senão o único, das moças pobres (PRADO JR., 1957, p. 353).

Foi também por meio da violência que se deu o início da constituição da moralidade brasileira; isto é, violam-se os costumes e tradições dos povos escravizados por meio da imposição de valores e princípios da Igreja Católica, grande protagonista na dissipação de preceitos cristãos, além de exercer uma função educativa e controladora, promovendo “[...] a necessidade de obediência a Deus e ao Estado” (BONFIM, 2015, p. 57). Desde sua chegada ao Brasil, com a função de catequização dos índios através dos jesuítas, a Igreja Católica adquire o papel de manter as estruturas de poder que ora vinham se estabelecendo, as quais evidenciam hierarquia e privilégio para a elite senhorial, submissão e obediência para os grupos escravizados.

A presença da Igreja foi fundamental para a formação sócio-histórica do Brasil, pois a instituição se tornou o braço do Estado na sujeição das populações negras escravizadas e dos povos originários da colônia, preservando as relações de contradição entre as classes por meio da naturalização das desigualdades entre elas. Este papel da Igreja já foi ressaltado e defendido por Edmund Burke (2014), conforme demonstrado anteriormente, sendo ela a pedra angular para a consagração da sociedade de classes e do Estado. Atuando ainda no controle da classe trabalhadora e reforçando a presença do pensamento conservador através de princípios e valores moralizantes, os quais garantiam à elite a preservação do direito divino às propriedades, às decisões políticas, a ocupar os espaços de poder.

No contexto da sociedade colonial brasileira, de acordo com Bonfim (2015), esta elite detinha dois tipos de poderes que sempre eram usados para manter os seus interesses, quais

sejam: o poder de mando e o poder político, garantidos por meio do autoritarismo e da violência. Predominavam na colônia as relações de dominação, dependência e sujeição aos proprietários de terras, sendo fulgente que tais relações de exploração constituíram o país. O autoritarismo foi a principal estratégia de contenção e coerção da classe trabalhadora, sendo basilar para a estruturação da sociedade colonial. No entanto, essas relações autoritárias não se restringiram apenas à época da colonização, colocando-se como uma marca na constituição histórica do país, guardadas as especificidades de cada momento histórico. Marcam as relações de trabalho, desde a escravidão até a supressão e/ou negação dos direitos trabalhistas; as relações políticas com a concentração do poder de decisão nas mãos das elites e negação do papel político ao povo; as relações sociais e culturais com a imposição de um modo de ser e viver como sendo o correto, bem como o cultivo de valores que não refletem a origem da população subordinada ao autoritarismo.

Nesse sentido, os valores e tradições vivenciados pelas populações escravizadas foram sendo cerceados, não somente por terem negada sua condição humana — visto que representavam apenas a mão de obra necessária à produção da riqueza material da colônia —, mas também pela imposição da cultura do colonizador. Negros e indígenas tiveram seus valores subjugados à cultura branca europeia e, assim, o escravismo implantado pelo processo de colonização funda “[...] uma forma *particular de vida e relações sociais*” (BONFIM, 2015, p. 59, grifo do autor) no Brasil colônia, naturalizando uma forma de pensar hegemônica entre os colonos, para os quais

[...] negros e índios são tidos como raças inferiores, pertencentes aos mais baixos níveis da escala social. Assim, os elementos da cultura negra e indígena no Brasil foram submetidos, durante séculos, ao domínio do homem branco, à religião cristã e à cultura europeia. Assim, todas as características relacionadas ao negro e ao índio — costumes, tradições, ritos, valores, religião etc. — eram vistos de forma depreciativa e se perpetuam por longos períodos da nossa história — e, considerando a centralidade dessa questão na constituição deste país, não seria absurdo concluir que muitos desses preconceitos se preservam até os dias atuais (BONFIM, 2015, p. 59-60).

De acordo com Bonfim, “O regime de escravidão, com todas as suas determinações, constituiu a sociabilidade brasileira, servindo de referência tanto para as relações econômicas e políticas como para o âmbito da *moralidade, da cultura e da ideologia*” (BONFIM, 2015, p. 60, grifo da autora). Aponta-se como elemento herdado desse contexto a discriminação racial pelo olhar depreciativo com o qual se enxergava o negro e sua cultura, atribuindo-se à sua cor tudo aquilo considerado ruim ou inferior. Decorre daí todo um arcabouço de pensamentos e valores que vão influenciar as relações sociais da sociedade colonial brasileira e,

consequentemente, o Império e a República, pois eles se generalizam e reatualizam de acordo com o movimento histórico, reforçando as relações de subordinação e dominação entre as classes³⁵ a partir de um substrato ideológico de cunho conservador.

A estruturação do pensamento conservador à brasileira segue a mesma dinâmica da transformação da sociedade, de modo que não se dá de forma estática, sendo resultado do movimento das relações econômicas e sociais, as quais vão evidenciando as peculiaridades e características do suporte ideológico que as classes dominantes necessitam para garantir sua supremacia. Com o avançar da história brasileira isto vai ficando cada vez mais perceptível, seja na absorção de ideias liberais para a economia, seja na conquista da Independência brasileira, cujo fundamento sempre foi dirimir conflitos de interesses entre as classes dominantes e viabilizar estratégias de controle e submissão das camadas populares — e a via ideológica cumpria fundamentalmente esse papel.

Evidentemente, as bases estruturantes do poder colonial no Brasil não foram superadas com os últimos avanços que a sociedade brasileira havia conquistado do ponto de vista econômico e político, pois suas amarras, que remontam ao autoritarismo e à violência, prevaleceram diante dos ideais progressistas que a Europa defendia por ocasião das transformações do século XVIII. Foi por meio da absorção da cultura europeia que o Brasil construiu seus valores e tradições³⁶, mas não o fez sem considerar as bases ideológicas de uma sociedade que se constituiu sobre os alicerces da subordinação e da dependência. Isso porque sua realidade evidenciava “[...] por um lado, [que] os princípios liberais se adequavam à lógica de um país cuja produção agrária visava o mercado mundial, por outro lado, [que] tais ideias eram estranhas num país que tinha como pilares o regime de escravidão e a prática do favor” (BONFIM, 2015, p. 66). Assim, a ideologia do favor se tornou um dos pilares das relações sociais desse período histórico, associada ao autoritarismo e ao paternalismo. Estes elementos

³⁵ De acordo com Bonfim (2015, p. 62-63), essa peculiaridade se acirra à medida que a economia local vai se desenvolvendo e se intensificam os privilégios políticos e sociais entre as classes dominantes, sendo ignorada a condição de indivíduo dos negros e indígenas, negando-se qualquer participação desta camada popular na vida daquela sociedade, restando-lhes tão somente a produção da riqueza material. Necessariamente, a própria organização política desses grupos não foi favorecida por esse elemento da dominação, mesmo com as contradições e desigualdades sociais tão evidentes no país, de modo que é possível afirmar que “[...] até aquele momento, não existia (sic) condições econômicas e sociais objetivas para uma real emancipação política no Brasil”.

³⁶ Bonfim (2015) diz ainda que a cultura dos negros africanos e dos indígenas também teve um papel importante na construção dos valores e costumes dos brasileiros, tendo ela mesma sofrido influências do ideário europeu, sendo este a principal fonte de referência para a constituição da cultura brasileira. “A nossa condição de país subordinado ao desenvolvimento econômico mundial nos levou a buscar as expressões ideológicas e culturais da Europa” (BONFIM, 2015, p. 66). Contudo, tal condição vai sofrer um abalo quando iniciados no continente processos históricos de transformações sociais orientados por ideais liberais que não se encaixavam perfeitamente à estrutura ideológica, econômica e social do Brasil.

criaram situações de dependência e submissão tão caras à sociedade escravista, as quais se perpetuaram ao longo da história do país, reforçando a conservação de valores que promovem, até hoje, a tutela e a dominação de uma classe sobre outra, mantendo vivos os traços do colonialismo mesmo quando o momento histórico evidenciava a passagem ao estágio do capitalismo monopolista.

Souza faz uma ponderação quanto à história mais recente do Brasil, afirmando que o país viveu “[...] um processo de modernização conservadora”³⁷ no contexto da industrialização, o qual foi marcado pelo “[...] realinhamento e uma recomposição na hegemonia das classes dominantes brasileiras” (SOUZA, 2016, p. 220). O que se verificou no país no momento em que deveria estar experimentando a adaptação ao capitalismo monopolista³⁸ foi a preservação de formas arcaicas de articulação entre as classes dominantes, caracteristicamente da sociedade colonial, para conter qualquer ameaça à ordem estabelecida, além da absorção de um ideário (liberal) inviável de ser praticado por completo em decorrência da lógica da escravidão, mas necessário para a preservação do poder das elites.

Segundo Bonfim (2015, p. 71), estas elites se depararam com uma possível ameaça ao seu poder em decorrência do avanço da abolição da escravidão, bem como em virtude da “[...] constituição do mercado de trabalho livre e com o início dos movimentos operários”. Ela cita também que neste contexto emerge “[...] uma tendência à repressão e ao controle social e uma retração, por exemplo, dos direitos sociais”. Um cenário diferente do típico período colonial, no qual não havia organização política nas camadas populares, pois o grau de violência e

³⁷ O termo “modernização conservadora” originou-se para nomear o pacto político estabelecido pelas burguesias da Alemanha e do Japão com os proprietários de terras, daí decorrendo o erigir de uma sociedade totalitária e também autocrática. Tratou-se da construção de uma sociedade capitalista que preservasse as estruturas de poder, garantindo que os interesses dos proprietários de terra fossem não apenas mantidos, mas priorizados. Esse pacto ocorre no processo das revoluções burguesas vivenciadas nestes países, que difere das vividas em outros países pela estruturação de sociedades capitalistas e democráticas. Remetendo ao Brasil, ocorre a estruturação de uma burguesia dependente — e nem pudera ser diferente, considerando o rastro histórico do processo de formação sócio-histórica do país. A modernização brasileira durante o século XX contou com um forte processo de urbanização e industrialização, ao mesmo tempo sob o intenso controle da massa de trabalhadores, destacando-se aqui o controle político através de práticas do mando e do favor (Cf. PERLATTO, 2014). Importa salientar que Florestan Fernandes sobressaiu-se na discussão acerca dos impactos da modernização conservadora no Brasil durante o período do desenvolvimento dependente, destacando o papel desempenhado pelos Estados Unidos nesse processo, exercendo não somente a influência, mas também o controle do funcionamento do setor econômico, bem como na política, cultura, educação, entre outros, denominando-o de “recolonialismo” (FERNANDES, 1975, p. 23).

³⁸ O capitalismo dos monopólios constituiu-se em uma fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista na qual intensificou-se a concentração e a centralização do capital, desencadeado a supressão da concorrência de preços entre determinados setores e, conseqüentemente, a estruturação de grandes impérios que dominavam o mercado de mercadorias essenciais. De acordo com Mandel, “[...] (distinto do capitalismo de livre concorrência) não implica [dizer] que não existiram monopólios antes do capitalismo monopolista, nem que a concorrência esteja ausente do capitalismo monopolista”, ocorre sim “[...] uma combinação *inédita* e *específica* de concorrência e monopólio que surge de um aumento *quantitativo* da concentração e centralização do capital” (MANDEL, 1982, p. 371, grifos do autor).

opressão exercida sobre os povos escravizados e a falta de consciência de classe colocavam-se como elementos limitadores do exercício do confronto com seus opositores. As considerações aqui pontuadas remetem à afirmação de que o conservadorismo é a ideologia da crise, pois a sua reatualização — em contextos de conflitos e ameaças à ordem — expressa sempre as estratégias racionalmente aplicadas pela classe dominante para garantir a via dupla de controle dos trabalhadores e de preservação do poder.

A modernização do país significou então a continuidade das relações de exploração do trabalho fundadas no escravismo, que evidenciavam a dominação do capital sobre o trabalho, e a atualização de características fundamentais do pensamento conservador na garantia de consolidar o domínio das elites. A propósito, com a absorção das ideias liberais tornou-se visível o quão conservadoras eram as elites brasileiras da época, a ponto de tornar esse processo algo extremamente dialético: para a economia, as ideias modernas eram bem vistas e apreendidas; para a política, mantinha-se uma postura antidemocrática, de inviabilização da participação popular nas decisões. Evidências do conservadorismo burkeano que se reatualizam para defender os interesses dominantes, desconsiderando as intensas consequências da desigualdade social — tão sobressalentes no período da transição às formas típicas do capitalismo.

Este foi o pano de fundo da “revolução burguesa brasileira”³⁹, período em que verificou-se “[...] a transição do modo de produção escravista de caráter mercantil para um modo de produção propriamente capitalista” (BONFIM, 2015, p. 71). O cenário em questão explicitava um ar de modernidade, de absorção de novas ideias e culturas, mas na sua estrutura estava a herança do escravismo, a repressão aos trabalhadores e a preservação das estruturas de poder. Assim, vai desenhando-se a peculiaridade do conservadorismo das classes dominantes no Brasil, cujas tendências ideológicas seguidas conduzem suas ações para a proteção de sua hegemonia, incluindo o uso de medidas autocráticas para tal. Assim,

[...] as alterações impostas no final do século XVIII e início do século XIX, momento em que a burguesia consolida seu domínio econômico também como poder político de classe, generalizando suas ideias como as ideias dominantes (MARX; ENGELS,

³⁹ Florestan Fernandes (2006) defende o uso do termo “Revolução Burguesa no Brasil” considerando que não se trata de interpretar os acontecimentos históricos ocorridos no país como uma repetição da história da Europa Moderna. Trata-se de identificar “[...] os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil”, no sentido de procurar os fatores que contribuíram para “romper” com uma “ordem tradicionalista” e instaurar a “modernização como processo social”. Em suas palavras: “[...] a ‘Revolução Burguesa’ não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social” (FERNANDES, 2006, p. 37-38).

2007), reconfigurou a relação entre o pensamento conservador e os princípios liberais-burgueses. Como classe dominante a burguesia constitui sua ideologia como dominante, ou seja, generaliza como verdade para todas as outras classes sociais as suas próprias ideias que expressam sua dominação de classe (SANT'ANA; SILVA, 2020, p. 355).

Nesses termos, verificou-se no Brasil um processo de transição e desenvolvimento do capitalismo sem que as estruturas de poder fossem alteradas, de modo que “[...] se atualiza o poder burguês ao mesmo tempo em que a estrutura das classes dominantes apresenta mudanças e continuidades, adaptações e inovações” (SOUZA, 2016, p. 224). Verifica-se ainda uma postura unificadora entre essas classes, entre os setores mais tradicionais e os mais modernos, os quais formaram uma aliança de solidariedade, constituindo um projeto de sociedade explicitamente classista e excludente.

Conforme afirma Souza (2016), no contexto da modernização conservadora no Brasil é importante

[...] assinalar as convergências e a interpenetração dos interesses conservadores que cortam e unificam essas classes [dominantes] (tanto no ‘centro’, quanto na ‘periferia’), articuladas não apenas com base nas ideologias conservadoras e no conservadorismo em particular, mas sobretudo sobre as bases materiais de exploração do trabalho, em modalidades tipicamente capitalistas ou pré-capitalistas, reproduzindo no plano ideal e ideológico, nos quais se inscrevem o (sic) valores do conservadorismo, a condição de antagonista estrutural dos trabalhadores. (SOUZA, 2016, p. 226).

Desse modo,

[...] o conservadorismo emerge como consciência de classe imediata das classes dominantes, resultante desse antagonismo estrutural. Esse antagonismo cumpre a função de suporte material que permite ao conservadorismo se estabelecer como ideologia unificadora da hegemonia das classes dominantes (SOUZA, 2016, p. 226).

A análise de Souza (2016) expõe o processo de adaptação a que as classes dominantes se submeteram para estarem adequadas à modernização provocada pela instauração do capitalismo monopolista, cuja transição não se efetiva por completo e nem em todas as esferas da sociedade, dado que conservaram-se algumas características tradicionais, conforme já mencionado. “Não se observam mudanças *significativas* no âmbito econômico, político, social e cultural” (BONFIM, 2015, p. 74, grifo da autora), e se repõem em cada momento histórico considerando a realidade concreta. Com isso alteram-se as relações sociais de produção, mas conservam-se os suportes ideológicos que garantem a continuidade das estruturas de poder constituídas nos períodos históricos anteriores.

Assim, a nova estrutura instituída pela modernização no país faz com que as elites invistam em estratégias de conciliação, visando impedir a organização política e a consequente consciência de classe que promova a insurgência da classe trabalhadora. Para tanto, intensificou-se a lógica do favor, do clientelismo e do populismo, transformou-se o interesse de uma minoria como sendo a representação de uma maioria, explicitando uma imagem da nação a partir da autoimagem da burguesia. Além dessas medidas de conciliação, de forte impacto na formação da moralidade brasileira, outra estratégia comumente utilizada pelas classes dominantes diante da possível ameaça ao seu poder diz respeito às ações coercitivas, para as quais contavam com o auxílio inestimável do Estado, “[...] agente ativo do desenvolvimento capitalista” (SOUZA, 2016, p. 28). Unidas por uma ideologia conservadora, as elites brasileiras sempre defenderam seu lugar ao sol com muita violência contra as camadas populares que ousassem enfrentá-las, fosse pela inviabilização do acesso de tais camadas à participação política, fosse por meio da repressão física aos movimentos politicamente organizados.

Essas tendências conservadoras se fizeram presentes em todos os momentos significativos da história do país — a exemplo do abolicionismo, da proclamação da República e da instauração da democracia —, viabilizando a preservação das relações de poder das classes dominantes, mediada pela defesa da propriedade privada, pela apropriação dos meios de produção e da força de trabalho “livre” e pelo domínio político-ideológico, reproduzindo valores e cultivando um pensamento que reforçou a exclusão e a desigualdade social estrutural. Nesse sentido, as palavras de Souza (2016) sobre a constituição do pensamento conservador no Brasil fazem todo sentido e merecem ser reafirmadas:

[...] o ‘conservadorismo à brasileira’, como discurso ideológico que reproduziu (na origem) e reproduz (atualmente) a consciência de classe imediata das classes dominantes (autoritarismo, desprezo pelas camadas populares, hierarquia, meritocracia, anticomunismo, ‘elitismo’, aristocratismo, entre outros), consciência essa que emerge como uma espécie de ‘espelhamento’ ideológico das condições objetivas nas quais decorrem a dominação de classe *tupiniquim*, mas sobretudo como prática política unificadora, emerge em condições socioeconômicas muito diversas daquelas que deram origem ao conservadorismo clássico (SOUZA, 2016, p. 230).

No caso brasileiro, apreendendo as peculiaridades sobre as quais se estrutura a formação socioeconômica do país, consolida-se um viés do conservadorismo contemporâneo, pois seu substrato ideológico e cultural não se constituiu a partir da postura antirrevolucionária de uma classe que cultivava um passado vultoso, mas a partir da organização e do fortalecimento dos valores das classes dominantes, visando ampliar a dominação e exploração sobre os trabalhadores. Assim, o pensamento conservador à brasileira se constitui como uma tradição

intelectual pautada nas particularidades das transformações históricas às quais o país foi e vem sendo submetido; caracterizando-se pela força política e social que possui, refletindo na sua expressiva inflexão nos rumos continuamente tomados pela sociedade brasileira na preservação das relações sociais e na contradição entre as classes, prezando sempre pelo reforço a desigualdade, pelas ameaças à democracia e pelo combate à organização popular.

Com o avançar da história do país, considerando o desenvolvimento do capitalismo, o processo de industrialização e a abertura democrática pós-Ditadura Militar, por exemplo, percebe-se que a reprodução desse conservadorismo contemporâneo vai reforçar a identidade histórica da sociedade brasileira enquanto país dependente e desigual. A respeito da abertura democrática no Brasil, Bonfim (2015, p. 82) afirma que ela “[...] ocorre atravessada de restrições, demonstrando a posição dos conservadores no que se refere à democracia: essa é considerada perigosa e destrutiva”. A afirmativa reforça as premissas do conservadorismo clássico de Burke na constituição do “conservadorismo à brasileira”, na recusa aos ideais democráticos, tarjando-os de nocivos ao bom funcionamento da sociedade, devendo ser renunciados para afugentar as ameaças às relações sociais estabelecidas, intensificando atitudes reacionárias e contrarrevolucionárias.

Tais posturas políticas, econômicas e ideológicas reforçam o avanço do reacionarismo, “[...] pois coloca[m] na ‘ordem do dia’ a reversão e retirada de direitos, principalmente sociais”, mantendo a “exploração e a subordinação do trabalho” (SOUZA, 2016, p. 233). Portanto:

Nessa medida e nesse particular, o ‘conservadorismo à brasileira’ adquire duas tendências bem delimitadas, sem embargo de aparecerem, com alguma frequência sintetizadas: ou realiza o elogio ‘presentista’ e a apologia direta do capitalismo, associando-se ao discurso neoliberal, tal como se define mais nitidamente na contemporaneidade; ou, quando acentua as tendências ideológicas de ‘retorno do passado’, adquire tons basicamente reacionários e de retrocesso civilizacional, dada a qualidade singular desse passado histórico específico: escravocrata, antidemocrático, patrimonialista, marcado pelo autoritarismo e cultura política de negação de direitos à classe trabalhadora (SOUZA, 2016, p. 233-234).

Mesmo origem distinta do conservadorismo clássico, o “conservadorismo à brasileira” mantém a tarefa que sempre sustentou este pensamento em todos os tempos históricos: “[...] organizar as classes dominantes, dirigi-las, unificá-las em tempos de crise, como antagonista estrutural dos trabalhadores, e nessa condição, segue realizando a contrarrevolução preventiva permanente” (SOUZA, 2016, p. 235). O processo da Ditadura Militar esbanjou tais peculiaridades do conservadorismo, inclusive no uso do Estado na interposição de medidas de repressão da classe trabalhadora. Esse período, reconhecido como modernização conservadora, tendeu a ampliar valores morais mais conservadores, os quais foram consumidos pela classe

trabalhadora nos seus espaços de socialização (família, Igreja, trabalho) e reproduzidos ao longo dos tempos, reforçando a estrutura de sociedade que se constituiu com a formação do país. Embora as imposições da política cultural patrocinada pelo Estado ditatorial não tenham sido realizadas por completo e sem resistência, haja vista todo o enfrentamento realizado pelos movimentos populares e de artistas durante o período, o domínio cultural detido pela classe burguesa interpôs “[...] inúmeros obstáculos à movimentação e o surgimento de tendências culturais de cunho crítico e aquelas que representam o nacional-popular” (BONFIM, 2015, p. 85), sendo um empecilho concreto para a construção ideias críticas entre os trabalhadores, de modo que questionassem e enfrentassem os abusos e a contradição que sustenta essa sociedade.

A reprodução dos valores dominantes se coloca na ordem do dia porque compõe as exigências da reprodução social, que tomam a vida do trabalhador de forma abrangente, não apenas no seu trabalho, mas também na religião e no lazer. A disseminação dessa política cultural dominante permeia inclusive o sistema educacional, tornando-o mais um espaço de favorecimento do mercado diante da preparação dos indivíduos enquanto força de trabalho qualificada, para que atendam a “racionalidade formal-abstrata⁴⁰”. De acordo com Bonfim, “A *preocupação* da ditadura com a política educacional também se justifica pela necessidade de legitimação social. É só lembrarmos que o campo educacional é um dos principais espaços de reprodução dos valores” (BONFIM, 2015, p. 86, grifo da autora). O sistema educacional, funcionando sob uma perspectiva conservadora, não só reproduz uma força de trabalho qualificada para atender à exigência de força de trabalho tecnicista, suscitada pelo mercado, mas também promove a disseminação do saber voltado para a absorção de valores morais tradicionais, colocando-se como uma educação de cunho moralizante, podendo “[...] neutralizar amplamente os espaços onde se fomentava uma dinâmica crítica e criativa da sociedade” (BONFIM, 2015, p. 86-87).

O impacto que o processo de colonização teve na construção da cultura e da moralidade brasileiras é sobremaneira evidente e se faz sentir até os dias atuais, mesmo com o processo de modernização do país, manifestando-se através das variadas formas de desigualdade cultivadas para garantir a estabilidade e a ordem. Além disso, “[...] são reiterados valores elitistas ligados ao autoritarismo, à ideologia do ‘favor’, à ‘cerimônia da superioridade social’ e à prática da tutela” (BONFIM, 2015, p. 88). São esses valores conservadores que dão o tom da moral brasileira, intensificando as relações de dominação entre as classes e a manutenção de uma

⁴⁰ Também denominada de razão instrumental, ela está “[...] limitada a operações formal-abstratas e à práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa” (GUERRA, 2000, p.114).

consciência alienada pelos trabalhadores, preservando a estrutura de sociedade que favorece o poder das classes dominantes.

Nesse sentido, a constituição da moralidade brasileira encontra sua base em práticas de dominação e subordinação de uma classe por outra, referendada por valores que desumanizam indivíduos e subjagam sua cultura diante de um padrão eurocêntrico. Ela se estrutura também por meio de medidas de conciliação, em sua maioria de caráter reformista e reacionarista, mas sempre com imposições de cima para baixo, criando resistência à organização popular. É marca do pensamento conservador brasileiro se utilizar do autoritarismo e de medidas autocráticas para defender os interesses políticos e econômicos da burguesia, suas instituições e tradições. Tais valores dominantes são refuncionalizados ao longo dos períodos históricos, atendendo a classe dominante, preservando-se como um suporte fundamental para a reprodução das estruturas de poder, que vão se perpetuar ao longo dos tempos e de diversas maneiras.

Esta estrutura de pensamento e cultura não é algo presente apenas no Brasil, sendo bem comum em todos os países e continentes que vivenciaram esse formato de formação sócio-histórica, desencadeando em suas histórias e cotidiano um rastro de subordinação e subdesenvolvimento social e econômico. Muitos países da América Latina vivenciaram o mesmo processo de colonização que o Brasil, apresentando estruturas sociais, políticas e culturais muito semelhantes e cujos impactos podem ser visualizados nas posturas da classe burguesa e da classe trabalhadora. No que diz respeito ao Serviço Social, é possível identificar muitos aspectos semelhantes, tanto acerca da sua origem quanto, e principalmente, de processos de enfrentamento às amarras ideológicas que possibilitaram a gênese da profissão, mas tornaram-se insustentáveis diante das transformações sociais e também do próprio Serviço Social.

Na próxima seção será apresentada uma análise histórica da origem da profissão no continente latino-americano e no Brasil, ressaltando a forte presença do pensamento conservador no Serviço Social associada ao contexto político da época, bem como a organização da categoria para enfrentar tais amarras a partir da absorção de uma perspectiva teórica de base histórico-crítica.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

A literatura produzida nas últimas décadas acerca do Serviço Social na América Latina, apesar de circular pouco pelo país, dá conta de expor com riqueza de informações a origem e o desenvolvimento da profissão. Não somente os aspectos históricos, sociais e econômicos que foram o cenário da criação das primeiras escolas, mas também da influência que estas sofreram do Serviço Social europeu, em seguida do estadunidense e da ideologia da Igreja Católica, numa busca intensa pela recuperação da sua imagem. Com isso, não é difícil analisar nesses mais de 90 anos da profissão no continente os elementos que a constituem, principalmente do ponto de vista ideológico e teórico, bem como seus processos de lutas e busca por rupturas com posturas conservadoras que a marcaram desde a sua gênese e que, por serem históricos, insistem em se reproduzir na atualidade.

A partir de uma visão histórico crítica, a presença do conservadorismo no Serviço Social se expressa com muita obviedade desde a sua origem, cujas bases ideológicas respaldavam-se nos postulados da Igreja Católica, no humanismo e no confessionalismo, e, em seguida, com a laicização, absorve o referencial das ciências sociais, com forte presença do positivismo enquanto uma das principais correntes filosóficas em que apoiou-se a profissão. Na atualidade, sua presença se intensificou em decorrência da própria realidade concreta, na qual as relações sociais estabelecidas condicionam o aprofundamento da lógica conservadora entre as profissões, nas concepções de mundo, nas relações familiares e mercadológicas etc.

Em paralelo, esta temática sempre permeou os debates e pesquisas no interior da profissão, em alguns momentos históricos com mais afinco. Como um exemplo disso, temos o movimento de Reconceituação, que possibilitou o questionamento das bases tradicionais da profissão e viabilizou que uma vanguarda tivesse acesso ao conteúdo crítico, a partir de uma aproximação e do conseqüente aprofundamento do marxismo.

Outro marco na história do Serviço Social foi o Movimento de Renovação, no qual demarcam presença diversas tendências teóricas, através de uma postura modernizada, reatualizada ou eclética. Este processo foi fruto da instauração da autocracia burguesa no país e da crise mundial do Serviço Social tradicional, explicitando como o pensamento conservador se reatualiza e se adapta aos diversos momentos vividos pela profissão no lapso histórico do Movimento de Renovação. Por consequência histórica, também será abordada a discussão contemporânea da ofensiva conservadora na sociedade e na particularidade da profissão.

Conforme já destacado nesta pesquisa, o conservadorismo é histórico e cria mecanismos para se reproduzir na sociedade, possuindo, conseqüentemente, rebatimentos no Serviço Social.

Desse modo, o conservadorismo será tratado aqui enquanto um elemento que constitui a base da profissão, a partir de uma análise sobre o Serviço Social latino-americano; como ele se reproduz na processualidade histórica da realidade brasileira acompanhado da evolução da profissão, além da sua configuração na contemporaneidade e os novos traços adquiridos em decorrência da necessidade do capital conter o aprofundamento da crise estrutural. Este caminho leva à absorção de tendências pós-modernas, neoliberais e neoconservadoras que representam perigos intensos ao Serviço Social e suas “conquistas” teóricas, éticas, políticas e técnicas decorrentes do processo de apreensão da teoria marxista. Este avanço do conservadorismo na sociedade — e, por consequência, no Serviço Social — vai requerer o aprofundamento das ideias de Marx, evitando, inclusive, as deformações do seu pensamento.

4.1 Gênese do Serviço Social latino-americano e brasileiro e os elementos do conservadorismo na profissão

A origem do Serviço Social na América Latina⁴¹, principalmente no que diz respeito ao processo de formação profissional, é marcada pela vinculação à área da saúde, por vezes para dar suporte as atividades médicas, mas também em virtude do quadro de insalubridade provocado pelas mudanças do processo de industrialização e a consequente intensificação da exploração da força de trabalho. Este cenário também é marcado pelas ações incisivas da Igreja Católica, que buscava remarcar seu espaço político e ideológico na sociedade através dos seus intelectuais e de seus militantes, disseminando sua doutrina junto à classe trabalhadora, sendo a criação de escolas de Serviço Social uma das suas estratégias.

A primeira escola de Serviço Social do continente, fundada no Chile em 1925, teve como precursor um médico, Dr. Alejandro Del Río, que encabeçou a institucionalização do ensino da profissão no país entendendo-a como complementar aos afazeres médicos, permitindo a maior eficácia nos atendimentos. Nesse sentido, o Serviço Social vai demarcando seu lugar na divisão social do trabalho, sendo reconhecido como uma profissão que primeiro complementa os serviços médicos, e em seguida serve aos advogados e às instituições de beneficência (CASTRO, 2011). Acerca disto, Netto (2005) afirma que o Serviço Social se constitui como profissão a partir da criação de um espaço sócio-ocupacional na divisão social

⁴¹ Para esta análise, Manuel Manrique Castro (2011) tomou como referencial as obras de Ezequiel Ander Egg (1975) e Juan Batista Barreix (1971), as quais são as maiores referências no interior da profissão para o tratamento histórico da emergência do Serviço Social na América Latina.

do trabalho, desenvolvendo ações no sentido do ajustamento social, refletindo em mais uma das estratégias de controle sobre a classe trabalhadora.

De acordo com a pesquisa de Castro (2011, p. 29), a principal característica do Serviço Social que se instaurou nesse período no continente é que suas origens “[...] partem de definições determinadas ou se remetem à ideia de um simples prolongamento dos desenvolvimentos que a profissão alcançara na Europa”. Desse modo, o perfil teórico-metodológico e prático da profissão era concebido como resultado dos desdobramentos do Serviço Social europeu. Com isso, a profissão recebeu sobremaneira a influência do Serviço Social belga, francês e alemão.

Um fato explicitado por Castro (2011, p. 32) é que não há, na literatura em que se apoiou, menção aos suportes históricos, econômicos e sociais do continente que viabilizaram a chegada e desenvolvimento do Serviço Social em suas terras. O autor destaca que o aspecto central da história da origem da profissão na América Latina é ter uma “[...] linha explicativa desvinculada da realidade latino-americana e seu processo de desenvolvimento”. Com isso evidencia-se a transposição da realidade europeia como fator basilar para a institucionalização da profissão aqui, com destaque para a análise da “emergência e do posterior desenvolvimento do capitalismo europeu”, e também com a “[...] exposição das sucessivas modificações nas formas de ação social (recorrendo-se a longínquos antecedentes)”. Segundo o autor, “O suposto de que o conhecimento do que se passou na Europa” por si só seria suficiente para entender “[...] o processo latino-americano foi transposto também para o caso das chamadas formas de ação social. Ainda aqui, acreditou-se que a extrapolação era legítima” (CASTRO, 2011, p. 33-34).

Decerto esta atitude incorre em equívocos, principalmente porque explicita que a constituição do Serviço Social na América Latina nada mais foi do que um mero reflexo do europeu, desconsiderando todo o movimento histórico e particular do continente. É merecido destacar aqui que a abertura das escolas latino-americanas não implica necessariamente na inauguração da profissão nos seus países, “[...] apenas revela momentos específicos de um processo de maturação que atinge um ponto qualitativamente novo quando a profissão começa a se colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático” (CASTRO, 2011, p. 35).

Nesse sentido, a origem da formação profissional de nível superior na América Latina se deu, conforme informado acima, com a abertura da Escola de Serviço Social na capital chilena, em 1925, cercada por um contexto histórico de “emergência de novas classes sociais”, decorrente das alterações na economia, seja pela exploração da força de trabalho, pela precipitação do processo de industrialização e pela “penetração dos capitais norte-americanos” (CASTRO, 2011, p. 35), visando ganhar o espaço dos ingleses, bem como propulsionar a

economia do continente no mercado capitalista. Esta primeira escola, de origem laica, carrega a especificidade de ter sido fundada por um médico quando a maior parte das escolas que construídas nos anos seguintes tiveram a Igreja Católica como precursora.

A emersão política da classe trabalhadora também se configura nesse contexto como o cenário de criação das demais escolas na América Latina, como esboçaremos ao longo do texto. Segundo Castro,

[...] as expressões de protesto e os progressos na organização de classe do proletariado – com a influência das ideias socialistas, naqueles anos potenciadas pelo êxito da experiência russa de 1917 – exigiram que o Estado (e, nele, a aliança de classes dominantes), como pilar da hegemonia, articulasse formas de ação para responder às demandas de uma realidade social nova (CASTRO, 2011, p. 35).

E o que se segue deste panorama, não somente no Chile, são formas de respostas à classe trabalhadora — respostas, em sua maioria, de caráter repressivo. Entretanto, algumas concessões foram necessárias por parte do Estado, dentre elas a ampliação “[...] de gastos destinados a melhorar as condições da reprodução da força de trabalho e a aprovação de uma legislação trabalhista”, estabelecendo uma política de conciliação entre as classes (CASTRO, 2011, p. 36).

A realidade chilena que precede a criação da primeira escola de Serviço Social do país evidenciava fortemente as consequências de um inicial processo de industrialização em que se instaurou uma série de mazelas típicas “da expansão das relações capitalistas de produção”, dentre elas a “miséria, crescimento urbano caótico, migrações de camponeses expulsos de suas terras etc.” (CASTRO, 2011, p. 37). Foi este o solo ideal para a emergência de profissionais que atuassem nessas problemáticas, entre eles os assistentes sociais. Para Castro (2011, p. 38), o cenário que se instalou foi decisivo para a criação da primeira escola, principalmente sendo mediada por um médico, pois naquele momento estes profissionais “[...] desempenhavam papéis profissionais de grande significado social – e, ainda, muitas funções próprias do Estado tinham seus agentes nos advogados e nos médicos”. Estes atuavam junto aos operários diante dos conflitos trabalhistas e dos graves problemas de saúde decorrentes da falta de investimento na área, pois “[...] o capital não estava interessado em responder estas demandas de caráter social” (CASTRO, 2011, p. 38).

Acerca dos modelos de ação social da época, diz Castro (2011):

As formas prévias de ação, subsidiárias da sociedade oligárquica, entravam em colapso diante de um mundo rapidamente mutável, em que a estruturação de novas relações de produção introduzia modificações qualitativas. Decorrentemente, diversas

modalidades de ação social passaram a sofrer alterações substanciais; mudada a perspectiva de sua função, reservaram-se para elas – e este é o caso do Serviço Social – certas tarefas que requisitavam níveis especiais de preparação (CASTRO, 2011, p. 38).

Assim, o Serviço Social vai se moldando enquanto profissão, construindo seu arcabouço teórico e técnico num cenário cuja lógica do capital impõe suas determinações, as quais vão incidir sobre a profissão e sobre as formas de ação social. De acordo com o autor supracitado, o determinante para esse processo é o estabelecimento de novas relações de produção, fruto da burguesia nascente, a qual absorve toda a influência europeia e a projeta “[...] nos mais variados campos e setores de atividade”, nos âmbitos públicos e privados (CASTRO, 2011, p. 39).

O autor pondera ainda que ao entender o Serviço Social na América Latina como mero reflexo do europeu “[...] pode-se situar o denominado reflexo como se ele fosse o produto de uma seleção voluntária em face de um leque de alternativas”, o que significa “[...] superestimar a iniciativa pessoal [do Dr. Alejandro Del Río], desvinculando-a [a origem do Serviço Social na América Latina] do conjunto de determinações que a contextualizam e viabilizam” (CASTRO, 2011, p. 39-40). Esta análise é fundamental, pois a profissão em si somente pode ser apreendida no “[...] interior do desenvolvimento das relações de produção capitalistas” (CASTRO, 2011, p. 45) e necessariamente na particularidade de cada país, principalmente quando o Estado se estrutura para responder as demandas decorrentes das lutas de classes, que ameaçam o domínio burguês.

A organização política e a combatividade que a classe trabalhadora impôs à burguesia gerou a necessidade da construção de estratégias, implementadas e controladas pelo Estado, afiguradas como concessões, mas que não passavam de mecanismos para a reprodução do capital. “Portanto, impõem-se a necessidade de o capital articular mecanismos preventivos e de manipulação que, sob a forma de cuidados às necessidades dos trabalhadores, facilitem as condições para a sua reprodução” (CASTRO, 2011, p. 46). De modo que ficam postos os suportes históricos para o desenvolvimento da profissão. Nesses termos:

Inserida nesse contexto mundial, nas primeiras décadas do século XX o aguçamento da questão social na América Latina – expressão das contradições embutidas no seu processo de formação capitalista – começa a exigir respostas a serem implementadas pela sociedade civil, especialmente pela Igreja e pelo Estado, através de políticas sociais incipientes (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 146).

Do outro lado, exercendo forte papel político, além de todo suporte teórico e ideológico para o Serviço Social, temos a Igreja Católica representando “[...] os conteúdos e as doutrinas de forte raiz cristã” não só no interior da formação, mas também no exercício profissional. A

doutrina social da Igreja funciona como apoio à ação do Estado, atuando nas “disfuncionalidades” resultantes do processo de “subordinação da força de trabalho ao capital”. Para o autor, eles “[...] precisam de agentes colaboradores na reprodução da força de trabalho como mercadoria, tanto no que se refere à orientação e à organização da vida, como no que tange ao consumo das novas camadas sociais submetidas à órbita do capital”. Assim, Estado e Igreja precisam de profissionais com determinado perfil técnico, cujas ações fossem “o remédio para os males sociais” (CASTRO, 2011, p. 46).

A abordagem do autor vai delineando a presença do pensamento conservador da Igreja na profissão, desde as tradicionais formas de assistencialismo já praticadas por aquela instituição, até a absorção de novas técnicas que levam o Serviço Social a executar “[...] uma prática diferenciada da assistência pública e da caridade tradicional, [mas que] conecta-se a objetivos político-sociais da Igreja e das frações de classe vinculadas mais diretamente a ela” (CASTRO, 2011, p. 47). Segundo Castro:

Os elementos que mais colaboram para o surgimento do Serviço Social têm origem na *Ação Católica* – intelectualmente laica, estritamente ligada à hierarquia católica –, que propugna, com visão messiânica, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social. [...] A *Ação Católica* (e, por extensão o Serviço Social) prende-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja – incentivado oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as encíclicas papais –, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarco-comunista (CASTRO, 2011, p. 47-48, grifos do autor).

A estratégia da Igreja era infiltrar-se no máximo de espaços para disseminar a sua ideologia até chegar a ocupar importantes áreas do Estado. E o fazia através dos seus aspectos político e ideológico, estreitando sua relação com intelectuais que, por meio do controle sobre a produção e da disseminação do conhecimento, manteriam o poderio da Igreja. Assim, a “[...] Igreja Católica foi progressivamente reorientando a sua estratégia geral e, conseqüentemente, a própria ação laica”, e com isso domina o “universo mental” da classe trabalhadora, garantindo a reprodução da sua fé, bem como a defesa dos seus princípios, utilizando-se de um substrato doutrinário dentro e fora da Igreja (CASTRO, 2011, p. 49).

Nesse processo é importante situar que tal estratégia de dominação política e ideológica também se estendeu ao âmbito cultural, pois a ameaça ao seu poder — através das ideias marxistas e liberais difundidas na época — colocava na ordem do dia o restabelecimento de sua dominação, por isso a defesa de uma reforma social. Aqui, ocupam lugar importante as encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI. Estas encíclicas cumprem o papel de estabelecer uma nova forma de doutrinação e de “ação

política da Igreja Católica”. Contemporânea a este processo, há institucionalização da formação profissional, inclusive ampliando o quadro de instituições formadoras, as quais tinham como “inspiração ideológica” e prática a doutrina católica (CASTRO, 2011, p. 51).

A encíclica *Rerum Novarum* congrega em seus postulados a discussão da questão social, a partir da crítica às formas mais exacerbadas de exploração da força de trabalho assalariada, ao mesmo tempo em que defende a manutenção da propriedade privada com críticas às ideias socialistas que ganhavam repercussão com o movimento operário. Nela, as leis de Deus se fazem incisivas sobre a sociedade e as classes sociais, defendendo mesmo o direito à propriedade como um direito natural. Em seus preceitos defende ainda a família, a “propriedade particular” e as leis da Igreja com a mesma convicção que condena a luta de classes, o marxismo e a distribuição de riquezas, conforme pode ser observado na passagem abaixo:

Os socialistas, para realizar o seu sistema comunista, dissolvem a família no Estado, ao mesmo tempo que dissolvem as economias particulares na economia coletiva. Mas a família é anterior ao Estado e deve encontrar nele proteção e não opressão. Perante os perigos que a solução marxista apresenta, de destruição da iniciativa individual e da família, além da riqueza em geral, a Igreja surge, com pleno direito, para dizer a sua palavra de magistério. E, naturalmente, contra as teorias da luta de classes, propugna a colaboração de operários e patrões no respeito mútuo dos direitos e na prática recíproca das obrigações (LEÃO XIII, 2012, p. 7).

Outra característica desta encíclica é a naturalização da desigualdade, ao defender que “o homem deve aceitar com paciência a sua condição”, pois a distinção entre os indivíduos é considerada algo natural já que “[...] é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (LEÃO XIII, 2012, p. 21). Este pressuposto amplia ainda mais a distinção e a exploração de uma classe por outra, legitimando a subordinação do trabalhador ao jugo do capital a partir do discurso da liberdade posta na compra e venda da força de trabalho, pois: “O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objeto de vergonha, faz honra ao homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida” (LEÃO XIII, 2012, p. 23). Em tempo, a encíclica ainda chamava a atenção do Estado e dos capitalistas para os males sociais decorrentes da exploração desenfreada da classe trabalhadora e defendia veementemente a propriedade privada dos patrões, conforme passagem a seguir: “Intervenha, portanto, a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu” (LEÃO XIII, 2012, p. 39).

Com isso, a referida encíclica defende a caridade como uma virtude máxima e que deve ser praticada considerando a “salvação dos povos”, enfatizando que somente a religião seria

capaz de promover a superação de todos os males, e por isso a necessidade de restaurar os “costumes cristãos” (LEÃO XIII, 2012, p. 57). Diante disso, conclui-se que, imbuídas de tais preconceitos, as intenções da Igreja nada mais eram do que uma busca pela garantia da permanência das estruturas de poder solidificadas, ao tempo em que resgataria a sua importância e o lugar ocupado na condução da sociedade.

Assim, segundo Castro (2011, p. 59-60), trata-se de um documento claramente político, com o intuito de demarcar o espaço da Igreja na sociedade, reforçando “[...] a coesão ideológica da sua hierarquia e dos seus membros”. Nutridas de uma perspectiva reformista, as ações da Igreja possuíam um “perfil de práticas concretas de intervenção social”, dentre as quais o Serviço Social, com forte rigor assistencial e seguindo a perspectiva da conciliação de classes. Desde modo, “A encíclica converte-se em elemento doutrinário que reorienta o seu esquema de atuação frente às classes sociais, com a nítida intenção de introduzir uma formulação que lhe permita colocar-se à cabeça dos programas de caráter geral” (CASTRO, 2011, p. 59-60), e com isso seu discurso era amplamente absorvido, garantindo-lhe a influência entre as classes sociais que a Igreja tanto buscava. Nitidamente, a *Rerum Novarum* entendia o tratamento dado à questão social com o foco apenas na questão operária.

Assim, 40 anos depois é lançada outra encíclica substancial para a constituição do Serviço Social, no âmbito da formação e do exercício profissional, além de influenciar as formas de intervenção do Estado no processo de reprodução da classe trabalhadora. A *Quadragesimo Anno* ressalta “[...] a importância da ação orientada para responder ao grande desafio do paganismo e da secularização” (CASTRO, 2011, p. 61), e teve o suporte da União Internacional de Serviço Social (UCISS)⁴², criada em 1925, que surgiu com o intuito de fortalecer a necessidade da profissão pelo mundo, bem como possibilitar a disseminação do catolicismo. Uma das estratégias foi a criação de escolas católicas de Serviço Social, as quais se espalharam por todo continente, sendo em muitos países as primeiras instituições de formação. Segundo o autor,

[...] o próprio Serviço Social da época, europeu e latino-americano, não é somente, em parte, resultado de uma proposta da Igreja, mas ator e autor da gênese do novo pensamento social cristão, como o seriam – em grau e amplitude superiores – os próprios partidos políticos de cariz cristão (CASTRO, 2011, p. 62).

Com isso, a doutrina social da Igreja Católica vai se fortalecendo e o Serviço Social torna-se cada vez mais um disseminador da ordem cristã. Sendo assim, os postulados contidos

⁴² A UCISS foi constituída na ocasião da I Conferência Internacional de Serviço Social, realizada em Milão no mesmo ano de criação da primeira escola de Serviço Social do Chile, 1925.

nessa encíclica buscam incentivar o trabalho assistencial, inclusive com o melhoramento das técnicas através da formação de nível superior, fazendo frente aos tradicionais trabalhos voluntários. Portanto, a gênese da profissão na América Latina tem como corolários a “[...] caridade, o messianismo, o espírito de sacrifício, a disciplina e a renúncia total”. Estes foram os “aspectos doutrinários” e os “hábitos” que se fizeram presentes na formação profissional de cunho católico, “[...] não só por auto definição interna, mas por um desígnio vaticano” (CASTRO, 2011, p. 64).

De acordo com o Castro (2011), é singular perceber que o trato da questão social proposto nesta encíclica, com explícita influência da Igreja e tendo como pano de fundo uma realidade social na qual implicavam as consequências do fim da Primeira Grande Guerra e da Crise de 1929, ainda estava muito parametrada pelas ações evangelizadoras e de conciliação de classes, inclusive nos programas promovidos pelo Estado. Os impactos nas lutas de classes e na reprodução das relações sociais eram nítidos, desde a desmobilização da organização política da classe trabalhadora até a intensificação da sujeição desta ao capital, arcando com os custos da sua reprodução. À medida que a questão social tem suas expressões intensificadas o Serviço Social também se moderniza, seja através da formação de nível superior, seja por meio da absorção de novas técnicas de intervenção, possibilitando um reconhecimento social e a sua consolidação enquanto profissão (CASTRO, 2011).

Neste contexto — social, político, cultural e econômico —, em um espaço de 4 anos são criadas as primeiras escolas de Serviço Social do Chile: a primeira, como já mencionado, em 1925, mais vinculada ao Estado e sua necessidade de expansão; a segunda, em 1929, conhecida como Escola Elvira Matte de Cruchaga⁴³, de origem católica, visando expandir a sua ideologia pelo continente. Foi, portanto, ou pela via do Estado ou pela via da Igreja que o Serviço Social adquiriu espaços de formação profissional em todo o continente, salientando que os centros de origem católica se expandiram mais rapidamente, em decorrência dos recursos detidos pela Igreja, bem como da sua histórica intervenção de cunho assistencialista, através das ações do apostolado nas mazelas que acometiam a classe trabalhadora.

A primeira escola católica latino-americana de Serviço Social contribui fundamentalmente para a criação dos demais centros de ensino desta natureza, desenvolvendo

⁴³ “A Escola Elvira Matte de Cruchaga foi fundada por Miguel Cruchaga Tocornal, homem público que exerceu, entre outros cargos, o de Ministro de relações Exteriores e o de Presidente do Senado”. Mesmo em se tratando de uma escola católica, seu fundador viabilizou junto ao Estado a disponibilização de recursos suficientes para custear “[...] parte dos gastos derivados dos trabalhos acadêmicos e das obras sociais” (CASTRO, 2011, p. 73).

um “papel irradiador”, servindo não de referência e contribuindo diretamente na abertura de instituições no Brasil, Uruguai e Peru (CASTRO, 2011, p. 72). De modo que,

A formação da Escola Elvira Matte de Cruchaga inscreve-se no contexto dos interesses globais da Igreja católica, que procurava colocar-se à frente do conjunto do movimento intelectual para recuperar o seu papel de condutora moral da sociedade. Comprimida entre o pragmatismo burguês e o ‘ateísmo’ socialista, a Igreja redobrava a sua ação nos terrenos mais diversos, renovando os seus intelectuais orgânicos e dotando-os dos instrumentos de intervenção requeridos pelo momento (CASTRO, 2011, p. 73).

A Igreja precisou ressignificar sua concepção de assistência social, cujas ações aproximavam-se agora “à ciência e à técnica”, adequando-as às expressões da questão social, intensificadas a partir dos avanços do capitalismo na época. Ainda assim não se desfez daquele perfil já consolidado, baseado nas virtudes cristãs — ao contrário, entendia que, somado a um caráter mais científico e com uma técnica particular, poderia ser mais eficaz. Assim, o caráter confessional das escolas católicas adquiria cada vez mais clareza, sendo elas centros ortodoxos de formação de agentes sociais, “[...] funcionais à defesa, ao resguardo e à reforma do regime de classes vigente” (CASTRO, 2011, p. 75-76).

Desse modo, formavam-se as visitadoras sociais, título recebido nas escolas católicas, cuja formação passava por critérios prévios — que levavam à escolha das mulheres mais abastadas, pois somente elas conseguiam atender aos exigentes requisitos⁴⁴ —, bem como por um currículo evidentemente permeado pela temática da saúde nas suas disciplinas, desde fisiologia e anatomia, até primeiros socorros e práticas relativas à nutrição e aos cuidados com pacientes. E não era de se espantar a existência dessa ênfase, visto “[...] as péssimas condições de salubridade resultantes do reordenamento capitalista da economia e da sociedade” (CASTRO, 2011, p. 80). Vale salientar que tal particularidade do currículo já se fazia presente na primeira escola do Chile, pois a intenção era formar profissionais que subsidiassem os médicos. O próprio quadro social de insalubridade, que só se intensificou, também teve papel no alicerce para o exercício profissional daquelas agentes formadas nas escolas criadas nos anos seguintes no Peru e no Brasil.

A assistência social foi se moldando com o passar do tempo, pois o momento exigiu mais que a ajuda aos pobres, à medida que o Estado foi impondo novas necessidades de controle da força de trabalho, as quais foram incorporadas à “[...] função das visitadoras sociais que, por

⁴⁴ De acordo com o autor, as mulheres precisavam “[...] ter 21 anos completos e menos de 35; atestado médico de boa saúde; antecedentes probatórios de honorabilidade e recomendação paroquial; bom aproveitamento nos estudos fundamentais de ciências humanas; apresentação de um texto manuscrito, contendo um resumo da sua história pessoal” (CASTRO, 2011, p. 79).

sua proximidade e conhecimento dos problemas sociais, teriam condições para sugerir leis ou regulamentos”. Com isso, a referida escola “[...] reordenou a intervenção profissional” realizando um “esforço para conquistar uma funcionalidade no interior das relações entre as classes, propondo soluções aos problemas desde o ângulo do Estado” (CASTRO, 2011, p. 86).

Chama a atenção o vínculo que a escola Elvira Matte de Cruchaga mantinha com as alunas egressas através da realização de “Semanas de Estudos”, que objetivavam o aperfeiçoamento profissional e espiritual das visitadoras sociais. Nestes eventos, de acordo com Castro (2011), as profissionais apresentavam relatos de suas experiências ao mesmo tempo em que recebiam da escola mais ensinamentos sobre seus ofícios, assim como o aprofundamento da doutrinação religiosa. Com ações desse tipo a Igreja mantinha as assistentes sociais sob seu poder e orientação, tirando proveito de uma ação reguladora e domesticadora.

Pela imagem que criou no continente, essa escola tornou-se referência na formação em Serviço Social, recebendo da UCISS “[...] a tarefa de fomentar o Serviço Social católico na América Latina”. Passou então, através de suas representantes, a colaborar com a abertura do curso em outros países e, no decorrer de 10 anos, auxiliou na fundação de 8 escolas católicas. Dentre elas estão: São Paulo (1936), Rio de Janeiro (1937), Montevideo (1937), Lima (1937), Bogotá (s/d), Caracas (s/d)⁴⁵ e Buenos Aires (1940), além da primeira em Santiago (1929). Isso evidencia a força da Igreja Católica para atingir o objetivo ao qual se propôs desde a abertura da primeira escola: atender as novas demandas que para ela se colocavam no âmbito da assistência aos pobres, o que vai desde a prestação da assistência social até a ampliação da sua doutrina entre os leigos, até a promoção do Serviço Social católico em todos os continentes.

A Igreja e a sua visão particular do mundo colocavam-se como uma “força moral orientadora” se utilizando de um “discurso caritativo e bondoso, com a entrega incondicional de seus militantes” atuando contra um inimigo que ameaçava sua hegemonia ao se expandir consideravelmente, evitando assim que “[...] o cientificismo e o pragmatismo burgueses, ou o ameaçador ‘materialismo’ socialista, se colocassem como alternativas ao evangelho católico” (CASTRO, 2011, p. 97).

Castro (2011) reforça que esta perspectiva da Igreja católica não foi diferente no Brasil, considerando que o país também vivenciava neste período, nas primeiras décadas do século XX, diversas mudanças ocorridas na política econômica e que afetavam o Estado e a burguesia. Aqui também as lutas operárias foram significativas para provocar uma reação na classe dominante. Organizados politicamente, os trabalhadores promoveram movimentos grevistas e

⁴⁵ O autor não especificou a data exata da criação das escolas em Bogotá e Caracas, apenas deixou margem para a compreensão que ela se deu entre a década de 1930 e 1940.

reivindicatórios, provocando uma greve geral em São Paulo e diversas mobilizações por direitos trabalhistas como aumento salarial e redução da jornada de trabalho para 8 horas semanais. De acordo com Castro (2011, p. 101), resultam deste período alguns avanços, o que se pode chamar de “[...] primeiras leis trabalhistas: uma legislação sobre habitação popular (1921), a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (1923) e a regulamentação dos feriados (1925)”. Por seu turno, a Igreja responde a isto orientada pelas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, seguidamente.

Durante o processo de industrialização, o Estado notadamente implementou medidas que favoreceram não só a indústria nacional, isto é, a burguesia, como possibilitaram à Igreja alguns ganhos que solidificaram a relação de parceria entre eles. Após esse momento, a Igreja abriu diversas frentes de ação doutrinária correspondentes à sua estratégia de retomada do poder ideológico através do seu papel político. Dentre elas está o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), um espaço de preparação de jovens leigas para disseminar o catolicismo e cujas responsáveis pelo apostolado eram assistentes sociais belgas (OLIVEIRA; CHAVES, 2017). Isto evidencia a influência do Serviço Social europeu no Brasil, bem como no Chile, atrelado à perspectiva caritativa e militante da Igreja. Este também foi o espaço que possibilitou a fundação da primeira escola católica de Serviço Social no Brasil, carregando em suas premissas a mesma concepção de assistência, bem como concebendo o mesmo perfil de jovens escolhidas que ingressavam na Escola Elvira Matte de Cruchaga — mulheres da elite, praticantes do catolicismo, com moralidade irretocável, abnegadas e militantes.

Com isso, inaugura-se em 1936 a Escola de Serviço Social de São Paulo, “inspirada pela Ação Católica e pela Ação Social”, provocando alterações na prática da assistência social em um contexto de redefinições para a Igreja e seu projeto católico. Ao mesmo tempo, vem à tona “[...] uma demanda profissional que começa a revelar-se a partir de alguns aparelhos do Estado, tornando mais exigente a qualificação acadêmica, religiosa e técnica” (CASTRO, 2011, p. 104-105). Assim, o Serviço Social no Brasil, em termos da sua formação, é criado sob duas particularidades: apenas a inspiração católica e a orientação da encíclica *Quadragesimo Anno*, influenciando fortemente as ações profissionais, principalmente nos aspectos reformista e no resgate dos dogmas católicos entre os leigos. Castro (2011) diz que:

Só assim se tornam inteligíveis as incontáveis funções das assistentes sociais junto à família operária, em face do matrimônio, da educação e do cuidado dos filhos, da destinação do salário, dos menores delinquentes, da segurança social, dos enfermos — tratava-se de uma atividade para reformar e melhorar os costumes (CASTRO, 2011, p. 106).

Sob a mesma inspiração dogmática é fundada a segunda escola católica de Serviço Social do Brasil, desta vez no Rio de Janeiro, em 1937. Tal qual a primeira, esta teve como precursora as ações da Igreja a partir de instituições de caridade e assistência aos pobres na perspectiva do tratamento à questão social. Nessa época o Rio ainda era a capital do país e em virtude disso desenvolvia-se sobremaneira, ao mesmo tempo em que possuía diversas repartições do governo, que passaram a requerer o Serviço Social nos seus quadros. A presença do caráter confessional explicita o Serviço Social católico ainda forte, bem como a intensa absorção dos dizeres da *Quadragesimo Anno*. Diferente da experiência de São Paulo, o centro de estudos do Rio recebeu forte apoio de instituições estatais voltadas para a Medicina e o Direito, permitindo que o Serviço Social se expandisse, mas sem fugir das bases doutrinárias da Igreja que demarcavam a formação.

O período entre 1936 e 1945 concentra um maior surgimento de escolas de Serviço Social no Brasil, em sua maioria sob a influência católica, mas há também expressão de centros de estudos que partiram de iniciativa do Estado, atrelados à Igreja ou ao movimento sanitarista. “E ainda as iniciativas participantes do movimento da Escola Nova, marco inaugural do projeto de renovação educacional do país” (IAMAMOTO, 2017, p. 23-24). Daí decorrem a criação de centros e escolas de Serviço Social que viriam a incorporar-se às universidades públicas anos seguintes, levantando “[...] a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, alvo de forte e continuada crítica da Igreja Católica”, que nessa época fazia frente ao Estado na promoção da educação popular, e “[...] que tinha sob seu controle a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada” (IAMAMOTO, 2017, p. 23-24).

Iamamoto (2017) afirma ainda que o cenário de desenvolvimento da profissão no Brasil se dá com os 30 anos de ouro da economia, após a Segunda Guerra Mundial, que culmina na expansão da produtividade e do consumo e, conseqüentemente, gera excedente econômico que terá uma parcela direcionada à implementação de políticas públicas. Com isso, “[...] a prestação de serviços sociais públicos foi expandida, criando condições para a constituição de um mercado profissional de trabalho e de institucionalização da profissão” (IAMAMOTO, 2017, p. 24-25). Este momento marca também a receptividade à influência do Serviço Social norte-americano, até então dominado pelas bases europeias. Absorve-se na formação e no exercício as concepções de Serviço Social de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade, muito propícios à realidade brasileira.

Ainda no decorrer dessas 3 décadas, o Serviço Social latino-americano passa por um dos momentos mais essenciais do seu desenvolvimento, que vai implicar muitos questionamentos e a busca pela ressignificação profissional distanciada de qualquer influência

internacional: o movimento de Reconceituação (1965-1975), que coincidiu ainda com o período da Ditadura Militar no Brasil e em outros países do cone sul. Segundo Iamamoto (2017, p. 25, grifos da autora): “De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi, inicialmente, polarizado pelas *teorias desenvolvimentistas*, e no início de década de 1970 ocorrem as *primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista*, a partir de manuais de divulgação”. Tal processo, ao mesmo tempo em que viabiliza a discussão acerca da teoria e da metodologia no Serviço Social, possibilita a reposição do conservadorismo na profissão. É sobre isso que tratará a próxima subseção.

4.2 A Reconceituação na América Latina e as históricas expressões do conservadorismo no Brasil

Na sua trajetória, o Serviço Social se constituiu revestido por diversas perspectivas teóricas, as quais fundamentaram a profissão no seu exercício profissional, na produção de conhecimento, na definição dos seus valores éticos, nas posições políticas e nas lutas travadas na defesa dos seus projetos profissionais. A principal corrente influenciadora da profissão em sua gênese foi o ideário católico, sendo o humanismo conservador o que subsidiava a ação profissional no trato das expressões da questão social. Tratava-se do Serviço Social de cunho tradicional, cuja formação não era apenas acadêmica, doutrinada por si só, mas também uma formação moral, imbuída dos princípios cristãos para a ação educativa do assistente social. Assim, a ação profissional pressupõe uma intervenção ideológica de caráter político que resulta na moralização da classe trabalhadora (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

O movimento de Reconceituação se coloca na história do Serviço Social latino-americano como um marco para o processo teórico e metodológico da profissão em um período de crise das bases tradicionais e em meio à Ditadura Militar em busca de uma validação teórica. Ocorrido no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai, o movimento inclina-se para o que se costumou chamar “modernização conservadora e tecnocrática”, de acordo com Batistoni (2017, p. 137), principalmente em um cenário que requisitava funcionalidade aos ideais capitalistas da época.

O período de vigência da reconceituação coincide com a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-85), fazendo com que o nosso debate assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e

princípios éticos, expresso nos Documentos de Araxá e de Teresópolis⁴⁶ (IAMAMOTO, 2017, p.25).

Na ocasião da Reconceituação, ao invés de ser confrontado pela Ditadura, o Serviço Social tradicional passa a ser cultivado por atender as necessidades do Estado, sobretudo para manter a profissão sob suas rédeas, evitando possíveis focos internos de resistência, bem como com a intenção de conservar a reprodução da classe trabalhadora nos níveis desejados. Do ponto de vista da profissão, o movimento reconceituador adquiriu inicialmente um caráter conservador, e o impacto na formação e no trabalho profissional é a absorção de uma racionalidade burocrático-administrativa para atender as necessidades de uma profissão modernizada e tecnocrática, impostas pelas modificações ocorridas na sociedade.

Com essas mudanças no exercício profissional desencadearam-se alterações também na formação profissional, pois para preparar este profissional moderno era necessário romper com as bases confessionais do Serviço Social tradicional. Para tanto, buscou se apoiar em fontes teóricas e ideológicas que possibilitaram uma diversificação na concepção da profissão e de sua função, bem como a adesão à laicização — a qual vai viabilizar a presença do pluralismo profissional.

Evidentemente, o traço de funcionalidade ao regime autocrático, tão expressivo durante a Reconceituação no Brasil, não foi o único fenômeno surgido no decorrer do movimento. Esse mesmo terreno também possibilitou focos de resistência através de uma vanguarda de professores, alunos e profissionais particularmente vinculados à Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, na qual desenvolveram uma experiência que abriria as portas para a chamada *intenção de ruptura* com os traços conservadores e modernizantes presentes no Serviço Social. Esta ação, que se propõe como uma alternativa ao que estava posto na profissão, faz com que a Reconceituação no país retome os rumos do movimento nos demais países do cone sul (IAMAMOTO, 2017). De acordo com Batistoni,

O projeto profissional da ESS/UCMG é expresso, em grande parte, no conhecido ‘Método de Belo Horizonte’, que contém um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo, não apenas em geral no Serviço Social, mas tomando as formas particulares que assumiu na trajetória da própria escola – de sua criação, em 1946, a 1970. Dessa maneira, foi denominado como ‘Serviço Social tradicional’ e tomado como inadequado à realidade latino-americana (BATISTONI, 2017, p. 144).

⁴⁶ Esses seminários de teorização, ocorridos respectivamente em 1967 e 1970, tiveram como organizador o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), que acabou ocupando lugar de destaque na categoria na formação e no exercício profissional, inclusive na publicização de material produzido por meio de pesquisas e estudos que contribuíam para o movimento de Reconceituação, cujo caráter era de sujeição ao imposto pela ordem monopólica.

A proposta realiza então a crítica ao papel conservador desempenhado pela profissão, bem como à pretensa neutralidade que se tentava imprimir ao âmbito teórico-prático da profissão, onde mantinha-se uma visão funcionalista da realidade. Portanto, contrapõe-se às vertentes modernizadora e de reatualização do conservadorismo durante o processo de renovação do Serviço Social. Ao mesmo tempo, segundo Batistoni (2017), esta proposta inaugura o viés da tradição marxista na profissão, embora permeado por “debilidades e equívocos”, o que comprometeu o alcance dos seus objetivos, tendo em vista a presença de “*marxismos*” na sua base de formulação e execução. “Esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma incorporação, realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil” (BATISTONI, 2017, p.145-146). Embora o aprofundamento do debate tenha permitido a aproximação e compreensão do marxismo por meio dos clássicos, após estes equívocos eles viabilizaram a reposição do conservadorismo no Serviço Social neste momento de renovação. E esta herança acabou por se infiltrar na profissão, principalmente nas manifestações cotidianas de seu exercício profissional, dada a sua natureza e ao próprio pragmatismo que é exigido e se expressa nas respostas profissionais.

Diante do pragmatismo da vida cotidiana, além do caráter confessional, também o ideário positivista foi absorvido pelo Serviço Social, viabilizando uma intervenção ajustadora, de cunho tecnicista, cujas respostas às demandas da classe trabalhadora se faziam por meio de “[...] uma moralização da ‘questão social’, através de um discurso ético universalizante, mas que fragmenta as necessidades sociais e subordina os indivíduos a várias formas de discriminação, despolitizando suas lutas” (ROCHA; LINS, 2015, p. 25). Portanto, a moralização da realidade estava nitidamente subsidiada pelo projeto social conservador, o que necessariamente influenciava os pressupostos teórico-políticos, ético-morais e ideopolíticos do Serviço Social.

A reprodução dessa forma de pensar a profissão e a sua intervenção vai ocasionando “[...] uma supervalorização dos tipos de conhecimento que redundam em um resultado prático imediato para a atuação profissional”; o pensamento instrumental conquista um espaço de conhecimento no interior da profissão, voltado à produção dos resultados que o cotidiano profissional requer, “[...] em detrimento das operações teóricas que se propõem ir além da manipulação imediata de aspectos do cotidiano, buscando atingir a totalidade das relações sociais” (MARANHÃO, 2014, p. 63).

Segundo Guerra (2013), é esse tipo de pensamento que dá sustentação à práxis⁴⁷ cotidiana, cuja racionalidade impõe a análise da realidade a partir da imediaticidade. O pragmatismo, portanto, é responsável, conforme a autora, pela forma deturpada como os profissionais concebem a relação teoria e prática.

Uma análise da trajetória da profissão e sua relação com as ‘teorias’ permite afirmar que, no Serviço Social, o pragmatismo converte-se numa tendência, cuja orientação teórica é mais comum do que possamos supor, incidindo tanto sobre os profissionais que se localizam na academia como nos que se inserem na execução/planejamento/avaliação das políticas sociais (GUERRA, 2013, p. 42).

Posto isso, entende-se que o pragmatismo profissional se coloca como uma das expressões do conservadorismo no Serviço Social, o qual vai se refletir na profissão nas suas dimensões prático-formativas⁴⁸. Desse modo,

Embora no contexto atual já disponham de um referencial teórico-metodológico crítico (marxismo) que pressupõe uma leitura radical da sociabilidade burguesa, da função social do Estado e das políticas sociais, as práticas do Serviço Social tendem a permanecer presas às expressões fenomênicas da realidade social, no âmbito da imediaticidade, sem apreender as mediações e os fundamentos das contradições sociais existentes (ROCHA; LINS, 2015, p. 19).

Para apreender essa tendência é mais uma vez necessário recorrer à história da profissão, analisando sua especificidade no Brasil, que envolve um processo de busca pela ruptura com o conservadorismo através da apropriação de outras vertentes teóricas. Este momento se consubstanciou a partir do processo da Ditadura Militar (1964-1985), cujas mudanças na sociedade resvalaram também no Serviço Social. Daí constituem-se as 3 direções da Renovação do Serviço Social, a saber: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura⁴⁹. Ao contrário das duas primeiras, a perspectiva de intenção de ruptura denunciou o conservadorismo presente na profissão, propondo a sua superação sustentada a partir de uma perspectiva crítico-dialética.

⁴⁷ Segundo Yamamoto (2011), a práxis social pode ser compreendida “[...] como qualquer ato social, é uma decisão entre alternativas efetuada pelo indivíduo singular, que faz escolhas acerca de propósitos futuros visados. Porém, não faz escolhas independentes das pressões que as necessidades sociais exercem sobre os indivíduos singulares, interferindo nos rumos e orientações de suas decisões” (IAMAMOTO, 2011, p. 254).

⁴⁸ Consideramos prático-formativas aquelas dimensões vinculadas à formação e ao exercício profissional, quais sejam: dimensão teórico-metodológica, dimensão ético-política e dimensão técnico-operativa. Elas expressam a presença da instrumentalidade do Serviço Social, a qual é forjada no âmbito da formação, através dos componentes curriculares.

⁴⁹ Estas três direções do Movimento de Renovação do Serviço Social serão abordadas na subseção seguinte, articulando o processo histórico às influências que a profissão sofreu de tendências teóricas que, mesmo considerando os avanços adquiridos, viabilizadores de um projeto profissional crítico, a mantiveram vinculada em maior ou menor grau ao conservadorismo.

Mesmo não existindo um completo rompimento com o pensamento conservador no âmbito do Serviço Social, ele sofre um abalo nos marcos da intenção de ruptura. A aproximação com a teoria social de Marx possibilita a ele questionar o conservadorismo e adquirir uma postura diferenciada, de cunho crítico, diante das expressões da questão social. Entretanto, o lastro conservador presente na profissão impõe, conforme Maranhão (2014, p. 64), a permanência e a atualização de “[...] práticas baseadas no pragmatismo empírico, no subjetivismo idealista ou no irracionalismo eclético, que ainda rondam os espaços de intervenção profissional”.

Ainda segundo Maranhão (2014), podem-se indicar 3 aspectos que condicionam a permanência do conservadorismo no Serviço Social, quais sejam: 1) o caráter sincrético⁵⁰ da profissão, que, segundo Netto (2005, p. 92), “[...] é o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social”; 2) o processo histórico de aproximação à tradição marxista, que se deu por reduzida exigência teórica, cujas fontes à época acessíveis possuíam caráter de manuais, gerando uma frágil apreensão da teoria social de Marx; e 3) “[...] a atual ampliação das características manipulatórias do capitalismo maduro e a correlação de forças das lutas de classes na atualidade”, as quais colocam entraves para a ultrapassagem dos aspectos cotidianos na produção do conhecimento, “[...] reproduzindo intelectivamente o movimento da totalidade social concreta” (MARANHÃO, 2014, p. 65).

Longe de esgotar a discussão, tais apontamentos nos levam a pensar como os influxos do pragmatismo estão presentes no Serviço Social, no âmbito da formação e no exercício profissional, nos aspectos teórico, ético e técnico. A racionalidade adotada no cotidiano tem se colocado nos espaços de formação profissional, com o aligeiramento do conhecimento, que faz com que as categorias de análise do real sejam reduzidas a categorias instrumentais, dificultando a apreensão dos pressupostos teórico-críticos da tradição marxista no Serviço social. Consequentemente, o exercício profissional fica cada vez mais refém de respostas instrumentais e tecnicistas, além dos conflitos éticos próprios da sociedade burguesa, que permeiam os valores e o projeto profissional⁵¹.

⁵⁰ Segundo Netto (2005, p. 92), “[...] o sincrétismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social”, foi “seu núcleo organizativo e sua norma de atuação”. Podemos dizer ainda que a estrutura sincrética do Serviço Social diz respeito “[...] à fluidez, ao imediatismo e à heterogeneidade com que os profissionais de Serviço Social são obrigados a organizar sua prática interventiva cotidiana” (MARANHÃO, 2014, p. 67).

⁵¹ Segundo Netto, “[...] os projetos profissionais *apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as*

Para a prática profissional, qualificada por Netto (2005) como sincrética, “[...] tanto faz emergir elaborações formal-abstratas sincréticas quanto as requisita”. Convergem para essa prática sincrética alguns vetores, desde as condições objetivas de intervenção determinadas pelas refrações da “questão social” até o referencial das ciências sociais gestadas sob uma racionalidade formal-abstrata, com a continuidade das expectativas típicas que envolviam as protoformas do Serviço Social e sua inserção na divisão social do trabalho.

A prática sincrética resolve-se no marco da imediação e da pragmática construtivas de intervenção que tem como horizonte o espaço do cotidiano: na indiferenciação operatória, subsume-os e cristaliza um padrão de procedimento do qual a profissionalização é menos um regulador efetivo que uma construção reflexiva (*construto*) (NETTO, 2005, p. 107, grifo do autor).

De acordo com Netto (2005, p. 95), o cotidiano é o “[...] horizonte real da intervenção profissional do Serviço Social”, o que vai requisitar-lhe o desenvolvimento de ações instrumentais para atender às necessidades imediatas que se apresentam, colocando-se como um entrave à reflexão da realidade e impondo-lhe atividades rotineiras. Essa característica operativa do Serviço Social vai impor limites à análise das demais dimensões da profissão, gerando um processo de não reflexão sobre as “implicações éticas e políticas” das respostas profissionais, bem como sobre o seu referencial teórico (GUERRA, 2012, p. 47).

O amadurecimento do marxismo no interior do Serviço Social, a princípio no espaço da universidade, não se efetiva da mesma forma fora dos muros desta instituição, pois há um descompasso entre o que é produzido pela vanguarda e o que se absorve no cotidiano, desencadeando um empobrecimento cultural dos assistentes sociais e possibilitando um ambiente favorável ao empirismo, ao pragmatismo e ao conservadorismo no Serviço Social.

Segundo Sousa (2016),

Nos períodos anteriores à hegemonia [...] do marxismo como campo ideológico central [do serviço social], as matrizes teórico-metodológicas que subsidiaram a profissão eram escolhidas a partir de necessidades pragmáticas, isto é, da necessidade de serem encontrados fundamentos ‘científicos’ para as respostas já estabelecidas no cotidiano de cada espaço sócio ocupacional. Como cada espaço sócio ocupacional possui objetivos diferentes, objetos de intervenção distintos, função social e projetos diferenciados, além de rotinas, procedimentos, metodologias, instrumentos, fluxogramas próprios, geralmente sincréticos (porque indeterminados e difusos), o resultado disso é que se estabelece uma clara tendência eclética na profissão (SOUSA, 2016, p. 250).

organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)” (1999, p. 4, grifos do autor).

O conservadorismo no Serviço Social tem se reproduzido com o sincretismo e o ecletismo, de modo que tem avançado no campo da produção de conhecimento e disputado o espaço com a perspectiva crítico-dialética. Esta, por sua vez, tem sofrido diversos ataques, que vão desde a incursão do positivismo no marxismo, passando pela lógica atual da política de educação superior, pelo “debate filosófico predominante sobre o fazer científico”, até a exigência de um produtivismo acadêmico, tensionado quando da presença da pesquisa com orientação marxista. Ou seja, “[...] é a reprodução da sociabilidade burguesa e suas expressões contraditórias presentes nas estruturas da sociedade e do Estado que tendem a repor os fundamentos do sincretismo no Serviço Social” (SOUSA, 2016, p. 253).

Isso posto, é possível afirmar que a presença do marxismo no Serviço Social não é garantia para a ruptura com esses e outros elementos que promovem a presença do conservadorismo na profissão⁵². É preciso considerar sua natureza e as transformações pelas quais passou e passa no movimento contínuo de evolução da sociedade, ressaltando as influências teóricas que sofreu em um dos períodos históricos de maior mudança na formação e no exercício profissional, as quais repercutem até a atualidade. Na próxima subseção será debatida a presença histórica do conservadorismo no Serviço Social em suas múltiplas formas, a partir do espaço temporal que compreende o Movimento de Reconceituação no Brasil e as influências teórico-metodológicas das quais se apropriou no período, buscando a “legitimação prática” e uma “validação teórica” que lhe respaldasse diante da realidade daquele contexto histórico. Considerando a impossibilidade de ruptura total com o conservadorismo, serão analisadas também as suas formas de reprodução através das medidas de contenção da crise estrutural do capital, que geram uma intensificação da ofensiva conservadora em todos os setores da sociedade e, no Serviço Social, causam efeitos danosos às “conquistas” teóricas resultantes da aproximação da perspectiva marxiana.

4.3 A influência das tendências teórico-metodológicas no Movimento de Renovação profissional no Brasil e a crítica ao conservadorismo

Para fechar o ciclo da interlocução histórica e ontogenética entre o Serviço Social e o conservadorismo é fundamental analisar a sua presença multifacetada no processo de renovação

⁵² É possível afirmar que há no Serviço Social posições conservadoras sem que se negue Marx. A utilização de um referencial teórico marxista sem a tríade teoria-valor trabalho, método dialético e a perspectiva revolucionária pode ser a expressão de uma forma de conservadorismo sutil, mas real e possível, que ainda não foi suficientemente explorada pela massa crítica do Serviço Social.

da profissão no Brasil, considerando as peculiaridades sociais, econômicas e culturais deste território, já discutidas nas subseções 3.2 e 3.3. Aqui será explicitado como este pensamento se reatualiza e se adapta aos diversos momentos da profissão, compreendidos no lapso histórico do Movimento de Renovação, processado no país a partir de meados da década de 1960, em meio ao golpe militar, e se desenrola até o início da década de 1980, com a aproximação de um referencial crítico e dialético.

Esta delimitação de tempo abrange a instauração da autocracia burguesa no país e da crise mundial do Serviço Social “tradicional”, desembocando no debate mais contemporâneo da profissão, relativo à onda conservadora que atinge a sociedade e, por consequência, o Serviço Social, tendo em vista a sua função social no processo de reprodução da ordem capitalista. Trata-se de um momento histórico da profissão, de muitos debates e avanços, tanto no exercício quanto na formação profissional, mesmo em meio a uma aproximação enviesada à teoria social de Marx.

É preciso destacar que o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro constitui um marco na história da profissão, da sua gênese até a atualidade, pois representa a redefinição profissional que possibilitou o atendimento das demandas que se reestruturaram diante do contexto histórico dos anos 1960 em diante, além da “[...] sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais”. Estas provocaram mudanças no próprio exercício profissional, promovendo a ampliação dos seus quadros técnicos e o redimensionamento da formação profissional. Além disso, Netto diz ainda que os “[...] seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas auto-representações)” (NETTO, 2010, p. 115). Desta forma, não há precedentes na história do Serviço Social de uma evolução como a ocorrida no processo da renovação, a qual deixa como herança contornos de “[...] mudança, continuidade e intenção de ruptura” (NETTO, 2010, p. 116).

Mesmo tendo outros determinantes, é possível remeter ao movimento provocado pela autocracia burguesa, instaurado com o golpe militar de abril de 1964, como sendo a força motriz do processo de renovação, pois a dinâmica da Ditadura Militar, considerando a sua estruturação e crise, possibilitou ao Serviço Social um contexto social, político e ideológico favorável a questionamentos que conduziram a categoria a repensar a profissão. Foram condições postas à profissão que provocaram inquietude ao passo em que eram conservadas “[...] as modalidades de intervenção e (auto)representações que matrizavam a profissão desde o início dos anos cinquenta” (NETTO, 2010, p. 118). Segundo Netto, “Tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital” (NETTO, 2010, p. 118). Assim,

mesmo a autocracia burguesa tendo reiterado as formas tradicionais de intervenção, estas condições provocaram um movimento interno de questionamentos e inquietações acerca do exercício de a formação profissionais. Isso desencadeia, mesmo num movimento contrário ao da autocracia burguesa, um processo de reformulação no interior do Serviço Social.

José Paulo Netto destaca que, mesmo havendo este entrelaçamento entre a profissão e a autocracia burguesa, que viabilizou as condições históricas e sociais que impulsionaram o Serviço Social à renovação profissional, não significa “[...] que a estratégia e o sentido da ditadura jogaram, intencional e prioritariamente, na erosão e na deslegitimação das formas profissionais consagradas e vigentes à época da sua emergência e consolidação” (NETTO, 2010, p. 117). Diversamente, a postura do governo ditatorial era a de validar e reforçar as posturas consolidadas até aquela década, considerando a sua necessidade de

[...] preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais (NETTO, 2010, p. 118).

Nesse sentido, é possível concluir que a presença ainda marcante do Serviço Social “tradicional” na contemporaneidade é fruto do suporte ideológico e político cultivado pela autocracia burguesa, que garantiu continuidade nos dias atuais, considerando a base conservadora que sustenta a sociedade burguesa. Daí a defesa do autor de que são “práticas e (auto)representações profissionais” que permanecem na atualidade, mas em nada atendem as “[...] requisições profissionais postas pela dinâmica da sociedade brasileira”, já defasadas para a época do golpe militar (NETTO, 2010, p. 118).

As ideias que conduziram a reformulação do Serviço Social no contexto da Ditadura Militar priorizaram especialmente dois aspectos da profissão: a prática e a formação profissional, conforme mencionado anteriormente. Segundo Netto (2010), no nível da prática profissional houve a ampliação e a consolidação do mercado nacional de trabalho, consequência do processo de expansão da industrialização no país. O Estado — até então seu maior empregador — passa por um processo de reformulação “tanto *organizacional* quanto *funcional*”, o qual impacta substancialmente nos tradicionais espaços de intervenção do Serviço Social. Resulta disso uma reestruturação do exercício profissional que vai complexificar as suas funções e gerar “[...] uma diferenciação e uma especialização das próprias atividades dos assistentes sociais” (NETTO, 2010, p.121, grifo do autor).

Estas alterações vão conduzindo o Serviço Social para a adequação de seu fazer profissional à estrutura e à racionalidade do mercado, visto que, para além dos serviços públicos, passou a ocupar também o espaço empresarial. De acordo com Netto, o chamado “Serviço Social de empresa” é corolário deste novo mercado de trabalho que vai se configurando no contexto do milagre econômico (2010, p. 122). Entretanto, o autor pondera que

[...] o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo plano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção (NETTO, 2010, p. 123).

Este novo espaço sócio-ocupacional é responsável por conduzir os profissionais a adquirir uma postura moderna, condizente com a “racionalidade burocrático-administrativa” adotada no período, além de impor um “*novo padrão de exigências* para o seu desempenho profissional”. Assentada no âmbito da “modernização conservadora”, essa tendência não retira os assistentes sociais da sua função precípua de “executor terminal das políticas sociais setoriais”, embora sua prática profissional tenha sido reorientada à execução de funções mais burocráticas e também da interlocução com outros profissionais. Daí, afirma Netto, desencadeia-se o processo de erosão do Serviço Social tradicional em âmbito mundial, pois não se adequou às novas exigências do mercado de trabalho, as quais “derruíam os comportamentos profissionais impressionistas, fundados consequentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional” (NETTO, 2010, p. 123).

Esta tendência da “modernização conservadora” atingiu também as agências de formação, que precisaram revisar seu projeto conservador de ensino, pautado no confessionalismo, no paroquialismo e no provincianismo, passando por um processo de “refuncionalização e expansão”, ao mesmo tempo em que se ampliavam as instituições de formação. A política educacional da Ditadura possibilitou a inserção do ensino superior universitário ao Serviço Social, mas impactou sobremaneira na sua relação com o projeto da autocracia burguesa, pois, apesar dos ganhos no sentido do abandono da formação pautada em valores morais, ficou “[...] vulnerável aos constrangimentos gerais do ciclo ditatorial” (NETTO, 2010, p. 125). Com tais mudanças,

Não é difícil imaginar o impacto que esta inserção no âmbito acadêmico causou sobre o ensino de Serviço Social: em um breve lapso de tempo, a formação profissional viu-

se penetrada pelas exigências e condicionalismos decorrentes quer da refuncionalização global da universidade pelo regime autocrático burguês, quer da sua própria virgindade acadêmica [...] (NETTO, 2010, p.125).

Donde resulta a transição de uma formação profissional doutrinada pela Igreja Católica para uma formação doutrinada pela ideologia burguesa, adaptada às necessidades modernas e burocratizantes do mercado nacional de trabalho em expansão. Isso significa que a formação universitária do Serviço Social sofre com todo o processo de refuncionalização da universidade brasileira ocorrido no período. Netto afirma ainda que “[...] o impacto operado pelo ingresso na universidade foi multifacetado e contraditório” (NETTO, 2010, p. 126) porque possibilitou a influência de tradições intelectuais ausentes na profissão até então, ao mesmo tempo em que intensifica o aspecto tecnocrático requerido pela Ditadura.

A reformulação que a formação profissional sofreu nesse contexto traz, conforme ressalta Netto, “traços mais deletérios” ao Serviço Social, considerando o viés característico dessas tradições intelectuais, vinculadas às ciências sociais — sociologia, psicologia social e antropologia —, somado ao influxo do projeto educacional imposto à universidade pela autocracia burguesa. Outro aspecto da formação profissional que se desenrola aqui é o que o autor chama de “recrutamento do pessoal docente”, implicando na construção de um quadro de professores jovens aos quais é imposto um modelo de ensino retrógrado, com influência do contexto imposto pelo “militar-fascismo”. Ao mesmo tempo, possibilitou a esses docentes um ambiente favorável à construção de uma “massa crítica” que não era possível antes da inserção no ambiente universitário. Desse modo, “Quando se superam as constrições ditatoriais, o acúmulo realizado por este componente profissional vem à tona com significativa ponderação” (NETTO, 2010, p. 126). Esse grupo de professores aproveita o clima de contestação para construir uma frente de resistência ao projeto modernizador da ditadura, postura decorrente da aproximação à teoria social de Marx, colocando-se como protagonistas nas mudanças ocorridas na profissão daí em diante.

O autor afirma ainda que: “A modernização conservadora revela-se inteiramente neste domínio: redefine-se a base da legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho e o quadro da formação para ele” (NETTO, 2010, p. 127). Assim, a presença marcante do pensamento conservador nesse momento de intensas transformações no Serviço Social vai implicar marcas no seu exercício e na sua formação profissional, exigindo da categoria a redefinição da concepção de identidade profissional, que vai se solidificar durante o processo da renovação do Serviço Social.

Este movimento interno ao Serviço Social brasileiro, porém articulado ao processo de reatualização em processamento na América Latina, agrupa os principais momentos já vistos de mudanças ideo-teóricas e ético-políticas na profissão, pois consegue atender funcionalmente às necessidades da autocracia burguesa ao tempo em que se projeta para uma evolução viabilizadora da constituição de um profissional demasiado diferente, se comparado ao do início da ditadura. O espaço político e ideológico ali formado possibilitou a concretização da laicização do Serviço Social⁵³, a qual se iniciou na década de 1950, mas só encontra o impulso científico necessário para essa ruptura no referido contexto, ainda que considerados seus limites decorrentes da aproximação inicial às tradições intelectuais. Portanto, mesmo com todo o direcionamento dado pelo projeto autocrático burguês, gesta-se um espaço que possibilita ao Serviço Social a construção de alternativas a ele e ao que estava posto para a profissão desde a sua gênese, enquanto consequência da formação daquela massa crítica provinda da universidade, a qual foi forjada nos movimentos sociais e estudantis de enfrentamento à Ditadura.

Os traços do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro vão sendo delineados por esses novos aspectos que vão dando movimento à profissão. Neste sentido, Netto (2010) conceitua a Renovação profissional como

[...] um conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2010, p. 131).

Tal rearranjo delinea a incontestável influência do conservadorismo mesmo quando a profissão passava por mudanças no exercício e na formação profissional, o que evidencia tratar-se de uma marca para além do novo perfil de assistentes sociais requisitado pelo mercado de trabalho e influenciado pelos novos professores nas agências de formação. Isto se verifica devido à interlocução entre o Serviço Social e as disciplinas das ciências sociais, a qual viabiliza o contato com os “influxos da modernidade” e, ao mesmo tempo, com as “[...] tradicionais fontes fornecedoras de insumos teóricos à profissão, inserindo-se nas suas discussões não apenas como receptores” (NETTO, 2010, p. 132).

⁵³ A presença do confessionalismo nas protoformas do Serviço Social, conforme já foi visto, refere-se à sua intrínseca relação com a igreja católica através do processo de doutrinação do laicado. É possível afirmar que a constante busca da igreja de retomar seus privilégios e influência nos espaços de poder traz à baila a preservação dos “[...] seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo” (IAMAMOTO, 1995, p. 18).

Nessa ótica, a Renovação inaugura o “pluralismo profissional” que possibilita uma diversidade de matrizes teóricas cujos influxos vão se fazer sentir na busca pela validação teórica e na legitimação da prática, o que caracteriza esse momento vivenciado pela profissão como aquele que mais lhe propiciou avanços. Ainda que considerados os limites dessas matrizes — tanto as que mantiveram articulação com “concepções herdadas do passado” quanto as novas influências das disciplinas das ciências sociais —, a Renovação possibilitou avançar consideravelmente na construção de um referencial teórico para o Serviço Social (NETTO, 2010, p.131). Importa destacar ainda que a incessante busca por validação teórica se deu pela necessidade de conectar intelectualmente a profissão com as questões as quais estava vinculada, quando da execução das políticas e serviços sociais, para pensar as relações sociais, econômicas e culturais que envolviam a sua intervenção. Não seria surpresa se esse processo gerasse internamente uma busca por se investigar, fazendo da própria profissão, sua história, identidade e exercício profissional, objetos de pesquisa decorrentes de uma “[...] *análise crítica do próprio serviço social*” (NETTO, 2010, p. 133, grifo do autor).

O autor afirma que a busca por uma legitimação da prática e por uma validação teórica se estruturou a partir da “erosão do Serviço Social tradicional” em nível mundial, e que esta se relaciona com a peculiaridade sócio-histórica de cada país. No caso do Brasil, tal processo é demarcado com a instauração do regime autocrático burguês, além das intensas expressões da crise estrutural do capital na vida da classe trabalhadora, sendo este contexto o marco da Renovação profissional. Este movimento se inicia, a princípio, entre profissionais e docentes, e em seguida se alastra pelo “interior das agências de formação” e “para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria”. Daí a Renovação do Serviço Social ser denominada por Netto como “[...] um movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distintos, porém entrecruzando-se e sobrepondo-se, donde a dificuldade de qualquer esquema para representá-lo” (NETTO, 2010, p. 152-153).

O processo renovador foi então medularmente marcado pela presença de 3 tendências de pensamento filosófico que conduziram as reflexões acerca da prática e da teoria no Serviço Social, essencialmente na busca pela validação de uma teoria no interior da profissão, quais sejam: o positivismo, a fenomenologia e a teoria social de Marx. Estas correntes subsidiaram ideologicamente as três direções da Renovação, de modo que o debate profissional no interior desse processo é conduzido por diversificadas formas de reposição do pensamento conservador que embasou a emergência da profissão. Analisando esse movimento é possível identificar que o conservadorismo vai se travestindo de um viés modernizador, atribuindo ao Serviço Social uma postura moderna conforme as exigências do mercado de trabalho por um profissional cada

vez mais racional; suscitou ainda a reatualização das suas bases conservadoras sob “uma nova roupagem” (NETTO, 2010, p. 202), além de ter se mesclado com outras perspectivas, de cunho histórico-crítico, a partir de um ecletismo teórico que se instaurou no Serviço Social entre as décadas de 1970 e 1980.

O desenvolvimento da reflexão provocada na Renovação profissional compreende a vigência do período histórico da autocracia burguesa, e conseqüentemente todas as transformações societárias decorrentes da crise econômica e das mudanças ideológicas e culturais que se entrelaçaram por lá. Assim, a primeira direção da renovação, denominada de perspectiva modernizadora, resultado da iniciativa do CBCISS, objetivava adequar o Serviço Social ao projeto do desenvolvimento capitalista, requerendo um resgate do acervo profissional estruturado entre as décadas de 1950 e 1960. Entretanto, tratou-se de um resgate “parcial e seletivo”, pois não acompanhou a perspectiva de transformação da ordem que propunha a ruína do projeto burguês (NETTO, 2010, p. 154). Daí decorre a afirmação de Netto de que esta perspectiva “[...] foi a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa” (NETTO, 2010, p. 156), visto que seus ideais de modernização do exercício profissional inclinavam-se para a tecnificação das ações e o entendimento do Serviço Social como “[...] um instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento” (NETTO, 2010, p. 165).

Reside aí o caráter conservador desta direção que, apesar dos inegáveis avanços, buscou respaldo nos aportes do “estrutural-funcionalismo norte-americano” e, com isso, reforçou o seu caráter modernizador e seu posicionamento favorável à preservação da ordem sociopolítica. Segundo Netto,

No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais ‘tradicionais’, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses ‘modernos’ – donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (NETTO, 2010, p. 155).

O arrimo teórico e metodológico dessa direção foi estruturado a partir dos documentos construídos nos Seminários de teorização da categoria, ocorridos em Araxá/ Minas Gerais (MG), Teresópolis/Rio de Janeiro (RJ), Sumaré/ RJ e Alto da Boa Vista/RJ, com destaque para os de Araxá e Teresópolis, ocorridos em 1967 e 1970, respectivamente, que se tornaram os mais reconhecidos pelo impacto causado na busca por uma autorrepresentação no interior da categoria. Importa destacar que esta perspectiva tinha um conteúdo intensamente reformista, próprio do conservadorismo burguês, que vai resistir inclusive aos impactos internos causados pela laicização. Todavia, “seu traço conservador e sua colagem à ditadura” (NETTO, 2010,

p.157, grifos do autor) foram definidores para o seu enfraquecimento, pois depararam-se com os setores mais críticos da categoria — seja no movimento de redemocratização do país, seja no embate com os novos suportes teóricos fortalecidos pelo reforço que o ambiente universitário permitiu.

Cabe notar, ainda acerca dessa perspectiva, que seu saldo teórico se constituiu pelo recurso à tradição positivista, nitidamente oposta às bases tradicionais da profissão, considerando o suporte doutrinário da Igreja Católica, e às tendências mais críticas de raiz marxiana das quais o Serviço Social Tateava uma aproximação. Essa tendência teórica firmava importante coalizão com a ordem sociopolítica instaurada pelo golpe de abril, sendo resultado da interação entre a academia e seu projeto de educação modernizador e as ciências sociais, “[...] sob a inspiração de matrizes neopositivistas norte-americanas, que vicejaram na ditadura” (NETTO, 2010, p. 156).

Entre o enfraquecimento da perspectiva modernizadora e o fortalecimento da ofensiva pela redemocratização do país, ressoa no interior do Serviço Social a estruturação de outra direção da renovação, marcada por um extremo conservadorismo ao resgatar os elementos mais basilares do tradicional pensamento católico sob o viés da modernidade. Não por acaso, a perspectiva de reatualização do conservadorismo rejeita qualquer vínculo com a tradição positivista ou marxiana, estruturando-se a partir de uma “[...] base teórico-metodológica que se reclama nova”. O seu caráter renovador se respalda na reatualização do passado da profissão amparado em “matrizes intelectuais mais sofisticadas” (NETTO, 2010, p. 157), e com isso constitui o seu arcabouço teórico respaldado no referencial ideocultural do cristianismo somado a um cientificismo que se ancora em tendências irracionalistas, refletindo em uma visão rasa e imediata da realidade.

Apesar de não alcançar a mesma projeção e impacto nos debates da profissão que sua antecessora, a reatualização do conservadorismo, encontra vazão no âmbito das universidades do eixo Rio-São Paulo, cuja influência é perceptível em parcela da categoria que se distanciara do debate proposto pelo projeto autocrático da burguesia. Além de “conceder um relevo destacado às dimensões da subjetividade”, levando ao atendimento de “requisições fortemente psicologistas que surgem em amplos estratos profissionais cujo desempenho está travejado por um eticismo abstrato” (NETTO, 2010, p. 158). Esta observação de Netto acerca da retórica escolhida pela reatualização do conservadorismo ressalta a presença do subjetivismo, inclusive porque o seu suporte metodológico buscou inspiração na fenomenologia, a qual possibilitou uma “reelaboração teórica e prática da profissão” voltada para a ação psicossocial, cuja prática estava centrada no sujeito (NETTO, 2010, p. 208).

O “*recurso à fenomenologia*”, como afirma o autor, representou a principal contribuição desta direção à renovação, principalmente porque era um pensamento desconhecido ao Serviço Social brasileiro, fazendo com que os autores⁵⁴ que o utilizaram como recurso metodológico precisassem ser pioneiros no seu tratamento, adequando-o às temáticas importantes para a profissão naquele momento. Nesse sentido, as formulações teóricas baseadas nesta tendência acabaram evidenciando alguns confrontos internos tendo em vista suas diferentes interpretações, bem como a “[...] funcionalidade ideocultural da postura fenomenológica no quadro dos confrontos sociopolíticos contemporâneos” (NETTO, 2010, p. 210).

Os desdobramentos que se seguiram desses acontecimentos vão evidenciar três características do recurso à fenomenologia determinantes no aparecimento de problemáticas internas: a quase total ausência de consulta às fontes originais, o método fenomenológico que não foi problematizado, e, por fim, um profundo “empobrecimento teórico e crítico” que levou à interpretação simplificada nas produções do Serviço Social. Ademais, os três aspectos comprometeram a abordagem ao pensamento fenomenológico pela reatualização do conservadorismo, beirando um tratamento vulgarizado e reducionista da vertente; e como afirma o autor, “[...] o recurso à fenomenologia, por aqueles autores, denota antes uma aproximação impressionista e aleatória a alguns núcleos temáticos do pensamento fenomenológico, resgatados frequentemente segundo uma ótica elementar e eclética” (NETTO, 2010, p. 214-215).

Resguardadas suas especificidades, as duas vertentes da renovação do Serviço Social abordadas acima trazem como denominador comum a reafirmação do conservadorismo ontogenético à profissão, seja pelo viés da modernidade e do positivismo, seja reatualizando seu cariz mais tradicional pela via da fenomenologia. Sob novas bases teóricas o pensamento conservador se repõe no Serviço Social, pois encontra espaço político, cultural e ideológico para isto, ganhando fôlego para conformar uma identidade profissional atrelada ao projeto burguês.

Aqueles equívocos identificados na apropriação da fenomenologia pelo Serviço Social também aparecem quando da aproximação à teoria social de Marx, no sentido da não consulta aos clássicos que gerou o empobrecimento e a deformação da teoria social de Marx, bem como

⁵⁴Anna Augusta de Almeida foi um dos principais nomes nas formulações teóricas da reatualização do conservadorismo. Sua tese de livre-docência ressoa ainda no período do Seminário de Sumaré e se torna referência na busca pela validação teórica a partir de uma interpretação fenomenológica do real. Em seguida, suas ideias passam a circular entre a categoria, influenciando na construção de textos, teses e cursos que auxiliam no espraiamento dessa direção. Outros nomes como Creusa Capalbo, Ana Maria Braz Pavão e Anézia de Souza Carvalho também ocuparam lugar de destaque na abordagem fenomenológica no interior do Serviço Social (NETTO, 2010).

seu engessamento em manuais. Tais equívocos foram melhor explicados ao serem localizados no processo de constituição da terceira direção da renovação, a chamada intenção de ruptura com conservadorismo. Distinta da primeira perspectiva, esta se estrutura na universidade no início dos anos 1970 e vai explicitar um intenso repúdio ao pensamento conservador enraizado na profissão desde a sua gênese, realizando este enfrentamento a partir de uma inicial aproximação à tradição marxista. Esta é a única direção da renovação que constitui uma crítica ao tradicionalismo e estrutura estratégias de rompimento com o aporte conservador que historicamente sustentou a profissão. Pois, conforme afirma Netto (2010), “Ao contrário das anteriores”, a intenção de ruptura

[...] possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) (NETTO, 2010, p. 159).

A formulação inicial desta direção se deu no espaço acadêmico da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, a qual se tornara solo fértil para os debates políticos, considerando que era uma região permeada por intensos conflitos entre as elites reacionárias e movimentos sindicais e estudantis que se opunham à ordem vigente. Diferente das demais direções, a intenção de ruptura se destaca pela sua oposição ao projeto autocrático burguês, reafirmando uma dimensão ideopolítica que buscava legitimar um “plano teórico-cultural”, um “plano político” e um “plano profissional” distintos das formulações até então predominantes no Serviço Social (NETTO, 2010, p. 248). Esta incompatibilidade de pensamentos opera na vanguarda que tomou a dianteira desta tendência no enfrentamento à privação das liberdades democráticas, fator crucial para que se estruturasse um projeto de profissão atrelado a uma nova estrutura de sociedade. Por isso,

[...] esta perspectiva expressa geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira próprias da década de sessenta – mediatamente, o processo de afirmação protagônica da classe operária e seus aliados; imediatamente, as lutas pela recuperação deste processo já sob a ditadura (NETTO, 2010, p. 257).

Nesta moldura, a intenção de ruptura enfrenta as posturas retrógradas do Serviço Social tradicional, o reformismo da modernização conservadora e a reatualização das bases tradicionais da profissão associadas aos valores, práticas e concepções teóricas sustentadas pela fenomenologia. Para tal, fortalece sua dimensão ideopolítica através da absorção da herança

deixada pelo Movimento de Reconceituação Latino-americano (1965-1975), visto que foi a única das três direções que mais se aproximou do espírito crítico daquele movimento, podendo utilizar-se da produção teórica resultante do seu legado. Este processo foi substancial para a estruturação da experiência conhecida como Método Belo Horizonte (1972-1975), o qual representou uma das primeiras iniciativas da intenção de ruptura a partir da elaboração de “uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional”. Em seu lugar se propôs “[...] uma alternativa global: uma alternativa que procurava romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO, 2010, p. 262-263). A experiência foi finalizada precocemente, mas possibilitou uma reflexão na vanguarda profissional, pois “[...] suas fragilidades intrínsecas creditam-se aos limites e problemas inerentes ao viés elementar com que se apropriou do substrato teórico-metodológico com que fundou esta arquitetura” (NETTO, 2010, p. 289). Trata-se aqui da aproximação “enviesada” ao marxismo posta pelo limitado acesso às obras originais de Marx, sendo a via mais fácil a utilização de traduções não tão fiéis, permeadas pelo ecletismo teórico que acabou por deturpar o pensamento marxiano e induzir a concepções vulgarizadas do seu método (NETTO, 1989).

O Serviço Social precisou investir em um intenso processo de aproximações sucessivas aos clássicos marxianos para alcançar a “[...] maioria intelectual e teórica da perspectiva de intenção de ruptura” (NETTO, 2010, p. 266). Neste percurso, constatou-se a transformação da teoria social de Marx em uma doutrina, o que Netto denominou de “marxismo institucional”, sendo perceptível a pluralidade de marxismos dentro da tradição marxista (NETTO, 1989, p. 96). Sua imaturidade intelectual faz o Serviço Social se aproximar do marxismo a partir da interlocução um tanto problemática entre esta perspectiva e as correntes mais críticas das ciências sociais, cuja origem é predominantemente conservadora. Nesses termos, o Serviço Social amplia seu suporte científico, mas o faz dentro dos limites do pensamento conservador, em decorrência de sua interlocução com as ciências sociais e do ecletismo teórico, componente do sincretismo próprio da dimensão ideoteórica da profissão. Este processo requisita um enriquecimento científico e um aprofundamento teórico para superar as artimanhas ideológicas presentes desde a gênese da profissão que somente a intenção de ruptura conseguiu proporcionar.

Foi nesse contexto que se deu a chamada “aproximação enviesada” do Serviço Social à tradição marxista, resultando em um “frágil saldo teórico-analítico” que requereu da categoria uma “nova interlocução” com a perspectiva marxiana, agora impulsionada pelos próprios “suportes histórico-sociais” que colocam a profissão em confronto com as imposições da

sociedade burguesa (NETTO, 1989, p. 97, grifo do autor). As novas exigências teóricas e intelectuais impostas à profissão pelas transformações ocorridas na sociedade pós-golpe militar suscitaram um esforço no sentido da maturação teórica por meio do recurso aos clássicos, permitindo a passagem da aproximação enviesada para a aproximação qualificada ao marxismo.

Dito isto, é incontestável a contribuição da perspectiva de intenção de ruptura no enfrentamento ao conservadorismo medularmente ligado ao Serviço Social, conduzindo-o à validação teórica e à legitimação da prática suscitadas no processo da renovação. Entretanto, mesmo que se tenha alcançado uma maturidade intelectual resultante da adoção do referencial crítico, isto por si só não é condição para a completa superação da influência do pensamento conservador na profissão. Com esta perspectiva, o Serviço Social alcança um lugar que lhe permite desnudar o real na sua essência, entender as relações sociais que sustentam este modo de produção e, conseqüentemente, as estruturas que esteiam a sociedade burguesa — bem como apreender o significado social da profissão, transpor práticas imediatistas e conservadoras e contribuir com produção teórica para a tradição marxista.

Contudo, vai precisar combater a ofensiva constante do conservadorismo, que insiste em se reproduzir enquanto um dos referenciais teóricos possíveis de adoção pela profissão, e que se aprofunda com a intensificação das medidas de contenção da crise estrutural do capital, elas mesmas estratégias para a reprodução do capital, a saber: o neoliberalismo, o neoconservadorismo e a pós-modernidade. A seguir, pretende-se evidenciar como estes três elementos representam ameaças constantes ao Serviço Social por serem o fundamento ideal para o avanço do conservadorismo em suas múltiplas expressões, com seus efeitos nocivos à perspectiva crítica e ao projeto ético-político da profissão.

5 A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO E O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: APONTAMENTOS PARA A CRÍTICA À OFENSIVA CONSERVADORA NO BRASIL

Após o transcorrer de uma análise histórica e teórica acerca das bases estruturantes do conservadorismo na sociedade e no Serviço Social como um elemento concreto para a reprodução das relações capitalistas, é necessário problematizar as implicações que trazem consigo, considerando as especificidades da contemporaneidade. As recentes transformações societárias — no que diz respeito aos impactos da crise estrutural do capital nas relações econômicas e políticas, vinculadas à absorção do ideário neoliberal — vão confluir na reposição do conservadorismo de forma mais ofensiva, além da visível tendência à pós-modernidade, para a qual tem se direcionado o Serviço Social.

O cenário contemporâneo tem evidenciado o acirramento das lutas de classe e, ao mesmo tempo, um retrocesso na organização política e no enfrentamento às opressões pela classe trabalhadora, que tem sido atingida com forte repressão no sentido da violência física, quando da mobilização pelos direitos, ou com um acorrentamento ideológico que reforça a visão burguesa e o senso comum. Nesse sentido, tendências irracionalistas e manifestações racistas e preconceituosas acabam ressoando de forma mais intensa que em outros períodos. E no caso do Serviço Social, promove-se um retorno a um endogenismo profissional com a absorção de um referencial teórico atrelado ao pensamento pós-moderno, atribuindo à profissão um protagonismo que lhe possibilitaria estruturar e problematizar, de forma interna e assertiva, um objeto, uma metodologia e uma teoria — além de inclinar suas intervenções a práticas imediatistas, tecnicistas, priorizando os interesses institucionais com a tendência a naturalizar as contradições sociais.

Assim, discute-se nesta última seção o recrudescimento do conservadorismo no atual contexto de crise no Brasil, de modo a expandir e intensificar suas diversas expressões implicando na regressão ideológica que leva às posturas extremistas e ao comprometimento da materialização do projeto profissional. O debate perpassa a discussão da decadência ideológica do pensamento social da burguesia, visando entender como esta classe se utiliza da estratégia do rebaixamento ídeo-teórico para preservar a reprodução da sociedade de classes, garantindo as estruturas de poder burguês conquistadas desde o século XIX. Considerando o pensamento conservador como a ideologia da crise, é visível a sua ascensão em contextos históricos de acirramento das lutas de classes, onde se apresentam intensas contradições entre estas, de modo que a corrente de pensamento em questão se reatualiza mediante a adequação à realidade

concreta, associando-se a ideias presentes na sociedade, cuja intenção de preservar o lugar ocupado na pirâmide social pela classe dominante torna-se o seu denominador comum. Chamada de conservadorismo contemporâneo, esta tendência evita associar-se à peculiaridade máxima desta corrente — ser conservador —, e com isto prezar pela manutenção da estrutura de sociedade estabelecida. Neste preciso sentido, apresenta-se vinculado a ideias neoliberais de cunho reformista, impactando no desmonte dos direitos sociais trajado pela defesa da necessidade de reformas. Caracteriza-se ainda pela abertura para a constituição e/ou fortalecimento de ações ou grupos extremistas que pregam a violência, a repressão e a tutela, além de exacerbar preconceitos e discriminações de todas as ordens.

Na contemporaneidade, o “conservadorismo à brasileira” vai adquirindo uma estrutura cada vez mais divergente da sua versão clássica, pois busca construir uma imagem desassociada do reacionarismo, que sempre lhe deu corpo, fortalecendo-se a partir do discurso reformista. Característica assumida estrategicamente na busca por legitimação e disseminação entre a sociedade em tempos de crise estrutural do capital, assentado nas ideias do neoliberalismo e sua busca pelo desmonte dos direitos sociais.

Enquanto estratégia do capital para garantir a sua reprodução ampliada no contexto da crise estrutural, tal ofensiva conservadora desencadeia tendências neoliberais, neoconservadoras e pós-modernas que, associadas às peculiaridades do Serviço Social (sua natureza conservadora e a função social na ordem capitalista), provocam efeitos nocivos ao fortalecimento da sua base teórica crítica e ao seu projeto profissional. O pensamento pós-moderno apresenta um evidente desprezo pelo materialismo histórico e exacerbado apreço pelo empirismo, ainda hoje utilizado pelo Serviço Social. Assim, a invasão do pensamento pós-moderno compromete significativamente a produção científica fundamentada e, conseqüentemente, a formação profissional, que acaba direcionada apenas ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho e à reprodução da classe trabalhadora. Afeta também a direção social e a implementação do projeto profissional comprometido com o projeto societário da classe trabalhadora, requerendo um esforço da categoria em preservar e ampliar o acúmulo teórico pautado nas ideias de Marx para enfrentar esta ofensiva.

5.1 Decadência ideológica da burguesia e a preservação do pensamento conservador na sociedade burguesa tardia

A trajetória teórica, filosófica e histórica percorrida até aqui tentou conduzir o leitor ao reconhecimento das conexões estabelecidas entre o pensamento conservador, e a diversidade

de vertentes que dele se desdobram, bem como a preservação da ordem sóciometabólica do capital, nela incluso os impactos da reprodução do conservadorismo no Serviço Social. As diferentes expressões que o conservadorismo assumiu historicamente, em algumas épocas com maior expressividade do que em outras, sempre induziram o pensamento social e a cultura por caminhos que conduzem à reprodução das relações sociais capitalistas e da filosofia burguesa.

A recente ofensiva conservadora na profissão a conduz a retrocessos teóricos, éticos, políticos e técnicos enfrentados pela categoria em outros tempos, mas que agora tomam proporções mais danosas, pois estão associados à intensificação das expressões da crise estrutural do capital, da crescente extrema direita e do irracionalismo⁵⁵ moderno que ganha espaço nos últimos anos. Daí a importância de refletir sobre a decadência ideológica do pensamento social burguês, que acaba por distorcer a ciência e a filosofia quando da sua apreensão, incorrendo na reprodução do conservadorismo em todas as esferas da sociedade — e não seria diferente no Serviço Social, dadas suas natureza e função social, impactando significativamente na materialização do seu Projeto ético-político.

Desse modo, é necessário problematizar teoricamente os descaminhos que se desdobraram desde o abandono da razão pela burguesia no século XIX, quando se tornou uma classe conservadora, até as contemporâneas manifestações do irracionalismo e do fascismo. Considerando a relação deste debate com o Serviço Social, será necessário delimitar aqui a discussão filosófica da decadência ideológica do pensamento burguês à fase imperialista do capitalismo, quando se dá a origem da profissão e sua relação com a filosofia burguesa da época, sendo possível identificar os determinantes históricos da reprodução do conservadorismo que se distenderam até suas expressões mais contemporâneas e seus reflexos no Serviço Social.

O período histórico demarcado como fase imperialista do capitalismo é também marcado por uma nova fase⁵⁶ da decadência ideológica da burguesia decorrente de

⁵⁵ De acordo com Lara (2013, p. 97), o irracionalismo é uma tendência de pensamento social que se estrutura a partir da decadência ideológica da burguesia no século XIX. “O irracionalismo, fenômeno internacional sobre todo o período imperialista, é a resposta do pensamento reacionário diante do desenvolvimento contraditório – produção coletiva e apropriação privada da riqueza – das forças produtivas da sociedade capitalista”. Configura-se, portanto, como uma resposta reacionária aos acontecimentos no seio de processo de acumulação de capitais, sendo um resultado direto da evolução do pensamento social burguês, se vinculando ao agnosticismo e, em alguns momentos, ao fascismo.

⁵⁶ A primeira fase da decadência ideológica da burguesia se configura com o momento do declínio revolucionário desta classe no curso do movimento insurgente da França no século XIX, absorvendo como defesa da sua dominação política, econômica e cultural conquistada, uma postura antiproletária e antirrevolucionária. Deste modo: “O medo do movimento revolucionário de 1848 interrompe o ciclo progressista da burguesia e de suas possibilidades teóricas em dar respostas que expressassem a visão de mundo ascendente do projeto burguês, pois sua perspectiva teórica choca-se com os limites do projeto de sociedade. Ou seja, entre a herança teórico-cultural emancipadora e a manutenção da ordem, a burguesia opta pelo segundo, dando origem ao “pensamento da ordem”, berço perfeito para o nascimento das ciências sociais especializadas” (LARA, 2013, p. 93).

transformações societárias relativas à passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, além da estruturação da primeira organização operária europeia, conhecida por “Associação Internacional dos Trabalhadores”, sendo reconhecida pela contribuição na “primeira experiência histórica” de tomada do poder político pelos operários ocorrida com a Comuna de Paris, em 1871 (GIANNA, 2022, p. 164). De acordo com Coutinho (2010), este período é marcado por uma involução no campo filosófico associada à descontinuidade no desenvolvimento do capitalismo, de forma que, juntas, levam à ampliação da “alienação humana”, resultante da “contradição antagônica” surgida entre burguesia e proletariado, que outrora compunham o Terceiro Estado. Daí a representação política e ideológica que a primeira classe tinha na defesa dos interesses gerais cai por terra e o proletariado assume o caráter progressista, passando a enfrentar as contradições postas pelo triunfo do imperialismo (COUTINHO, 2010, p.21-22).

Este é o momento no qual a burguesia abandona os ideais revolucionários, convertendo-se em classe contrarrevolucionária⁵⁷, rompendo, inclusive, com a “[...] tradição progressista”, a qual vai limitar o “papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens [...]” (COUTINHO, 2010, p. 22-23). Movida pela necessidade da preservação das estruturas de poder estabelecidas até então, a burguesia promove o abandono da razão no processo de conhecimento, uma ruptura que impacta diretamente na concepção objetiva da realidade, na apreensão das contradições sociais e na estruturação de um pensamento emancipador. Afirma o autor,

Ao tornar-se uma classe conservadora, na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitadas a esferas progressivamente menor ou menos significativas (COUTINHO, 2010, p. 22).

De acordo com Gianna (2022), “[...] as formas de consciência social, dentre elas a ciência e a filosofia, expressam de forma mediada, as mudanças que ocorrem em um metabolismo social” (GIANNA, 2022, p. 163), o que significa dizer que a produção intelectual está atrelada ao processo de produção e às transformações econômicas ocorridas no seio do capitalismo, que vão implicando na construção de estratégias para garantir a reprodução social. E na fase imperialista é possível perceber este movimento ocorrendo após a instauração de “um

⁵⁷ Sobre esse aspecto, o próprio Marx assinala no prefácio da segunda edição de *O capital* que: “[...] a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se esse ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a má consciência e a má intenção da apologética” (1988, p. 23).

novo regime de acumulação e de regulação” que vai implicar na “*centralização de capital*”, ativando as empresas monopolistas e a luta pelo controle da produção industrial, com vistas a intensificar o processo de acumulação de capital (GIANNA, 2022, p. 165, grifo do autor).

Além das alterações no processo de organização e gerenciamento do regime de acumulação, outro mecanismo é acionado para garantir o controle dos mercados: a refuncionalização do Estado, já discutida nesta pesquisa na subseção 2.2. Entendido como uma instância extraeconômica que intervém nos aspectos políticos e econômicos, o Estado, como sabido, vai conciliar os interesses contrários das classes burguesa e trabalhadora, visando explicitar “[...] uma face humana e social do capital” ao tempo em que “[...] busca tornar supérfluos os conflitos sociais estruturais da sociabilidade capitalista, apresentando-os como resolúveis no marco das relações sociais existentes” (GIANNA, 2022, p. 168). Estas medidas estatais de legitimação e conciliação, tomadas no bojo do capitalismo monopolista, tendem a fortalecer a apropriação dos lucros e minimizar a luta dos trabalhadores. Além disso, tais medidas se reproduzem ao longo dos tempos para manter enfraquecida uma possível organização política da classe trabalhadora, sendo inclusive mediadas pelo Serviço Social desde sua emergência, executando a sua função social no âmbito da reprodução social, através da execução das políticas e serviços sociais.

Retomando a discussão da decadência ideológica do pensamento social burguês, a análise teórica do marco histórico da Comuna de Paris permite observar uma reversão no movimento de expropriação próprio do capitalismo. Particularmente, sua forma política possibilitava “[...] organizar a expropriação dos expropriadores” através do movimento de insurreição popular que protagonizou “[...] o primeiro ‘assalto ao céu’ do proletariado” (GIANNA, 2022, p. 169-170), o qual demonstrou ser plenamente capaz de conduzir a sociedade de forma diferente do regime burguês. Este levante sofreu embargos da Alemanha ao ponto de seu governo provisório precisar ser desfeito, com a rendição tendo se dado a partir de um acordo firmado com os prussianos sob as seguintes condições: “[...] a supressão dos privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente, e o poder dos trabalhadores. Agora o produto íntegro do trabalho deverá pertencer a seus próprios produtores” (GIANNA, 2022, p. 171).

Esta condução da sociedade francesa pelas mãos dos proletários foi deixando evidente para a burguesia que o fim último das intenções desse “sujeito coletivo”, ao implementar o seu “programa de ação”, era a “emancipação humana”, incomodando seus intelectuais e “[...] fazendo com que a decadência ideológica assumisse algumas características particulares” (GIANNA, 2022, p. 173). Gianna explica que nesse momento os intelectuais da burguesia negaram as contradições próprias daquela fase, ao ponto que ocorre uma cisão entre o

pensamento filosófico burguês e a realidade. Em outras palavras, o autor põe em questão que a filosofia e a ciência da época realizavam suas análises sobre os problemas contemporâneos desconsiderando as determinações mais essenciais da realidade. Segundo Barros (2018, p.118), “Suas formas de compreensão do real não se articulam a uma totalidade, mas encontra-se submetida à fragmentação dos saberes e ao particularismo”, e com isso promovem um “rebaixamento” no processo de apreensão do real através da recusa da totalidade e da historicidade do ser social.

Os intelectuais burgueses pautavam-se numa “liberdade” nas pesquisas e reflexões que caracterizava um “retraimento” na apreensão da realidade como de fato é, cujo limite de entendimento de tais determinações conjunturais evidenciava “[...] o porquê as camadas epidérmicas e coisificadas do capitalismo se tornam para a *intelligentsia* burguesa o objeto de sua reflexão” (GIANNA, 2022, p. 174-175, grifo do autor). Respalhando-se na obra de Lukács, Gianna pontua ainda que

[...] essa margem de liberdade não é um campo de possibilidades abstrato e ilimitado, mas dado pelos interesses da burguesia, que pretende que a ciência e a filosofia não sejam capazes de tirar conclusões generalizantes, ou seja, que elabore uma concepção de mundo capaz de articular as contradições do metabolismo comandado pelo capital e suas determinações conjunturais, seu nexos entre os limites históricos e as possibilidades do modo de produção e suas vias de superação (GIANNA, 2022, p. 174).

Outro elemento que merece atenção neste debate, à luz dos acontecimentos que levariam à Comuna de Paris, é o “tratamento abstrato da cultura” que ocorreu por ter se dado “[...] separado de suas determinações e mediações com a sociabilidade capitalista”, resultando na organização de uma ideologia que atendia aos interesses do capital, no pretense sentido de analisar criticamente a “vida social e cultural” do período. Esta análise, contudo, desconsiderava e se distanciava dos caminhos que levavam à emancipação humana, propostos “[...] pela crescente organização do movimento operário da época e pelo lugar que o marxismo ocupava nela como expressão teórico-ideológica desse movimento” (GIANNA, 2022, p. 175).

Segundo Coutinho (2010, p. 23), a negação da ideologia revolucionária promovida pela burguesia faz frente a essa concepção de emancipação humana a partir do abandono da razão e da tradição progressista, entretanto não impediu que o proletariado absorvesse o pensamento revolucionário anterior e continuasse organizando-se política e ideologicamente. Afirma ainda o autor,

O primeiro movimento, efetivado pelo marxismo, é a expressão filosófica do processo pelo qual o proletariado recolhe a bandeira abandonada pela burguesia, supera seus limites e contradições, elevando a racionalidade dialética a um nível superior, materialista. A crítica ‘direitista’ de Hegel⁵⁸, ao contrário, abandona como ‘inadequadas’ as conquistas fundamentais do período anterior; conserva apenas, desse período, os momentos regressivos, marginais àquele movimento racionalista que culminaria na dialética, no humanismo e no historicismo.

E isto se dá porque somente por meio dessas três categorias (a dialética, o humanismo e o historicismo) é possível “fundar cientificamente a ética e a ontologia”, e reside aí motivo da manipulação das novas tendências de pensamento burguês afasta-las da ciência e da razão (COUTINHO, 2010, p. 30). Este cenário evidencia todos os elementos que revelam não só uma negação, mas também um retrocesso na capacidade que a filosofia alcançou de pensar e teorizar sobre a estrutura da sociedade burguesa de forma crítica e generalizante. Dentre outras consequências “[...] desse movimento de decadência do pensamento burguês”, Barros (2018) indica que “[...] ocorre uma fragmentação do conhecimento, o que impede uma compreensão objetiva do mundo real, sendo esse um dos traços constitutivos do irracionalismo moderno burguês” (BARROS, 2018, p. 118).

A teoria do conhecimento que se consolidava para a apreensão do real neste momento histórico, e com repercussões na atualidade, situava-se então no campo da epistemologia. Deste modo, os cientistas e filósofos ligados à burguesia afastam-se das determinações econômicas, políticas e sociais para discutir a realidade concreta, orientando-se apenas pelo aspecto cultural que, naturalmente, era resultado da ordem e das relações sociais estabelecidas. Nesse sentido, a interpretação da realidade estava concentrada no âmbito do pensamento da burguesia, cuja condição de decadência levava a uma condução da sociedade e de suas relações sociais, econômicas e culturais pelos caminhos da produção e da reprodução das estruturas que sustentam a ordem do capital.

Entre o marxismo que se afigura a partir da organização política do proletariado e o idealismo consolidado no pensamento dominante, respaldado no agnosticismo, se projeta uma proposta de “*terceira via*” que no fim transborda “[...] um retorno ao idealismo sem se apresentar com uma roupagem idealista” (GIANNA, 2022, p. 176-177, grifo do autor). O

⁵⁸ De acordo com Coutinho (2010, p. 26, grifo do autor), está em Hegel a ascensão da tradição progressista, com a qual foi possível “[...] chegar à fundamental teoria *humanista* de que o homem é o produto de sua própria atividade histórica e coletiva, bem como à tese *racionalista* de que essa autoprodução é um processo submetido a leis objetivas e dialéticas”. Com isso, Hegel eleva a um patamar ainda mais superior o pensamento progressista da burguesia revolucionária, trazendo categorias essenciais para o conhecimento do real. Assim, “[...] a dissolução do seu pensamento representa não apenas uma ruptura no interior da filosofia burguesa, o abandono daquela trajetória, mas também a necessária decadência e empobrecimento daqueles pensadores que, depois de Hegel, deixaram de lado mais ou menos inteiramente o seu conceito de razão” (COUTINHO, 2010, p. 28-29).

conhecimento do mundo se dá a partir da sua “mera *interpretação*”, cujo reflexo é a “conformação de mitos”, levando não somente à reprodução da filosofia burguesa, mas também ao afastamento do proletariado do processo de reflexão (GIANNA, 2022, p. 178-179). Era a elaboração de concepções de mundo não acessível teoricamente a esta camada da classe trabalhadora, pois quanto menos o proletariado desvelasse a realidade mistificada e mitificada pelos ideólogos burgueses, menos perigo representava para a classe dominante, garantindo que o sistema de reprodução do pensamento burguês pautado na proposta da “terceira via” se consolidasse.

Esta estrutura só sofre abalos quando da existência de crises que põem em xeque a concepção agnóstica de que a realidade não é passível de compreensão na sua totalidade. Assim, a permanência dos mitos proporciona a articulação entre o agnosticismo e o irracionalismo, numa evidente tentativa de suplantar o idealismo e o materialismo para, assim, conformar outros mitos e concepções mistificadas da realidade. Uma vez consolidado, esse processo possibilita à burguesia a construção de uma postura reacionária, cada vez mais alinhada à direita e mais distanciada da apreensão da realidade na sua concretude, ressaltando um subjetivismo que conduz a uma concepção a-histórica do mundo pautada numa “[...] pseudo-objetividade” (GIANNA, 2022, p.186).

Tais apontamentos acerca da decadência ideológica da burguesia mostram o quão fundamental é a utilização da teoria social crítica marxiana para construir uma concepção de mundo como de fato ele é, pois “[...] Marx parte da análise concreta da situação concreta que o permite identificar o nexo e as mediações entre as forças produtivas e o desenvolvimento de formas de consciência social” (GIANNA, 2022, p. 196-197). Este método se contrapõe às concepções irracionalistas em que se baseiam os intelectuais burgueses, pois sua teoria do conhecimento conduz à apreensão relativizada ou romantizada do real, cujos conceitos decorrem de misticismos e da análise da aparência dos fatos. De acordo com o autor, esta tendência “[...] traz a ciência para a camada mais imediata e epidérmica da vida cotidiana, ignorando o papel da ciência como reflexo desantropomorfizador” (GIANNA, 2022, p. 199). Deste modo, se consolida uma cultura que mistifica o real, relativiza o conhecimento científico e o processo histórico, cria suas próprias concepções através de mitos, fortalecendo uma postura reacionária que faça frente a qualquer crise que ameace a lógica responsável pela preservação da estrutura dominante.

Outro pensamento filosófico que se insere nesse contexto para intensificar o irracionalismo e promover um conhecimento da realidade a partir da “pseudo-objetividade” é a fenomenologia, cujo caráter de investigação é puramente subjetivista e intuitivo e as

determinações históricas são afastadas do processo de apreensão do real. Por este método verifica-se a sobreposição de um individualismo no enfrentamento dos problemas do conhecimento e que vai direcionar, de maneira isolada do processo histórico, a reflexão acerca do real. Trata-se de um subjetivismo tão exacerbado que provoca uma separação com a totalidade, intensificada com a presença de outras tendências, como o existencialismo.

O aparecimento e a conseqüente intensificação da “terceira via” na perspectiva de “salvar o idealismo filosófico subjetivo” reafirma sua posição de neutralidade entre o idealismo e o materialismo. Entretanto, “Esse processo de degeneração da racionalidade moderna, com grande ênfase no determinismo social, vai tomar forma concreta com o fascismo”, atendendo ao movimento reacionário do capitalismo (LARA, 2013, p. 97). O autor ressalta ainda que os filósofos burgueses da fase imperialista do capitalismo

[...] conhecem cada vez menos as relações sociais e econômicas da sociedade, desconsideram a realidade sócio-histórica como pressuposta à reflexão teórica, negam radicalmente o caráter revolucionário do proletariado, ignoram a teoria do valor-trabalho. O caráter antiontológico da ideologia decadente consiste principalmente no combate à dialética, à historicidade e à totalidade; as concepções e interpretações se restringem ao fenômeno e desconsideram as suas conexões reais. (LARA, 2013, p. 97).

Esta negação da ontologia se tornou a sustentação da “miséria ideológica” em que se transmutou o pensamento burguês para preservar a ordem societária que garante à classe burguesa a dominação econômica, política e ideológica da sociedade de classes (LARA, 2013, p. 92). Este processo se caracteriza como a reprodução contínua e ampliada de um pensamento que permite a burguesia manter o controle ideológico e cultural da classe trabalhadora, configurando uma dinâmica de alienação para sustentação da ordem burguesa e sua incansável necessidade de produção de riquezas.

Nesse sentido, Gianna (2022) observa que

[...] a decadência ideológica do pensamento burguês, tanto em suas manifestações agnósticas quanto irracionistas, alcança sua maturidade e pleno desdobramento, assumindo, sem perder suas determinações de continuidade, novas qualidades ligadas à necessidade que a burguesia tem como classe dominante da ordem burguesa existente, fundamentalmente ligada à reivindicação de um papel ativo nas lutas desenroladas no período, elaborando mitos que se apresentam como uma pseudo-objetividade, combinada e sustentada a partir de uma subjetividade desobjetivada e intuitiva (GIANNA, 2022, p. 216-217).

Mas a questão da decadência ideológica do pensamento burguês não para por aí. Seus desdobramentos no intuito de preservar a ordem se reproduzem pautados na busca de uma

legalidade histórica que permitisse à burguesia reproduzir-se ao longo dos anos que se seguiram como classe dominante por meio do seu pensamento social, profundamente conservador e, em alguns momentos históricos, também reacionário. Seguindo esta análise, Lara (2013) traz apontamentos singulares para a discussão desta pesquisa, pois faz as indicações prospectivas do impacto do declínio ideológico do pensamento social burguês, que vai desencadear no irracionalismo moderno no contexto dos séculos subsequentes ao qual se originou. No entendimento do autor, o percurso histórico e ideológico da burguesia — desde sua ascensão, passando pelo abandono das pautas revolucionárias, até as estratégias mais contemporâneas de regulação social — vai denotar uma trajetória regressiva no campo da ideologia, a qual envolveu ao ponto de transmutar do seu caráter clássico para a uma apologética e desta para o irracionalismo do século XX. Dito isto, o autor explica que a decadência ideológica da burguesia

[...] se sustenta sobre a forma de sociabilidade instrumental e universal necessária ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, à formação do grande mercado, ao nascimento das nacionalidades advindas do período das grandes e pequenas revoluções burguesas, radicais e passivas, clássicas, tardias e hipertardias, fase em que o capitalismo consolidava a positividade da sua dominação social. (LARA, 2013, p. 97).

A tendência burguesa à preservação das relações capitalistas de produção e reprodução social vai ganhar cada vez mais contornos irracionais na modernidade, ratificando de forma aprofundada um pensamento imediatista, ainda mais distanciado das categorias do humanismo, do historicismo e da dialética. Assim, “[...] essa necessária rejeição do conhecimento objetivo da realidade ocorreu, e permanece, pela forçosa tendência que as classes dominantes possuem em produzir um quadro amplo de explicações que suavizem e amainem os conflitos e as contradições” (BARROS, 2018, p. 118). Destarte, a ciência e a filosofia precisam ser úteis para o capital, e não necessariamente verdadeiras; precisam fomentar o projeto de classe da burguesia, mesmo que estejam revestidas de apologética, pois devem servir à acumulação do capital. Consolida-se aí a relação entre o irracionalismo e a ordem burguesa: a necessidade de reprodução da sua lógica mediante o controle ideológico da classe trabalhadora.

Nos tempos mais recentes, especificamente do trânsito do século passado para o atual, é possível identificar que a irracionalidade vai se tornando um aspecto ineliminável da estrutura conservadora da sociedade burguesa, também associada a uma “racionalidade neopositivista” ou a um profundo agnosticismo, como aponta Coutinho (2010). Para o autor, este tipo de ideologização, fruto da determinação da classe burguesa, além de servir “[...] à conservação do

existente”, reside seu caráter conservador na “[...] sujeição de ambos [irracionalismo e agnosticismo] aos limites impostos, na superfície da realidade, pela divisão capitalista do trabalho e por suas consequências sociais e culturais” (COUTINHO, 2010, p. 31).

Estas correntes vão consolidando sua função ideológica nos marcos da cultura burguesa, colocando-se enquanto “[...] constelações ídeo-teóricas sobre as quais se erguem ‘concepções de mundo’ conservadoras/estabilizadoras da ordem” (NETTO, 2010b, p. 245). Este movimento de “regressão ídeo-teórica” continua sendo marca presente nos “[...] círculos intelectuais da sociedade tardo-burguesa e campeia, quase sem limites, nos meios acadêmicos brasileiros” (NETTO, 2010b, p. 234), condição que confere às vertentes do conservadorismo um solo favorável à reprodução e, especialmente em tempos de crise, ao processamento de ofensivas que impõem a radicalização do pensamento conservador com movimentos anticência e anticomunismo, por exemplo.

Netto (2010b, p. 234) chama esse processo de “maré da cultura regressiva” que foi se espalhando ao longo dos anos, evidenciando que, em diferentes estágios do irracionalismo, muitas respostas reacionárias e de correntes neopositivistas se estruturam, considerando os problemas levantados pela luta de classes. Nesta linha de pensamento importa mencionar que a cultura burguesa do período do capitalismo monopolista, especialmente quando alcançada a sua maturidade, é constituída dessas duas expressões da decadência ideológica, cuja “*relação de complementariedade*” intensifica a “*função ideológica*” do pensamento conservador, reforçando o desprezo pela totalidade e o apreço pela epistemologia (NETTO, 2010b, p. 244, grifos do autor).

O avanço do declínio ideológico burguês não encontra fronteiras, fazendo-se presente em escala mundial e impactando de diferentes formas em cada nação, a depender da sua estrutura cultural e da configuração das lutas de classes. Diante disto, é possível notar a intensificação das expressões do conservadorismo em quadras históricas recentes, evidenciando “verdadeiros casos de delinquência intelectual” pela degradação com que tratam a produção ídeo-teórica pautada na razão objetiva (NETTO, 2010b, p. 255). De acordo com o autor, é possível afirmar ainda que os recentes anos de 1980 receberam a alcunha de década do conservadorismo, sendo resultado de uma “[...] maré-montante conservadora e direitizante (quando não francamente de direita, abertamente regressiva) em que submerge a cultura dos últimos 30 anos em praticamente todo o mundo” (NETTO, 2010b, p. 256).

No curso do capitalismo contemporâneo, o capital abre espaço para restaurar seu poder dos abalos ocorridos nas primeiras décadas do século XX e nos seus anos finais a partir da implementação de estratégias econômicas, sociais e políticas para assegurar suas conquistas.

Como exemplo dessas respostas tem-se a abertura para o ideário neoliberal, a expansão do pensamento pós-moderno, da intensificação das desigualdades sociais, da ampliação da destruição do meio ambiente e do ataque às ideias democráticas. Estas e outras manifestações estão carregadas da tendência “*regressiva e contrarrevolucionária*” do pensamento social da burguesia, que marcou de formas específicas a sociedade, a partir de uma virada conservadora (NETTO, 2010b, p. 259, grifo do autor). Este comportamento da burguesia se fez em 1848, marco do processo de decadência ideológica, e também em 1968, com um novo momento de declínio ídeo-teórico, cujo ponto fulcral foi encontrar pela frente um novo proletariado com uma condução político-organizativa que sofre influência da burocracia burguesa e do aprofundamento da divisão social do trabalho.

Este cenário vai, segundo o autor, “[...] afetar em especial os segmentos intelectuais” que acabam influenciados pelas “*teorias pós-modernas*”, carregadas de uma concepção idealista do mundo, fortalecendo-se na razão instrumental para confrontar toda e qualquer posição da Razão Dialética⁵⁹, por meio do apreço pela imediatividade, da recusa da totalidade, da fragmentação do real, do ecletismo e do relativismo (NETTO, 2010b, p. 261-262, grifo do autor). Em termos gerais, Netto explica que o pensamento pós-moderno

[...] assume o primeiro plano na cultura do Ocidente capitalista, irrompe nos domínios do saber, invade as manifestações estéticas, contagia as práticas políticas e, nas duas décadas seguintes, constituirá um campo teórico diferenciado e desencadeará a produção de uma bibliografia enorme, muito mais apologética que crítica (NETTO, 2010b, p. 256).

O pensamento pós-moderno nas sociedades contemporâneas marca a intensificação da oposição à ontologia social, aprofundando a regressão no campo da cultura que, outrora progressista e humanista, agora conforma uma ideologia regressiva e danosa aos ideais de uma sociedade sem classes sociais.

Desde modo, é este pensamento pós-moderno que, ao promover uma viragem à direita, como afirma Netto (2010b), coloca nas mãos da burguesia demandas da classe trabalhadora que passam a ser consideradas como “intoleráveis”, a despeito de “[...] inclusão social, de combate às desigualdades, de requisições de cidadania e de solidariedade e de apelo a uma sociedade alternativa” (NETTO, 2010b, p. 263). O pensamento decadente que se conforma agora na razão pós-moderna põe, mais do que nunca, desafios aos intelectuais comprometidos com o

⁵⁹ Trata-se da razão humana, aquela que “[...] é dialética, ou seja, incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância”. É, portanto, o “mais alto nível de razão e como tal, crítica e emancipatória” (GUERRA, 2000, p. 14).

conhecimento científico e com a perspectiva revolucionária, requerendo o combate à propagação de uma ideologia extremamente funcional à conservação da ordem burguesa, com todas as consequências culturais e sociais aqui já mencionadas.

Estes apontamentos colocam na ordem do dia a necessidade da reflexão acerca da decadência ideológica da burguesia e suas formas contemporâneas como estratégia de conservação da ordem burguesa, bem como as adaptações que lhe foram substanciais para ocupar o campo das ideias no Brasil, considerando as especificidades econômicas e culturais do país. A abordagem dessa questão, tratada na próxima subseção, vai possibilitar problematizar e entender as implicações das expressões do conservadorismo no Serviço Social brasileiro na atualidade, destacando os descaminhos ao longo do seu processo de absorção da teoria social de Marx, com avanços e fragilidades, bem como os influxos das correntes neoconservadoras contemporâneas na profissão, incorrendo na regressão da cultura profissional e em ameaças ao seu projeto ético-político.

5.2 Conservadorismo moderno no Brasil: o recrudescimento do conservadorismo no atual contexto da crise estrutural do capital

Desenvolver uma análise do conservadorismo, enquanto corrente de pensamento com múltiplas faces e que impacta substancialmente no modo de apreender e viver a realidade objetiva, requisita do pesquisador um olhar cada vez mais respaldado na perspectiva histórico-crítica de apreensão do real. Em uma sociedade que experimenta um contexto de avanço do conservadorismo, esta perspectiva é diariamente afastada dos indivíduos e justaposta pelo irracionalismo ou pela “razão formal descritiva”, matrizes de pensamento próprias da ideologia conservadora.

A tradição conservadora adquire características em todos os tempos históricos, e em alguns contextos reatualiza seus elementos mais marcantes a partir das contribuições de novas ideias e intelectuais. Com isso, além do irracionalismo, que é uma das suas tendências, é possível afirmar que o conservadorismo também recorre à razão, ainda que seja a uma matriz de pensamento limitada e que não realize uma análise da totalidade da vida social. Segundo Souza (2016),

O irracionalismo do conservadorismo clássico passa a conviver com aportes que empregam, ainda que problemáticamente, a razão. Sendo assim, o conservadorismo que emerge no século XX mescla tendências irracionalistas e a aplicação de algumas noções e conceitos privilegiadamente extraídos da moderna sociologia e da teoria política. (SOUZA, 2016, p. 150).

Deste modo, o conservadorismo contemporâneo vai ser influenciado pelas duas tendências supracitadas, sobressaindo-se aquela que mais contribuir para a preservação do poder da classe dominante. Estas se fazem substratos ideológicos acessíveis aos indivíduos, principalmente àqueles tomados pela relação de pensamento e ação imposta pela imediatividade da vida cotidiana, escancarando o afastamento da “ciência crítica” que a presença da tradição conservadora naturalmente viabiliza (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 352).

Reportando esta análise para o Brasil dos últimos anos, é possível notar como a ofensiva conservadora tem impactado nas posições políticas e econômicas da burguesia, as quais — pela sua dominação cultural e ideológica — incidem na classe trabalhadora, cuja tendência é cada vez mais mistificar suas concepções sobre si e seu papel numa sociedade permeada pela divisão e contradição entre as classes, visando a manutenção do sistema do capital. As consequências impostas por esta realidade condicionam imensas perdas civilizatórias, evidenciando um retrocesso nos direitos e nas condições de vida das camadas populares, destruições impensáveis depois de tantos avanços nestas áreas.

Na análise da desigualdade social estrutural na qual o país está imerso — decorrente inicialmente da estrutura socioeconômica dependente propiciada pela formação sócio-histórica e ampliada pela crise estrutural do capital — nota-se um aprofundamento dessas disparidades associadas ao recrudescimento do conservadorismo, que avançou ideológica e politicamente nas últimas décadas. As diferentes expressões do conservadorismo em curso são o retrato dos descaminhos tomados pelo país ao longo da sua história, combinados com fatores conjunturais relativos às transformações econômicas, políticas e culturais que descambaram no ataque aos direitos sociais e em estratégias de consenso e coerção social, a exemplo da absorção do neoliberalismo, retratando um Brasil ainda mais dependente da dominação imperialista.

Assim como foi necessário voltar ao processo da formação sócio-histórica do país para entender as bases ideológicas que fundamentaram a constituição do “conservadorismo à brasileira”, realizado no item anterior, é essencial manter em mente este percurso para problematizar e entender o Brasil contemporâneo e as expressões atuais do conservadorismo. Isto porque: “É a partir desse passado que se encontram os fundamentos da nossa nacionalidade” (BONFIM, 2015, p. 53) e, conseqüentemente, da construção dos nossos valores, cuja base ideológica é o substrato possibilitado pelo pensamento conservador associado à dinâmica da colonização. As etapas que compõem o processo histórico que estruturaram o país tornando-o o que é hoje representam uma reorganização nas relações sociais da sociedade brasileira a cada contexto, sem alterar sua base material. Elas também promoveram algumas

alterações na cultura e nos valores morais através da sua vinculação a ideais econômicos legitimadores da desigualdade entre as classes, reforçando mecanismos de exploração de uma classe sobre a outra.

Além da análise dos efeitos do passado sobre o presente⁶⁰, para explicar o atual cenário do Brasil também se faz necessário entender os acontecimentos políticos e econômicos no entorno do país, especificamente no continente latino-americano, tendo em vista que os processos históricos dos países que compõem essa região se entrecruzam, inclusive a dependência com relação às potências imperialistas. Com isso, é possível evidenciar alguns aspectos que revelam o adensamento do conservadorismo aqui, decorrentes de interesses e projetos políticos em disputa e que marcam um período de ações destrutivas contra as “conquistas” civilizatórias dos trabalhadores, conduzidas pela perspectiva reformista do ideário neoliberal⁶¹.

Um olhar mais atento para a situação econômica e política na América Latina das últimas décadas, especialmente os três derradeiros decênios do século XX e os dois primeiros do século XXI, é capaz de identificar o quão avassaladora para a classe trabalhadora foi a ofensiva do capital sobre o trabalho. Nesse lapso temporal é possível demarcar a existência de regimes ditatoriais, retomada da democracia, mundialização do capital, “crise estrutural-financeira” acompanhada por períodos modestos de expansão, desemprego, aumento da informalidade e das perdas trabalhistas, estrategicamente associados. Um cenário drástico marcado pela “reprodução do ideário conservador”, o qual “[...] é resultado de uma combinação múltipla de determinações conjunturais que envolvem fatores socioeconômicos, político-culturais e a própria dinâmica da luta de classes” (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 354).

O quadro de crise estrutural do capital instaurado no continente após o processo de crescimento econômico estimula a reatualização do conservadorismo, desta vez impulsionado pelos princípios econômicos do neoliberalismo. Marcadamente reacionária, esta modalidade econômica vai se estruturando como uma estratégia do capital para recuperar a taxa de lucro no transcorrer da década de 1980 e logo alcança um domínio ideológico em nível mundial,

⁶⁰ Importa informar aqui que, apesar de ser possível encontrar os fundamentos da nacionalidade no passado, conforme argumenta Bonfim, o presente é que é capaz de explicar o passado, visto que o mais complexo explica o mais simples. Marx argumenta essa máxima afirmando que “O assim chamado desenvolvimento histórico se baseia sobretudo no fato de que a última forma considera as formas precedentes como etapas de si mesma [...]” (MARX, 2011, p. 58-59). Daí se entender que a anatomia do ser humano explica a anatomia do macaco.

⁶¹ A ofensiva neoliberal estrutura o seu ideário em meados do século passado, adensando-se a partir da década de 1960, com o resgate das premissas do Liberalismo clássico, cuja base teórica defende que o mercado é a “[...] instância mediadora societal elementar e insuperável”, contrabalanceada pela sua base política que “[...] repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2007, p. 77, grifos do autor), estrutura totalmente adequada ao movimento do capital monopolista.

convergindo com a tendência à direita, viabilizada anos antes pela instauração da Ditadura Militar no Cone Sul (KATZ, 2016). Importante destacar que o neoliberalismo encontra as condições objetivas neste período ancorado no ambiente de regressão social e nas posturas políticas retrógradas decorrentes do ambiente criado pela crise estrutural e pela ditadura. Assim, “O neoliberalismo expandiu a sua influência e provocou uma drástica reconversão da economia” (KATZ, 2016, p. 80).

Para situar historicamente o avanço do neoliberalismo⁶² pelo mundo até chegar ao continente latinoamericano é preciso demarcar alguns acontecimentos, de cariz político e econômico principalmente, que o impulsionaram. Acerca destes, Katz (2016) afirma que não fosse “[...] pela implosão da URSS e pela crise do horizonte socialista” a tendência do neoliberalismo era sofrer um “declínio”. Mas não somente tais fatos conduziram essa doutrina à expansão, visto que “As tendências conservadoras obtiveram um impulso adicional com a anexação da Alemanha Oriental, a adaptação da União Europeia à globalização e a destruição do Estado de bem-estar” (KATZ, 2016, p. 80).

Analisando este contexto histórico, Netto (2007, p. 69-70) aponta que a crise do *Welfare State* está relacionada a um movimento próprio do capital: a impossibilidade de manter o crescimento econômico associado ao desenvolvimento sócio-político. O Estado de bem-estar representou um “arranjo sócio-político” estabelecido em um contexto de crescimento econômico, possibilitando ao Estado burguês viabilizar direitos políticos e sociais, ainda que restritos, para a classe trabalhadora. Entretanto, ao experimentar uma recessão econômica, a ordem do capital logo evidencia a sua “*curva decrescente* da eficácia econômico-social”, passando a estruturar estratégias de garantir a sua reprodução, atuando diretamente na precarização das condições de vida das camadas populares, que ora fora obrigado a melhorar. Assim, a crise do Estado de bem-estar social, explica o autor:

Significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital *incompatibiliza* cada vez mais o seu movimento com as instituições sócio-políticas que, por um decurso temporal limitado, tornaram-no aceitável para grandes contingentes humanos. [...]

Eis por que a significação da crise do *Welfare State* possui um alcance que está longe de ser exagerado: em si mesma, revela que a manutenção e o evoluir da ordem do

⁶² Segundo Carcanholo (2008, p. 16), a década de 1980 é demarcada como o período de maior expressão do neoliberalismo, considerando que temporalmente ele se estrutura alguns anos antes, mas foi no contexto histórico daquela década que este ideário avançou e se afirmou, principalmente em países com governos expressamente conservadores. Neste decênio “[...] assistiu-se a uma enorme expansão desse tipo de perspectiva [conservadora] por causa da revitalização do liberalismo como reação político-ideológica à crise dos anos 70, da ineficácia do Estado em controlar essa crise, da funcionalidade e adequação do neoliberalismo para a classe dominante [...] e, evidentemente, da derrocada do socialismo real”. Estes aspectos serão melhor explorados no decorrer do texto.

capital estão implicando, cada vez com mais intensidade, ônus sócio-humanos de monta (NETTO, 2007, p.70-71, grifo do autor).

Do outro lado, o que Katz trata como “crise do horizonte socialista”, Netto (2007) vai chamar de “crise do socialismo real”, apontando-a como um colapso vivido por sociedades que defendiam a socialização da economia e a socialização do poder político como um processo necessário para a transição socialista (NETTO, 2007, p. 71). Tal crise se instaura devido ao não alcance desse processo de socialização, que se deu em virtude de um sistema político ineficaz para estimular o desenvolvimento das forças produtivas, de modo a viabilizar um padrão de crescimento econômico mais flexível e inclusivo. De acordo com o autor,

A crise do ‘campo socialista’ tem suas raízes neste nó problemático: uma limitadíssima socialização do poder político passou a travar (e, nesta medida, logo em seguida colidir com) o aprofundamento da socialização da economia – estabeleceu-se, de fato, *um feixe de contradições* entre as exigências dinâmicas do desenvolvimento das forças produtivas no marco de uma economia centralmente planejada e os mecanismos políticos que a modelavam (NETTO, 2007, p. 15-16, grifo do autor).

Tais contradições foram cruciais para que o projeto socialista não lograsse o êxito esperado. A “*centralidade política*” que caracteriza esta crise evidencia os limites do arcabouço político admitido para o processo de transição, o qual não se assentou na prerrogativa da radicalidade, crucial para a concretização da experiência pós-revolucionária (NETTO, 2007, p. 72, grifo do autor).

Tanto a crise do *Welfare State* quanto a do socialismo real se assentam na dissincronização dos fatores políticos e econômicos, cujo equilíbrio é basilar para a estrutura de uma sociedade seja ela capitalista ou em transição para o socialismo, entretanto o “significado histórico-universal” de uma é bastante diverso do da outra. Segundo Netto (2007), a crise do socialismo real traz a aceção de que “[...] a viabilidade da superação da ordem do capital é função de uma *radical democratização da vida econômica, social e política*”, implicando, portanto, no desmonte dos valores burgueses estruturados sob uma perspectiva conservadora, a qual preza por posturas antidemocráticas que constituem, com outros elementos, as condições mais favoráveis ao desenvolvimento da ordem do capital (NETTO, 2007, p. 73, grifo do autor).

O projeto neoliberal tem tornado estas condições cada vez mais concretas e com uma diversidade de ônus para a classe trabalhadora refletidos na ampliação da disparidade entre ricos e pobres, no crescimento de manifestações racistas, xenófobas e de outros preconceitos, assim como no avanço da devastação ambiental, resultando em desastres ecológicos de proporções inéditas. Donde se gesta o que Netto vai chamar de “*crise global da sociedade contemporânea*”

(NETTO, 2007, p. 73, grifo do autor), que aponta poucas alternativas para a sua superação que não o enfrentamento por meio da luta de classes, cabendo aos trabalhadores o papel fundamental de transformar esta realidade.

As transformações econômicas e sociais implementadas pelo advento do neoliberalismo impactaram substancialmente na vida dos trabalhadores, pois configuraram-se como retrocessos de grande monta, invadindo seus direitos, seu sustento, sua capacidade de consumo e de organização política, dentre outras esferas. Acerca disto, comenta Katz (2016):

Nos últimos anos, este modelo aprofundou os abusos contra os trabalhadores em contextos recessivos que potencializam o temor e a miséria. A desigualdade social alcançou níveis sem precedentes, a pobreza expandiu-se nas economias centrais e a precarização do trabalho foi massificada em todo o planeta (KATZ, 2016, p. 80).

Este quadro de agravamento das condições de vida e subsistência dos trabalhadores provocado pelo ideário neoliberal vai se intensificar quando da sua associação à ideologia conservadora. Resulta daí uma severa aplicação dos pilares dessa corrente, conduzindo o Estado a ações cada vez mais coercitivas e repressoras contra os contestadores do sistema, ao passo em que limita a sua intervenção no mercado e na promoção de ações que possam reduzir as desigualdades sociais por meio dos direitos sociais. Esses fatores implicam concretamente na reprodução do conservadorismo a partir da reatualização de seus aspectos mais essenciais, sob uma tendência ainda mais reacionária.

Assim, a relação entre o neoliberalismo e o Estado estava permeada pelos objetivos que tal ideário detinha sobre o mercado, considerando que a liberdade econômica era fundamental para a preservação da ordem capitalista, principalmente em contexto de globalização. Nesses termos, o Estado foi sendo cada vez mais estruturado para não intervir no mercado livre. Com isso, passa a dar-lhe todo o suporte necessário à realização de uma atividade econômica livre, cujo objetivo vai para além do crescimento econômico. Assim, a proposta neoliberal, na sua relação com o Estado burguês, se pauta na construção e implementação de um projeto societário que tem a liberdade como princípio essencial, considerando que é a liberdade econômica, funcionando sem nenhum sistema de regulação, que vai fundar as demais liberdades — todas elas dentro nos moldes previstos pelo capitalismo (NETTO, 2007).

Em síntese, “[...] a proposta neoliberal centra-se na inteira *despolitização* das relações sociais: qualquer regulação *política* do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio” (NETTO, 2007, p. 80, grifos do autor). Assim, segundo Carcanholo (2008, p. 16-17), o alcance da liberdade econômica requer “[...] a desregulamentação do mercado e a

desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais”, as quais “[...] afirmam-se como as diretrizes de política que podem garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto de globalização”. Portanto, qualquer iniciativa que vise a regulação do mercado será entendida como um mecanismo democrático intentando contra o movimento do capital.

Quando associado a um contexto histórico regressivo, o pensamento neoliberal se torna ainda mais funcional à classe dominante, pois intensifica as estratégias antidemocráticas e fragiliza as conquistas civilizatórias que proporcionaram melhores condições de vida à classe trabalhadora. O que justifica aquela classe patrocinar a ofensiva do neoliberalismo nos últimos anos, possibilitando massificar sua ideologia como o ideário dominante. Onde o conservadorismo vai encontrar nas tendências neoliberais o esteio para estruturar um “arranjo teórico-doutrinário” capaz de reavivar um modo de agir e pensar pautado na ampliação da disparidade entre as classes, no preconceito e outras formas de opressão (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 355).

Um cenário que refletiu intensamente as particularidades da nociva junção entre a ideologia conservadora e o pensamento neoliberal foi o período do regime ditatorial, decorrente dos golpes cívico-militares que marcaram a história dos países do Cone Sul. O contexto de Ditadura Militar possibilitou o patrocínio de ideias retrógradas e opressoras, consubstanciadas pela ascensão da extrema direita ao poder que atuava com práticas violência na imposição da ordem capitalista, garantindo a tão requerida reprodução do capital. Tal regime tirânico, segundo Netto (2010), traz a marca de ser uma “contra-revolução preventiva” que se instaura a partir da implementação de golpes de Estado em nível mundial, visando alinhar cada país aos interesses imperialistas. Esses golpes condicionaram uma série de exigências econômicas, sociais, políticas e culturais que contaram substancialmente com a especificidade histórica de cada país, o que possibilitou alcançar em maior ou menor grau os resultados pretendidos, quais sejam:

[...] a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista (NETTO, 2010, p. 17).

Notadamente a peculiaridade da formação sócio-histórica do Brasil foi um elemento chave em mais um processo histórico vivenciado no país, pois confluíu na definição dos rumos tomados pelo regime ditatorial. A marca da dependência imperialista, a herança colonial

presente na organização da sociedade, a repressão exercida pelo Estado e a exclusão das camadas populares de todas as decisões vão definir a condução da economia, da política e da cultura no período em questão, associados à ampliação da ideologia conservadora que buscava, por meio do controle da cultura, modernizar-se.

Segundo Netto (2010), a autocracia burguesa reclamava esse controle da cultura como uma forma de reprimir as manifestações de contestação ao sistema e, ao mesmo tempo, implementar uma modernização conservadora que subsidiasse a reprodução da ordem capitalista. Para isto, “[...] procurou integrar a sua política cultural⁶³ ao sentido das suas políticas sociais (especialmente às suas políticas educacionais e de comunicação social)” (NETTO, 2010, p. 52), visando administrar as tensões que os movimentos democráticos causavam para a continuidade do regime ditatorial. De modo geral, as duas políticas deram o suporte necessário ao controle da classe trabalhadora, não apenas do ponto de vista da construção de estratégias que dirimissem a resistência ao sistema instaurado — fosse por meio da busca pela legitimação das ações do Estado autocrático, fosse pelo ataque à massa crítica —, mas também condicionando essa classe à adequação ao modelo econômico necessário à modernização conservadora.

Analisando ainda o contexto sócio-histórico da América Latina, é possível verificar que a doutrina neoliberal, em meados de 1970, “[...] antecipou todas as tendências dos países desenvolvidos”, considerando a experiência do Chile sob a ditadura de Pinochet, um ensaio que se espalha em seguida para os outros países, também sob regimes ditatoriais. É importante salientar que o neoliberalismo sobrevive a mudança de regime e sua “[...] continuidade garantiu as transformações estruturais introduzidas pelo modelo da direita”. Isso posto, encabeçam-se ações de cunho reformista, implementando medidas que afetaram fortemente a “redistribuição de renda” e a “defesa do patrimônio nacional” trazendo à tona “mudanças conservadoras impostas pelos militares” (KATZ, 2016, p. 81-82).

“No plano econômico, o neoliberalismo latino-americano atravessou duas etapas diferenciadas [...]” que ficaram demarcadas pela introdução de medidas de ajuste e abertura fiscal. Um aspecto desse processo que durou em média duas décadas foi a intensificação da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, seja por não ter acesso a políticas sociais impactadas pelo corte nos gastos sociais, seja pela ampliação das privatizações e

⁶³ Considerando os limites da pesquisa e a necessidade de manter o fio condutor da discussão a que se propõe esta análise, não será possível aprofundar aqui esta temática. Recomenda-se a leitura de Netto (2010, p. 68-101) para apreender a relação entre o processo de modernização conservadora, tão suscitado pela autocracia burguesa, e o papel fundamental exercido pela política cultural no disciplinamento das camadas populares.

flexibilização das relações de trabalho, gerando inevitavelmente “[...] a redução dos rendimentos populares e o aumento da desigualdade” (KATZ, 2016, p. 82-83). Com isso, instaura-se uma crise no neoliberalismo na América Latina que repousa principalmente na repetição de erros do passado, assentados na implementação de medidas de privatização e flexibilização que levaram a uma crise financeira e a consequente fragilização do projeto societário imposto pela direita.

Este projeto estremeceu também com a ascensão de levantes populares, cuja ofensiva provocou inclusive a estruturação de ações estatais para frear a pobreza numa articulação com o assistencialismo (KATZ, 2016). Daí a direita obrigou-se a realizar alguns ajustes na sua proposta, impondo limites à ofensiva do capital e incorporando outras estratégias para a retomada do crescimento econômico, sempre prezando pelo favorecimento dos setores burgueses. Entretanto, a ofensiva conservadora, adensada com a presença do ideário neoliberal, não retroage, mantendo-se presente sob nova roupagem, adequando-se ao contexto para não perder seu espaço. Isto porque, conforme afirma Katz (2016, p. 88),

[...] nenhuma dessas incorporações, sutilezas ou complementos modificou os paradigmas conservadores do neoliberalismo. Estes corolários mantêm-se tão invariáveis como as convocatórias para garantir os negócios dos poderosos. A prioridade de políticas ‘amigáveis’ para o capital mediante aberturas comerciais, privatizações e flexibilização dos contratos de trabalho não mudaram. O mesmo receituário persiste como uma nova embalagem de apresentação.

É possível perceber a dimensão política do neoliberalismo, a qual vai para além de sua face econômica. Visivelmente associado aos governos de direita do Cone Sul, esta doutrina fortaleceu atitudes regressivas no trato com aqueles que contestavam a ordem imposta, resultando em repressão, perseguição, uso da força, censura, assassinato etc. Sendo assim: “Todos estes governos desenvolvem agendas reacionárias apoiadas pelos meios de comunicação; dão prioridade, especialmente, à difusão de valores conservadores, para opor as classes médias aos setores mais empobrecidos” (KATZ, 2016, p. 91).

No Brasil, o avanço do neoliberalismo não seguiu os mesmos passos que em alguns países latino-americanos, a exemplo do Chile, Argentina e México. Mesmo sob o domínio do regime ditatorial, que permaneceu de 1964 até meados da década de 1980, a resistência dos movimentos populares brasileiros conseguiu reduzir os danos econômicos, culturais e sociais iniciados nos países citados, especialmente na década de 1980. Os levantes sociais possibilitaram ao país caminhar “na contramão destas tendências regressivas”, viabilizando também a estruturação de sindicatos de classe, movimentos sociais, partidos políticos, os quais

garantiram força à mobilização social no país (ANTUNES; SANTANA; PRAUN, 2020, p. 24-25). Destaca-se nesse período a organização política dos operários e dos sindicatos, cujos militantes passam a buscar espaço nas estruturas de poder do Estado, visando implementar um projeto societário que se alinhava à esquerda, bem como promover o acesso dos trabalhadores a políticas e serviços até então negligenciados.

Infelizmente, a tendência de resistência à ofensiva neoliberal no decênio seguinte não foi a mesma. Segundo Antunes, Santana e Praun (2020, p. 25-26), houve um “[...] fortalecimento do neoliberalismo e das medidas voltadas a reestruturar a produção e o trabalho, que devastariam o mundo do trabalho brasileiro”. Esse cenário soma-se às tentativas encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para “[...] chegar ao poder central, pela via institucional, e sem colocar em risco a ordem e a estrutura social estabelecida”, propondo medidas políticas de conciliação que não afetariam o mercado. O ponto fulcral aqui era estabelecer práticas de negociação entre as classes, atendendo mesmo que minimamente aos seus interesses para evitar, principalmente, manifestações da classe trabalhadora, as quais se traduziam em organizações políticas que confrontavam a ordem.

Diante desse quadro, avança pela década de 1990 a consolidação da influência das políticas neoliberais na organização política e econômica da sociedade brasileira, sendo o Estado burguês cada vez mais cooptado para garantir o equilíbrio fiscal. Embora tais políticas tenham tentado se adequar ao contexto das décadas de 1980 e 1990, acabaram inclinando-se para o resgate de medidas liberais arcaicas — corte nos gastos públicos e privatizações, que já haviam se mostrado arriscadas —, visando conter a inflação e garantir o crescimento econômico. Neste intercurso, o Estado se manteve orientado por organizações internacionais, com inexpressiva intervenção no mercado e na distribuição de renda, mas viabilizando estratégias que buscavam a abertura comercial, contraditoriamente, pois o Brasil nunca antes tivera uma economia fechada.

De acordo com Carcanholo (2008), tais estratégias buscavam o êxito do projeto neoliberal no Brasil, especialmente implementadas no governo Collor e intensificadas pelas medidas econômicas do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entretanto, o que se viu foi o país afundando em reformas travestidas de privatizações das estatais e numa instabilidade econômica que sinalizava uma nova crise em virtude da eleição vitoriosa de Luís Inácio Lula da Silva para presidente e seu projeto (pretensamente) antineoliberal. Daí se viu um governo que oscilou entre a continuidade e a ruptura com o neoliberalismo, sobressaindo-se a aceitação de seus pilares, pois a política econômica implementada “[...] jamais questionou a

hegemonia dos capitais financeiros”, garantindo a permanência dos “[...] elementos estruturais que preservavam o capitalismo e que particularizavam nossa formação social burguesa” (ANTUNES; SANTANA; PRAUN, 2020, p. 27).

Com isso, o governo Lula foi marcado por estabelecer uma política de conciliação entre as classes, preservando os interesses do grande capital, mas também absorvendo demandas da classe trabalhadora por meio da promoção de políticas e serviços sociais de caráter compensatório, que no fim acabam sendo funcionais para a reprodução da sociedade capitalista e para a exploração dos trabalhadores. Estas medidas geraram um descontentamento em parcela da classe média e alta, evidenciando o avanço do conservadorismo que, dentre outras formas, manifestou-se em posturas antipopulares, com um ódio de classe exacerbado e um apreço pelo autoritarismo, colocando em xeque a política de conciliação petista.

Entretanto, estratégias de conciliação para manter a supremacia da classe dominante só funcionam em contextos de crescimento econômico e consequente desmobilização social, do contrário os interesses em disputa são irreconciliáveis, levando ao adensamento da polarização da sociedade (DEMIER, 2016). Foi justamente o que se processou com a intensificação da crise econômica internacional que avançara para outros países, atingindo o Brasil e, conseqüentemente, minando a estrutura da base social que sustentou os governos do PT, provocando uma rebelião com segmentos da classe trabalhadora — especialmente formados por jovens — que foram as ruas fazendo explodir uma crise política iminente. Tais mobilizações,

Atingiram também amplos contingentes das classes baixa, média e alta, além de apoio de frações dominantes, na medida em que as manifestações passavam a ter uma presença forte de setores mais conservadores, aparentemente apolíticos, com acento ideológico mais à direita (ANTUNES; SANTANA; PRAUN, 2020, p. 42).

Após os levantes de 2013⁶⁴ é possível identificar uma ampliação na organização e no fortalecimento desses setores conservadores na cena política e cultural brasileira, com

⁶⁴ As “Jornadas de Junho” de 2013 consagraram-se como um movimento multitudinário mobilizado por jovens trabalhadores de baixa renda contra o aumento das tarifas das passagens, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que encheu as ruas de São Paulo e logo se espalhou por todo o país, destacando-se pela “[...] explosão das massas nas ruas, como em 20 de junho, com mais de 2 milhões de pessoas em cerca de quatrocentas cidades” (MATTOS, 2016, p. 94). Foi um movimento de caráter espontâneo que se identificou como sem vinculação a partidos políticos e defendeu nas ruas pautas da classe trabalhadora na defesa dos direitos sociais como: transporte público, investimento na saúde e na educação e o repúdio a violência policial, contra os jovens da periferia e também contra os manifestantes, já que esta também foi uma das marcas desse movimento. Para Marcelo Badaró Mattos (2016), as “Jornadas de Junho” decorrem das lutas históricas dos sindicatos dos trabalhadores, especialmente das greves que acontecerem meses antes desse movimento, entretanto abriram espaço para as manifestações reacionárias que viriam a acontecer em 2015, as quais levaram ao *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016.

“composição social e o sentido político” divergentes. Trata-se, de acordo com Demier (2016), do retorno da direita às ruas e do “[...] inegável crescimento, junto aos setores médios da sociedade brasileira, do ideário reacionário, que coaduna aspectos ultraliberais e tradicionalistas” (DEMIER, 2016, p. 18). As consequências que se seguem para o aprofundamento do conservadorismo no país são imensuráveis, pois expressam o perfil de uma burguesia legitimamente reacionária, além de demarcar a ascensão de uma extrema direita que vai ganhar espaço na política e na mídia do país, influenciando fortemente no senso comum e na conjugação de ideias expressamente perigosas para a democracia e o respeito às diferenças.

Este processo desencadeia danos irreparáveis na história política do Brasil, principalmente após o golpe jurídico-midiático sofrido pela presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, culminando dois anos depois na eleição de representantes políticos veementemente conservadores e reacionários — em sua maioria militares, pastores e ruralistas, com forte ligação com milícias e de posturas antidemocráticas. Diz Demier (2016):

Convocadas por uma nova direita, extremista, internética e adepta de um anticomunismo irascível (*Revoltados online, Movimento Brasil Livre, etc.*), e dirigidas politicamente pela oposição de direita, sob a batuta do PSDB, as manifestações contra o governo Dilma em 2015 lograram amalgamar toda a fauna e flora reacionária da nossa (já não mais ‘primitiva e ‘gelatinosa’) sociedade civil (DEMIER, 2016, p. 18, grifo do autor).

Assim, o avanço da ofensiva conservadora na atualidade vai evidenciando sua face mais perversa, tendo como base o ódio de classe e trazendo à tona uma “ira antipopular”⁶⁵ que se adensa entre o período no qual o país foi governado por Lula e Dilma em virtude dos espaços e serviços que a classe trabalhadora começou a ocupar e acessar⁶⁶ (DEMIER, 2016, p. 19). São posturas reacionárias inflamam diante da ameaça que a classe dominante sofre ao sentir seu poder ideológico de compra e de exploração reduzir. Com isso, personifica no partido ou na classe trabalhadora todo o seu ódio através de um discurso esvaziado de conhecimento histórico, mas carregado de preconceito de classe, raça/etnia, gênero e tantas outras manifestações conservadoras que reforçam as estruturas sociais e a diversidade de formas de violência e opressão típicas desta sociedade.

⁶⁵ Felipe Demier (2016) traz de forma categórica essa postura antipopular dos setores médios e altos da sociedade civil: “O cheiro de povo acirrou, claro, o ódio ao povo, o tradicional *ódio de classe* cultivado pelos estratos superiores brasileiros, e nada melhor do que a típica figura de Lula, ou de uma mulher por ele feita presidente, para fazer verter para si todo esse sentimento” (DEMIER, 2016, p. 20, grifo do autor).

⁶⁶ É importante não perder de vista que esse alcance não reduziu a desigualdade social, tão fortemente presente na história do Brasil. Tais ações promoveram sim “[...] alterações na pirâmide social brasileira”, porém ao custo de contrarreformas sociais e da captação do fundo público por empresas privadas, gerando a oferta de serviços fragmentados e precarizados (DEMIER, 2016, p. 19).

Este quadro é determinante para que se possa identificar, nos tempos atuais, uma “[...] reatualização do conservadorismo burkeano, de corte irracionalista”, conforme afirma Souza (2016, p. 217). As manifestações e a postura da classe média brasileira não deixam dúvida quanto a isso, pois reclamam uma importância na estrutura social que não lhes cabe, impondo seu pensamento marcadamente moralista e funcional aos interesses do capital, que no fim só ampliam a exclusão das camadas populares historicamente marginalizadas. É exatamente por isso que Souza (2016, p. 217) afirma que tal vertente “[...] tanto reforça, quanto modifica inclinações ideológicas conservadoras inscritas nas lutas de classes do Brasil desde o período colonial, incluindo o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, a homofobia e o preconceito de classe”.

Sant’ana e Silva (2020) defendem que há um sobressalto nas posturas retrógradas e do senso comum em tempos de crise, paralelo à ascensão do pensamento conservador que se adequa ao contexto histórico para garantir à burguesia sua permanência no topo da pirâmide da sociedade de classes. Este cenário reverbera posições reacionárias sobre as diversas questões que envolvem a vida social, mas principalmente àquelas no circuito da sobrevivência da classe trabalhadora, impactando substancialmente em regressos consideráveis nos direitos sociais e trabalhistas.

Por isso, tanto em momentos agudos da crise estrutural do capital, quanto em momentos de crise econômica de menores proporções, ou crises específicas, de natureza institucional, política, ou crises em que a hegemonia das classes dominantes se encontra ameaçada, ou nos momentos históricos em que convergem várias dessas crises, o conservadorismo avança ideológica e politicamente (SOUZA, 2016, p. 14).

Diante disto, o que se pode afirmar acerca do conservadorismo contemporâneo é que este não carrega a marca do reacionarismo como característica determinante. Precisamente, o pensamento conservador na atualidade tem se afirmado através de medidas reformistas, cujo substrato são os ideais neoliberais atuantes no desmonte dos direitos sob a perspectiva de reformas necessárias à retomada da economia. Seguindo as considerações de Coutinho (2011a, p. 10), o conservadorismo se reinventa a cada desafio sócio-histórico, “ganha novas características”, assume “diferentes faces”, sempre prezando pela “conservação da ordem que coagulava a distinção eterna entre os senhores [...] e os subalternos”. Da sua vinculação com o pensamento neoliberal esta vertente adquire uma nova tendência, cujas manifestações mais imediatas evidenciam uma postura reformista.

Com o propósito de mascarar sua face conservadora para garantir maior legitimidade social diante do atual contexto de crise, a doutrina neoliberal intenta suplantiar um dos traços

mais fundamentais do conservadorismo: a postura antirrevolucionária. Isto se dá porque o neoliberalismo, além de afirmar sua característica reformista, tem também defendido uma “suposta ‘revolução’ liberal” (COUTINHO, 2011a, p. 10). Uma análise mais crítica desse cenário perceberá que tais ações incorrem em contrarreformas, mantendo o mesmo objetivo do conservadorismo clássico — isto é, a preservação da estrutura de classes na sociedade burguesa, a qual favorece a manutenção do poder das classes dominantes. Este caráter reformista absorvido pelo conservadorismo nos últimos anos está intimamente associado à sua vinculação aos ideais neoliberais, cujas expressões têm atribuído àquela vertente a alcunha de neoconservadorismo, considerando que houve um adensamento de seus traços mais essenciais a partir da incorporação dos princípios econômicos neoliberais (SANT’ANA; SILVA, 2020).

Assim, a natureza reacionária e a tendência reformista marcam o conservadorismo contemporâneo através do aprofundamento de históricas ideias conservadoras, que vão propiciar o espaço e a sustentação aos grupos de direita e extrema-direita no país. É notável a crescente presença desses grupos, que tomam cada vez mais espaço no cenário político e se expandem para os ambientes de socialização dos indivíduos, promovendo a reprodução das diferentes formas de opressão — a exemplo do racismo, do machismo, de posturas políticas fascistas e outras formas de violência e discriminação.

Acerca do avanço da ofensiva conservadora nos dias atuais, Oliveira e Traspadini (2020) fazem a seguinte ponderação:

Nos últimos anos, segmentos conservadores reacionários avançam sem precedentes, com novos determinantes sobrepujados na raiz religiosa-pentecostal com traços fascistas, tendo como premissa o avanço do extrativismo, a expansão da fronteira agrícola e a violação dos direitos sociais presentes na Constituição de 1988, como garantia das lutas da classe trabalhadora (OLIVEIRA; TRASPADINI, 2020, p. 80).

É possível identificar nesta passagem diversos elementos defendidos por Edmund Burke, no contexto do século XVIII, e que remetem à estrutura social que possibilitou a gênese e o fundamento do conservadorismo clássico. Com sua modernização, atendendo a necessidades das atuais configurações do modo de produção capitalista, tais elementos escancaram ainda mais o quão violenta é a sociedade de classes, pois vai se consolidando uma tendência de naturalizar a desigualdade social, enquanto os interesses do capital estão na ordem do dia. Deste modo, “Para justificar esta sociabilidade há de se construir fortes aparatos ideológicos com o objetivo de legitimar e de justificar o instituído” (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 367), e é nesse sentido que o ideário conservador se firma como ideologia dominante e recrudescer impondo regressões civilizatórias de grande monta.

Os impactos desta onda crescente de posturas e manifestações conservadoras aprofundam as disparidades entre classe trabalhadora e burguesia, bem como o discurso que as sustenta e reproduz. Esta ofensiva se fez ainda mais voraz a partir dos últimos acontecimentos políticos no país, a exemplo do processo de *Impeachment* de Dilma até a última eleição presidencial, os quais foram subsidiados por um aparato ideológico fundamentado, principalmente, pelo conservadorismo reacionário, pelo fundamentalismo religioso e pela doutrina neoliberal e sua forte defesa dos interesses imperialistas. Com isso, se democratizam ações de violência contra negros, pobres, mulheres, população indígena, homossexuais, dentre outros grupos marginalizados, fazendo o país alcançar números alarmantes de homicídios⁶⁷. Sant’ana e Silva (2020) adensam essa afirmativa:

Cada vez mais os diferentes setores da burguesia e as classes médias urbanas se veem ameaçadas pelas suas condições objetivas frente à crise do capital, estimulando ações autoritárias à recondução de suas condições de existência sem a ameaça que os pobres representam. Por outro lado, entre os seguimentos mais pobres, a ideologia dominante avança por diferentes mecanismos que associam seitas religiosas e ilusão de prosperidade financeira-social diante da insegurança geral e da crise econômica real (SANT’ANA E SILVA, 2020, p. 359).

São ações que se sustentam no patriarcalismo, no racismo estrutural, no fanatismo religioso, na heteronormatividade e na apropriação privada de terras, as quais se somam à crise econômica e às estratégias pensadas para conter o seu aprofundamento, gerando um estado de violência financiado pelo capital imperialista. Além disso, a corrupção — que se constituiu no processo da formação sócio-histórica do país — ganha novos contornos e se sofisticava ao ponto de fazer parte das mínimas ações do cotidiano das pessoas até comprometer orçamentos públicos de políticas essenciais à sobrevivência, principalmente da classe trabalhadora. O avanço do conservadorismo no atual formato de sociabilidade condiciona uma estrutura social marcada pela violência e possibilita que um projeto societário extremamente destrutivo se imponha como alternativa. O que se visualiza, portanto, é uma tentativa de naturalização da barbárie, que vai legitimar cada vez mais um processo de negação da ciência e da cultura, além de valorizar os elementos transcendentais e o poder violento, entre outros aspectos já destacados aqui.

As repercussões de todo esse regresso ideológico serão evidentemente sentidas no Serviço Social, seja implicando na execução das políticas e serviços sociais — cada vez mais

⁶⁷ Cf. Atlas da Violência de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=432&search=atlas+da+viol%C3%Aancia. Acesso em 03/07/2021.

fragilizados —, seja nas organizações políticas da categoria, fazendo frente às bandeiras de luta historicamente defendidas pela categoria, além de serem uma frequente ameaça na disputa pela ocupação dessas entidades. Além disso, esta ofensiva também se faz presente na academia, tanto do ponto de vista da precarização da formação profissional quanto da invasão de ideologias sustentadas na razão instrumental. Não é demais reiterar — e é do que vai tratar a subseção final desta seção — que todos esses apontamentos ameaçam cotidianamente a materialização do projeto profissional do Serviço Social, assim como os avanços teóricos e políticos adquiridos a partir da aproximação à teoria social de Marx, requerendo da categoria todo um esforço teórico de aprofundamento do marxismo e um trabalho político de base junto da classe trabalhadora.

5.3 Serviço Social e expressões do conservadorismo no Brasil: ameaças contemporâneas à perspectiva histórico-crítica e ao projeto profissional

É sabido que o Serviço Social, desde que passou pelo processo de renovação e visando construir validação teórica e legitimação prática, vem enfrentando desafios de todas as ordens para fortalecer uma perspectiva teórico-metodológica que subsidie a formação profissional qualificada e a intervenção nas expressões da “questão social” de forma politizada e crítica, fazendo frente ao imediatismo e ao pragmatismo impostos pelo cotidiano enquanto solo ontológico do fazer profissional. É sabido também que durante este percurso a categoria precisou enfrentar os limites teóricos que resultaram em interpretações equivocadas do marxismo e posturas ecléticas, reavivando a presença histórica do conservadorismo na profissão.

Com a discussão desenvolvida na Seção 4 foi possível reafirmar a preservação do conservadorismo no Serviço Social no contexto do Movimento de Renovação, tendo em vista sua infinita capacidade de se reproduzir, adequando-se às necessidades postas pelo movimento da sociedade, que, neste caso, englobou estímulos internos — a exemplo da crise do Serviço Social tradicional — e externos à profissão, como a instauração do Golpe militar na década de 1960 e a crise estrutural do capital, cujas primeiras expressões remetem ao ano de 1973. A preservação do conservadorismo no interior da profissão, no contexto deste processo de renovação, aponta a necessidade de estruturação de resistências cotidianas contra as incidências de tendências teórico-metodológicas carregadas de retrocessos ideológicos.

Autores célebres do Serviço Social — como Netto, Yamamoto, Barroco, Yazbek, dentre outros — vêm, ao longo de mais de três décadas, apresentando em seus estudos e publicações,

em tom mesmo de denúncia, o avanço do conservadorismo no Serviço Social mesmo após o processo de maturidade intelectual com a teoria social crítica de Marx. Pela própria natureza e concepção pluralista, o debate crítico no Serviço Social tem sido “invadido” pela ofensiva conservadora que tomou todos os âmbitos da sociedade nos últimos anos, representando ameaças de diversas ordens à profissão. É, pois, confirmando o pressuposto desta pesquisa de que o avanço do conservadorismo no Brasil está intimamente ligado às estruturas de poder historicamente consolidadas na sociedade de classes, cuja tendência é a perpetuação das relações sociais e materiais que condicionam a reprodução da ordem capitalista, conduzida estrategicamente pela burguesia por um processo de controle ideológico e cultural da classe trabalhadora, que esta pesquisa chega a esta discussão final. Não com a pretensão de esgotar o debate, mas sim de problematizar ainda mais a temática, reatualizando a preocupação e fazendo os apontamentos para novas e necessárias reflexões.

O pensamento conservador se dissipa na profissão associada à uma doutrina socioeconômica e a outras correntes de pensamento filosófico, das quais o Serviço Social se apropria durante a renovação e que vão impactar substancialmente na sua aproximação à teoria marxista — a chamada aproximação enviesada. Daqui se gesta um ecletismo teórico que, aos poucos, vai sendo suprimido⁶⁸ à medida que se tem acesso aos clássicos marxianos, possibilitando o aprofundamento dos estudos, realizando pesquisas científicas e publicando seus resultados. Com isso percebe-se que, mesmo não sendo possível superar a presença do conservadorismo na profissão, é possível enfraquecer sua influência.

É necessário rememorar que a aproximação do Serviço Social à teoria social de Marx ocorreu no contexto da Ditadura Militar e por meio de materiais de fonte duvidosa, conforme informou Netto nos fins da década de 1980, ao tratar da interlocução entre a profissão e a tradição marxista. Na oportunidade, o autor assinala que entre eles há um “*denominador comum*”, referindo-se ao fato de estarem inseridos no âmbito da sociedade burguesa e terem como “substrato imediato” a “questão social”. Netto (1989) afirma ainda a existência de uma “*antagonismo genético*” entre os interlocutores, que diz respeito a “vertente cultural” a que cada um deles se vincula (NETTO, 1989, p. 90-91, grifos do autor). E é aqui que reside uma questão muito significativa dessa relação, a qual exerceu grande peso no início do estabelecimento dessa interlocução, contribuindo para que resultassem equívocos teóricos que ainda hoje se fazem

⁶⁸ Vale registrar que o ecletismo no Serviço Social não foi erradicado com esse processo. Ao contrário, continua muito presente, mesmo com o avanço teórico vinculado à teoria crítico-dialética, sendo possível identificá-lo nas produções teóricas dos alunos e dos professores, tanto na graduação como na pós-graduação.

imperantes, pois constitui elemento vigoroso no enfrentamento da ofensiva das ideologias regressivas na profissão.

Trata-se das vertentes revolucionária e conservadora que, respectivamente, subsidiaram a estruturação da tradição marxista e a emergência do Serviço Social. Nas palavras do autor (NETTO, 1989), a substancial distinção entre elas está assentada em suas naturezas, pois a primeira, enquanto “teoria social”, conta com um “cariz *histórico-ontológico*” que toma a *totalidade* como categoria fundamental no processo de apreensão da realidade histórico-social, pois “[...] a história aparece como o próprio constitutivo da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu mesmo plano: a razão se historiciza e a história se torna racional” (NETTO, 1989, p. 92, grifo do autor). Do outro lado, tanto no sentido da oposição quanto no da excludência, tem-se uma vertente teórica que inaugura as ciências sociais, constituídas a partir do pensamento conservador e “sob a lente do estilo de pensar positivista”, do qual vai nutrir-se o Serviço Social. Nesta vertente, “[...] a totalidade é substituída por um simulacro, o ‘todo’, equacionado como integração funcional de ‘partes’ e capturável pela perspectiva da inter ou multidisciplinaridade” (NETTO, 1989, p. 92-93). Para se institucionalizar enquanto profissão nos marcos da fase imperialista do capitalismo, o Serviço Social promove um “rearranjo” desses saberes e concepções, a partir do “racionalismo formal”, e os estrutura para dar conta do cumprimento da sua função social (NETTO, 1989, p. 94).

Ora, o referencial teórico que sustentou o Serviço Social é antagônico à tradição marxista e reverbera um processo de conhecimento a partir da razão formal, ao nível epidérmico da realidade, que precisa ser fracionada para ser interpretada. Sendo apenas uma profissão inserida nos marcos do capitalismo monopolista, o Serviço Social está “[...] vocacionado para subsidiar a *administração* da ‘questão social’”, o que, por seu turno, o conduz à conservação das estruturas de poder da sociedade burguesa (NETTO, 1989, p. 91, grifo do autor). Desse modo, era esperado que se apresentassem incoerências teóricas no processo de apreensão de uma vertente cultural que pauta justamente o fim dessa sociedade, já que o suporte ideológico do Serviço Social propõe o reformismo — além de esboçar traços antidemocráticos e antirrevolucionários, tal qual Burke já fazia no contexto da insurgência francesa. Nesse sentido, é importante endossar as reflexões já feitas acerca da regressão ideológica enquanto estratégia para atender a incessante necessidade de expansão e reprodução do capital.

O resultado dessa interlocução inicial foi “um frágil saldo teórico-analítico”, visto que “a incorporação de componentes teórico-metodológicos e crítico-analíticos” pelo Serviço Social foi muito limitada. É preciso considerar que esta “[...] aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos ‘clássicos’ da tradição marxista”, e por isso interpreta-se que restou à

profissão conformar uma visão eclética e refratada da realidade (NETTO, 1989, p. 88). Daí que as adulterações na teoria social de Marx vão se evidenciar, devido ao que Netto (2009, p. 30) chama de aproximação ao “marxismo sem Marx”, se gerando daqui a presença de marxismos no interior do Serviço Social e, conseqüentemente, suas várias interpretações deturpadas, principalmente entre a questão fulcral da teoria e do método, entre o menosprezo pela primeira e o apreço pelo segundo.

Segundo o autor, após o primeiro momento de interlocução entre o Serviço Social e o marxismo, dado no contexto da reestruturação da universidade no período da Ditadura Militar, especialmente entre os anos de 1970 e 1980, donde surgem os primeiros equívocos; outro momento merece destaque sobre a inserção da tradição marxista no Serviço Social. Diz respeito à “pressão do neoconservadorismo pós-moderno que começou a envolver as ciências sociais” e com isso “o marxismo ‘entrou em baixa’ no Serviço Social”, gerando a “adoção de ‘novos paradigmas’”.

De qualquer maneira, há um saldo objetivo indiscutível: *a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx* (NETTO, 2009, p. 30, grifo do autor).

Tais equívocos já haviam sido apontados por Quiroga (1991), ao pontuar a invasão do positivismo na tradição marxista, de pronto remetendo o marxismo à duas distorções: seja pela superestimação da “determinação econômica”, seja pela redução do marxismo “ao âmbito da produção do conhecimento” (QUIROGA, 1991, p. 11). Temática bastante debatida, mas não esgotada, considerando que foram distorções que impactaram outrora, mas constituem sempre é uma máxima levantada pelos ideólogos neoconservadores enquanto uma tentativa de fragilizar esta perspectiva no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento científico.

Quando levada à particularidade do Serviço Social acerca do estreitamento das relações entre a profissão e a teoria social de Marx, Quiroga (1991) afirma que foram as “indagações políticas” decorrentes de um processo de questionamentos internos sobre sua atividade profissional que possibilitou essa aproximação. Desse modo, o Serviço Social problematiza a configuração da sua intervenção, a qual condiciona a preservação do *status quo*, desencadeando em todas as iniciativas que compuseram a sua renovação. Entretanto, ressalta a autora,

É interessante notar que este processo não rompeu radicalmente com uma herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante, historicamente, no Serviço Social, o que vai constituir-se num dos fatores explicativos da aproximação

tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação, por meio de um marxismo positivista, suavizado nos moldes de Althusser e Harnecker. Pode-se, portanto, concluir, que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora (QUIROGA, 1991, p. 88).

Quiroga (2010) pontua ainda que a invasão do positivismo na tradição marxista expressa-se também no novo currículo do Serviço Social, a partir da presença de uma “visão eclética”, especialmente na disciplina de Metodologia no Serviço Social⁶⁹, pois a estruturação dos conteúdos permeou “[...] várias formulações e correntes de pensamento”, impactando sobremaneira no novo projeto de formação profissional (QUIROGA, 1991, p. 90-91). Desta feita, a presença de outras vertentes culturais no processo de formação profissional minou a apreensão do marxismo e desencadeou percepções distorcidas sobre a sociedade e os indivíduos, além de posturas retrógradas no exercício profissional.

Decorreram daí alguns desdobramentos, a exemplo de posturas fatalistas, que esperavam a realização do inelutável capítulo da revolução socialista como uma ‘lei’ sem (sic) minimizando assim a ação humana; ou ainda, o seu inverso, posições messiânicas, impregnadas de voluntarismo e moralismo, que encaravam a luta de classes como a luta do ‘bem contra o mal’. Em ambos os casos tem-se uma concepção abstrata do homem e da sociedade (SANTOS, 2007, p. 73).

Nessa linha, muitos equívocos permaneceram na formação profissional em virtude do não contato com os textos clássicos, gerando um debate sobre o marxismo de forma abstrata ou idealista, desassociada da historicidade do real. É possível afirmar ainda que, na maioria das vezes, há uma utilização fragmentada do pensamento marxiano, visto que as reflexões decorrentes não referenciam como objetivo final a transformação social. Trata-se essencialmente de Marx com mais-valia, mas sem revolução. Até tornar-se madura essa relação entre o Serviço Social e a tradição marxista, a ponto de identificar essas incoerências e aprofundar os estudos sobre a teoria social, pairou na profissão apenas o discurso sobre as ideias de Marx de forma acrítica, limitando a interpretação da categoria sobre a sociedade e a sua função nela.

A atual configuração ideológica e cultural da sociedade capitalista, em tempos de crise estrutural do capital, impõe desafios contemporâneos mais densos ao Serviço Social, os quais

⁶⁹ A aprovação do novo currículo mínimo do serviço social em 1982 possibilitou a inclusão da disciplina de Metodologia no Serviço Social no processo da formação profissional, substituindo as discussões das disciplinas de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Dado o contexto de maturação em processamento da apropriação da tradição marxista, outras tendências de pensamento eram trabalhadas nesta disciplina, a exemplo do positivismo e da fenomenologia. Em decorrência disto, a disciplina acabou tomando um viés eclético no debate da Metodologia, incorrendo na simplificação ou mesmo no afastamento de determinados conteúdos teóricos fundamentais para o entendimento da realidade (QUIROGA, 1991).

ameaçam a direção social crítica da profissão. O que adensa tais desafios reside no fato de o conservadorismo ser um traço estrutural da sociedade capitalista e de que suas expressões se reproduzem insistentemente, se fazendo sentir na produção teórica — na qual se percebe uma invasão do pensamento neoconservador e pós-moderno; na formação profissional, com o aligeiramento, o ensino à distância e o foco nas demandas do mercado de trabalho; e no exercício profissional, seja pelas condições precarizadas de trabalho, seja pela própria configuração das políticas e serviços sociais, de caráter pragmático e imediatista. Aí também estão inclusos os limites que o conservadorismo impõe na relação entre os profissionais e a classe trabalhadora, por sua vez, apropriada pela religiosidade num movimento de ampliação de igrejas nas periferias que acabaram descambando para o fanatismo e a moralização da vida.

Yazbek (2020) expressa de forma resumida esse cenário:

[...] vivemos tempos de ofensiva conservadora, de avanço do irracionalismo, do obscurantismo de ameaças à democracia e de redução dos direitos, tempos de regressão conservadora que se expressa no avanço da defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, no acirramento dos preconceitos, no racismo, no feminicídio, na homofobia e na criminalização dos movimentos sociais, entre outros aspectos (YAZBEK, 2020, p. 299).

A contemporaneidade é marcada por intensas mudanças, decorrentes da intensificação do caráter predatório do capital em busca de acumulação, no campo da sociabilidade e da cultura. O que está em conta neste contexto é a expansão de vertentes culturais conservadoras que permitem a reprodução da ordem burguesa por meio de mecanismos que ampliam a sua função, a exemplo do Estado neoliberal. Com o advento do neoliberalismo, as tendências do conservadorismo assumem uma face mais reformista, buscando legitimidade social a partir da perspectiva das reformas para atender as demandas da classe trabalhadora, quando encobrem a destruição dos direitos sociais.

É possível identificar que as tendências conservadoras no Brasil vão se adaptando à estrutura da sociedade, considerando todas as marcas na sua formação sócio-histórica, já discutidas nesta pesquisa. Tais adaptações vão absorver características do patriarcalismo, defender todo o poder da propriedade privada e naturalizar as mais variadas formas de negação de direitos e de exploração entre as classes. Estas características serão adensadas nos tempos mais recentes, segundo Yazbek (2020, p. 302), a partir do “avanço da ‘nova direita’”, ocorrido em âmbito internacional e nacional, cuja peculiaridade é “sua moral familista e religiosa”. Com isso,

[...] chegamos a um tempo de crescimento do conservadorismo de traços fascistas, expresso no individualismo competitivo exacerbado, preconceituoso, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes. O resultado é o avanço do conservadorismo e da ofensiva reacionária. O conservadorismo é imprescindível para o capitalismo financeiro global (YAZBEK, 2020, p. 302).

Esta condição permite ao conservadorismo absorver diversas facetas, as quais vão se adequar ao cenário político e econômico, dando o tônus da dimensão ídeo-cultural que melhor efetive a sua função na preservação da ordem. A despeito do neoliberalismo enquanto ideologia que se expande em nível mundial, Santos (2007, p. 23) o identifica pelo seu “teor anti-democrático” e não por acaso, visto que foi tomado como estratégia de enfrentamento ao adensamento da crise estrutural do capital, é tão somente por isso vai de encontro a qualquer busca por direitos. Esta característica remete ao conservadorismo clássico de Burke, que também se opunha à democracia, considerada um empecilho para a efetivação da sua lógica, devendo, portanto, ser combatida como um inimigo.

Trata-se, segundo Santos (2007, p. 23), de um “autoritarismo neoliberal” que se contrapõe a todas as resistências sustentadoras da cultura democrática. Entretanto, países com uma frágil democracia — a exemplo do Brasil, cujo processo de redemocratização caminha para completar seus 40 anos, decorrente de um longo período marcadamente conservador — acabam tendo seus regimes políticos fragilizados em virtude das medidas implementadas em nome da recuperação do capitalismo. Acerca dessa questão, Barroco (2015) pondera:

Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 625).

O irracionalismo e o conservadorismo, no lugar de tendências ideológicas decadentes, vão se ocupar de realizar um apelo à ordem capitalista e, com isso, expressam medidas neoconservadoras e moralizantes como estratégias de suplantar os problemas fundamentais do capitalismo, como as expressões da “questão social” e os efeitos da crise estrutural. No Brasil verifica-se, segundo Yazbek (2020, p. 303), um crescimento de tendências para a “regulação da moral e dos costumes”, criando entre a população um clima de ameaça aos valores e instituições tradicionais, através da cultura do medo e do ódio, expandindo reações de repressão

e outras violências. Merece destaque aqui o avanço das igrejas neopentecostais por todo território nacional, tomando cada vez mais a forma de ópio espiritual para amenizar as dores e sofrimentos causados à classe trabalhadora, em especial pela ausência do Estado. Essas instituições têm conseguido gerar um processo de manipulação em rebanho a ponto de influenciar significativamente no rumo de políticas públicas consolidadas ou recentemente pautadas a partir da perspectiva da moral e de valores tradicionais, a exemplo da defesa da família tradicional. Além disso, expandiram também sua presença para o âmbito da política partidária⁷⁰ elegendo seus representantes em todos os poderes, a ponto de influenciar significativamente nas duas últimas eleições presidenciais. É um avanço do fundamentalismo religioso extremamente perigoso e que vai na contracorrente dos avanços no âmbito da democracia, dos direitos, das políticas e da própria laicidade do Estado.

Obviamente as expressões do conservadorismo na sociedade brasileira acompanharam as tendências mundiais, mas seguiram também as transformações societárias locais e suas requisições para a reprodução da ordem sóciometabólica do capital. Daí que nas últimas décadas visualizam-se diferentes manifestações culturais regressivas, conforme defende Netto (2010b), desde uma ofensiva reacionária até ações que flertam diretamente com o fascismo, as quais encontram bases nas crescentes vertentes nazifascistas europeias e escoam de forma mais fluida em territórios cujo rebaixamento ideológico se aprofunda pelo avanço das novas direitas. Com isso, “[...] criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos” (BARROCO, 2015, p. 626). A condução aqui é para um processo de radicalização do conservadorismo no Brasil, que se solidificou durante o período ditatorial e seu sistema autocrático, cujas expressões tendem à moralização e naturalização da pobreza, o cristianismo fanatizado, o anticomunismo, criminalização da esquerda, dentre outras.

Seguindo esse caminho, Barroco (2015) aponta alguns elementos essenciais para a leitura da configuração das expressões mais violentas do conservadorismo na atualidade:

A militarização da vida cotidiana, seja na ocupação de favelas, na desocupação de áreas de moradia no campo e na cidade, no extermínio de indivíduos e grupos sociais, na defesa ideológica do armamento e do aprisionamento em massa, atende a interesses

⁷⁰ De acordo com Barroco (2015, p. 631), a bancada evangélica atua orientada por meio de um “combate moral” a todas as pautas de cunho progressista, inviabilizando direitos e políticas públicas que trariam melhor qualidade de vida à população marginalizada. Ocupavam, em 2014, 82 cadeiras na câmara – número que cresceu significativamente no último pleito eleitoral –, além dos cargos de senador e governador. Para a autora, “A ofensiva (neo)conservadora atinge diferentes dimensões da realidade, contando com grande chance de incorporação por atividades sociais que prescindem da razão em decorrência da crença em dogmas, a exemplo das religiões. Nesse sentido, quando se trata de avaliar questões que remetem a valores morais, os (neo)conservadores são moralistas, ou seja, intolerantes, preconceituosos e, no limite, fundamentalistas”.

econômicos e políticos das elites nacionais e internacionais. Além de visar o controle social, participa do processo de acumulação capitalista, favorecendo interesses de latifundiários, de indústrias de armamento e de segurança, de investimentos imobiliários, eliminando a população sobrando para o capital, disciplinando a força de trabalho para o mercado informal [...] e aplacando a ira insana das forças neoconservadoras e reacionárias (BARROCO, 2015, p. 629).

Um cenário que faz ressoar intolerância e ódio, disseminados entre a própria classe trabalhadora por meio desses mecanismos de controle e alienação em massa. Evidentemente o Serviço Social não escaparia de sofrer implicações de todo esse processo, pois, dadas sua natureza conservadora e função social, não teria como ficar imune às expressões da decadência ideológica do pensamento social burguês que invadem as universidades, as políticas e serviços, os espaços político-organizativos, a vida cotidiana dos profissionais.

Segundo Barroco (2015, p. 633), o irracionalismo adentrou o Serviço Social na contemporaneidade em duas frentes: pela via das “escolhas ideológicas”, que entram na universidade por meio do “dogmatismo e do pensamento pós-moderno”, e pela “reprodução do senso comum”, que invade os espaços de intervenção na execução das políticas e serviços, assim como perpassa as condições de vida dos estudantes e professores. Para combater essa regressão cultural no Serviço Social exige-se dele o fortalecimento da sua perspectiva histórico-crítica e, portanto, um profícuo processo de aproximações sucessivas à teoria social de Marx, especificamente aos seus clássicos, para não incorrer no erro do passado. Esse aprofundamento ídeo-teórico precisa ainda transpor os muros da universidade e chegar à massa dos profissionais, estreitando o “fosso” existente entre quem está no âmbito da “produção do conhecimento” e quem está na “execução dos serviços” (SANTOS, 2007, p. 84).

O pensamento pós-moderno demarca a sua oposição a todos os ideais defendidos pela modernidade, a exemplo da racionalidade e da história, pois os considera ineficientes (TONET, 2006). Nesses termos, configura-se como uma resposta ideológica estruturada pelo capitalismo para auxiliar no enfretamento da crise estrutural do capital, colocando-se como uma alternativa às teorias sociais modernas. Para ampliar o entendimento desta vertente, Cantalice esclarece que

[...] o pós-moderno se constitui como uma ideologia, e, mais especificamente, uma ideologia do capital no tempo presente, tendo em vista a funcionalidade da propagação de suas ideias à reprodução social do capital em sua face contemporânea - em razão disso, adquire forte sentido para o projeto de dominação burguesa (CANTALICE, 2016, p. 243).

As teorias pós-modernas desencadeiam também o aparecimento do neoconservadorismo como uma resposta às demandas ídeo-teóricas postas pela crise estrutural

do capital. Esta ofensiva neoconservadora se apresenta no Serviço Social com forte influência na desconstrução da direção social que conduzia o processo de intenção de ruptura com o tradicionalismo. Neste contexto, é preciso demarcar também a presença de uma dimensão ideopolítica resultante da crise fundamental: o neoliberalismo, uma ideologia de cariz antidemocrático, conforme discutido linhas atrás.

Nesses termos, pode-se afirmar que o conservadorismo e o sincretismo, presentes desde a intenção de ruptura, possibilitaram a emergência de uma distinta forma teórico-cultural de resistir ao marxismo e à razão dialética — a pós-modernidade (SANTOS, 2007). De acordo com a autora, desde a década de 1990 são perceptíveis na produção teórica do Serviço Social algumas manifestações do pensamento pós-moderno, resultante da “*apropriação epistemológica*” da teoria social de Marx (SANTOS, 2007, p. 85). Desse modo, os equívocos do processo inicial de aproximação ao marxismo durante a renovação do Serviço Social não foram de todo superados através da maturidade teórica alcançada ao longo dos anos que se procederam. Pois,

[...] o que particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no Serviço Social são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais. Os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e consequente negação do sujeito) (SANTOS, 2007, p. 86, grifos do autor).

Este caráter regressivo das ideias pós-modernas no Serviço Social conduz à utilização da lógica formal, minando a produção teórica e a análise da realidade a ponto de ressaltar o conservadorismo profissional e as intervenções cada vez mais pragmáticas e fragmentadas. O que se observa é a análise teórica acrítica e simplista, pautada numa lógica fenomênica e positivada da realidade. Tais descaminhos levam a profissão a assumir uma postura cada vez mais endógena, reatualizando princípios do Serviço Social tradicional, além do voluntarismo e do messianismo, que conduzem ao entendimento de que enfrentar as dificuldades colocadas para a prática profissional “[...] estaria fundamentalmente na dependência da vontade de esses autores se aproximarem teoricamente de tais questões, produzindo ‘novas representações’” (SANTOS, 2007, p. 95).

Essa ofensiva do pensamento pós-moderno no Serviço Social, que vem ocorrendo desde a década final do século XX, encontra nas consequências das transformações societárias dos últimos 30 anos o espaço ideal para seu fortalecimento. Isso porque “[...] conformaram um cenário regressivo tanto do ponto de vista político-econômico quanto sociocultural”, passando

a difundir-se na profissão através da rearticulação das correntes conservadoras e neoconservadoras que vão confrontar a matriz teórica, questionar a direção social e ameaçar o projeto profissional. Este movimento se adensa a partir da “[...] pujança do pensamento pós-moderno no conjunto das Ciências Sociais e Humanas no meio acadêmico”, adensando os contornos do irracionalismo quanto à “desqualificação da razão” (CANTALICE, 2016, p. 247), que se distancia ainda mais das categorias do humanismo, da dialética e do historicismo, assim como abomina a perspectiva da totalidade.

Tal cenário se coloca como uma invasão de expressões mais adensadas do conservadorismo na profissão, pois se utiliza das prerrogativas internas relativas aos equívocos da aproximação enviesada ao marxismo somada às condições sócio-históricas e culturais contemporâneas. Sobre estas últimas, relacionam-se às medidas tomadas pela ordem capitalista para recuperar-se economicamente, a intensificação do projeto neoliberal, a residual ação combativa da classe trabalhadora e a ofensiva pós-moderna na universidade. Estas medidas vão evidenciar a presença de novos desafios internos e externos à profissão para fortalecer a perspectiva histórico-crítica, desencadeando consequências no processo de produção teórica e na estruturação das respostas profissionais, pois as tendências ideológicas regressivas vão entrar definitivamente na disputa pela condução da direção teórica da profissão e, portanto, pelo seu projeto profissional.

Apontamos que nesse âmbito não se estabelece apenas um confronto teórico-analítico e ideopolítico entre os interlocutores das diferentes correntes e projetos societários que coexistem no campo do debate e da intervenção profissional. Se expressa uma complexificação das relações de forças entre as condições teórico-políticas e socioculturais da atualidade e a materialização do projeto ético-político do Serviço Social, o que não pode ser ignorado pela endogenia da profissão (CANTALICE, 2016, p. 249).

Esta presença neoconservadora no Serviço Social marca então um espaço diferente daquele no qual o conservadorismo comumente se fazia presente — que era apenas o da prática profissional, pois o espraiamento da vertente crítico-dialética não se dava de forma fluída, justamente por estar sob um controle mais direto das características da vida cotidiana. A infiltração de vertentes decadentes na sua dimensão ídeo-teórica e histórica vai denotar a forte influência do pensamento pós-moderno no âmbito acadêmico, penetrado por meio das ciências sociais, ainda bastante influentes no Serviço Social. Nesses termos, é possível identificar na produção teórica do Serviço Social a incorporação de elementos da teoria pós-moderna que vai adubar os traços do conservadorismo na profissão, reativando elementos do passado e absorvendo características das novas expressões do conservadorismo, gerando conflitos de

interesses e conduzindo o Serviço Social à uma regressão na sua cultura profissional. Sobre esta questão, afirma Santos (2007):

[...] a revitalização do conservadorismo profissional com base no neoconservadorismo pós-moderno tem particularidades derivadas não só do momento histórico, mas, sobretudo, do enfrentamento posto pelo movimento de renovação profissional. Ou seja, o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descredibilização da vertente crítico-dialética e o faz, do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e do ponto de vista ideopolítico, investindo na deslegitimação do projeto-ético-político-profissional (SANTOS, 2007, p. 110-111).

Em suma, as contemporâneas expressões do conservadorismo, manifestadas na ideologia pós-moderna, no neoconservadorismo adensado pelo neoliberalismo, vão representar o nó górdio para aprofundamento das ideias de Marx no Serviço Social. Daí atualizam traços conservadores na profissão e fragilizam o projeto profissional em consonância com o projeto societário da classe trabalhadora, exigindo dos profissionais a estruturação de formas de resistência. De modo geral, a invasão dessas correntes regressivas vai evidenciar-se de distintas formas no seio da profissão. Na produção do conhecimento, como bem analisado por Cantalice (2016), é possível identificar elementos da ideologia pós-moderna nas pesquisas, tendo em vista a “[...] imprecisão ou inconsistência teórico-metodológica acerca das narrativas teóricas e de seus respectivos métodos” (CANTALICE, 2016, p. 251). Isto leva a entender que se repete o equívoco do ocorrido na intenção de ruptura pelo não acesso às fontes clássicas — no caso atual, pela não utilização desses clássicos —, impedindo-os de entender o método de Marx. No âmbito da construção das respostas às requisições da classe trabalhadora, autoras como Yazbek (2020) e Barroco (2015) pontuam que essa ofensiva tem influenciado os profissionais no sentido do “empobrecimento da crítica” até mesmo na “naturalização das desigualdades” (BARROCO, 2015, p. 633). A condução da implementação dos serviços e políticas sociais na cena contemporânea condicionam a implementação de um exercício profissional pautado na regulação moral, na fiscalização e em práticas policialescas, na individualização dos problemas, em práticas de seletividade por critérios morais, dentre outras. Nitidamente gera um esvaziamento do conteúdo crítico da profissão. Com isso,

[...] a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais (YAZBEK, 2020, p. 304).

Os desafios são contínuos, cotidianos, ídeo-teóricos, culturais e políticos. Pois, conforme aponta Barroco (2015),

Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Essas ações só ganham densidade se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas (BARROCO, 2015, p. 634-635).

Complementando este pensamento, Cantalice (2016) afirma que:

É necessário travar esse debate, reconhecendo-o como importante e legítimo, posto que é partir da identificação de suas faces e rebatimentos que poderemos suscitar e elaborar estratégias sociopolíticas de revigoração da tendência crítica que norteia a profissão, bem como, solidificar a validade da proposta do projeto ético-político profissional que se contrapõe aos efeitos deletérios da ação nociva do capital (CANTALICE, 2016, p. 250).

De fato, a alternativa que se impõe a essa decadência ideológica, marcada na contemporaneidade pelo neoconservadorismo pós-moderno, “[...] que rebate diretamente na formação profissional e, por conseguinte, nos rumos delineados para profissão em seu devir histórico” (CANTALICE, 2016, p. 250), requer um esforço coletivo no sentido do aprofundamento teórico da perspectiva marxista. Não para “resolver” “internamente” a questão da regressão ídeo-teórica, pois é preciso considerar também as inflexões das condições sócio-históricas do capital na produção de conhecimento crítico, além, claro, do persistente traço eclético presente na profissão, mas sim para retomar um processo de amadurecimento intelectual interrompido pelas mais recentes mudanças na sociedade. Este caminho possibilita confrontar a razão fenomênica e com a razão ontológica, cuja “superioridade teórica” conduz o pesquisador a absorver a realidade em sua complexidade, isto é, permite a “intelecção do complexo mundo atual” (TONET, 2006, p.13).

Diante dessa conjuntura tão regressiva, este é um esforço necessário não somente do ponto de vista do Serviço Social e sua histórica luta no enfrentamento a presença do conservadorismo na profissão, mas especialmente para que se possa atuar junto à classe trabalhadora também num trabalho político de base, na construção de uma consciência crítica e histórica que confronte os mecanismos de controle e alienação tão perversos e causadores de imobilismo social.

Nesse sentido, tal cenário requer, mais do que nunca, *resistência*: para preservar direitos conquistados, para garantir uma formação profissional de qualidade, combater a decadência teórica que tem se imposto na formação e no exercício, para fortalecer as lutas sociais, para contribuir na luta feminista e anti-racista, para confrontar a prática assistencialista, voluntarista e de manualização das políticas — cada vez mais comuns no espaço de intervenção profissional. É preciso continuar fortalecendo os espaços de resistência da categoria, defendendo a universidade pública, gratuita e de qualidade, a formação profissional pautada nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), endossando as entidades representativas da categoria e suas bandeiras de luta, bem como aprofundando a perspectiva histórico-crítica de cunho marxista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De onde vem o conservadorismo no Serviço Social e para onde ele nos levará?

As considerações que podem ser apresentadas acerca desta pesquisa possuem, até o momento, caráter de provisoriedade, considerando que alguns caminhos ainda precisam ser trilhados para finalizar o programa de estudos proposto, mas principalmente porque a temática é inesgotável, substancialmente por não ser estática, alterando-se ou mesmo intensificando-se, a depender do movimento histórico da sociedade.

A cada nova pesquisa realizada no intuito de apreender os elementos fundantes e fundamentais do conservadorismo, assim como seus períodos de avanço e adaptação aos contextos históricos, amplia-se consideravelmente o entendimento sobre os impactos que esta tendência de pensamento causa na vida social — em especial na classe trabalhadora — através de retrocessos na ciência, na construção de uma consciência coletiva, nos direitos sociais e até mesmo no direito à vida. E em se tratando da relação entre Serviço Social e conservadorismo, o pesquisador interessado precisa subsidiar a discussão considerando a natureza conservadora decorrente de sua gênese e a função social que ocupa a profissão nesta sociedade. Mesmo com todo o aparato teórico-crítico adquirido com o processo de intenção de ruptura, o Serviço Social não se esvazia da herança conservadora; além disso, precisa ainda fazer frente aos avanços desta tendência em momentos históricos de crise, cujos impactos na formação e no exercício profissional são inúmeros. É, portanto, uma temática que não se exaure e que requisita uma abordagem teórico-crítica, histórica e dialética para ser analisada nos seus fundamentos e na sua relação com a reprodução da ordem capitalista.

A análise das bases históricas e sociais que fundamentam a presença e o avanço do conservadorismo na sociedade capitalista e, por conseguinte, no Serviço Social, como decorrência do processo de preservação da ordem, pressupõe a discussão sobre a estruturação e consolidação do capitalismo. Daí a necessidade de entender como se deu a expropriação do trabalhador do campo, a colonização, a captura do Estado pela classe dominante e o papel funcional das crises para garantir a reprodução do capital.

A colonização se fez enquanto uma empresa comercial que se destinava a usurpar as riquezas de nações em estado de formação social e econômica para atender ao mercado interno europeu. No caso brasileiro, toda a formação social do país se deu com o processo de colonização, de modo que a cultura disseminada não era a dos povos originários, mas aquela trazida pelos europeus colonizadores que aqui impuseram o seu modo de vida. Como o país

dispunha de imensas riquezas naturais e solo fértil, dos quais se podia extrair as mercadorias para abastecer o comércio na Europa, não se viu outra alternativa que não a mais intensa expropriação do trabalhador, escravizado, e da natureza, abundante e próspera, mas levada a níveis de esgotamento. Portanto, toda estratégia do sistema do capital para acelerar a sua irrefreável busca por expansão e acumulação sempre condiciona a intensificação da miséria.

Apesar de todo o enriquecimento proporcionado pela colonização às grandes nações, a pobreza dos povos não foi exterminada. Ao contrário, a expansão do modo de produção capitalista condiciona necessariamente a expansão do empobrecimento dos trabalhadores, enredados numa relação de dependência com as relações de produção. Está, desse modo, na intensificação da exploração do trabalho a chave para autorreprodução do capital, a qual — em caso de uma não ruptura pelas mãos dos trabalhadores — permanecerá inventando e reinventando métodos violentos, degradantes e desumanos de se reproduzir.

Não é novidade alguma o papel crucial desempenhado pelo Estado na defesa dos interesses da burguesia, pois, enquanto dimensão política, cabe a ele assegurar a essa classe o direito por ela usurpado de tomar todas as decisões e direcionar os rumos da história da sociedade capitalista. O Estado administra os conflitos entre as classes fundamentais, através de estratégias de consenso, mas acima de tudo, de coerção. Qualquer ameaça insurgente da classe trabalhadora é tratada por ele com opressão, visto que é direcionado pelos interesses do capital, e como é parte integrante da sua base material, conforme afirma Mészáros, ele precisa atuar para que as estruturas reprodutivas continuem em pleno funcionamento.

Ao considerar a intrínseca relação entre o modo de produção capitalista e as crises que ocorreram ao longo da sua história, até a atual crise estrutural do capital, é preciso reconhecê-las como uma estratégia de manutenção da sua existência. Nesta mesma linha de raciocínio, as ideologias são complexos sociais que coadunam com a preservação da ordem capitalista, pois exercem sobre a massa o controle necessário à produção material e a reprodução social. A partir disso, é possível concluir que essas mesmas crises propulsionam o aparecimento ou mesmo o alavanque de ideologias conservadoras, cuja ambiência vai favorecer a estruturação de forças contrárias às perspectivas teóricas que se propunham a explicar o mundo a partir de si e das relações sociais que a humanidade estabelece em processo de sociabilidade.

Daí entender que a cada crise ou o aprofundamento das suas expressões, o conservadorismo se configura como estratégia para preservação das estruturas que sustentam a sociedade de classes e suas contradições. As raízes desta corrente de pensamento repousam sobre visões do real pautadas no aspecto fenomênico, empírico, mitológico e/ou religioso. Evidentemente, se dissipa e se populariza com muita fluidez, ao tempo em que ganha adeptos,

seguidores e representantes que vão defender os interesses privados e determinada estrutura política, econômica e social.

Reconhece-se em Burke o precursor do conservadorismo moderno, que se trata de uma tendência filosófica pautada na preservação das estruturas de poder, nas relações sociais e materiais que sustentam a sociedade capitalista. Esta tendência encontra vazão para se consolidar e se reproduzir no campo das ideias e da cultura, influenciando também as demais relações entre os indivíduos no decorrer da história da sociedade burguesa até a contemporaneidade, com momentos de ascensão e adaptação para continuar atendendo as necessidades de controle e preservação da ordem capitalista.

Marcando a sua infinita capacidade de se reproduzir nesta sociedade, o conservadorismo ganha novos contornos com a sua chegada ao Brasil. Isso ocorre porque o processo da formação sócio-histórica do país, pautado na estratégia da colonização, vai condicionando a estruturação de uma sociedade atrasada e submissa, mas com um grande potencial para a produção de riquezas através da intensificação da exploração da mão de obra escravizada. Aqui o estabelecimento das relações de produção se dá por meio da dependência e do subdesenvolvimento. A formação dos valores morais dominantes no país ocorre a partir da cultura imposta pelos colonizadores, de modo que a herança cultural construída pouco absorve dos costumes dos povos que já habitavam as terras brasileiras e dos negros que tiveram suas terras usurpadas para a produção de riquezas.

Necessariamente, se as relações sociais e de produção são afetadas pelo conservadorismo, também o serão as profissões e, reconhecendo a particularidade do Serviço Social enquanto uma atividade demandada pela burguesia conservadora para manter seus privilégios, o pensamento conservador já compõe a sua natureza. Portanto, é conhecendo a sua história que torna-se possível identificar os impactos da reposição e intensificação do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, para assim pensar formas estratégicas de enfrentar as danosas consequências da sua presença.

A trajetória dos mais de 90 anos de formação profissional em Serviço Social na América Latina é permeada por uma série de acontecimentos históricos, tanto no âmbito da sociedade, que vão influenciar desde a origem da profissão — e sua relação com o Estado, as expressões da “questão social” e a execução das políticas sociais — até a sua evolução teórica, política, técnica e ética, quanto no interior do próprio Serviço Social que, uma vez institucionalizado, amadurece seus referenciais teóricos ao mesmo tempo em que observa a expansão de seu mercado de trabalho e das instituições formadoras.

Esta trajetória foi muito bem retratada por Manuel Manrique Castro, a quem o Serviço Social deve os registros mais críticos de seu processo de origem e desenvolvimento na América Latina. Castro (2011) reuniu, a partir de uma fundamentada pesquisa e da descrição da realidade, todos os fatos históricos, sociais, culturais e econômicos que possibilitaram a criação das escolas de formação profissional no continente, sejam elas de iniciativa do Estado ou da Igreja Católica.

As bases históricas, sociais e econômicas em que se fundaram as primeiras escolas de Serviço Social da América Latina evidenciam processos de mudanças que alteraram política e economicamente os países e que, por sua vez, implicaram à classe trabalhadora o intenso cenário de exploração da sua força de trabalho. Decorre da organização dos operários a institucionalização de suas demandas por parte do Estado, que necessitavam ser respondidas por profissionais com perfil para o controle e a reprodução desta classe. Assim, o Serviço Social emerge para administrar as expressões da “questão social” a partir do aprimoramento das práticas realizadas pela Igreja no exercício do seu apostolado católico e absorvidas pelo Estado como formas de responder às necessidades dos trabalhadores, decorrentes da extrema desigualdade social.

As ações da Igreja Católica, na busca pela reconquista do seu espaço hegemônico no início do século XX tiveram papel essencial no processo de institucionalização da profissão no continente, principalmente porque ela protagonizou em diversos países a criação das primeiras escolas de Serviço Social, bem como balizou as ações desenvolvidas, em parceria com o Estado, junto à classe trabalhadora, buscando ajustá-la às determinações da sociedade burguesa. As implicações do forte conservadorismo presente na sociedade, quando da emergência e desenvolvimento da profissão, não vão deixar de influenciar internamente a própria profissão. O Serviço Social, portanto, já nasce imerso em um ideário conservador que perpassou diversas fases, desde a naturalização da miséria, o reformismo, a doutrinação no apostolado católico, além do pragmatismo e do sincretismo.

Alguns momentos históricos e movimentos da categoria marcaram a história da profissão na busca pela ruptura com o ideal conservador e sua reatualização. É preciso destacar o protagonismo do Movimento de Reconceituação, do Método de Belo Horizonte (BH), do Congresso da Virada, da perspectiva de intenção de ruptura, do Código de Ética de 1986, da construção de um projeto profissional de cariz ético e político, dentre outras. De modo geral, essas iniciativas confrontaram as bases tradicionais e conservadoras e se propuseram à construção de um Serviço Social crítico. É necessário, portanto, reconhecer o papel fundamental que tiveram e ainda têm, mas também é fato que é preciso lutar cotidianamente

contra a reprodução do conservadorismo que a todo instante ameaça regredir a profissão, que adquiriu um caráter progressista e vem resistindo a um fazer profissional pautado meramente na manipulação de variáveis empíricas.

Não bastasse tais desafios, é preciso atentar para os novos contornos adquiridos pelo conservadorismo na contemporaneidade, o qual recrudescer para atender aos interesses do capital na sua dinâmica com a crise estrutural. Este chamado conservadorismo contemporâneo por vezes recorre ao irracionalismo para preservar o poder da classe burguesa, considerando que o imediatismo do cotidiano vai requisitar o afastamento da ciência e viabilizar outras alternativas sem base científica de explicação do mundo. Além disso, tem impactado substancialmente nas posições políticas e econômicas da burguesia, que vão refletir nos trabalhadores influenciando na sua concepção de classe, nos direitos adquiridos e até mesmo na dinâmica da luta de classes. Com isso, é importante frisar que o grande aspecto que vai relacionar e ao mesmo tempo vincular a crise estrutural do capital e a ofensiva conservadora em escala mundial é a visível tentativa de naturalização da barbárie.

Adensam esses retrocessos a incisiva influência que a pós-modernidade, somada ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo, tem causado na sociedade e no Serviço Social. Trata-se de um pensamento que tem se colocado como estratégia de resistência à razão dialética e à teoria social de Marx, não sendo necessárias muitas explicações para entender que se trata de mais uma influência que as expressões do conservadorismo vão exercer na profissão. Portanto, se esta tendência de pensamento nunca abandonou a profissão em nenhum dos seus momentos, as condições impostas pelas novas configurações da sociedade em um contexto de intensificação de posturas políticas e ideológicas autocráticas e extremistas, necessariamente ganhará fôlego e causará estragos. Estes vão estar não somente na retração dos serviços sociais e do espaço sócio-ocupacional, mas também, e principalmente, na precarização do ensino público e no avanço do privado, gerando um esvaziamento do debate crítico.

Ainda que o Serviço Social tenha adquirido a consciência da presença genuína do conservadorismo na profissão e nas ações profissionais, pela garantia da reprodução social, não significa dizer que consiga construir caminho viável para a superação dessas relações reificadas. É ontologicamente impossível se constituir um Serviço Social dissociado do conservadorismo; Netto já fazia esse alerta em 1989, quando afirmava que *“Por mais que seja rigorosa, intensa*

e extensa a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá um serviço social 'marxista'”⁷¹ (NETTO, 1989, p. 101, grifo do autor).

Entretanto, é objetivamente possível construir estratégias qualificadas de enfrentamento à ampliação da lógica conservadora, que preserva as relações de exploração e opressão entre as classes para a reprodução ampliada do capital, nas ações profissionais por meio de aproximações sucessivas à teoria marxista⁷². Por este caminho, é possível ao assistente social desmistificar as contradições do real, apreender o significado social da profissão no interior da sociedade capitalista, o papel do Estado burguês, a função social das políticas e serviços sociais e, ao mesmo tempo, propor ações que visem a garantia de “conquistas” civilizatórias, que forjem sujeitos políticos capazes de construir uma consciência de classe pautada no projeto societário da classe trabalhadora.

É preciso enfrentar o empobrecimento cultural pelo qual a profissão vem passando, fruto das imposições de um cotidiano essencialmente imediatista; fortalecer o aprofundamento teórico apreendido a partir da interlocução com o pensamento marxiano; estimular a pesquisa e a produção de conhecimento para despertar uma intelectualidade cada vez mais crítica nos profissionais. Tais medidas tornam mais resistentes a formação, o exercício profissional e as organizações políticas da categoria contra a ofensiva conservadora e com ela a reprodução do pragmatismo e do sincretismo, bem como a presença nociva dos ideais pós-modernos atrelados ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo, estruturando estratégias para desvendar as contradições postas à profissão, enfrentando-as a partir do conhecimento do real na perspectiva da totalidade.

Desse modo, o pressuposto que moveu esta pesquisa se afirma com a constatação de que as relações sociais capitalistas, de ontem e de hoje, reproduzem o conservadorismo por meio da regressão cultural para garantir que a sociedade de classe e toda a sua estrutura desigual perdure. Sociedade e estrutura essas nas quais os trabalhadores, as políticas e serviços, dentre outros, são tomados por um processo de irracionalismo que garante a preservação do poder político, econômico e ideológico da burguesia. Ao longo da pesquisa alguns aspectos se sobressaíram para se chegar a esta conclusão: a crise estrutural do capital e a sua escalada pela desumanização decorrente da incessante busca pela expansão capitalista; as múltiplas

⁷¹ De acordo com Netto, os espaços de intervenção do Serviço Social caracterizam-se pela diversidade e pluralidade, o que favorece a multiplicidade de concepções da profissão, bem como de projetos profissionais circulando, dialogando ou se excluindo, no interior da profissão (NETTO, 1989).

⁷² Netto explica que há um conseqüente empobrecimento do serviço social ao distanciar-se de Marx e da tradição marxista. Diz ele: “[...] o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, de fragilizar a sua reflexão teórica e de isolar-se dos debates culturais e profissionais contemporâneos” (NETTO, 1989, p. 101).

manifestações do conservadorismo mais recentes, atreladas ao neoliberalismo; e as complexas expressões do conservadorismo no Serviço Social, que esboçam a ideologia pós-moderna e ultraconservadora, as quais vão tencionar a perspectiva histórico-crítica de base marxiana.

O que se põe no horizonte do Serviço Social é a contínua desqualificação da razão, a qual tende a uma lógica tão regressiva que tem culminado numa reatualização do conservadorismo na profissão. Diante desse cenário, espera-se que as reflexões decorrentes desta pesquisa possibilitem à categoria debates profícuos acerca dos graves problemas que a ofensiva conservadora tem causado à profissão, pois o retrocesso caminha a passos largos e recuar não é opção. Espera-se também que desperte o interesse pela ampliação do acervo ideológico de cunho histórico e crítico construído coletivamente, através do qual é possível o conhecimento ontológico da realidade e elaborar estratégias de esvaziamento do conteúdo irracionalista e pós-moderno no Serviço Social.

Por todos estes aspectos, reafirma-se que o conservadorismo compõe um traço estrutural do capitalismo, que é expressão das contradições sociais e tão somente por isso está arraigado à estrutura de sociedade. Portanto, só será superado se for superado este formato de sociabilidade, para além do capital, para além da naturalização da barbárie da vida humana, que em contraponto se objetive um mundo legitimamente humano e livre.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. Neoconservadorismo e Liberalismo. *In*: GALLEGO, E. S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANTUNES, R.; SANTANA, M. A.; PRAUN, Luci. Construção e desconstrução do trabalho no Brasil: da conciliação ao golpe. *In*: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (orgs.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil**: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 23-53.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista** – ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2022.
- BARROS, A. de. Entre luzes e sombras: a ascensão e a decadência da ideologia burguesa. **Interfaces Científicas-humanas e Sociais**, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 111-122, fev. 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3322>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BATISTONI, M. R. J. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136-150, 2017.
- BONFIM, P. **Conservadorismo moral e serviço social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. Trad. José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.
- CANTALICE, L. B. de O. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199>. Acesso em: 10 set. 2022.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. *In*: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A.; CARCANHOLO, M. D. (orgs). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15-35. (Coleção Questões da Nossa Época)

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos, São Paulo: Cortez, 2011.

CHAGAS, B. da R. F. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 43-58, 2016.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/21074/14641>. Acesso em 21 abr. 2021.

COSTA, G. M. da. Crise na atualidade e o serviço social. *In*: COSTA, G. M. da; PIMENTEL, E.; ALCANTÁRA, N.; SOUZA, R. **Crise contemporânea, desafios do conhecimento e lutas sociais**. Maceió: EDUFAL, 2017. p. 171-188.

COSTA, G. M. da. **Serviço Social em debate: ser social, trabalho, ideologia**. Maceió: EDUFAL, 2011, p.105-145.

COSTA, G. M. da. Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 1, n. 1, jan. 2009. Disponível em:

<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/gilmaisa.pdf> . Acesso em: 7 nov. 2022.

COSTA, G. M. da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 9, abr.-jul. 2006. Disponível em:

<http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

COUTINHO, C. N. Prefácio. *In*: ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011a.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b, 264p.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DEMIER, F. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. *In*: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 9-24.

DOMINGUES, J. M. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hxj8myMGhFkpQtRkK8xwyZj/?lang=pt#>. Acesso em: 18 nov. 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos para caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. Revendo o pensamento conservador. *In*: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010. p.11-22. (Pensamento político-social)

FLORENZANO, M. **As revoluções burguesas**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Fraraco. Porto Alegre: L&PM, 2013. p. 93-101. (Coleção L&PM Pocket).

GIANNA, S. **Decadência ideológica do pensamento burguês**: a crítica ontológica de Lukács ao agnosticismo e ao irracionalismo. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

GUERRA, Y. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Katálysis**, Florianópolis, p. 39-49, 2013.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). (orgs.). **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD/UnB, 2000. Módulo 4. Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>.

HOBBSAWM, E. J. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções**: 1789 – 1848. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 129-142.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

- IAMAMOTO, M. V. Conservadorismo e serviço social. *In*: IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 17-53.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2011.
- KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo**: serviço social em tempos de crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- LABICA, G. **As “teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- LARA, R. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.
- LASKI, H. J. **O liberalismo europeu**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- LEÃO XIII. Sobre a condição dos operários. **Carta encíclica *Rerum Novarum***. Trad. Manuel Alves da Silva. 1. reimp. São Paulo: Paulinas, 2012.
- LEMA, G. As tramas da colonialidade do poder na América Latina. *In*: MONTAÑO, C.; LEITE, L. L.; GUERRA, Y. (orgs.). **Expressões da ofensiva ultraconservadora na conjuntura contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. p. 187-210. (Coleção Carlos Nelson Coutinho, v. 5).
- LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LESSA, Sérgio. **Sobre a análise imanente**. [S.l.s.d.]. Mimeo.
- LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (Pensamento Crítico, v. 9).
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Série Os Economistas).
- MARANHÃO, C. Uma Peleja Teórica e Histórica: serviço social, sincretismo e conservadorismo. *In*: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelepas e desafios. Recife: UFPE, 2014.
- MARX, K. **A guerra civil na França**. [S.l.]: RocketEdition, 1999. Disponível em: www.jahr.org.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Trad. João Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, t. 1.

MARX, K. **O capital:** Crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2, t. 2. (Coleção Os economistas).

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, t. 2. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista.** São Paulo: Cortez, 1998.

MATOS, F. Do conservadorismo à tradição marxista: rumos políticos do Serviço Social na previdência. **Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 182-190, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v18n2/1414-4980-rk-18-02-00182.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MATTOS, M. B. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs). **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 77-91.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil:** origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1997. p. 23-89.

MAZZEO, A. C. **Burguesia e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Ática, 1988.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural da política.** 2006. Este ensaio constituiu o discurso de abertura do 13º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em Maceió, Brasil. Disponível em: https://resistir.info/meszaros/crise_estrutural_da_politica.html. Acesso em: 8 mar. 2022.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Outubro**, n. 4, art. 2, p. 7-15, 2002. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Apêndice: Cinco notas a propósito da “questão social”.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 41-49, 2001. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. Ed., v. 20. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época).

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. Posfácio. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

NISBET, R. **O conservadorismo**. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1987. (Temas de ciências sociais).

OLIVEIRA, E. M. A. P. de; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p.143-163, jan./abr. 2017.

PANIAGO, M. Cristina. S. **Mészáros e a incontroleabilidade do capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PERLATTO, F. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica em tempos difíceis. **Estudos Políticos**, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Is1%C3%A2nia/Downloads/38909-Texto%20do%20Artigo-131226-1-10-20191208%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Is1%C3%A2nia/Downloads/38909-Texto%20do%20Artigo-131226-1-10-20191208%20(1).pdf). Acesso em: 12 nov. 2021.

PIMENTEL, E. As bases ontológicas da questão social. **Boletim do Tempo**, n. 11, de 01 de 2016a, p. 1-12. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PIMENTEL, E. Crise estrutural do capital e crise estrutural da política: uma relação intrínseca. **Exlibris** - Departamento de Letras y Filosofia/UBA, v. 5, p. 291-308, 2016b. Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/exlibris/article/view/3028>. Acesso em: 5 mar. 2022.

PIMENTEL, E. Questão social e serviço social: expressões do pauperismo em face dos limites absolutos do capital. *In*: COSTA, G. M. da; PRÉDES, R.; SOUZA, R. (orgs). **Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2010, p. 127-146.

PIMENTEL, E. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje. 2. Ed. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

- PIRES, M. J. S. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **REN – Revista eletrônica do Nordeste**, v. 40, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4207148/mod_resource/content/1/516_05_semin%C3%A1rio_PIRES_o%20termo%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20conservadora.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.
- PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil** – colônia e império. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11-45.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo** – colônia. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 5-26.
- QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.
- ROCHA, I. L. da; LINS, M. A. T. Expressões da vida cotidiana no serviço social: apontamentos preliminares. *In*: AMARAL, M. V. B.; HOLANDA, M. N. A. B. de. (orgs.). **Trabalho, política, vida cotidiana e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2015. p. 19-34.
- SANT’ANA, R. S.; SILVA, J. F. S. da. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 351-372, jul./dez. 2020.
- SANTOS NETO, A. B. dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015. p. 31-137.
- SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOBOUL, A. **História da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- TONET, I. A propósito de “Glosas Críticas”. *In*: MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- TONET, I. **Modernidade, pós-modernidade e razão**. Maceió, 2006. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.
- TONET, I.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da Esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.
- YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667>. Acesso em: 10 out. 2021.